

# SOCIOLOGIA POLÍTICA INTERNACIONAL



**Pensamento  
Crítico nas Relações  
Internacionais**

João Pontes Nogueira  
Roberto Vilchez Yamato  
(Orgs.)





# SOCIOLOGIA POLÍTICA INTERNACIONAL

## **&** **Pensamento Crítico nas Relações Internacionais**

João Pontes Nogueira  
Roberto Vilchez Yamato  
(Orgs.)



©Selo Interseções, Editora PUC-Rio  
Em parceria com o Instituto de Relações Internacionais – IRI/PUC-Rio

**Coordenadores da Série Sociologia Política Internacional:**

João Pontes Nogueira (PUC-Rio) e Roberto Vilchez Yamato (PUC-Rio).

**Comitê Editorial da Série Sociologia Política Internacional:**

Ana Carolina Teixeira Delgado (UNILA); Flavia Guerra Cavalcanti (UFRJ); Jana Tabak (UERJ); Lara Martim Selis (UFU); Natália Félix de Souza (PUC-SP); Pedro Claudio Cunca Bocayuva (UFRJ); Renata de Figueiredo Summa (Universidade de Groningen); Victor Coutinho Lage (UFBA).

©Editora PUC-Rio

Rua Marquês de São Vicente, 225,  
7º andar do prédio Kennedy  
Campus Gávea/PUC-Rio  
Rio de Janeiro, RJ – CEP: 22451-900  
Tel.: +55 21 3527-1838  
edpucrio@puc-rio.br  
www.editora.puc-rio.br

Direção editorial: Felipe Gomberg  
Produção e edição de texto: Livia Salles  
Comunicação e Projetos Especiais: Tatiana Helich

*Edição da obra:* Tatiana Helich

*Capa:* Flávia da Matta Design

*Diagramação:* SBNigri Artes e Textos

*Revisão de texto:* Lindsay Viola

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada por qualquer forma e/ou em quaisquer meios sem permissão escrita da Editora PUC-Rio.

---

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sociologia política internacional [recurso eletrônico]: & pensamento crítico nas relações internacionais / João Pontes Nogueira, Roberto Vilchez Yamato (orgs.). – Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: PUC-Rio, 2024.  
1 recurso eletrônico (228 p.)

Obra publicada através do Selo Interseções da Ed. PUC-Rio, em parceria com o Instituto de Relações Internacionais.

Descrição baseada na consulta ao recurso eletrônico em 26 de Junho de 2024.

Inclui bibliografias.

Exigências do sistema: conexão com a Internet, World Wide Web browser e Adobe Acrobat Reader. Disponível em: <http://www.editora.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1295&query=simple&search%5Fby%5Fauthname=all&search%5Fby%5Ffield=tax&search%5Fby%5Fkeywords=any&search%5Fby%5Fpriority=all&search%5Fby%5Fsection=all&search%5Fby%5Fstate=all&search%5Ftext%5Foptions=all&sid=3&text=sociologia+pol%EDtica>  
ISBN: 978-85-8006-320-2 (e-book)

1. Política internacional – Aspectos sociais. 2. Sociologia política. 3. Relações internacionais. 4. Geopolítica. I. Nogueira, João Pontes. II. Yamato, Roberto Vilchez.

CDD: 327.11

# SUMÁRIO

## INTRODUÇÃO

**Trajetórias da Sociologia Política Internacional:  
perspectivas a partir do Brasil** 7

João Pontes Nogueira e Roberto Vilchez Yamato

**Fraturando o internacional: as linhagens intelectuais  
do projeto crítico da Sociologia Política Internacional** 29

Jef Huysmans e João Pontes Nogueira

**Esperando a Sociologia Política Internacional:  
um guia para a vida no interstício** 73

Debbie Lisle

**A crítica sem a ontologia: genealogia,  
sujeitos coletivos e os impasses da evidência** 111

Martina Tazzioli e Daniele Lorenzini

**Revertendo o intervencionismo na  
América do Sul no século XXI** 145

Cristina Rojas e Gustavo Morales

**Necro e Geopolítica: *O Passageiro*, de Antonioni** 173

Michael J. Shapiro

**O internacional moderno: uma política de escalas  
e subjetividades divididas** 193

R.B. J. Walker

**Sobre os autores** 173



## INTRODUÇÃO

# Trajetórias da Sociologia Política Internacional: perspectivas a partir do Brasil

João Pontes Nogueira

Roberto Vilchez Yamato

### Um pouco de história

Um dos eventos mais importantes da trajetória da sociologia política internacional aconteceu em um dia quente de março, em um subúrbio de San Diego, no resort escolhido pela *International Studies Association* (ISA) para realizar sua Convenção Anual de 2006. Era um lugar feio e distante que desagradou a maioria dos participantes. Foi neste deserto urbano, típico de tantas cidades nos Estados Unidos, que teve lugar a reunião inaugural do conselho editorial da revista *International Political Sociology* (IPS). A suíte do hotel era grande, mas mesmo assim havia muita gente de pé, cerca de noventa pessoas talvez. Sob pena de um exagero retórico, pode-se dizer que “todo mundo estava lá”. “Todo mundo” quem? Bem, o que na época era o já consolidado campo “crítico” de Relações Internacionais (RI), que desde os anos 1980 vinha protagonizando o embate que transformou radicalmente a disciplina. A criação de uma revista acadêmica voltada para aquele campo do pensamento

internacional representava o reconhecimento institucional de uma nova configuração de forças nas RI. O encontro, portanto, materializava uma longa trajetória de lutas contra o predomínio das ciências sociais norte-americanas e de defesa de uma abertura a um pluralismo teórico e epistêmico mais atento à diversidade e complexidade da política mundial.

Para entendermos melhor o processo que tornou possível este evento, podemos apontar, de forma sucinta, para um conjunto de tendências e iniciativas que, em determinado momento, confluíram na articulação que criou a revista IPS. O movimento da “virada crítica” exercia uma pressão cada vez maior por espaço dentro da ISA. A existência de uma organização que pretendia representar o campo das Relações Internacionais mundialmente foi determinante, oferecendo um espaço institucional e político para deslocar a ciência política norte-americana que, depois de 1945, passara a organizar a disciplina internacionalmente. Apesar de ser expressão da hegemonia da academia americana, a ISA procurou afirmar-se como um espaço mais aberto e mais “internacional” do que a poderosa *American Political Science Association* (APSA), onde muitos acadêmicos de expressão nas RI militavam e acumulavam capital simbólico. Neste contexto, a ISA desenvolveu uma vocação “global”, buscando atrair membros de outras partes do mundo. Iniciou-se um processo de crescimento e diversificação da organização interna da Associação, com a criação de novas seções que congregavam novos grupos de pesquisadores. Uma delas foi a seção de Sociologia Política Internacional, criada no ano 2000.

Um dos resultados mais significativos deste processo foi o de absorver um contingente importante de acadêmicos europeus e norte-americanos cuja produção intelectual já vinha introduzindo o pós-estruturalismo e a teoria crítica da Escola de Frankfurt no

debate teórico em RI desde os anos 1980. Ocupando os novos espaços e exercendo posições de prestígio dentro da organização, estes novos grupos de pesquisadores serviram de base para o movimento de criação de uma publicação que abrigasse suas pesquisas. Não por acaso, foram dois intelectuais europeus, Rob Walker e Didier Bigo, que lideraram tal movimento. Walker, britânico atuando no Canadá, já era um conhecido expoente da virada crítica desde os anos 1980, quando, ao lado de Richard Ashley e outros, articularam um pensamento dissidente, radicalmente crítico do edifício conceitual e dos problemas de pesquisa das Relações Internacionais.<sup>1</sup> Bigo, por outro lado, vinha de uma trajetória construída na sociologia crítica francesa e liderava coletivos de pesquisa em torno de questões de segurança, vigilância e migrações na União Europeia, sediado na Sciences-Po Paris, além de editar a revista *Culture et Conflits*. Bigo oferecia uma alternativa crítica ao construtivismo de normas que, naquele momento, já se insinuava como o novo paradigma dominante da disciplina. O encontro entre Walker e Bigo criou as condições de possibilidade para a emergência de um projeto intelectual que articulava a crítica da política regida pelo princípio da soberania com a problematização do internacional a partir de seu atravessamento por processos sociais que excediam as fronteiras do estado territorial (Bigo e Walker, 2007).

O lançamento da revista IPS, em 2006, foi o ponto de inflexão a partir do qual se deu uma confluência de diferentes vertentes do pensamento crítico nas páginas de uma publicação científica que era

---

1 Destaque-se aqui o significado e impacto da famosa *Special Issue*, intitulada “*Speaking the Language of Exile: Dissidence in International Studies*”, coeditada por Richard Ashley e Rob Walker e publicada na prestigiosa revista *International Studies Quarterly* (ISQ) em 1990 (vol. 34, nº. 3). Merecem particular destaque também o livro *International/Intertextual Relations: Post-modern Readings of World Politics*, coeditado por James Der Derian e Mike Shapiro e publicado em 1989, e o livro *Inside/Outside: International Relations as Political Theory*, publicado por Rob Walker em 1993.

a expressão de um movimento intelectual sistematicamente marginalizado pelos grandes periódicos da disciplina. Em poucos anos, a revista se posicionou no topo dos rankings de periódicos de RI, ciência política e sociologia e tornou-se a publicação da ISA com o maior fator de impacto. A publicação de dois textos de referência em 2016 e 2017 contribuíram substantivamente para a definição de abordagens, conceitos, métodos e agendas de pesquisa que hoje caracterizam a sociologia política internacional (Basaran et al., 2016; Guillaume e Bilgin, 2017). O crescimento do campo também tem se beneficiado de formas inovadoras de colaboração transnacional em redes e de sua vocação original de ter um alcance global que se contrapusesse ao parquialismo que historicamente marca a disciplina.

A que podemos atribuir um sucesso tão rápido? Um fator mais ou menos evidente se encontra na expansão, nas últimas duas décadas, dos estudos internacionais para fora do centro gravitacional dos Estados Unidos. A progressiva emancipação da disciplina de seu caráter (“científico”) eminentemente norte-americano (Hoffmann, 1977) tornou-a mais diversa, inclusiva e plural, permitindo que diferentes públicos a traduzissem para seus contextos locais. Como resultado, encontramos uma rica e diversificada produção intelectual cada vez mais extensiva e aberta às diferenças e singularidades que caracterizam o pluriverso do planeta, bem como um maior pluralismo teórico e epistemológico que permitiu superar o anglo e eurocentrismo que fazia das RI uma área do conhecimento sobre e para os centros de poder da política mundial.

Outro ponto fundamental se refere à aspiração de formar um campo intelectualmente aberto às influências – já amplamente presentes na virada crítica – de outras disciplinas das ciências humanas e sociais, dando expressão concreta a uma forma de inter-, trans- ou indisciplinaridade necessária ao deslocamento dos limites impostos

ao pensamento (crítico) por práticas e saberes que circunscreviam a vida social e política a esferas e níveis delimitados, domesticados e estanques. Seguindo o exemplo das perspectivas feministas e pós-coloniais, além da característica transversalidade do pós-estruturalismo, a sociologia política internacional buscou articular uma visão que problematizasse o internacional a partir de questões que, muitas vezes, estavam fora do escopo disciplinar das RI. Esta abertura permitiu que métodos e conceitos da sociologia, da teoria política, da filosofia, da história, da geografia, da antropologia e outras áreas das humanidades passassem a compor o instrumental teórico-analítico do pensamento crítico internacional e, com isso, exercer maior atração junto a uma nova geração de estudantes e pesquisadore(a)s. Na medida em que o internacional parecia não estar “onde supostamente deveria estar” e, na medida em que era concebido como encontro de forças heterogêneas em lugares onde as fronteiras são difusas, o estudo da política mundial se abria para novas possibilidades de investigação e crítica (Walker, 2016).

### As premissas centrais

A Sociologia Política Internacional investe seu esforço inicial na crítica a esta concepção dogmática do internacional como lugar da política. Mais especificamente, a crítica se dirige a uma certa resolução espaço-temporal do problema da comunidade política por meio de sua delimitação por fronteiras territoriais, que, como sugerido acima, remete a uma lógica estadocêntrica. Neste sentido, a Sociologia Política Internacional toma como ponto de partida, justamente, a crítica dos limites da política que dominou os debates teóricos dos anos 1980 e 1990, cuja expressão mais importante se encontra na problematização radical do estado e da soberania como elementos constitutivos do internacional moderno (Ashley e Walker, 1990; Walker, 1993).

Este deslocamento é importante para entender o espírito do projeto intelectual da Sociologia Política Internacional. A partir do foco na produção da espacialidade do internacional, a virada crítica se distanciava das tentativas de superar os limites estabelecidos pelas fronteiras territoriais e políticas do estado soberano moderno para concentrar-se nas práticas de produção e esquecimento destas mesmas fronteiras.

A Sociologia Política Internacional tomou para si o legado da virada crítica e construiu, a partir dele, seu programa de pesquisa, focando na análise do desenho de fronteiras como problema central da política. Estudos pioneiros sobre os processos através dos quais fronteiras (territoriais, espaço-temporais, epistemológicas, ontológicas) e limites (culturais, socioeconômicos, jurídicos) são estabelecidos constituíram as bases para um rico corpo de literatura que contribuiu, decisivamente, para a consolidação do campo. A partir desta perspectiva, torna-se importante olhar para os interstícios, os entrelugares que, por meio de tecnologias e práticas de controle, fazem das fronteiras dispositivos de produção de subjetividades e de governo da vida social e política e, ao mesmo tempo, espaços de luta e resistência (Plessis, 2018; Elden, 2005; Lisle, 2017; Parker e Vaughan-Williams, 2014; Rajaram e Grundy-Warr, 2007; Rygiel, 2011).

Tome-se como exemplo deste deslocamento os processos de extra-territorialização dos controles migratórios. Neles, encontramos uma multiplicidade de tecnologias de fronteira empregadas em uma diversidade de sítios – campos, centros de detenção, aeroportos, categorias migratórias, diferentes tipos de visto etc. – distribuídos segundo uma racionalidade de governo do movimento e da mobilidade que, cada vez menos, coincide com a lógica das linhas territoriais que delimitam os estados modernos (Squire, 2011). Neste sentido, a questão migratória pode ser analisada a partir das práticas e tecnologias de controle dispostas em determinados pontos, constituindo

regimes de inclusão e exclusão e reproduzindo a figura do migrante como estrangeiro, estranho, ilegal e/ou inimigo (Balibar, 2009). O que os estudos migratórios contemporâneos – que representam uma parcela significativa do programa de pesquisa da Sociologia Política Internacional – têm procurado investigar são, justamente, estas “zonas” fronteiriças onde questões cruciais da política mundial são colocadas em jogo (Vaughan-Williams, 2009).

O que se percebe a partir desta perspectiva, é que o poder nem sempre se organiza e se exerce a partir de um “centro”, mas que depende, para sua legitimidade e reprodução, de racionalidades e tecnologias produzidas em suas fronteiras e limites. É a partir deste entendimento, baseado na analítica de poder de Michel Foucault, que a Sociologia Política Internacional percebe relações e estruturas de poder como produzidas a partir de forças e dinâmicas centrífugas, e, não, centrípetas, como insistem as teorias clássicas da política e das relações internacionais (Bigo, 2016). Ora, se o poder opera através de trajetórias de difusão e dinâmicas de circulação, a noção de que a função soberana depende de sua concentração em instituições centralizadas do Estado deve ser problematizada nos outros lugares em que ela se afirma, como é o caso das fronteiras. Esta concepção sobre a relação entre poder e território como fundamentalmente fluida, expõe a importância dos processos de produção de fronteiras e limites na transformação das práticas soberanas na política mundial contemporânea. Do ponto de vista epistemológico, resiste-se à sedução do pensar “a partir do Estado”, assim como tenta-se superar o modelo analítico baseado nos níveis de análise (Bigo, 2011). Do ponto de vista empírico, a atenção volta-se para os processos que produzem e organizam as práticas contemporâneas de diferenciação, discriminação e demarcação, e para as racionalidades que as legitimam e normalizam (Bigo e Walker, 2007).

Um dos problemas que se colocam diz respeito a como conceber o internacional diante da fluidez e contingência de seus limites. Como se definem as fronteiras do internacional se já não podemos, com tanta segurança, diferenciar o interno do externo? O que constitui um internacional que não pode ser reduzido a um sistema de estados? Como podemos identificar os elementos que formam o que entendemos por internacional moderno hoje? Que forças atuam para dar coesão a tal espaço-tempo político? Se o internacional se caracteriza, como mencionado anteriormente, por sua fragmentação – ou sua fratura – que conceitos e ferramentas analíticas nos permitiriam falar sobre ele? Se, antes, o conceito de estrutura e o estruturalismo proporcionavam algumas respostas para tais perguntas, a partir da virada crítica, as teorias de RI se dedicaram a explorar alternativas àquele conceito e àquela poderosa corrente intelectual do século XX. A Sociologia Política Internacional emerge deste esforço coletivo que toma o internacional como um problema e não como um dado da vida política. Desta forma, procura abrir uma agenda de pesquisa voltada para como o internacional é produzido por diferentes sujeitos, através de uma diversidade de práticas e em múltiplos lugares.

O esforço teórico da Sociologia Política Internacional se orienta por uma atenção privilegiada às práticas e relações dos atores em contextos situados. Para tanto, adota um pragmatismo metodológico que lhe permite emprestar da sociologia, da antropologia e de outras áreas das humanidades e ciências sociais modos de observação empírica reflexiva para poder mapear os encontros, conexões, rotinas, afetos e modos de fazer de atores e processos nos lugares onde o internacional se expressa e se concretiza. Trata-se de uma disposição crítica imanentista, necessária se queremos analisar um mundo em movimento e em constante transformação. Deixa-se de lado alguns pressupostos básicos das teorias de RI, certos axiomas, como a anarquia e a exterioridade do internacional moderno, para, assim, engajar-se

a contingência sempre presente na produção dos espaços sociais (Walker, 2005). Este etos político-intelectual é um legado tanto do pós-estruturalismo quanto da sociologia crítica, cujas contribuições para desconstruir totalidades como “estado”, “nação”, “sociedade” e “sistema internacional” foram determinantes para definir a linhagem teórico-metodológica da Sociologia Política Internacional.

A Sociologia Política Internacional também se destaca ao propor uma reflexão inovadora sobre o “social” nas relações internacionais. Abordagens que introduzem conceitos como “sociedade”, “interação social”, “socialização”, “ação social”, entre outros, tornaram-se pre-variantes nos debates teóricos da área, em particular após o advento do construtivismo como uma alternativa – altamente influente – ao então paradigma dominante. Ao formular uma teoria social da política internacional, autores como Alexander Wendt (1999) ofereceram uma resposta, para muitos convincente, à indeterminação do estruturalismo acerca da constituição da lógica da anarquia (Wendt, 1999). A onda construtivista dos anos 1990 foi bem-sucedida ao tornar o “social” em uma dimensão constitutiva da estrutura do sistema internacional, tornando possível a expansão de toda uma corrente de estudos de segurança dedicada à pesquisa sobre “difusão de normas”, desenho institucional, securitização, democratização, humanitarismo, desenvolvimento etc. Contudo, os críticos desta variante do construtivismo chamam a atenção para como preserva a estrutura do sistema de estados em sua concepção do internacional e mantém as linhas e fronteiras que o distinguem de outros níveis da vida social e política (Guzzini e Leander, 2006). A Sociologia Política Internacional, ao contrário, toma como ponto de partida de sua análise do internacional as relações sociais propriamente ditas.

Ao invés de pensar o social como a substância da sociedade (do estado e da anarquia), a sociologia crítica o pensa como um espaço de relações que produz distribuições em torno das quais surgem conflitos.

A partir desta concepção do social podemos pensar a política como um processo de mobilização em diferentes campos sociais, questionando suas fronteiras e desafiando formações de poder. Como diz Bigo, a sociologia política observa os processos de politização através da análise do que fazem atores em situações específicas (Basaran et al., 2016). O internacional emerge da cristalização destas situações em que conexões transversais são objetivadas em uma configuração específica. Neste sentido, o internacional é produzido por relações de dependência, interdependência, solidariedade, dentre outras, construídas à distância apesar de sua heterogeneidade. Ao pensar desta forma a articulação entre o social e o internacional, evitamos tomar como dados certos lugares privilegiados para sua ativação (como o estado) e afirmamos uma dinâmica que privilegia relações e que precisa ser observada através de ferramentas sociológicas e antropológicas.

Vemos, então, como a IPS encara o social como o elemento que permite analisar as violências, conflitos, discriminações e estratificações, dentre outras relações, envolvidas na (des)politização de espaços onde se desenrolam relações de poder – e resistência. O internacional expressa relações que adquirem trajetórias transversais caracterizadas por deslocamentos, disjunções, bifurcações e fraturas inesperadas e, por isso, capazes de gerar vetores de mudança e transformação. Trata-se de espaços fluidos, cujas fronteiras podem sempre ser redefinidas de acordo com a dinâmica das relações sociais e raramente coincidem com territórios contíguos.

## O presente livro e a trajetória da IPS no Brasil

Esta coletânea é o primeiro volume, editado no Brasil, dedicado à apresentação da Sociologia Política Internacional como um dos campos de conhecimento da disciplina de Relações Internacionais (RI). O livro vem suprir uma lacuna importante de textos em língua

portuguesa sobre a contribuição da Sociologia Política Internacional para o pensamento crítico em RI.<sup>2</sup> Apesar deste vazio na produção acadêmica local, o campo esteve presente no Brasil, sob diferentes formas, desde o final da primeira década do milênio. Na verdade, este livro é resultado de uma série de iniciativas que vêm se desenvolvendo ao longo deste período, dentre as quais se destaca a realização da Escola de Inverno de Sociologia Política Internacional (*International Political Sociology (IPS) Winter School*, em inglês),<sup>3</sup> que tem lugar anualmente na PUC-Rio desde 2015 e que representa, ainda hoje, a única instância acadêmica existente no país – e no exterior – exclusivamente dedicada à formação básica regular de estudantes de pós-graduação e jovens acadêmicos em sociologia política internacional. Da mesma forma, podemos verificar a presença e circulação internacional de acadêmicos e estudantes de pós-graduação brasileiros em eventos e publicações de Sociologia Política Internacional, pelo menos, desde a criação da revista IPS em 2006.

No caso específico da revista, pesquisadores brasileiros fizeram parte do conselho editorial desde seu início, além de ocuparem as posições de editor-chefe e editores associados em todas as equipes editoriais até o presente. Contudo, o contexto em que podemos entender a introdução da sociologia política internacional no país coincide com a atuação de jovens pesquisadores de orientação crítica em programas de pós-graduação brasileiros, e com a circulação e incorporação de intelectuais como Rob Walker, Mike Shapiro, Nicholas Onuf, Cynthia Enloe, Jens Bartelson, Naeem Inayatullah, Siba Grovogui, Ritu Vij, Sam Opondo, Sankaran Krishna, Didier

2 Com raras exceções, como o artigo de Bigo (2013) na *Contexto Internacional*, quando esta revista acadêmica ainda era publicada em português.

3 Para mais informações sobre a Escola de Inverno de Sociologia Política Internacional (*International Political Sociology – IPS – Winter School, em inglês*), ver as informações disponíveis em seu sítio eletrônico: <https://ipswinterschool.wordpress.com/>.

Bigo, Vivienne Jabri, Debbie Lisle, Jef Huysmans, entre outros, em diversos eventos, seminários e workshops organizados desde 2003. Além disso, muitos passaram a lecionar, regularmente, em programas de pós-graduação de orientação crítica, em particular no Instituto de Relações Internacionais (IRI) da PUC-Rio, que viria a se tornar um centro de referência para o pensamento crítico em RI no Brasil.

Em junho de 2009, por exemplo, Rob Walker e Didier Bigo conjuntamente lecionaram um curso dedicado exclusivamente à Sociologia Política Internacional no Programa de Pós-Graduação Acadêmico do IRI da PUC-Rio. Intitulado, em inglês, *International Political Sociology*, o curso foi precursor do ensino de Sociologia Política Internacional na pós-graduação brasileira e contou com a participação de mestrandos e doutorandos do Instituto, muitos dos quais, hoje doutores, professores e pesquisadores, fazem parte tanto da Escola de Inverno sediada na PUC-Rio como da Rede de Sociologia Política Internacional constituída no e a partir do Brasil. Este projeto de incorporação da virada crítica no país envolveu um esforço importante de internacionalização que resultou na formação de um conjunto de redes de colaboração acadêmica a partir das quais foi criado, em 2010, o workshop doutoral de Sociologia Política Internacional (*IPS Doctoral Workshop*, em inglês), que reunia, anualmente, pesquisadores e doutorandos de cinco instituições acadêmicas internacionais: Sciences-Po Paris, King's College London, University of Victoria, University of Hawaii e PUC-Rio. A partir de 2015, o workshop transformou-se na Escola de Inverno de Sociologia Política Internacional (*IPS Winter School*), anualmente realizada na PUC-Rio desde então. O presente volume é resultado de contribuições dos professores que atuaram na 5ª edição da Escola de Inverno, realizada em 2019.

O conjunto de escritos aqui reunidos expressam bem a diversidade de perspectivas e problemas de pesquisa que compõem o campo da

sociologia política internacional. Longe de propor-se como um novo paradigma ou uma escola de pensamento formada por postulados teóricos fundamentais, a Sociologia Política Internacional sempre assumiu uma postura plural, característica de um projeto intelectual orientado por problemas e focado em análises de processos. Neste sentido, é vista mais como uma “grande tenda” do que como uma subárea disciplinar com fronteiras bem definidas. Este é um ponto que Mike Shapiro, um pensador que regularmente afirma não ‘escrever sobre relações internacionais’, sempre levanta ao explicar seu longo e constante engajamento com a sociologia política internacional. Em seu capítulo “Necro e geopolítica”, Shapiro discute a violência colonial nos processos de autodeterminação na África e nas representações ocidentais da política do Apartheid por meio da leitura de um “texto cinematográfico” de Antonioni e do trabalho do fotógrafo Santu Mofokeng. Através do filme de 1975, *O passageiro*, o autor mais uma vez nos mostra como a arte nos dá acesso a experiências e modos de pensar que perturbam nosso entendimento do mundo da política através de olhares e perspectivas divergentes e criativas da relação entre dramas pessoais, trajetórias geopolíticas e histórias coloniais. De forma diferente, a fotografia de Mofokeng utiliza uma luz áspera e composições estéreis para produzir uma estética que interroga a história da África do Sul mais afinada com as experiências imanentes dos negros sul-africanos. O texto de Shapiro se alinha com a centralidade de questões de estética e de visualidade na agenda de pesquisa da Sociologia Política Internacional, onde questões sobre como o poder é mobilizado, disperso e consolidado na política mundial frequentemente são analisadas a partir de práticas de visibilização e invisibilização, composição e produção de significados, hierarquias e regimes ópticos etc.

Da mesma forma, o texto de Cristina Rojas, “Revertendo o intervencionismo”, mostra como perspectivas pós-coloniais colocam em evidência as hierarquias invisíveis do internacional moderno. Em seu capítulo sobre a resistência ao intervencionismo na América do Sul, Rojas reflete como a formação de uma “consciência planetária” com pretensões imperiais está na base não apenas do ímpeto civilizatório que caracterizou a empresa colonial, como também dos diferentes modelos e políticas de ajuda ao desenvolvimento que conferem, até hoje, autoridade a “especialistas internacionais” e suas respectivas burocracias que pretendem governar processos econômicos, sociais e políticos em diferentes partes do mundo. O trabalho de Rojas é um exemplo eloquente da vitalidade do pensamento decolonial na América Latina, em particular de sua capacidade de articular diferentes linhagens críticas para analisar a crise da modernidade e do capitalismo e as novas alternativas e práticas “dissidentes” de descolonização, que vêm emergindo, transversalmente, “desde baixo”. Neste sentido, a contribuição de Rojas atualiza o diálogo entre o pensamento decolonial e a sociologia política internacional, que, como mencionamos acima, articula a crítica pós-colonial do internacional moderno desde sua gênese.

Recentemente, um debate importante entre pesquisadores que se identificam com a proposta da sociologia política internacional colocou em questão o que nas ciências sociais e humanas têm sido chamado de “esgotamento da crítica” (vide, por exemplo, Latour 2014, entre outros) (Latour, 2004). A perda da potência do pensamento crítico não refletia apenas as sucessivas derrotas de movimentos sociais e revoltas contra regimes repressivos e a crescente desigualdade e exclusão provocadas pelas estratégias contemporâneas de acumulação capitalista. Indicava também as limitações do pensamento crítico voltado para desvendar contradições, formas subjacentes de dominação, a

força alienante da ideologia e para desmistificar verdades ocultas. A lógica da negatividade, tão presente nas formas de crítica inspiradas na dialética e também nas críticas das representações oferecidas pelo pós-estruturalismo, parecia, cada vez mais, ser incapaz de oferecer os elementos conceituais para entender os paradoxos da resistência política e das lutas de transformação dos sistemas globais de opressão na modernidade tardia, e mesmo de fazer frente aos novos problemas colocados por fenômenos como as mudanças climáticas. Um espírito de “pós-crítica” emergiu tentando redefinir o papel da crítica hoje, propondo ir além da negação de estruturas de poder existentes e na direção de construir e criar novas práticas que sustentassem articulações e projetos inovadores de sociedade e política. Este é o ponto de partida do capítulo de Lorenzini e Tazzioli sobre “A crítica sem ontologia”. Distanciando-se das versões mais simplificadoras deste debate, que contrapõem a função da crítica à apresentação “construtiva” de evidências em modo descritivo e propositivo, no que poderíamos chamar de uma abordagem mais atualizada, e sofisticada, da noção de “solução de problemas”, os autores, ao contrário, propõem uma “crítica diligente” que, mais do que preocupada em desvendar verdades ocultas, esteja voltada para desarticular os “efeitos subjulgadores do poder... e a criar novos sujeitos coletivos”. A contribuição de Lorenzini e Tazzioli se inscreve no esforço original do projeto intelectual da sociologia política internacional de articular um pensamento crítico reflexivo e, portanto, sincronizado às práticas e experiências de sujeitos produzidos nos interstícios e nas fronteiras do internacional. E, conseqüentemente, levar a crítica a um esforço de “desontologização” que a liberte da lógica da negação (e da suspeita) e abra caminhos para construir novas formas de intervenção imanente nos regimes de verdade que sustentam as múltiplas formas de subjugação existentes na contemporaneidade.

Mas, como nos lembra Debbie Lisle em seu artigo “Esperando pela Sociologia Política Internacional”, cujo título parafraseia a fina ironia da peça de Beckett, o interstício pode ser um lugar desconfortável e difícil. Em outras palavras, o gesto de deslocar a crítica para o limiar, para o “entre” das fronteiras, não nos assegura nada em termos de crítica aos regimes de verdade e dominação existentes. Na verdade, apesar de existir algum conforto em “esperar” – e o ato de espera se dá sempre no interstício da temporalidade quotidiana –, esta espera revela também a futilidade das ilusões de esperança e a falta de sentido que caracteriza a banalidade do quotidiano. Para que a Sociologia Política Internacional possa continuar a ser um espaço de crítica, mas também de inovação, Lisle nos convida a habitar o lugar desconfortável de Beckett e, ao mesmo tempo, investirmos em esforços que nos livrem seja da complacência seja da indeterminação em relação ao projeto intelectual que ela expressa. Um dos elementos importantes de tais esforços está, segundo Lisle, na exploração mais ‘transgressiva’ de nossas pesquisas transdisciplinares. Dito de outra forma, ao longo do percurso da Sociologia Política Internacional, a conjugação “interdisciplinar” da sociologia política do internacional talvez tenha, apesar de sua capacidade de crítica das visões ultrapassadas da política mundial, mantido, ainda, uma certa integridade “disciplinar” aos três campos que, por vezes, gerou dinâmicas hierarquizantes (o que devemos privilegiar, o “social”, o “político” ou o “internacional”?) ao invés de desestabilizar suas fronteiras e fundamentos ainda mais. Pensar a partir do interstício requer a aceitação da ambivalência dos conceitos e uma abertura para pensar o social, o político e o internacional em um modo mais “contagioso” e intercruzado que coloque sempre em questão as tentações hierárquicas dos registros disciplinares. Tal abertura implica aceitar a vulnerabilidade das múltiplas maneiras de saber e dos limites de

nossa capacidade de intervenção política. Apesar de problematizar elementos importantes de sua linhagem intelectual, Lisle continua afirmando o lugar estratégico da crítica do poder e das concepções dominantes da política internacional e apostando na capacidade de “descobrir forças alternativas” que habitam os espaços desvendados pelo programa de pesquisa da Sociologia Política Internacional.

Esperamos que, até aqui, esteja começando a ficar relativamente claro que as contribuições do presente volume reforçam, de maneiras diferentes, a problematização dos limites que organizam a vida política e social propostos pelos dispositivos disciplinares através dos quais pensamos o mundo, e que seu desafio é criar modos de análise que permitam situar nosso olhar nas ambivalências das linhas e fronteiras. Por outro lado, a Sociologia Política Internacional também dirige um olhar crítico às soluções propostas para superar as separações tão familiares entre o nacional e o internacional, entre humanidade e cidadania, entre o local e o global, e assim por diante, em particular àquelas que sugerem que podemos, de alguma forma, desconsiderar ou, ao menos, reduzir a relevância destas divisões. Talvez ninguém melhor do que Rob Walker tenha articulado tão bem a crítica às tentativas de evitar a rigidez dos níveis de análise e, em termos mais teóricos, os dualismos e antinomias do internacional moderno. Em seu capítulo, “O internacional moderno: uma política de escalas e subjetividades divididas”, Walker retoma alguns dos temas recorrentes em sua obra para discutir o problema da “ordem global” e da possibilidade de teorizá-la considerando um ambiente intelectual no qual o “internacional” parece perder aderência analítica. Neste sentido, o texto de Walker representa mais uma contribuição a uma das linhas de força fundamentais do projeto crítico da sociologia política internacional – que deve diretamente a ele esta espécie de revolução copernicana nas concepções espaço-temporais dominantes

da disciplina –, quer seja a de que o problema dos limites da política não se resolve através do apagamento das linhas que separam o interno do externo, ou mesmo da multiplicação dos níveis em que se organiza a vida social em uma escala global mais abrangente.

Esta recusa da ambição normativa dos projetos de globalização foi um dos primeiros debates importantes levados nas páginas da revista IPS desde 2007. Aqui, Walker nos lembra que o problema do internacional é, basicamente, o problema da modernidade, qual seja, o de definir o lugar da política, da autoridade em um “centro” delimitado, mais ou menos claramente, por lógicas escalares e forças gravitacionais que estão na base do pensamento científico moderno. Ao tratar da questão de como pensar a ordem global (ou sua reconfiguração), ele nos adverte que, em termos conceituais e teóricos, tais esforços em geral consistem em “ampliar” os postulados modernos do internacional para o global ou o planetário na esperança de melhor governar a humanidade. Ocorre que uma eventual ordem global, que muitos veem como potencialmente mais inclusiva e até mesmo mais democrática, continuaria a expressar as hierarquias que constituem o internacional moderno e o significado da humanidade, da cidadania, do mundo, da natureza e, é claro, da política. O argumento de Walker continua relevante no contexto em que a questão da “ordem” assume contornos supostamente reformistas revestidos em apelos à multipolaridade. Mas a sociologia política internacional tem se mostrado consistente em seu programa de pesquisa ao resistir a estas tentativas de pensar o internacional a partir do problema da ordem e, conseqüentemente, impor algum tipo de coerência àquilo que chamamos de política mundial. Estas ilusões foram, felizmente, deixadas de lado desde a virada crítica nas RI.

Este talvez seja um dos pontos chave da contribuição de Huysmans e Nogueira para um balanço das linhagens intelectuais da

Sociologia Política Internacional e seu potencial para abrir novas agendas de pesquisa. Em seu capítulo, os autores argumentam que a principal contribuição da Sociologia Política Internacional à crítica do internacional moderno é sua formulação de uma analítica da fratura ou, em outras palavras, sua disposição em tomar como ponto de partida as práticas que pretendem delimitar espaços políticos e sociais e naturalizá-los como elementos constitutivos de um sistema. A reprodução do internacional se dá por meio do esquecimento de tais práticas e da representação de um mundo definido por contradições entre tendências à fragmentação e a ocorrência de ordens hegemônicas. Boa parte do trabalho teórico e analítico da disciplina se dedica a explicar as configurações resultantes de instâncias históricas específicas definidas por tais tendências e seus vetores (normalmente estados, ou “potências”). A noção de fratura pretende deslocar a problematização para os limites e fronteiras em lugar das unidades e, subsequentemente, explorar mais radicalmente o potencial crítico da linhagem pós-estruturalista ao desafiar imaginários espaciais que insistem em reificar o mundo enquanto totalidade. Estes dois movimentos permitem, por um lado, questionar a redefinição do lugar da política através do recurso familiar de deslocamento de fronteiras e limites e sua consequente reorganização escalar (como, por exemplo, nas concepções de globalidade como esfera de governança).

Como dizem Bigo e Walker (2007), os esforços para nos “livrarmos do problema do internacional” não são apenas fúteis, mas, mais do que isso, são uma reprodução trivial das práticas de demarcação do político e do não político, do global e do local, do público e do privado etc. Por outro lado, a fratura não pretende substituir o internacional por algum outro tipo de concepção que reúna o particular e o universal em um certo espaço ou sistema. Trata-se de fazer uma análise dos processos que resistem à sua resolução nas formas

modernas de estruturação do político através da afirmação da contingência e fluidez persistente das formas sociais de vida e os eventos que as movem. O segundo movimento inicial da fratura, portanto, explora estratégias transdisciplinares para pensar a multiplicidade de arranjos que compõem as formações sociais, incluindo “sociologias da prática, etnografias da vida quotidiana, filosofias da imanência, novos materialismos”, assemblagens e redes, e assim por diante. Em outras palavras, trata-se de se engajar com o problema do devir (a constante divergência e mutação da matéria que faz o mundo) por meio de formas inovadoras de configurações espaço-temporais. É neste sentido que, na visão dos autores, a Sociologia Política Internacional dá continuidade à linhagem crítica do pós-estruturalismo, ao mesmo tempo em que a transforma através de uma analítica da fratura que investe na transversalidade das relações que constituem e, ao mesmo tempo, distorcem as formas em que devires e conexões assumem alguma consistência, ainda que efêmera.

\*\*\*

Este volume tem como objetivo oferecer aos estudantes e pesquisadores atuando no Brasil uma pequena amostra do projeto intelectual da Sociologia Política Internacional. Os trabalhos aqui reunidos não esgotam, é claro, a ampla agenda de pesquisa desenvolvida pelo campo nos últimos vinte anos, mas temos certeza de que expressam bem a sua disposição crítica, seu investimento na inovação conceitual e analítica, o engajamento com a transdisciplinaridade e o esforço constante de pensar as transformações e complexidades da política mundial contemporânea. Esperamos que este livro sirva como uma contribuição ao debate, sempre vigoroso, do pensamento crítico internacional no Brasil. Finalmente, é com satisfação que anunciamos que este é o primeiro volume de uma nova Coleção, intitulada

“Sociologia Política Internacional”, e publicada sob o selo da Editora PUC-Rio. Nossa intenção é que a Coleção sirva como veículo de difusão do projeto intelectual da IPS nos países de língua portuguesa, de estímulo à produção de pensamento crítico internacional no e a partir do Brasil e como ferramenta de ensino nos cursos nacionais de graduação e pós-graduação. Esperamos que esta possa ser mais uma contribuição para a consolidação do campo das RI em nosso país, que sempre se caracterizou pelo engajamento com a crítica e com os desafios de transformação do internacional moderno.

## Referências

- ASHLEY, R. K.; WALKER, R. B. J. Reading Dissidence/Writing the Discipline: Crisis and the question of sovereignty in international studies. *International Studies Quarterly*, 34, p. 367-416, 1990.
- BALIBAR, E. Europe as borderland. *Environment and Planning D: Society and Space*, 27(2), p. 190-215, 2009.
- BASARAN, T.; BIGO, D.; GUITTET, E.-P.; WALKER, R. B. J. *International political sociology : transversal lines*. Routledge, 2016.
- BIGO, D. Pierre Bourdieu and International Relations: Power of Practices, Practices of Power. *International Political Sociology*, 5(3), p. 225-258, 2011.
- BIGO, D. International political sociology: Rethinking the international through dynamics of power. In: BASARAN, T.; BIGO, D.; GUITTET, E.-P.; WALKER, R.B.J. (Eds.). *International political sociology: transversal lines*, p. 24-48. Routledge, 2016.
- BIGO, D.; WALKER, R.B.J. International, Political, Sociology. *International Political Sociology*, 1(1), p. 1-5, 2007.
- BIGO, D.; WALKER, R.B.J. Political Sociology and the Problem of the International. *Millennium – Journal of International Studies*, 35(3), p. 725-739, 2007.
- PLESSIS, G. du. When pathogens determine the territory: Toward a concept of non-human borders. *European Journal of International Relations*, 24(2), p. 391-413, 2018.

- ELDEN, S. Missing the point: globalization, deterritorialization and the space of the world. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 30(1), p. 8-19, 2005.
- GUILLAUME, X.; BILGIN, P. *Routledge handbook of international political sociology*. Routledge/Taylor & Francis Group, 2017.
- GUZZINI, S.; LEANDER, A. Wendt's constructivism: a relentless quest for synthesis. In: GUZZINI, S.; LEANDER, A. (Eds.). *Constructivism and international relations: Alexander Wendt and his critics*. Routledge, 2006.
- HOFFMANN, S. An American Social Science. *Daedalus*, 106(3), p. 41-60, 1977.
- LATOURE, B. Why Has Critique Run out of Steam? From Matters of Fact to Matters of Concern. *Critical Inquiry*, 30(2), p. 225-248, 2004.
- LISLE, D. Waiting for International Political Sociology: A Field Guide to Living In-Between. *International Political Sociology*, 10(4), p. 417-433, 2017.
- PARKER, N.; VAUGHAN-WILLIAMS, N. *Critical border studies: broadening and deepening the 'lines in the sand' agenda*. Routledge, 2014.
- RAJARAM, P. K.; GRUNDY-WARR, C. *Borderscapes: hidden geographies and politics at territory's edge*. University of Minnesota Press, 2007.
- RYGIEL, K. Bordering solidarities: migrant activism and the politics of movement and camps at Calais. *Citizenship Studies*, 15(1), p. 1-19, 2011.
- SQUIRE, V. *The contested politics of mobility: borderzones and irregularity*. Routledge, 2011.
- VAUGHAN-WILLIAMS, N. *Border politics: the limits of sovereign power*. Edinburgh University Press, 2009.
- WALKER, R.B.J. *Inside/Outside: International Relations as Political Theory* (vol. 24). Cambridge University Press, 1993.
- WALKER, R.B.J. *The Doubled Outsides of the Modern International* [Paper]. 5th International Conference on Diversity in Organizations, Communities and Nations, Beijing, 2005.
- WALKER, R.B.J. *Out of line: essays on the politics of boundaries and the limits of modern politics*. Routledge, 2016.
- WENDT, A. *Social Theory of International Politics*. Cambridge University Press, 1999.

# Fraturando o internacional: as linhagens intelectuais do projeto crítico da Sociologia Política Internacional\*

Jef Huysmans

João Pontes Nogueira

Nos últimos anos, o relativo sucesso da Sociologia Política Internacional (IPS)<sup>1</sup> como projeto intelectual estimulou debates acerca da sua contribuição para os estudos internacionais. A revista IPS foi criada em 2006, e seu primeiro número foi publicado em 2007. Desde o início, a IPS buscou engajar com o “problema do internacional”, por intermédio do questionamento de práticas que delimitam o campo por meio de fronteiras que servem de fundamento para fazer reivindicações sobre a política mundial. Como tal, tentou articular uma estratégia de abertura e transversalidade que circularia através, e conectaria, vários campos intelectuais, e que poderia ser preenchido de várias maneiras (Lisle, 2017; Basaran et al., 2016; De Goede; Guillaume e Bilgin, 2017; Guzzini; Leander, 2017; Villumsen Berling, 2015). A IPS não é uma escola de pensamento. Ela é principalmente um significante que conecta pessoas que compartilham uma disposição para atravessar repertórios de análise familiares e institucionalizados; para redefinir e deslocar as perguntas que podem ser feitas, os métodos que podem ser usados, os estilos de argumentação que são

---

\* Tradução de Renata Summa.

1 Do inglês: International Political Sociology.

aceitáveis. As formas particulares que esta disposição toma depende das linhagens utilizadas para fazer tal pesquisa. Embora tal disposição tenha produzido uma conversa rica e diversificada em torno de temas e estratégias inovadoras, tentamos resistir à tendência, não incomum em movimentos intelectuais como a IPS, a uma certa normalização em torno da pesquisa empiricamente fundamentada, inspirada em uma orientação para práticas sociológicas, analíticas e metodológicas (Lisle, 2017). Neste artigo, nosso objetivo não é, portanto, o de avaliar até que ponto a IPS chegou na formulação de uma topologia “menos restritiva” das relações internacionais, como instigaram Bigo e Walker em 2007b.

Em vez disso, procuramos oferecer algumas reflexões sobre como esse projeto pode manter sua abertura, sua exploração de análises de situações intermediárias, bem como seu potencial como local de contestação e crítica da política mundial contemporânea. Tentamos colocar em primeiro plano as contingências e ambivalências que caracterizavam a ambição crítica da IPS desde sua concepção.

Escolhemos o conceito de “fraturando as Relações Internacionais” como instrumento para esta interferência. Ele retoma um tema familiar através do qual o internacional tem sido questionado criticamente e o explora por meio de um modo de problematização da IPS que dialoga com preocupações políticas contemporâneas e possibilita vários desafios conceituais e metodológicos. Ressoa com trabalhos desenvolvidos no âmbito de discussões sobre “difusão” (Stranger, 1996), transnacionalização (Keohane e Nye, 1977), redes (Slaughter, 2005), prática transversal (Bleiker, 2000), assemblagens globais (Sassen, 2006), e assim por diante. Esses trabalhos são frequentemente vistos como questionamentos sobre o domínio do estado e das relações interestatais, mas estão realmente preocupados com situações nas quais a política é reconfigurada, não do zero, mas

de maneiras que a centralização da política nos estados e no sistema interestadual ou variações de formas políticas escalonadas, como políticas regionais e globais, conceba erroneamente onde e como o poder é exercido (Walker, 1993: 143). Preferimos o termo “fratura” porque ressoa com as linhagens críticas de IPS nas quais inscrevemos nossa interferência, como desenvolveremos abaixo.

## Linhagens de fratura

Uma das maneiras pelas quais podemos entender a contribuição da IPS é encará-la como uma constelação de linhagens intelectuais formadas no contexto da “virada crítica” nas décadas de 1980 e 1990 e que, quando a revista IPS ganha vida, experimenta um momento de intensa diversificação teórica e empírica e, até certo ponto, de fragmentação. A IPS passa a fazer parte de movimentos que envolvem um conjunto transdisciplinar de recursos analíticos das Ciências Sociais. Na IPS, esses recursos inicialmente vieram particularmente da sociologia e da etnografia, da teoria política, dos estudos culturais e da geografia humana para produzir estudos sobre assuntos que cruzassem transversalmente as fronteiras de um repertório estatista e positivista das RIs norte-americanas. A convergência em torno de algumas das principais linhas de pensamento crítico sobre o internacional tornou possível a iniciativa coletiva da IPS, em particular as linhagens destacadas em nossa discussão sobre a fratura como uma forma de problematizar o internacional.

Essas linhagens consolidam um foco na criação de fronteiras como prática dominante na reprodução do internacional moderno, e uma resistência à leitura da proliferação de locais de poder e luta como parte de processos que manifestam alguma rearticulação de totalidades sociais (ou estruturais). Elas também inspiram diversas orientações sobre, por um lado, a principal preocupação da crítica

pós-estruturalista – isto é, a tensão entre temporalidades e estruturas em um mundo de práticas soberanas em constante mudança e ontologias estatistas – e, por outro, um interesse analítico em processos e modos de “especialização e temporalização do poder” focados nas relações, posições e trajetórias de agentes em áreas e situações específicas numa rede mais complexa de fluxos transnacionais (Walker, 1993; Bigo e Walker, 2007b; Walker, 2010; Bigo, 2016).

A pluralidade de perspectivas reunidas sob a égide da IPS geraria tensões inevitáveis e frequentemente produtivas. Para alguns, o guarda-chuva deve ser o mais inclusivo possível – quase uma tenda – para renovar as energias das disposições pós-positivistas que transformaram a disciplina, abriram-na para novas influências e ampliaram o alcance de seus debates para além do espaço acadêmico norte-americano dominante (Guillaume e Bilgin, 2017). Para outros, embora a descentralização e a diversidade fossem importantes, as preocupações teóricas e epistemológicas das décadas anteriores haviam atingido seus limites sem produzir abordagens analíticas robustas que pudessem sustentar agendas de pesquisa novas (Kessler, 2009; Guzzini, 2017). Para estes, a IPS exigia não apenas uma pluralidade de abordagens, mas engajar-se mais intensamente com programas de pesquisa sociológica que resistissem à reificação de estruturas espaço-temporais das teorias sistêmicas, traçando, em vez disso, linhas transversais contingentes de conhecimentos e relações que não poderiam ser reduzidos ao terreno ontológico do Estado (Bigo, 2016). Na revista, Bourdieu, Luhmann e leituras sociológicas da obra de Foucault foram, inicialmente, algumas das fontes mais relevantes utilizadas pelos autores para desenvolverem tais agendas de pesquisa.

Mais recentemente, a teoria ator-rede e, mais amplamente, os estudos de ciência e tecnologia começaram a desempenhar um papel semelhante. Ambas as orientações são fundamentais para entender

como a IPS engaja a linhagem da “virada crítica”. Elas criam uma tensão que permite explorar estas linhagens das décadas de 1980 e 1990 de maneira dinâmica e criativa. Torna-se possível responder à necessidade tanto de teorização sociológica transversal quanto à de análise empírica, bem como a um enfrentamento dos limites de tais programas sociológicos, recorrendo a diferentes recursos disciplinares, como estudos culturais, feminismo ou estética. Por exemplo, Jarius Grove (2016) baseia-se na teoria ator-rede, mas a principal linhagem intelectual mobilizada por ele é uma filosofia ecológica baseada em Whitehead e na filosofia de objetos. Esta leva a uma análise que funciona através da justaposição e colagem, em vez de uma implantação mais sistemática de conceitos, procedimentos e observações sociológicos. É uma maneira de trabalhar que entende a guerra ao colocá-la numa ampla interconectividade ecológica de coisas, seres humanos e várias esferas da vida, em vez de focar na especificidade dos campos transnacionais das elites profissionais ou em estudos de caso da tecnologia militar e no que eles nos dizem sobre mudanças na guerra. Esta abordagem é controversa e levantará questões sobre seu valor, mas representa um trabalho que busca envolver de maneiras distintas e menos sociológicas a dissolução contemporânea da linha entre a vida cotidiana, banal e o “campo de batalha” e as “estratégias de combate” na política da guerra. Ele incorpora a linhagem experimental que foi central para como “a virada crítica” desconstruiu repertórios familiares de conhecimento e método de RI (por exemplo, Der Derian e Shapiro, 1989; Enloe, 1989; Sylvester, 1994; Weldes et al., 1999).

Como podemos ver nos primeiros anos do periódico IPS, estas duas posições intelectuais geraram um intenso debate e uma produção acadêmica em torno das várias maneiras pelas quais as fronteiras funcionam e como as inovações nas abordagens conceituais e analíticas – enriquecidas por um compromisso aberto com

a transdisciplinaridade – permitiram a pesquisa em aeroportos, campos, regimes de vigilância, tecnologias de governo, violência, migração, cidadania, direito, finanças e muitos outros tópicos, sem cair em becos sem saída epistemológicos ou nas narrativas confusas da pós-soberania.

Ao olharmos para a trajetória do campo, estamos convencidos que a IPS acerta ao resistir a definições, programas de pesquisa ou esforços para transformá-la em uma “escola” de pensamento. Funciona, em vez disso, como campo em que intercedem diferentes vertentes críticas, criando debates e novas linhas de pesquisa. Como Debbie Lisle (2016) afirma, estamos em um “terreno difícil e exigente de pesquisa pelo qual os estudiosos devem lutar arduamente para manter aberto, pluralista e receptivo a novas ideias”. Ao partir de uma posição que considera o terreno em constante mudança, no qual as problemáticas da IPS se desdobram, tentamos formular a noção de “linhagens de fratura”, em um esforço para destacar o que a IPS faz e representa em suas diferentes articulações.

Como mencionamos anteriormente, usamos o termo “fratura” porque ressoa com a disposição crítica na qual inscrevemos nossa leitura de suas linhagens e sua contribuição geral aos estudos internacionais. Além disso, queremos distinguir esta leitura de noções mais familiares, como “fragmentação”, que têm sido frequentemente usadas por diferentes perspectivas teóricas com vários significados, frequentemente associados a problemas de ordem e/ou integração do sistema de estados. De fato, é justo dizer que, desde seu início, as Relações Internacionais se preocupam com a criação da ordem em um mundo fragmentado em diferentes tipos de unidades – principalmente estados nacionais e territoriais. Mais recentemente, especialmente após o fim da Guerra Fria e das mudanças que se seguiram, o problema da ordem e sua dinâmica dualista de fragmentação/integração

adquiriram considerável relevância na maioria das narrativas sobre política internacional.

As linhagens de IPS que discutimos aqui abrangem uma gama de perspectivas críticas sobre o problema da descentralização do poder além do Estado, como os primeiros trabalhos sobre relações transnacionais, o papel dos atores não estatais, a distribuição da agência nas redes, a crescente complexidade dos regimes e seus arranjos normativos em áreas como finanças, tecnologia, direito e assim por diante. Estas narrativas, que incluem contribuições tão diversas quanto Keohane e Nye (1977), Strange (1996), Ruggie (1993), Kratochwil (1989), Bleiker (2000), Slaughter (2005), Sassen (2006) e Agnew (2009), entre outros, respondem de diferentes maneiras a suspeitas frequentemente contidas sobre a inadequação de suposições bem estabelecidas sobre a localização da política. Quando os debates das décadas de 1980 e 1990 chegaram ao fim, abordagens racionalistas e construtivistas articularam uma síntese que reconciliava o centralismo de estado com análises convencionais de difusão de poder e fragmentação de autoridade, produzindo uma nova ortodoxia, ainda dominante, nas RIs norte-americanas.

De acordo com o novo *mainstream*, em condições de interdependência cada vez mais complexa, os estados encontraram mais incentivos para criar e participar de instituições de governança global que exibiam capacidades para gerar regras e obrigações quase legais. Os institucionalistas incorporaram o construtivismo social para dar conta do cumprimento e a difusão de normas pelos estados, combinando enfoques baseados em interesses e em identidades para explicar as disposições dos Estados a compartilharem autoridade e soberania. As instituições operavam em um sistema densamente povoado por normas e funcionariam como pontes, conectando atores e processos políticos nacionais e internacionais (Wendt, 1999; Barnett e Finemore, 2004; Katzenstein, Keohane e Krasner, 1998).

Embora a virada crítica tenha sido crucial na mudança das RIs em direção ao “social” e na abertura de espaços para uma série de modos de teorização até então marginalizados no campo, poderíamos argumentar que a IPS emerge, em certo sentido, no contexto de uma derrota estratégica dos esforços realizados pelo pós-estruturalismo para desestabilizar os fundamentos ontológicos e epistemológicos da disciplina de RI. Ole Waever definiu este momento como “quarto debate”, em que as RIs recriaram um meio termo em torno do construtivismo social moderado e das abordagens neoinstitucionalistas que neutralizaram as arestas mais afiadas tanto dos programas de pesquisa racionalista mais radicais e do experimentalismo pós-estruturalista (Wæver, 1997). Como um “contramovimento” que superou os dualismos tradicionais das ciências sociais positivistas, a IPS tomou como seu “ponto de partida (...) uma ontologia relacional e processual (...) com uma visão específica do social [que] qualificou uma análise (puramente?) orientada pelo discurso” e estava muito mais aberta a uma disposição empírica (Guzzini, 2017). Esse distanciamento relativo da desconstrução também pode ser encontrado nas alegações de certos críticos de que ela reafirma os binários que se propõe desestabilizar e “inevitavelmente nos leva de volta às fundações originais da autoridade” (Bartelson, 2001: 168). Havia, portanto, uma sensação de que uma certa obsessão pela soberania continuava nos trazendo de volta à problematização do estado e suas transformações, de alguma forma reificando, se não o estado, o próprio problema, em detrimento da atenção às mudanças e práticas que os produziram – daí o chamado de Campbell para irmos além da problemática da soberania (De Goede, 2017).

O que a noção de “fraturar” contribui para essas preocupações sobre poder, autoridade e sobre a política não estarem realmente onde deveriam estar? O que esse conceito oferece em termos de uma visão

alternativa da descentralização do Estado e da difusão de práticas sociais de autoridade? Sua distinção decorre de duas linhagens interconectadas que definem a IPS como um modo particular de problematização. Essas linhagens são: a) o questionamento crítico de repertórios familiares de análises em RI nas décadas de 1980 e 1990, ao deslocar o foco do estudo da política por meio de fronteiras e limites em direção à pesquisa do exercício do poder que ocorre na prática de criação de fronteiras e definição de limites; e b) formas pós-estruturalistas de problematização que desafiam as Ciências Sociais estruturalistas que entendem o significado político das práticas como manifestações ou, mais precisamente, representações de totalidades, mas que, por sua vez, buscam evitar o recurso a análises individualistas ou focadas na agência.

### A questão dos limites

Talvez nenhum outro questionamento crítico dos modos dominantes de interpretação do internacional tenha sido mais influente no processo de formação da IPS do que a questão dos limites. A maioria dos debates cruciais das décadas de 1980 e 1990 é definida, de uma maneira ou de outra, por este problema. Certamente, a questão traz a marca da “analítica da finitude” de Foucault, desenvolvida em sua crítica ao estruturalismo e à fenomenologia em “A palavra e as coisas” e na “Arqueologia do Saber”. Nestes trabalhos, ele interpreta a reflexão de Kant sobre a irrupção da modernidade como a ideia de que “os limites do conhecimento fornecem uma base positiva para a possibilidade de conhecer” (Foucault, 2002: 343). Walker explorou apropriadamente a antinomia que torna a finitude tanto a limitação positiva e o fundamento (possibilidade) das reivindicações de verdade nas práticas disciplinares das ciências sociais quando afirma que “as teorias das relações internacionais podem ... ser lidas como expressão primária dos limites da política moderna” (Walker, 1995: 32). De

fato, sua principal contribuição para a articulação de uma posição crítica neste contexto específico foi considerar as afirmações das teorias internacionais sobre os limites do político como condição de possibilidade de seu conhecimento sobre as relações internacionais (ver também Ashley, 1987). Além disso, as limitações da política fora das fronteiras do Estado constituem os limites de projetos transformadores nas comunidades nacionais. Comunidades podem criar mudanças, mas apenas até o ponto em que se deparam com restrições estruturais do sistema internacional, seja na forma de exigências por segurança em condições de anarquia ou dependência em relação a outros estados e instituições internacionais para sustentar reformas econômicas, sociais, culturais e políticas. De fato, qualquer mudança é interpretada dentro da estrutura da modernidade, em outras palavras, como uma transcendência de limites que insistem em permanecer exatamente onde estão. Por exemplo, afirmações sobre governança global acabam reiterando diagramas de política estatal e escalar, ou a redução de mudanças estruturais a instabilidades temporais que acabarão mais cedo ou mais tarde em estruturas familiares entre estados e sistema internacional.

Tais alegações permaneceram circunscritas no imaginário espacial das fronteiras territoriais dos estados soberanos, reproduzindo a ação ambivalente de transcendência de fronteiras a fim de reafirmar seu papel constitutivo na reprodução do Estado soberano. Os debates sobre a “uni”, a “bi” e a “multipolaridade”, o dividendo da paz, a sociedade civil global e a governança global após o final da Guerra Fria oferecem um microcosmo de tais movimentos de controle de mudanças, atualizando-as por meio de e dentro dos limites das categorias políticas baseadas no estado moderno. Portanto, tornar a questão dos limites e como eles condicionam a prática e o conhecimento internacionais um foco central de análise e interesse questiona as próprias fundações

da reivindicação de mudança das RIs na política mundial, dados o realismo estrutural e, de maneira mais ampla, a incapacidade das RIs de relaxar suas suposições estatistas para “preencher” a lacuna entre “externo e interno” e explicar como interações mais intensas através das fronteiras em interdependências complexas reconfiguram a política (Keohane, 2002). O caráter problemático da mudança também estava presente nas visões “progressistas”, neomarxistas da política; aqui, o deslocamento das fronteiras entre nacional/ transnacional ou global/ local foi interpretado como novas condições para movimentos sociais, atores não estatais e até mesmo formas estatais em transformação (ou comunidades políticas pós-nacionais) para efetuar estratégias contra-hegemônicas e práticas de resistência em uma “sociedade civil global”. Essa literatura interpretou as transformações no capitalismo global (ou globalização) como condições potenciais para superar os limites à emancipação impostos pelos estados nacionais. Esse tipo de cosmopolitismo de esquerda vai do estruturalismo modificado dos Gramscianos, como Cox e Gill, aos Habermasianos, como Linklater (Gill, 1993, 2003; Cox e Sinclair, 1996; Linklater, 1998).

Podemos argumentar, então, que a IPS surge como uma instância de problematização distinta e fragmentada da questão das fronteiras e limites ou, em outras palavras, do desafio à contenção espacial da temporalidade e contingência nas relações internacionais. A IPS leva a sério a ideia de tornar os próprios limites e fronteiras em objeto de pesquisa, procurando inventar maneiras de entender as práticas que ocorrem nas fronteiras e reconfiguram limites. Isso é feito de maneiras que buscam entender configurações da política após o internacional e o global, mas “antes do mundo”, isto é, da vida política que “não funciona exatamente como as categorias da análise política moderna sugerem que deveriam funcionar” (Walker, 2010: 23), e que assume como posição padrão que “o mundo inteiro está para sempre além

do nosso alcance” (Walker, 2010: 22). Esta linhagem de IPS desafia tanto as pretensões disciplinares de estabelecer limites claros para a produção de conhecimento quanto para a legitimação da crítica, bem como suas delimitações dos limiares do internacional, seja nas narrativas da governança global, seja na afirmação mais particular das identidades de estado. O questionamento dos limites vai, precisamente, contra o restabelecimento de uma visão modernizadora do internacional, agora moderada e civilizada por estados mais domesticados (ou bem governados, se usarmos o jargão neoliberal) e instituições mais robustas de governança global. Esse é o processo ao qual Bigo e Walker se referem como “se livrar” do problema do internacional por meio do constante redesenho de linhas familiares, ainda que modificadas, de demarcação do político e do não político, do local e do global, do público e do privado, e assim por diante (Bigo e Walker, 2007b: 730).

### A Linhagem pós-estruturalista entendida como “após o estruturalismo”

A segunda linhagem que trazemos para o nosso esforço de articular a fratura como prática de problematização internacional refere-se à crítica pós-estruturalista dos sistemas e estruturas entendidos como todos sociais, ou totalidades. A centralidade da linhagem pós-estruturalista na IPS destaca sua conexão com a crítica e a reconfiguração do estruturalismo nos debates das Ciências Sociais das décadas de 1960 e 1970 (Foucault, Deleuze, Derrida) e com a desconstrução do realismo estrutural em RI (Ashley, 1984; Walker, 1993). Interpretamos a linhagem pós-estruturalista da IPS como, literalmente, “após o estruturalismo”, reconhecendo a influência contínua do estruturalismo na sociologia política internacional e as maneiras pelas quais ela foi rearticulada em várias estratégias transdisciplinares que

incluem sociologias da prática, etnografias da vida cotidiana, filosofias políticas de imanência e contingência, novos materialismos e assim por diante. Em outras palavras, a crítica do estruturalismo ainda informa vários movimentos ontológicos na IPS, com o objetivo de lidar com o problema da mudança nas configurações espaço-temporais modernas do social, do político e do internacional. Isso significa que, como no problema dos limites, as restrições à contingência, à prática e à temporalidade não podem ser tratadas por meio do restabelecimento de dualidades da agência e estrutura através de novas epistemologias subjetivistas, por ontologias objetivistas do social que produzem análises dirigidas por atores, ou dispensando completamente a estrutura. A linhagem pós-estruturalista que pensamos mais especificamente tenta capturar como o estruturalismo e o pós-estruturalismo contribuem para repensar as relacionalidades da prática e do poder em formas de conexões e devires imanentes.

Em seu já clássico texto de 1984 contra o neorealismo, Richard Ashley toma como ponto de partida a crítica de E.P. Thompson ao estruturalismo de Althusser: “uma perspectiva conscientemente científica (...) que sobrepôs uma compreensão positivista da ciência a Marx (...) ignorou a história [e] aboliu o papel da prática em (...) produzir estruturas sociais. Produziu um entendimento a-histórico e despolitizado da política” (Ashley, 1984: 226, 255). Ashley passaria a analisar o neorealismo como a reprodução, nas RIs norte-americanas, dos mesmos erros do marxismo continental; como o movimento ideológico análogo de um “projeto totalitário de proporções globais: a racionalização da política global” (Ashley, 1984: 228). De certa forma, é lamentável que um dos textos mais influentes da virada crítica em RI tenha produzido essa sobreposição de um momento complexo – ainda que um tanto empobrecedor – na trajetória do marxismo ocidental aos caprichos da ciência política norte-americana.

Este estranho movimento forneceria a base para uma crítica ao “movimento neorrealista como um todo”, mas no final resultou em uma crítica ao *estruturalismo* como um todo – de uma certa interpretação do estruturalismo que é sobredeterminada pelo debate nas RIs americana e pelas conhecidas antipatias dos marxistas britânicos em relação à filosofia continental. Mais tarde, Ashley se reposicionaria em uma crítica pós-estruturalista da problemática da anarquia, mas não prosseguiu na crítica do estruturalismo e as limitações da crítica nos debates mais amplos dentro do marxismo e da filosofia continental em geral. O foco se voltou para um reposicionamento do realismo clássico e das teorias da interdependência – no lugar do neorrealismo – como melhores ferramentas analíticas para entender a política internacional (Ashley, 1987).

Walker trabalhava ao mesmo tempo, e se questionava sobre uma problemática semelhante, em particular, com a questão da mudança e da temporalidade em relação ao estruturalismo. Em sua crítica às RIs americanas, Walker adota a posição geral de que o estruturalismo é a resposta do realismo aos dilemas da mudança (bem como uma crítica ao historicismo), uma solução que privilegia uma concepção espacial/estática/estatista da política sobre a temporalidade e história. No entanto, enquanto Walker concorda que o estatismo, combinado com epistemologias funcionalistas e positivistas, estabiliza as indeterminações da razão política que Waltz e Keohane encontram em sua formulação clássica, ele é menos otimista de que o estruturalismo, como Ashley claramente afirma, estabilize as fronteiras do político, domesticando o tempo dentro delas, ao relegar a repetição ao lado de fora. Além disso, Walker vê o movimento para reconciliar o individualismo metodológico com o holismo de um sistema que opera simplesmente como uma estrutura de diferenciação (governada pela lógica da anarquia)

como profundamente problemático. O modelo científico/funcionalista do neorrealismo responde por causas e efeitos estruturais que permitem uma representação empiricamente verificável de um sistema autônomo e coeso, caracterizado pela continuidade de sua estrutura e pela ausência funcional de diferenciação de suas unidades constituintes – os estados.

Enquanto para Ashley (e Ruggie) o neorrealismo é problemático devido à contradição em sua lógica generativa (individualista/atomista) e sua premissa ontológica – o holismo (a estrutura precede suas unidades) –, Walker está mais interessado em saber como essa solução específica da relação entre estrutura e história expressa uma relação instável entre diferença e identidade no realismo como uma tradição filosófica política da qual o neorrealismo é apenas mais uma instanciação (Walker, 1993: 104-24).

O ponto interessante na crítica de Walker, para os propósitos de nossa discussão sobre a linhagem do pós-estruturalismo, está em sua leitura do estruturalismo como uma problematização da diferença por meio de uma espacialização da política que só se sustenta por meio de práticas soberanas. Em outras palavras, a soberania mantém o estado e o sistema de estados juntos ao “reestruturar o espaço político” e constitui o internacional como o campo da diferença mediada pelo estado soberano – a fronteira soberana que faz do sujeito o veículo para a reprodução de um universal reconciliado com suas diferenças perenes. Logo nos lembramos do problema dos limites discutidos na seção anterior. Mas, mais interessante, conectamos a ele a percepção de que seus “poderes ontológicos de determinação” só são possíveis pela “descontinuidade radical”, inerente à resposta do estruturalismo, da relação entre história e estrutura, cuja topologia é precisamente a linha -temporal e espacial – entre a eternização e a abolição da diferença que caracteriza as teorias internacionais. Esta tensão está

ausente na crítica “convencional” de Ashley ao estruturalismo (Walker, 1993: 115), que se concentra em contradições normativas e lógicas das formas dominantes do realismo estrutural. Embora em Walker nós também encontremos uma atração pela ênfase do realismo político em práticas (e mudanças), bem como por um historicismo “ambivalente”, necessário para afirmar a diferença, sua análise do estruturalismo se concentra muito mais em como ele abre questões sobre as dificuldades consideráveis de entender como as estruturas são produzidas politicamente sem cair em dualismos já conhecidos de agência e estrutura. Sua resposta baseia-se no destaque dado pelos pós-estruturalistas às relacionalidades para problematizar a distinção entre o todo e as partes, com todas as suas implicações para o lugar do sujeito e a possibilidade de crítica (Walker, 1995: 95). No final, Walker se encontra em um lugar não muito distante de Althusser, ambos rejeitando princípios unificadores idealistas (historicistas ou fenomenologistas) que possam superar a fragmentação e suas teleologias, bem como o reconhecimento de que a possibilidade de crítica está na abertura para “o evento, o ainda inimaginável e também toda a prática vivida, incluindo a política” (Althusser, Matheron e Corpet, 2006: 264). Isso não é tão surpreendente, dado que os althusserianos e pós-estruturalistas, apesar de suas posições diferentes e às vezes abertamente conflitantes, estavam trabalhando com os limites do estruturalismo dentro de uma linhagem estruturalista, sendo cuidadosos para evitar alternativas orientadas pela agência. O conceito de “fratura” tem como objetivo chamar a atenção precisamente para como a IPS tem fortes conexões com essas reconfigurações da relacionalidade depois do estruturalismo que emergem do trabalho e do engajamento dos limites de várias formas de estruturalismo.

As linhagens do pós-estruturalismo na IPS expõem os limites de sua crítica à soberania e ao internacional moderno imaginado como

um todo social, como uma concepção nostálgica de uma comunidade política que, por meio de uma imaginação política alternativa e práticas radicais, poderia reconstituir-se ao desestabilizar (ou descentralizar) suas fronteiras. No entanto, a IPS também é definida pelo estruturalismo inerente à crítica pós-estruturalista, que foi sistematicamente negado – ou sublimado – nos combates teóricos da década de 1980.<sup>2</sup> Em outras palavras, se o pós-estruturalismo “herda e combate o estruturalismo” (Choat, 2010: 14), argumentamos que existe muita ambivalência na IPS, e que essa ambivalência está em curso na nossa abordagem de fraturar como forma de problematização e crítica. Nesse sentido, nos distanciamos de uma crítica do estruturalismo talvez excessivamente baseada no ataque à ortodoxia da RI que enfatizava os aspectos estáticos e essencializadores da estrutura, bem como sua aversão à mudança. Como alternativa, argumentamos que o estruturalismo e o que vem depois, como linhagem da IPS, recupera a recusa às grandes narrativas, à busca de origens, às tentações do historicismo, à centralidade do poder e ao poder do centro, mantendo o foco nas condições de possibilidade do conhecimento, das práticas e relações. Podemos encontrar exemplos dessa linhagem em várias linhas de pesquisa da IPS nos últimos dez anos, como a sensibilidade ao evento, uma atenção à historicização e à análise do social de maneira não teleológica, recorrendo principalmente a Bourdieu e algumas leituras de Luhmann. Além disso, as análises foucaultianas da circulação do poder através de conjuntos de instituições dispersas ou em rede que apenas adquirem coesão contingentemente em regimes específicos

---

2 A atenção a Bourdieu na IPS é uma das expressões mais claras disso. Um dos desafios para a IPS, no entanto, é que os debates sobre o estruturalismo permaneçam definidores para a IPS e que, ao ignorá-los, corremos o risco de retornar a leituras bastante totalizantes da política, por exemplo, de retornar às concepções teológicas do político. Portanto, pensamos que o pós-estruturalismo permanece e deve permanecer como um conjunto de recursos-chave para a IPS.

de conhecimentos e práticas de governo compartilham essa linhagem (Hindess, 2005). Os questionamentos feministas das diferenciações entre o privado e o público, o trivial e o extraordinário, e as condições banais de possibilidade da chamada alta política são outro exemplo, assim como as análises baseadas nas concepções de relacionalidade de Latour e Deleuze e críticas pós-coloniais de RI. Juntando tudo isso, podemos ver como a busca por descontinuidades e a rejeição de totalidades e princípios gerais em favor de multiplicidades (no tempo e no espaço) é uma característica definidora de um trabalho significativo na IPS (por exemplo, Best, 2008; Soreanu, 2010; Kopper, 2012; Squire e Darling, 2013; Ní Mhurchu, 2015).

No entanto, se podemos encontrar tensões nessa linhagem, talvez a mais relevante delas se configure no movimento das “relações internacionais” para a “política mundial”. No contexto da virada crítica, esse movimento expressou a disposição antiestadocêntrica da época e uma tentativa de submeter o princípio da soberania estatal – com todas as suas reivindicações ontológicas – a um escrutínio desestabilizador. Expressou também a insatisfação explícita com a rigidez espacial das RIs. Enquanto para alguns a política mundial (assim como outras formas de política como a local) “tornou-se impossível” pela centralidade da política estatista como uma política espacial (Walker, 1995), muitos viam a política mundial como uma possibilidade de abertura para os atores não estatais, para fluxos transversais, redes, assemblagens, regimes descentralizados de governo e / ou governança e assim por diante (Albert, 2007; Abrahamsen e Williams, 2009; Thomas, 2009; Bartolomeu, 2010; Kessler, 2012; Bigo, 2016). Diferentes formulações do problema surgiram nas análises sobre sociedade mundial, globalidade, governança global e governamentalidade, entre outras, inspiradas principalmente por abordagens sociológicas, particularmente pela virada prática e por uma análise mais empírica

e metodologicamente pragmática dos processos sociais, bem como pelas aulas posteriores de Foucault sobre governo (Tosa, 2009; Kurki, 2011; D’Aoust, 2013). Certamente, estas contribuições foram principalmente críticas às teorias da globalização e ao deslocamento para o global que as caracterizou e instituiu a globalidade como um espaço social único (Huysmans et al., 2009). No entanto, a noção de “global” proliferou nas páginas da IPS, apesar de uma “ontologia social da globalidade permanecer indeterminada” (Bartelson, 2010). Embora a maioria dessas abordagens evite a discussão de uma ontologia do social, elas ainda a trabalham com esse pressuposto como uma base para sua análise. De fato, parece que a condição de falar sobre o político sem cair em armadilhas estatísticas ou territoriais, é reenquadrar o global como “mundo”, ou seja, o espaço complexo no qual ocorrem interseções transnacionais e transversais. O problema passa a ser como rastrear ou vincular a articulação de práticas a esse espaço mais frágil e contingente sem reproduzir a globalidade como expressão do internacional ou de um todo social.

O espectro do estruturalismo surge em representações espaciais de um espaço global sempre em risco de fechamento. Os métodos e conceitos de fratura que a IPS introduziu são aqueles que buscam negociar tensões entre a precariedade das relações e seu fechamento não apenas espacialmente, mas também temporalmente, em suas concepções de mundo, globalidade e transversalidade. São tensões que têm suas raízes no problema da estrutura após o estruturalismo, que nas RIs se expressam através da crítica do internacional e da globalização.

## Fratura: um modo de problematização da IPS

Nesta seção, apresentamos dois veículos conceituais para fraturar as RIs que são inscritos nas linhagens de IPS discutidas acima: “conectar”

e “devir”. Eles facilitam a desconstrução de distinções comuns entre passado e presente, local e global, e identidade e diferença por meio do desenvolvimento de modos associativos de pesquisa para entender as condições contemporâneas das relações de poder.

### *Fratura enquanto conexão*

O ponto de partida para essa concepção da IPS é passar de “unidades” para o “estabelecimento de conexões”, um movimento que outros chamam de abordagens de processo (Jackson e Nexon, 1999; Guillaume, 2007, 2009; Kessler, 2009; Guzzini, 2017). As RIs tendem a entender a sociedade, o estado, o internacional e o global como unidades ou, mais precisamente, como “conjuntos” que existem simultaneamente como entidades atuantes e dados estruturais que explicam o que está acontecendo dentro deles. A IPS desafia estas interpretações ao fraturar determinadas “entidades” em forma de práticas através das quais elas são representadas – isto é, simultaneamente criadas, reiteradas e modificadas (Guillaume e Bilgin, 2017). Em outras palavras, aborda as sociedades, os estados, o internacional e o global do ponto de vista de como eles estão continuamente em um processo de criação e recriação (Simmel, 1971; Macherey, 2009: 133-35).

Fraturar nesse sentido não é fragmentar. Esse movimento não trata histórias e situações como dialéticas de fragmentação em unidades menores e integração de unidades menores em unidades maiores. Em vez disso, ele concentra-se nas práticas de conexão. Esse foco na importância de “conectar” não é simplesmente um movimento analítico; ele atua também em debates políticos como, por exemplo, se os direitos de cidadania devem derivar da nacionalidade, de se envolver em transações em um território específico ou de transações transversais que conectam pessoas, independentemente das fronteiras entre comunidades políticas (Isin e Nielsen, 2008; Andrijasevic et al.,

2012; Aradau, Huysmans e Squire, 2010; Weber, 2010; Squire, 2011; Chauvin e Garcés-Mascaren, 2012; Shindo, 2012; D’Aoust, 2013; Barabantseva, 2015; Isin e Ruppert, 2015). Jarius Grove (2016) e Cynthia Enloe (2016) expressam como a fratura enquanto conexão também se traduz em um método distinto de escrita associativa. Suas análises não se fragmentam, mas colocam em relação vários pedaços de instâncias, teorias e filosofias e compromissos políticos para mostrar como o poder é disperso.

Ao focar na conexão, reconhecemos que é inútil ou equivocado enxergar os padrões como totalidades organizadas. Isso situa a Sociologia Política Internacional em linhagens de pensamento e métodos de trabalho que favorecem a análise de singularidades, em vez de generalidades e grandes narrativas (Rabinow, 2003: 35). No entanto, privilegiar a conexão representa um desafio significativo ao uso generalizado do raciocínio de tipo ideal para envolver singularidades<sup>3</sup> (Bhambra, 2014). Embora o uso de tipos ideais de Weber permita mais variedade (Rabinow, 2003: 31-43), as heurísticas típicas ideais concentram-se principalmente na identificação de práticas, culturas ou formas de vida distintas, e não nas práticas e histórias que funcionam entre eles e que quando conectadas desafiem o entendimento que o tipo ideal produz.

Entender eventos em termos de tipos ideais é argumentar que eles são passíveis de serem conhecidos em termos de processos representados como internos ao tipo. As sociologias conectadas, em contraste, buscam reconstruir categorias teóricas – suas relações e objetos

---

3 Nós nos apoiamos aqui em primeira instância no trabalho de Bhambra (2014). Sua leitura do tipo ideal desafia o modo como eles foram usados na sociologia comparada. Como resultado, difere de leituras mais positivas dos tipos ideais de Weber, como o de Rabinow (2003: 37), que entende “tipos ideais como assemblagem heterogênea trazida a uma forma” e para quem os tipos ideais são um método que privilegia singularidades.

– para criar novos entendimentos que incorporam e transformam os anteriores. (Bhambra, 2014: 4)

Mesmo quando trabalhos em RI e Sociologia não se referem explicitamente a “tipos ideais”, eles permanecem muito presentes, variando desde a classificação de práticas de segurança cada vez maiores como “setores” até a identificação de “culturas nativas” e “culturas modernas”, até a reificação “do internacional” e “do global” como entidades separadas definidas por seu funcionamento interno. Os tipos ideais diversificam, mas não fraturam as situações da maneira que buscamos. Para diferenciar sua abordagem de métodos típicos ideais, Bhambra introduziu o conceito de “reconstrução”. A pesquisa reconstrói o conhecimento ao ver uma pluralidade de conexões possíveis e selecionar algumas dessas conexões, incluindo explicitamente algumas menos familiares, para criar oportunidades para desafiar o conhecimento e as explicações instituídas. Em outras palavras, a reconstrução através da conexão se concentra no trabalho criativo que ocorre ao relacionarmos questões. Portanto, essas reconstruções não se destinam a multiplicar o número de tipos ideais, por exemplo, introduzindo a colonialidade na análise sociológica pela multiplicação de diferentes tipos culturais (Bhambra, 2014: 146). A questão é, em vez disso, deslocar o familiar à medida em que é expresso nos (e através dos) tipos. Rojas (2016) trata explicitamente desse modo de conexão. Ela revisita os debates em estudos pós-coloniais e decoloniais sobre como envolver a dominação das epistemologias modernas desenvolvidas nas potências coloniais para desenvolver uma abordagem pluriversal da política global e internacional. Semelhante a Bhambra, ela defende a conexão de conhecimentos e situações que são deixados de fora das RIs pela literatura ocidental instituída. O objetivo é inserir um conjunto de relações históricas e atuais que perturbem repertórios familiares do conhecimento por meio de questões como globalização,

multiculturalismo, integração europeia, migração, política ambiental e assim por diante (ver também Seth, 2013; Shilliam, 2015). O apelo de Lisle (2016) por conexão transdisciplinar e sua noção de “feliz naufrágio” apresenta um entendimento similar sobre a IPS, mas que envolve os limites da sociologia em um debate mais amplo sobre o valor de trabalhar transversalmente pelas disciplinas (também Barry e Borne, 2013).

Existem várias maneiras pelas quais esse modo de fraturar generalidades em singularidades por meio da conexão é realizado. A leitura reconstrutiva das conexões históricas de Bhambra e Rojas é um desses modos. A assemblagem de linhagens heterogêneas através da captura de mídia específica, desde scanners corporais (Bellanova e Fuster, 2013) e indicadores-chave de desempenho (Schouten, 2014: 31-32), ao YouTube (Austin, 2016), até dispositivos explosivos improvisados (Grove, 2018) é outro (IPS Forum, Best e Walters, 2013). Seguir a distribuição de capitais e suas homologias temporais com a distribuição de disposições é outra (Cohen, 2010; Bigo, 2011; Bigo e Madsen, 2011; Dezalay e Garth, 2011; Leander, 2011; Bigo, 2016). Trabalhar relações imanentes entre resistência e dominação, e entre modos contraditórios de prática é ainda outro (Budz, 2009; Dunn Cavely e Jaeger, 2015; Ryan, 2015; Davies, 2016).

O uso deste conceito de conexão introduz um modo distinto de fazer IPS. Conforme exposto na seção anterior, desde o início, a Sociologia Política Internacional interessou-se pelo traçado de fronteiras e pela vida que ocorre nas linhas, e não somente através delas. Não é de surpreender que a revista tenha atraído muitos trabalhos sobre os efeitos excludentes das práticas de segurança, sociologias de fronteiras e práticas de fronteira e migração, que são áreas-chave do desenho de linhas políticas e governamentais. No entanto, estas áreas também são locais que conectam histórias de migrantes com

histórias institucionalmente incorporadas ou que moldam a “vida na fronteira” como formas distintas de relacionamento que são formadas e reformadas nos muitos encontros que ocorrem entre imigrantes, aqueles que facilitam a mobilidade e guardas e tecnologias de fronteira, por exemplo (Papadopoulos, Stephenson e Tsianos, 2008; Vaughan-Williams, 2008; Andrijasevic, 2010; D’Aoust, 2013; Huysmans e Guillaume, 2013; Scheel, 2013; Barabantseva, 2015). Heather Johnson (2016) propõe compreender narrativas de imigrantes como um método para não apenas questionar a distinção entre local e global enquanto níveis de análise, mas também para ter uma noção dos muitos encontros cotidianos através dos quais a mobilidade é constituída. Elas envolvem discriminações, exclusões e violência, mas também expressam múltiplas relações que moldam o que “ser móvel enquanto imigrante” significa como modos de ser.

“Conectar” não ignora a importância, as exclusões e violações criadas pelo traçar de linhas e pela produção de fronteiras e limiares. No entanto, procura acrescentar a esta linhagem de “crítica” um modo de análise que olha para o trabalho associativo realizado em trocas, reciprocidades, transações, encontros e assim por diante. Em vez de fraturar as RIs em primeiro lugar e ao olhar para múltiplas separações que são decretadas e multiplicadas, ela reinscreve esta linhagem crítica com um modo de fraturar as RIs e os conjuntos estruturais por meio de pesquisas associativas que enfatizam o significado do trabalho realizado pelas pequenas coisas da vida que conectam pessoas e coisas e que são principalmente ignoradas por análises macrossociológicas.

Tomando emprestado um fraseado que encontramos pela primeira vez no trabalho de Bayart (Bayart, Mbembe e Toulabor, 2008: 11), a conexão introduz uma disposição de pesquisa que reconhece que as pequenas coisas fazem o imenso trabalho de, simultaneamente, criar e desfazer entidades macrossociológicas. Eles não são uma microjanela

que nos oferece vislumbres das estruturas macro. As pequenas coisas realmente fazem o trabalho de associar pessoas, coisas e situações de maneiras que simultaneamente modelam, remodelam e criam formas sociais, como guerra, militarização e governança global. Por exemplo, o “movimento da saia”, de Cynthia Enloe (2016), não recebe seu significado ao representar uma estrutura de militarização, mas o militarismo toma forma pela maneira como os movimentos da saia conectam pessoas, mundos institucionais e práticas militarizantes. Obviamente, este interesse em levar a sério as pequenas práticas colocam a IPS fortemente dentro de linhagens feministas, mas não apenas. Além disso, o trabalho – bastante presente na revista – que revisita as literaturas sobre o “cotidiano”, que se baseia em teorias de ator-rede e pós-humanistas, ou explora o significado político (internacional) da arte e da cultura popular, entre outros, representa esse cuidado em entender o poder do que nas RIs é frequentemente tratado como trivial ou insignificante.

O que pretendemos mostrar ao chamarmos a atenção para as “pequenas coisas” não é que a IPS favorece o micro sobre macro, mas sim que ela favorece um interesse no desenvolvimento de conceitos e métodos que não precisam da categorização “micro” e “macro”. É um cuidado para inventar modos de análise que introduzam maneiras distintas de trabalhar com uma ontologia plana (ver também Grove, 2016), que permite entender as propriedades estruturais de situações e fenômenos como encenações, e não como dados. Eles são criados, reiterados e alterados simultaneamente, sem a necessidade de criar hierarquias de análise entre micro e macro ou centro e periferia. Por exemplo, Marston, Jones e Woodward (2005) desenvolvem essa abordagem em suas críticas ao uso de escalas na geografia humana. Eles defendem “um foco em eventos emergentes localizados e não localizados de relações diferenciais atualizadas como

lugares temporários – e geralmente móveis – nos quais o ‘social’ se desdobra” (Marston, Jones e Woodward, 2005: 423). Somente esses argumentos não nos mostram imediatamente como seria uma análise de um fenômeno, mas estabelece uma abordagem distinta que organiza a pesquisa em torno de locais. Esta trata os locais não como macro ou micro, mas como um conceito/método de estabelecer um modo de conexão no qual o que de outra forma seria denominado micro, como o movimento da saia, e o macro, como instituições militarizadas, se transformam em práticas simplesmente situadas e coisas em que fenômenos como a militarização se desenrolam ou, em nossa terminologia, são encenados. Leonie Ansems de Vries explora movimentos semelhantes de fratura em seu trabalho sobre o conceito do “milieu” (Ansems de Vries, 2015). Cynthia Enloe (2016), Jarius Grove (2016) e Heather Johnson (2016) representam abordagens diferentes, mobilizando linhagens e conceitos distintos sobre como fazer uma análise conectiva que busca superar a distinção entre micro e macro, a fim de adquirir entendimentos mais adequados e distintos dos fenômenos e desafios contemporâneos.

### *Fratura enquanto devir*

Na seção anterior, desenvolvemos a fratura como uma análise de conexão. Nesta seção, vamos nos concentrar em como esse modo de Sociologia Política Internacional fratura a temporalidade, ao considerar o tempo como devir (Grosz, 1999: 3). A temporalidade da fratura se direciona a dois desafios em particular: primeiro, evitando conceituações de tempo que oscilam entre continuidade e a mudança ou o velho e o novo; e segundo, introduzindo a coexistência de múltiplas temporalidades sem justapor o tempo histórico e o tempo vivido ou fenomenológico (Hutchings, 2008; Shapiro, 2016: 15).

“O que há de novo?” É uma pergunta padrão feita de vez em quando a qualquer pessoa que apresenta um trabalho. É uma pergunta fácil de fazer; não exige muito do comentador porque geralmente é bastante fácil encontrar uma conexão com alguma continuidade com o passado. No entanto, a pergunta é comum também porque o “novo” reivindicado nas Ciências Sociais geralmente assume a forma de mudança histórica, momentos significativos de crise que quebram a continuidade e assim por diante. A história é esculpida em momentos de grandes mudanças, quando o velho mundo não funciona mais e o novo ainda não nasceu. O antigo passa a ser um período de continuidade, e o novo é construído como uma nova continuidade que precisamos entender, analisar, descobrir. “O que é novo?”, portanto, tem tanto uma função metodológica de pedir articulações refinadas do que caracteriza o tempo atual em comparação com o tempo anterior quanto uma função crítica de desafiar reivindicações de mudança, ao implicar continuidades a longo prazo. Existem muitas questões aqui, mas o ponto principal é que o tempo é entendido como uma sucessão de continuidades quebradas por momentos de mudança ou uma única continuidade com diferentes tempos históricos enquanto variações dele. O tempo está ou quebrado ou estruturado. (O tempo histórico também é principalmente singular em ambas as concepções.)

A versão do IPS que estamos introduzindo busca interromper essas oscilações entre o tempo como continuidade e o tempo como mudança estrutural, tornando a continuidade e a mudança, o antigo e o novo, imanentes ao presente e inscrevendo uma orientação para o futuro que não se concentre nem no futuro como distanciado do passado e do presente, nem como continuidade do que já é. Em vez disso, os futuros são possibilidades emergindo de “pequenas linhas de mutação” (Deleuze, 1979: x). As possibilidades, aqui, não são projetos

que nos permitam construir o futuro através da sua realização, através da implementação de uma visão do futuro. Em vez disso, são histórias e eventos menores que atualizam o passado e o futuro de maneiras que perturbam as continuidades e identidades pelas quais gostamos de encenar o mundo (Rajchman, 1999: 48; Collier e Ong, 2005: 15). O tempo está “se tornando” em vez de “quebrar”, “identidade” ou “continuidade”.

Isto significa que, para entender as atualizações presentes de, por exemplo, fronteiras, é necessário introduzir várias mutações nas tecnologias de vigilância, cooperação policial internacional, organização de corporações e mercados. Eles se entrelaçam, cada um trabalhando e reformulando simultaneamente velhas práticas que estabelecem um “contorno” ou “superfície” distintos e singulares, irredutíveis ao velho ou ao passado, mas que não são, realmente, uma ruptura paradigmática, mas algo que é tanto antigo quanto novo. A antropologia contemporânea de Rabinow desenvolve tal abordagem do tempo na antropologia, por exemplo (Rabinow, 2008). No “contemporâneo”, o presente e o futuro não são uma reprodução do passado, mas marcam interligações distintas do antigo e do novo. Por exemplo, a noção de “segurança preventiva” procura identificar uma mudança na segurança contemporânea em relação à prática antecipada de segurança (por exemplo, Amoore e De Goede, 2008; Aradau e van Munster, 2008; De Goede, 2012; Amoore, 2013). Por estar preso ao momento do 11 de setembro, às vezes parece que é visto como um novo paradigma de prática de segurança. No entanto, está conectado a várias “histórias” ou linhas que não têm conexão imediata com o momento do 11 de setembro, incluindo policiamento preventivo, governança de risco, estratégia nuclear, práticas de inteligência e desenvolvimentos de tecnologia biométrica, para citar alguns. Em vez de ler o presente como “novo”, parece mais adequado interpretá-lo como uma mutação de

várias histórias através das quais o contemporâneo está assumindo formas distintas e através das quais surgem possibilidades de atualizações futuras. “Segurança preventiva” é então o termo que nomeia o “meio” sobre o qual essas linhas de mutação atuam.

Igualmente importante para a fratura é a desconstrução do tempo por meio da multiplicação de histórias. Considerar o tempo como devir desafia temporalidades singulares. Isso também rompe as concepções de tempo que justapõem o tempo histórico e o tempo fenomenológico ou que se sobrepõem à *longue durée* e aos tempos vividos mais curtos. Nessas últimas concepções, as multiplicidades temporais são reduzidas a variações ou manifestações da *longue durée* ou das instâncias que a moldam. Em ambos os casos, as múltiplas temporalidades da vida são reconstruídas em continuidades que unificam o passado, o presente e o futuro em uma única história.

Fraturar o tempo desconstrói “reconstruções” de histórias que justapõem o tempo histórico e o tempo fenomenológico ou que sobrepõem a *longue durée* e os tempos vividos mais curtos. Esse movimento introduz histórias menores que existem no tempo vivido, mas também como eventos, momentos, conhecimentos esquecidos, subjugados ou imaginados, conhecimentos que alguém (re)inscreve no presente. O que está em questão não é “recuperar” histórias esquecidas ou subjugadas por si só, mas interferir nos debates contemporâneos ao conectar vários tempos vividos de maneiras inesperadas sem unificá-los em uma história global ou universal alternativa – isto é, em uma grande temporalidade. Seu objetivo é interferir no presente de maneira a tornar o passado e o presente não familiares e desestabilizar as continuidades institucionalizadas e as histórias do mundo. Tal entendimento da temporalidade também perturba concepções que concebem o futuro como a realização de potencialidades já inscritas nessas histórias institucionalizadas. O devir torna o tempo precário;

cria incerteza sobre o futuro, o passado e o presente e, ao fazê-lo, insere as possibilidades de criatividade, não necessariamente como uma ação intencional, mas como imanente às vidas vividas.

Metodologicamente, existem várias maneiras de tornar o tempo precário. Vamos apresentar brevemente dois (mas veja também Kessler, 2012). Michael Shapiro, inspirado em Deleuze, Foucault e Ricoeur, fratura o tempo ao analisar “eventos de encontros” em gêneros narrativos e no universo cinematográfico (Shapiro, 2016: 14ss). Para ele, esses gêneros têm uma capacidade específica de criar eventos que trazem vários momentos vividos em forma de narrativa, colocando-os em diálogo por meio de justaposição e associação visual. Por exemplo, ele realiza uma desconstrução cinematográfica de narrativas e silêncios instituídos da batalha de Okinawa, realizada por uma personagem do filme *Level Five*, que busca informações no Google sobre a batalha (Shapiro, 2016: 26ff). Em outra obra, ele utiliza um romance de Carlos Fuentes, que descreve um encontro fictício com um camponês em um vilarejo Mexicana, o qual diz que o nome da vila difere em tempos de guerra e tempos de paz (Shapiro, 2016: 15-16). Tais “eventos de encontro” perturbam a ideia de uma comunidade de tempo da qual todos “nós” participamos. Eles desconstroem a estabilidade do tempo instituída através de histórias oficiais e livros didáticos, entre outros, efetuando assim uma abertura ou precarização do posicionamento temporal e de suas possibilidades.

No entanto, os gêneros narrativos não se limitam à ficção. Heather Johnson (2016) se volta para um gênero narrativo – histórias contadas por imigrantes sobre suas jornadas e vidas vividas – na tentativa de conectar o tempo cotidiano e as temporalidades da governança global. Seu artigo é uma tentativa de desafiar a maneira padrão de tratar o local e o global enquanto escalas espaciais distintas, explorando o encontro entre temporalidades “locais” e “globais” à

medida que elas se moldam na narração de eventos. Crítico aqui é entender a narrativa como representação simultânea dos tempos globais e locais na própria narração, e não como uma janela ou representação de duas escalas que existem fora da narrativa. A coexistência de múltiplos tempos, que fratura as práticas de estabilizar a organização do tempo através da espacialização em escalas distintas, é interpretada nas – e por meio das – narrativas tanto dos migrantes quanto dos analistas que as reúnem. Debbie Lisle (2016) também pede a inclusão de ritmos da vida cotidiana no estudo da política internacional. Ela fala disso como um método de “parar o tempo” com o intuito de criticar tanto o “tempo instantâneo” em dados biométricos quanto outras práticas governamentais baseadas em dados e a reiteração permanente de crises.

Um método diferente de fraturar o tempo baseia-se na leitura do método de Foucault (1975) enquanto construção de diagramas (Deleuze, 1986; Rajchman, 1999). A prisão panóptica introduz um modo distinto de poder – o poder disciplinar – que mostra como diferentes instituições – como fábricas, os militares e o hospício – são organizadas de maneira semelhante às prisões. Ele também desestabiliza a história instituída do poder soberano, inserindo nela uma história disciplinar. A ruptura que o diagrama panóptico introduz, no entanto, não é estabelecida apenas conectando duas histórias diferentes, mas possibilitando ver que tanto a disciplina quanto a soberania são incapazes de moldar o presente; ambas estão em crise e, no entanto, em pleno funcionamento no presente. É nesse sentido que o diagrama é um método que torna o tempo precário. “Não é porque nos possibilita pintar uma imagem de nossos traços distintivos e esboçar com antecedência como seremos no futuro. Mas isso nos priva de nossas continuidades; dissolve essa identidade temporal na qual gostamos de nos enxergar” (Foucault apud Deleuze, 1992: 165).

Entender “disciplina” enquanto diagrama é bem diferente da maneira como o trabalho de Foucault tem sido cada vez mais usado na IPS e em RI em geral. Na IPS, disciplina e governamentalidade são frequentemente tratados como fases históricas ou como formas históricas que existem em situações ou momentos distintos. Em outras palavras, os dois são separados ao serem localizados em instituições e espaços distintos ou em tempos históricos distintos. Isso é bem diferente da leitura do panóptico – e outras interferências como a genealogia do poder pastoral e a administração biopolítica da população – como diagramas que expressam situações nas quais essas formas de poder coexistem, mas também trazem à tona sua incapacidade de moldar presente e futuros. Se o diagrama interferir, tornando visível que o presente não pode ser entendido como articulações separadas de cada uma dessas histórias, mas como uma confusão na qual todas elas estão conectadas sem poder trabalhar em termos de sua própria lógica, então o presente não é fixo; é precário no sentido de que “nós” não sabemos o que fazer, que sabemos que algo diferente está acontecendo, mas não podemos dizer exatamente o que é no momento. Não estamos introduzindo esta leitura do trabalho de Foucault para dizer que não se pode entender disciplina e governamentalidade como histórias distintas e paradigmas separados de poder. Claro que é possível. No entanto, para entendê-los como diagramas, como Deleuze (1986) e Rajchan (1999) propõem, acabamos por introduzir um método que torna o tempo precário, um método de fraturar o tempo, de pensar na mudança e no futuro enquanto um devir.

Bigo (2016), por exemplo, em seu trabalho sobre o conceito e a história das “guildas”, pode estar realizando uma intervenção diagramática. Para deixar claro, não é isto que ele articula explicitamente no seu artigo, mas também não é uma leitura distorcida do trabalho que a história das “guildas” realiza. Embora ele formule sua análise como

uma intervenção na sociologia bourdieusiana, sua noção de “guildas” pode ser usada para interferir mais amplamente em oscilações e/ou dialética entre organizações de poder centrífugas e centrípetas. A forma exata do que está acontecendo nas práticas de vigilância hoje não é necessariamente clara, mas é claro que as histórias centrípetas dos mundos estatistas e campos profissionais são interrompidas nesse encontro com a “guilda”. No entanto, não é claro que a vigilância tenha se tornado centrífuga em sua organização. Ela permanece ligada às forças centrípetas das comunidades de inteligência, estados, organizações internacionais (Bauman et al., 2014: 124). Se interpretarmos “a guilda” nesse contexto, ela não é simplesmente uma realidade histórica, uma analogia ou um conceito, mas uma interferência diagramática que demonstra um presente que está “desencaixado”. Isso indica os limites das histórias centrípetas de segurança política, mas também que não podemos resolver a coexistência de campos e guildas localizando-as simplesmente como duas entidades distintas ou como expressão de uma história dialética impulsionada por contradições entre organizações centrífugas e centrípetas de poder, expressas classicamente como uma contradição constitutiva entre uma história de fluxos e uma história de soberania. O presente é desarticulado, não porque é dividido entre práticas centrífugas e centrípetas, mas porque a alternância entre elas não expressa realmente o que está acontecendo. É por isso que, no raciocínio diagramático, a questão não é simplesmente estudar guildas, mas usar guildas para fraturar o tempo, conectando histórias para pensar em um presente em que ambas as histórias estão em crise, dificultando uma leitura clara do futuro a partir das potencialidades inscritas em cada uma delas.

Embora esta abordagem da IPS compartilhe com a Sociologia Histórica a importância do estudo do tempo (Hobson, 2002), ela difere da Sociologia Histórica. O trabalho diagramático e os

“eventos-em-encontro” tornam o tempo muito mais precário ou frágil do que nas sociologias históricas. Esses últimos permanecem muito mais focados na natureza profundamente estruturada e estruturante da história, independentemente de procurarem continuidades no sistema mundial ou transformações de um sistema a outro. A fratura do tempo cria uma abordagem muito mais orientada para o futuro do que a sociologia histórica, no sentido de que ela não procura explicar o passado para saber como prosseguir no futuro (por exemplo, para evitar futuros indesejados). Em vez disso, procura entender as atualizações que estão ocorrendo hoje, mas sobre as quais “nós” não podemos realmente por nossas mãos. Assim, fraturar o tempo inscreve a criatividade da vida e das coisas, criatividade não como construção *ex nihilo*, mas como pequenas linhas de mutação que conectam passados, presentes e futuros de maneiras singulares e perturbadoras.

\*\*\*

Com este balanço das linhagens intelectuais da IPS queremos contribuir, de maneira prospectiva, para os debates em andamento sobre o que é e pode ser a Sociologia Política Internacional. A fratura combina a política do traçado de limites, a importância de vidas e repertórios de relações que ocorrem dentro de zonas delimitadas por fronteiras, em vez de simplesmente entre as unidades de cada lado da fronteira para entender a relacionalidade transversal e suas apostas teóricas, metodológicas e políticas atualmente. Práticas de separação, discriminação e exclusão continuam sendo pontos de interesse central para a IPS. No entanto, a fratura também chama a atenção para práticas e concepções transversais de relacionar este desafio, distorcer, quebrar ou ignorar repertórios de conhecimento instituídos e que configuram vidas vividas de maneiras distintas que não podem ser recapturadas como expressões de uma narrativa histórica mundial ou

uma narrativa estrutural universal. Em outras palavras, a fratura não reitera simplesmente uma disposição crítica em relação a exclusões e traçados de linhas e suas condições de possibilidade e reprodução, mas também destaca o interesse em conectar-se e tornar-se.

A agenda mais ampla de fratura das RIs que introduzimos não se encaixa em tudo o que está acontecendo sob o título “IPS”. Este artigo, portanto, pretende ser uma interferência distinta nos debates em andamento sobre o que está sendo e pode ser praticado sob o rótulo “IPS”, em vez de uma declaração sobre “o único modo possível de fazer IPS”. Em particular, fraturar as RIs inscreve a IPS em duas linhagens interconectadas: uma linhagem da crítica focada na questão dos limites e uma linhagem pós-estrutural, que se refere a como lidar com os limites do estruturalismo enquanto mantém o foco nas condições de possibilidade de prática e relações. Ao fazer isso, procuramos colocar em primeiro plano os problemas do estruturalismo e vários compromissos pós-estruturais com eles como uma linhagem definidora e produtiva para levar a IPS adiante. É uma agenda de contribuições para a IPS que experimenta, teoricamente, conceitualmente e metodologicamente com o “conectar” e o “devir” para reinscrever o “pós” do estruturalismo e reinventar a questão dos limites de maneira que dialogue com o contemporâneo nas RIs e na política mundial.

## Referências

- ABRAHAMSEN, Rita e WILLIAMS, Michael C. Security Beyond the State: Global Security Assemblages in International Politics. *International Political Sociology*, v. 3, nº 1, p. 1-17, 2009.
- AGNEW, John A. *Globalization and Sovereignty*. Lanham, MD: Rowman & Littlefield, 2009.
- ALBERT, Mathias. Globalization Theory: Yesterday’s Fad or More Lively Than Ever? *International Political Sociology*, v. 1, nº 2, p. 165-82, 2007.

- ALTHUSSER, Louis; MATHERON, Franc Ois e CORPET, Olivier. *Philosophy of the Encounter: Later Writings, 1978–87*. London; New York: Verso, 2006.
- AMOORE, Louise. *The Politics of Possibility: Risk and Security Beyond Probability*. Durham, NC: Duke University Press, 2013.
- AMOORE, Louise e DE GOEDE, Marieke. *Risk and the War on Terror*. London: Routledge, 2008.
- ANDRIJASEVIC, Rutvica. *Migration, Agency and Citizenship in Sex Trafficking*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2010.
- ANDRIJASEVIC, Rutvica; ARADAU, Claudia; HUYSMANS, Jef e SQUIRE, Vicki. European Citizenship Unbound: Sex Work, Mobility, Mobilisation. *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 30, nº 3, p. 497-514, 2012.
- ANSEMS DE VRIES, Leonie. *Re-Imagining a Politics of Life. From Governance of Order to Politics of Movement*. London: Rowman & Littlefield, 2015.
- ARADAU, Claudia, HUYSMANS, Jef e SQUIRE, Vicki. Acts of European Citizenship: A Political Sociology of Mobility. *Journal of Common Market Studies*, v. 48, nº 4, p. 945-65, 2010.
- ARADAU, Claudia e VAN MUNSTER, Rens. Taming the Future: The Dispositif of Risk in the War on Terror.” In: AMOORE, Louise e DE GOEDE, Marieke (Ed.). *Risk and the War on Terror*. London: Routledge, 2008, p. 23-40.
- ASHLEY, Richard. The Poverty of Neorealism. *International Organization*, v. 38, nº 2, p. 225-86, 1984.
- \_\_\_\_\_. The Geopolitics of Geopolitical Space: Toward a Critical Social Theory of International Politics. *Alternatives*, v. 12, nº 4, p. 403-34, 1987.
- AUSTIN, Jonathan Luke. Torture and the Material-Semiotic Networks of Violence across Borders. *International Political Sociology*, v. 10, nº 1, p. 3-21, 2016.
- BASARAN, Tugba; BIGO, Didier; GUITTET, Emmanuel-Pierre e WALKER, R.B.J. International Political Sociology. *Transversal lines*. Abingdon: Routledge, 2016.

- BARABANTSEVA, Elena. When Borders Lie Within: Ethnic Marriages and Illegality on the Sino-Vietnamese Border. *International Political Sociology*, v. 9, n° 4, p. 352-68, 2015.
- BARNETT, Michael N. e FINNEMORE, Martha. *Rules for the World: International Organizations in Global Politics*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 2004.
- BARRY, Andrew e BORNE, Georgina. *Interdisciplinarity: Reconfigurations of the Social and Natural Sciences*. Abingdon: Routledge, 2013.
- BARTELSON, Jens. The Social Construction of Globality. *International Political Sociology*, v. 4, n° 3, p. 219-35, 2010.
- BARTELSON, Jens. *The critique of the state*. Cambridge; New York, Cambridge University Press, 2001.
- BAUMAN, Zygmunt; BIGO, Didier; ESTEVES, Paulo; GUILD, Elspeth; JABRI, Vivienne; LYON, David e WALKER, R. B. J. After Snowden: Rethinking the Impact of Surveillance. *International Political Sociology*, v. 8, n° 2, p. 121-44, 2014.
- BAYART, Jean-François; MBEMBE, Achille e TOULABOR, Comi. *Le Politique Par Le Bas En Afrique Noire*. Paris: Karthala, 2008.
- BELLANOVA, Rocco e FUSTER, Gloria González. Politics of Disappearance: Scanners and (Unobserved) Bodies as Mediators of Security Practices. *International Political Sociology*, v. 7, n° 2, p. 188-209, 2013.
- BEST, Jacqueline. Ambiguity, Uncertainty, and Risk: Rethinking Indeterminacy. *International Political Sociology*, v. 2, n° 4, p. 355-74, 2008.
- BEST, Jacqueline e WALTERS, William. Translating the Sociology of Translation. *International Political Sociology*, v. 7, n° 3, p. 345-49, 2013.
- BHAMBRA, Gurminder K. *Connected Sociologies*. London: Bloomsbury, 2014.
- BIGO, Didier. Pierre Bourdieu and International Relations: Power of Practices, Practices of Power. *International Political Sociology*, v. 5, n° 3, p. 225-58, 2011.
- \_\_\_\_\_. International Political Sociology: Rethinking the International Through Dynamics of Power. In: BIGO, Didier; WALKER, R. B. J.; GUITTET, Emmanuel-Pierre e BASARAN, Tugba (Ed.). *Internatio-*

- nal Political Sociology: Transversal Lines*. Abingdon: Routledge, 2016, p. 24-48.
- BIGO, Didier e MADSEN, Mikael R. Introduction to Symposium. A Different Reading of the International: Pierre Bourdieu and International Studies. *International Political Sociology*, v. 5, nº 3, p. 219-24, 2011.
- BIGO, Didier e WALKER, R. B. J. International, Political, Sociology. *International Political Sociology*, v. 1, nº 1, p. 1-5, 2007a. \_\_\_\_\_ . Political Sociology and the Problem of the International. *Millennium—Journal of International Studies*, v. 35, nº 3, p. 725-39, 2007b.
- BLEIKER, Roland. *Popular Dissent, Human Agency and Global Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- BUDZ, Michele. A Heterotopian Analysis of Maritime Refugee Incidents. *International Political Sociology*, v. 3, nº 1, p. 18-35, 2009.
- CHAUVIN, Sebastien, e GARCÉS-MASCAREÑAS, Blanca. Beyond Informal Citizenship: The New Moral Economy of Migrant Illegality. *International Political Sociology*, v. 6, nº 3, p. 241-59, 2012.
- CHOAT, Simon. *Marx through Post-Structuralism: Lyotard, Derrida, Foucault, Deleuze*. London: Continuum, 2010.
- COHEN, Antonin. Legal Professionals or Political Entrepreneurs? Constitution Making as a Process of Social Construction and Political Mobilization. *International Political Sociology*, v. 4, nº 2, p. 107-23, 2010.
- COLLIER, Stephen J. e ONG, Aihwa. Global Assemblages, Anthropological Problems. In: COLLIER, Stephen J. e ONG, Aihwa (Ed.). *Global Assemblages: Technology, Politics and Ethics as Anthropological Problems*. Oxford: Blackwell Publishing, 2005, p. 3-21.
- COX, Robert W. e SINCLAIR, Timothy J. *Approaches to World Order*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- D'AOUST, Anne-Marie. In the Name of Love: Marriage Migration, Governmentality, and Technologies of Love. *International Political Sociology*, v. 7, nº 3, p. 258-74, 2013.
- DAVIES, Matt. Everyday Life as Critique: Revisiting the Everyday in IPE with Henri Lefebvre and Postcolonialism. *International Political Sociology*, v. 10, nº 1, p. 22-38, 2016.

- DE GOEDE, Marieke. *Speculative Security: The Politics of Pursuing Terrorist Monies*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2012.
- \_\_\_\_\_. Afterword: Transversal Politics. In: GUILLAUME, Xavier e BILGIN, Pinar (Ed.). *Routledge Handbook of International Political Sociology*. Abingdon: Routledge, 2017.
- DELEUZE, Gilles. Foreword: The Rise of the Social. In: DONZELOT, Jacques. *The Policing of Families*. New York: Pantheon Books, 1979, p. ix–xvii.
- \_\_\_\_\_. *Foucault*. Paris: Les éditions de minuit, 1986.
- \_\_\_\_\_. What is a Dispositifs? In: FOUCAULT, Michel. *Michel Foucault: Philosopher*. Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf, p. 159-68, 1992.
- DER DERIAN, James e SHAPIRO, Michael. *International/Intertextual Relations. Postmodern Readings of World Politics*. Lexington: Lexington Books, 1989.
- DEZALAY, Yves e BRYANT, G. Garth. Hegemonic Battles, Professional Rivalries, and the International Division of Labor in the Market for the Import and Export of State-Governing Expertise. *International Political Sociology*, v. 5, nº 3, p. 276-93, 2011.
- DUNN CAVELTY, Myriam e JAEGER, Mark Daniel. (In)Visible Ghosts in the Machine and the Powers That Bind: The Relational Securitization of Anonymous. *International Political Sociology*, v. 9, nº 2, p. 176-94, 2015.
- ENLOE, Cynthia. *Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Relations*. London: Pandora, 1989.
- FOUCAULT, Michel. *Surveiller Et Punir: Naissance De La Prison*. Paris: Gallimard, 1975.
- \_\_\_\_\_. *The Order of Things*. London: Routledge, 2002.
- GILL, Stephen (Ed.). *Gramsci, Historical Materialism and International Relations*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- GILL, Stephen. *Power and Resistance in the New World Order*. New York: Palgrave Macmillan, 2003.
- GROSZ, Elizabeth. Becoming... An Introduction. In: GROSZ, Elizabeth (Ed.). *Becomings: Explorations in Time, Memory and Futures*. New York: Cornell University Press, 1999, p. 1-12.

- GUILLAUME, Xavier. Unveiling the International: Process, Identity and Alterity. *Millennium: Journal of International Studies*, v. 35, nº 3, p. 741-59, 2007.
- \_\_\_\_\_. From Process to Politics. *International Political Sociology*, v. 3, nº 1, p. 71-86, 2009.
- GUILLAUME, Xavier e BILGIN, Pinar. Introduction to the Routledge Handbook of International Political Sociology. In: GUILLAUME, Xavier e BILGIN, Pinar (Ed.). *Routledge Handbook of International Political Sociology*. Abingdon: Routledge, 2017.
- GUZZINI, Stefano. International Political Sociology, or: The Social Ontology and Power Politics of Process. In: GUILLAUME, Xavier e BILGIN, Pinar (Ed.). *Routledge Handbook of International Political Sociology*. Abingdon: Routledge, 2017.
- HINDESS, Barry. Politics as Government: Michel Foucault's Analysis of Political Reason. *Alternatives: Global, Local, Political*, v. 30, nº 4, p. 389-413, 2005.
- HOBSON, John M. What's at Stake in Bringing Historical Sociology Back into International Relations? Transcending Chronofetishism and Tempocentrism in International Relations. In: HOBSON, Stephen e HOBSON, John M. (Ed.). *Historical Sociology of International Relations*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002, p. 3-41.
- HUTCHINGS, Kimberly. *Time and World Politics: Thinking the Present*. Manchester: Manchester University Press, 2008.
- HUYSMANS, Jef e GUILLAUME, Xavier. Citizenship and Securitizing: Interstitial Politics. In: HUYSMANS, Jef e GUILLAUME, Xavier (Ed.). *Citizenship and Security: The Constitution of Political Being*. Abingdon: Routledge, 2013, p. 18-34.
- HUYSMANS, Jef; LEANDER, Anna; BARTELSON, Jens; THOMAS, George M.; ROBERTSON, Roland; HINDESS, Barry; ALBERT, Mathias; JAEGER, Hans-Martin e KESSLER, Oliver. IPS Forum on Global Society. *International Political Sociology*, v. 3, nº 1, p. 109-36, 2009.
- ISIN, Engin F. e NIELSEN, Greg M. *Acts of Citizenship*. London: Zed Books, 2008.

- ISIN, Engin F. e RUPPERT, Evelyn. *Being Digital Citizens*. London: Rowman & Littlefield, 2015.
- JACKSON, Patrick Thaddeus e NEXON, Daniel H. Relations before States: Substance, Process and the Study of World Politics. *European Journal of International Relations*, v. 5, nº 3, p. 291-332, 1999.
- KATZENSTEIN, Peter J., KEOHANE, Robert O. e KRASNER, Stephen. International Organization and the Study of World Politics. *International Organization*, v. 52, nº 4, p. 645-85, 1998.
- KEOHANE, Robert O. *Power and Governance in a Partially Globalized World*. London: Routledge, 2002.
- KEOHANE, Robert O. e NYE, Joseph. *Power and Interdependence*. Boston: Little, Brown and Company, 1977.
- KESSLER, Oliver. Toward a Sociology of the International? International Relations between Anarchy and World Society. *International Political Sociology*, v. 3, nº 1, p. 87-108, 2009.
- \_\_\_\_\_. World Society, Social Differentiation and Time. *International Political Sociology*, v. 6, nº 1, p. 77-94, 2012.
- KOPPER, Ákos. The Imaginary of Borders: From a Coloring Book to Cezanne's Paintings. *International Political Sociology*, v. 6, nº 3, p. 277-93, 2012.
- KRATOCHWIL, Friedrich V. *Rules, Norms, and Decisions: On the Conditions of Practical and Legal Reasoning in International Relations and Domestic Affairs*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- KURKI, Milja. *Governmentality and EU Democracy Promotion: The European Instrument for Democracy and Human Rights and the Construction of Democratic Civil Societies*. *International Political Sociology*, v. 5, nº 4, p. 349-66, 2011.
- LEANDER, Anna. The Promises, Problems, and Potentials of a Bourdieu-Inspired Staging of International Relations. *International Political Sociology*, v. 5, nº 3, p. 294-313, 2011.
- \_\_\_\_\_. Afterword: The Commercial in/for International Political Sociology. In: GUILLAUME, Xavier e BILGIN, Pinar (Ed.). *Routledge Handbook of International Political Sociology*. Abingdon: Routledge, 2017.

- LINKLATER, Andrew. *The Transformation of Political Community: Ethical Foundations of the Post-Westphalian Era*. Columbia: University of South Carolina Press, 1998.
- LISLE, D. Waiting for International Political Sociology: A Field Guide to Living In-Between. *International Political Sociology*, 10(4), p. 417-433, 2017.
- MACHEREY, Pierre. *Petits Riens : Orni`eres Et Derives Du Quotidien*. Lormont: Editions Le Bord de l'eau, 2009.
- MARSTON, Sallie A.; JONES III, John Paul e WOODWARD, Keith. Human Geography without Scale. *Transactions of the Institute of British Geographers*, v. 30, nº 4, p. 416-32, 2005.
- NÍMHURCHU, Aoileann. Ambiguous Subjectivity, Irregular Citizenship: From Inside/Outside to Being-Caught In-Between. *International Political Sociology*, v. 9, nº 2, p. 158-75, 2015.
- PAPADOPOULOS, Dimitris; STEPHENSON, Niamh e TSIANOS, Vassilis. *Escape Routes: Control and Subversion in the 21st Century*. London: Pluto Press, 2008.
- RABINOW, Paul. *Anthropos Today: Reflections on Modern Equipment*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Marking Time: On the Anthropology of the Contemporary*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2008.
- RAJCHMAN, John. Diagram and Diagnosis. In: GROSZ, Elizabeth (Ed.). *Becomings: Explorations in Time, Memory, and Futures*. New York: Cornell University Press, 1999, p. 42-54.
- RUGGIE, John Gerard. Territoriality and Beyond: Problematizing Modernity in International Relations. *International Organization*, v. 47, nº 1, p. 139-74, 1993.
- RYAN, Caitlin. Everyday Resilience as Resistance: Palestinian Women Practicing Sumud. *International Political Sociology*, v. 9, nº 4, p. 299-315, 2015.
- SASSEN, Saskia. *Territory, Authority, Rights. From Medieval to Global Assemblages*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2006.
- SCHEEL, Stephan. Studying Embodied Encounters: Autonomy of Migration Beyond Its Romanticization. *Postcolonial Studies*, v. 16, nº 3, p. 279-88, 2013.

- SCHOUTEN, Peer. Security as Controversy: Reassembling Security at Amsterdam Airport. *Security Dialogue*, v. 45, nº 1, p. 23-42, 2014.
- SETH, Sanjay. Once Was Blind but Now Can See”: Modernity and the Social Sciences. *International Political Sociology*, v. 7, nº 2, p. 136-51, 2013.
- SHAPIRO, Michael. *Politics and Time*. Cambridge: Polity, 2016.
- SHILLIAM, Robbie. *The Black Pacific: Anti-Colonial Struggles and Oceanic Connections*. London: Bloomsbury, 2015.
- SHINDO, Reiko. Rethinking Community: Translation Space as a Departure from Political Community. *International Political Sociology*, v. 6, nº 2, p. 149-64, 2012.
- SIMMEL, Georg. The Problem of Sociology. In: LEVINE, Donald N. (Ed.). *Georg Simmel on Individuality and Social Forms*. Chicago: University of Chicago Press. 1971, p. 23-35.
- SLAUGHTER, Anne-Marie. *A New World Order*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2005.
- SOREANU, Raluca. Feminist Creativities and the Disciplinary Imaginary of International Relations. *International Political Sociology*, v. 4, nº 4, p. 380-400, 2010.
- SQUIRE, Vicki. *The Contested Politics of Mobility. Borderzones and Irregularity*. Abingdon: Routledge, 2011.
- SQUIRE, Vicki e DARLING, Jonathan. The “Minor” Politics of Rightful Presence: Justice and Relationality in City of Sanctuary. *International Political Sociology*, v. 7, nº 1, p. 59-74, 2013.
- STRANGE, Susan. *The Retreat of the State. The Diffusion of Power in the World Economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- SYLVESTER, Christine. *Feminist Theory and International Relations in a Postmodern Era*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- THOMAS, George M. World Polity, World Culture, World Society. *International Political Sociology*, v. 3, nº 1, p. 115-19, 2009.
- TOSA, Hiroyuki. Anarchical Governance: Neoliberal Governmentality in Resonance with the State of Exception. *International Political Sociology*, v. 3, nº 4, p. 414-30, 2009.
- VAUGHAN-WILLIAMS, Nick. Borders, Territory, Law. *International Political Sociology*, v. 2, nº 4, p. 322-38, 2015.

- VILLUMSEN BERLING, Trine. *The International Political Sociology of Security: Rethinking Theory and Practice*. Abingdon: Routledge, 2008.
- WÆVER, Ole. Figures of International Thought: Introducing Persons Instead of Paradigms. In: NEUMANN, Iver B. e WÆVER, Ole (Ed.). *The Future of International Relations. Masters in the Making*. London: Routledge, 1997, p. 1-37.
- WALKER, R. B. J. *Inside/Outside: International Relations as Political Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- \_\_\_\_\_. From International Relations to World Politics. In: CAMILLERI, Joseph A.; JARVIS, Anthony P. e PAOLINI, Albert J. *The State in Transition: Reimagining Political Space*. Boulder: Lynne Rienner, 1995, p. 21-38.
- \_\_\_\_\_. *After the Globe, Before the World*. Abingdon: Routledge, 2010.
- WEBER, Cynthia. Citizenship, Security, Humanity. *International Political Sociology*, v. 4, nº 1, p. 80-85, 2010.
- WELDES, Jutta; LAFFEY, Mark; GUSTERSON, Hugh e DUVALL, Raymond. *Cultures of Insecurity. States, Communities, and the Production of Danger*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.
- WENDT, Alexander. *Social Theory of International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

# Esperando a Sociologia Política Internacional: um guia para a vida no interstício\*

Debbie Lisle

Este artigo utiliza o trabalho de Samuel Beckett para refletir sobre o posicionamento intersticial da Sociologia Política Internacional (IPS, sigla em inglês) e oferece um guia para auxiliar acadêmicos, estudantes e pensadores a abraçarem esta disposição de forma mais energética. Ele defende uma transdisciplinaridade mais equilibrada e que mantenha o campo de estudos aberto enquanto acolhe o internacional, o político, e o social ao mesmo tempo e na mesma medida. O poder dessa abordagem intersticial está em forçar estudiosos da abordagem de IPS a fixarem o olhar nos horrores do nosso mundo político contemporâneo sem hesitação. Por meio da posição ambivalente do “destróço feliz”, este artigo explora a necessidade de se fazer algo a respeito desses horrores (por exemplo, diagnosticar, agir, intervir) enquanto reconhece totalmente que tais ações sempre produzem novas formas de violência e exclusão. Para ajudar os pensadores em IPS a habitarem esse espaço desafiador de pesquisa com mais confiança, o artigo faz quatro sugestões: (i) expansão das nossas respostas emocionais aos horrores do mundo; (ii) resistência à resolução por meio de disposições não catárticas; (iii) busca por pesquisa lenta para contestar as retóricas dominantes de crise e emergência; e (iv) reimaginação das condições compartilhadas de vulnerabilidade. “Em mim sempre houveram dois tolos, entre eles, um desejando

---

\* Tradução de Francine Rossone.

nada além de ficar onde está e o outro imaginando que a vida deve ser levemente menos horrível em breve” (Beckett, 1955 [1994]).<sup>1</sup>

Em todas as suas peças, romances e criações, Samuel Beckett reconhece como é difícil e desconfortável viver no interstício. Esses “dois tolos” citados acima nos trazem um sentido de desejos antagônicos governando esta posição: nós queremos os confortos dos parâmetros conhecidos, mas também queremos o entusiasmo de novas possibilidades. Beckett, naturalmente, não é um pensador fácil. Sua recusa em resolver essas negociações de um jeito ou de outro nos deixa perpetuamente aprisionados entre forças opostas – entre o conhecido e o desconhecido, o presente e o futuro, a esperança e o desespero. Se nós pensarmos nessa apreensão como estática, é totalmente deprimente: nós estamos para sempre presos no interstício (no “entre lugares”), esperando por alguma coisa – felicidade, resolução, certeza, Deus – que nunca virá. Mas o que Beckett faz tão bem é mostrar que esperar no interstício não é nem rendição passiva nem inércia fixa; ao contrário, é uma forma dinâmica e irrestrita de viver. De fato, sua peça mais famosa, *Esperando Godot* [*Waiting for Godot*] (1954 [2006]), demonstra que esperar no interstício implica, na verdade, uma seleção exuberante de gritos, chutes, choros, preocupações, esbravejos, balbucios, piadas, despedidas, alimentações, cantorias e danças. Para Beckett, viver bem significa esperar bem – significa acolher uma posição no interstício capaz de perfurar as ilusões de esperança com as realidades mundanas da vida cotidiana e enfrentar a falta de sentido do cotidiano com a crença de que as coisas podem ser diferentes. No mínimo, Beckett nos mostra que um tipo de prazer pode ser encontrado ao se esperar no interstício.

---

1 “In me there have always been two fools, among others, one asking nothing better than to stay where he is and the other imagining that life might be slightly less horrible a little further on”.

Este artigo recorre aos insights de Beckett para refletir sobre o projeto coletivo de Sociologia Política Internacional (SPI) – um empreendimento definido aqui vagamente como pesquisa global transdisciplinar que procura o internacional, o político, e o social ao mesmo tempo e na mesma medida. Enquanto o artigo engaja com a meta-discussão do que é na verdade a SPI (uma comunidade? uma revista? uma epistemologia? um campo de estudos? um etos crítico?), o texto está mais interessado no que a SPI poderia se tornar se adotasse a ambivalência instável de Beckett. Quando me refiro à SPI como um coletivo – como “nós” – estou me referindo a todos os estudantes, acadêmicos e pensadores que têm participado na expansão bem-vinda de agendas críticas de pesquisa e às corajosas reformulações de abordagens obsoletas de política global. De fato, as pesquisas realizadas sob a rubrica da SPI na última década têm expandido irrevogavelmente os horizontes intelectuais das Relações Internacionais (RI), da Política e da Sociologia, assim como avivado colaborações pré-existentes com a Geografia, o Direito, a Antropologia, a História, a Filosofia, a Literatura e a Ciência e Tecnologia. Mas esse “nós” também é um espaço que se reserva para os futuros colegas, camaradas e aliados da SPI que poderão levar o projeto para direções múltiplas e inimagináveis. Certamente, não seria viável permanecer nem no etos crítico da SPI nem na atitude oposta de Beckett de celebrar nossas conquistas sem questionamento. Com isso em mente, quero empregar os “dois tolos” de Beckett – um contente com o status quo e outro lutando por mais – para ajudar a impulsionar a SPI em três direções.

Primeiro, a perspectiva de Beckett de esperar no interstício nos ajuda a entender a direção da SPI como sendo de um esforço interdisciplinar para um mais transdisciplinar. Nossas origens em, e cruzamentos de, pelo menos três disciplinas acadêmicas sugerem que algumas noções dessa posição intersticial sempre foram centrais

para SPI. Na verdade, nós estamos sempre equilibrando compromissos igualmente urgentes com o internacional, o político e o social enquanto tentamos não privilegiar nenhuma disciplina, tradição intelectual ou cânone. O desafio para a SPI está em evitar que esses três termos acabem desembocando numa hierarquia, quando tudo no nosso mundo contemporâneo e em nossos espaços de conhecimento nos incita nessa direção. Enquanto a interdisciplinaridade tem sido vital para toda a iniciativa da SPI, também tem permitido que essas três disciplinas fundacionais permaneçam muito intactas. Como resultado, existe uma suposição crescente de que a SPI se tornou simplesmente uma “sociologia política do internacional”. Para mim, a posição intersticial delicadamente equilibrada que a SPI tem feito tanto para estimular está atualmente em risco, já que a Sociologia busca ocupar o primeiro plano. Para enfrentar a hierarquia, é preciso reconhecer melhor as limitações da interdisciplinaridade que deixam nossas fundações intelectuais e alegações de conhecimento intactas, e um maior esforço para contaminar as categorias fundamentais por meio de pesquisas transdisciplinares mais transgressivas.

Segundo, uma descrição mais ativa de ambivalência é necessária para apoiar os estudiosos de SPI enquanto eles intervêm nas condições horríveis do nosso mundo. O interstício não é um lugar feliz de resolução e de contentamento satisfeito: é, ao contrário, um terreno de investigação desafiador e exigente que acadêmicos devem lutar com afincos para manter aberto, pluralista, e acolhedor para novas ideias. A luta por abertura é extremamente difícil quando nos deparamos com os horrores da política global e a demanda por soluções urgentes. Por horrores, eu não me refiro só às crises e catástrofes relatadas diariamente em nossos *feeds* (por exemplo, incidentes terroristas, guerras no Oriente Médio, colapso financeiro); eu também me refiro às condições mais historicamente arraigadas que produzem

miséria a mais longo prazo (por exemplo, degradação ambiental, subemprego estrutural, migrações populacionais) e as formas de violência perniciosa frequentemente não detectadas que operam em espaços mundanos (por exemplo, misoginia, racismo, discriminação). Qualquer impulso de confrontar tal horror é profundamente ético, é claro, e a SPI compartilha com muitas tradições acadêmicas a necessidade urgente de se *fazer* alguma coisa. Mas o que distingue a SPI de abordagens mais convencionais e a coloca em parceria com os Feminismos críticos, Marxismos e pensadores Pós-Coloniais é uma ambivalência profunda sobre *como* intervir. Pensadores críticos sabem de duas coisas: (1) que “nós” somos cúmplices em produzir condições horríveis ao redor do mundo porque nosso privilégio é construído nas costas de outros, e (2) que qualquer solução – não importa o quão bem-intencionada – causa sua própria violência. Certamente essas compreensões significam que nós não somos seduzidos por explicações fáceis, mas também significam que nós estamos inclinados à paralisia e à melancolia. Recordando a perspectiva muito mais ativa de Beckett sobre esperar e viver, argumenta-se que nós precisamos de posicionamentos ambivalentes mais robustos que renunciem às seduções de resolução e certeza, nos mantenham focados nas condições globais horríveis que enfrentamos atualmente e nos impeçam de nos esquivar. Um bom exemplo é encontrado na invocação de Beckett por Michel Foucault (1981), na qual ele encoraja a todos a nos tornarmos “destroços felizes” diante do horror esmagador. Essa não seria uma forma passiva de aceitação, mas uma declaração de que a melhor maneira de enfrentar as condições horríveis do mundo é desestabilizando as estruturas dominantes de certeza, poder e autoridade que nos trouxe até aqui em primeiro lugar. Como os tolos de Beckett sugerem, tudo que podemos fazer é incomodar na esperança de que as coisas *possam* melhorar a seguir, sabendo a todo tempo que isso é extremamente improvável.

Finalmente, no espírito do interstício, da espera ativa, e da profunda ambivalência de Beckett, eu gostaria de oferecer quatro reorientações para encorajar trajetórias de pesquisa em SPI mais criativas, reflexivas e experimentais. Se nossa posição intersticial constitutiva é mais bem garantida por um terreno aberto de transdisciplinaridade, e a disposição mais adequada para navegar esse terreno é a do ambivalente “destrução feliz,” como de fato se *faz* SPI na prática? Como podemos substituir a paralisia e a inércia por formas mais ativas de esperar, viver, escrever, falar, ensinar, pensar e criticar? Como podemos transformar essas ações em intervenções estratégicas que sejam modestas em escala, sensíveis em caráter e generosas em espírito? Mais especificamente, como o projeto coletivo de SPI (com sua constante atenção a questões sobre quem “nós” somos, quem “nós” não somos, e o trabalho que essas reivindicações de identidade fazem no mundo) pode acolher suas próprias contradições com mais otimismo e esperança? Com esses questionamentos em mente, ofereço um “guia” para quatro possíveis reorientações – absurdo, não catarse, vagariedade, e vulnerabilidade – para auxiliar os “destruidores felizes” de SPI em seus trabalhos futuros. Assim como a trama sinuosa de *Esperando Godot* (*Waiting for Godot*), esse guia esbarra em terreno familiar, descobre conexões estranhas, e toca os limites da racionalidade. Minha própria (qualificada, calma e cautelosa) esperança é que ao engajar alguns dos *insights* de Beckett, acadêmicos de SPI serão capazes de revelar histórias sobre a vida política global que nunca escutamos antes.

## Pedindo para ter problemas: as dificuldades da transdisciplinaridade

Não importa o quão consistentemente a SPI chama atenção para suas próprias práticas de construção de fronteiras, sua existência de uma década indica algum tipo de tradição em desenvolvimento (isto

é, existe uma “coisa” reconhecida como SPI) e algum tipo de comunidade em expansão (isto é, existem pessoas que “fazem” essa coisa chamada SPI). A emergência institucional da SPI sob os auspícios da *International Studies Association* (ISA) e a fundação da revista *International Political Sociology* (IPS) não foram esforços com o intuito de reivindicá-la como uma “nova disciplina ou escola de pensamento” (Huysmans e Nogueira, 2012: 2); na verdade, como os fundadores da SPI reconhecem muito bem, as três tradições possuem histórias de interdisciplinaridade longas e significativas (Bigo e Walker, 2007: 1-2). O que esses pontos de origem institucional tornaram possível foi um espaço colaborativo consagrado que permite que acadêmicos críticos, estudantes e pensadores intervenham com mais força em questões urgentes da agenda global e façam as perguntas difíceis sobre como essas questões acabaram tomando a forma que têm. O que interessa aqui é a evolução da interdisciplinaridade da SPI ao longo da última década, e a medida em que possibilita ou impede nossa habilidade de permanecer esperando ativamente no interstício.

Bigo e Walker (2007: 3) com razão previram que “trazer a sociologia e a teoria social para lidar com o problema do internacional é pedir para ter um problema considerável”. Para mim, esse “problema” surgiu na forma de uma *interdisciplinaridade* problemática que possibilitou que as três disciplinas fundacionais permanecessem intactas e, como consequência, permitissem que a Sociologia dominasse o projeto. Apesar de insistir que *não* se deve privilegiar o internacional, o político ou o sociológico, a concepção inicial da SPI como *interdisciplinar* tem protegido cada disciplina fundacional como singular (ao invés de já sempre constituída por pontos de origem múltiplos), separada (ao invés de já sempre contaminada por linhas plurais de pesquisa), e estável (ao invés de já sempre tomada por contingência). Como resultado dessa arquitetura protetiva *interdisciplinar*, muita autoridade

foi cedida à disciplina de Sociologia. De fato, há um entendimento de que o que estamos fazendo na realidade é sociologia política do internacional, e que nosso trabalho é então pegar os modos de pesquisa estabelecidos da Sociologia e da Sociologia Política e aplicá-los ao nível “acima”, à esfera do internacional. A preocupação é que uma normalização dessa hierarquia, ao reforçar uma forma “pura” de SPI que privilegia abordagens sociológicas, atrapalhe nossos compromissos com, e nossa proteção de, um terreno aberto de investigação por permitir práticas de exclusão. A dificuldade aqui é que a SPI *não* é uma história sobre “níveis de análise”: não pode ser disposta em uma hierarquia estabelecida na qual Sociologia + Política são combinadas para serem *aplicadas* “acima” ao internacional. É impossível privilegiar “o internacional” como um espaço separado ou até mesmo como um objeto distinto de pesquisa porque ele satura não só o político e o social, como também o local, o legal, o cultural, o doméstico, o corporificado, o material, o metafísico e o cotidiano. Ele pulsa através das fronteiras, por meio de paisagens, em temporalidades, e dentro de futuros – está em muito mais lugares do que pensamos. Certamente, a Sociologia Política é uma forma de chegar a esse terreno heterogêneo, mas, como a avaliação crítica que Anna Leander (2011) faz de Bourdieu sugere, não deve ocupar uma posição privilegiada nos esforços coletivos da SPI.

Enquanto levamos em conta a perspectiva de Bigo e Walker sobre as dificuldades de se fazer SPI, precisamos gerar um tipo diferente de desestabilização disciplinar que reivindique o interstício de Beckett, resista a todos os deslizamentos em hierarquias, e faça mais para impulsionar uma polinização cruzada do internacional, do político e do sociológico. Esse não é um projeto de complementação no qual a “soma” desses três registros resulte miraculosamente em algo coerente. Ao invés disso, requer uma guinada para uma transdisciplinaridade

mais penetrante e transgressiva que não só altere fundamentalmente as fundações do internacional, do político e do sociológico, mas que também amplie o escopo do que se entende como conhecimento, expertise, metodologia, teoria, prática e colaboração (Bal, 2002; Shepherd, 2012). Alguma coisa dessa mudança é captada pela descrição de Michael Shapiro do que é pensar:

*Pensar* (ao invés de tentar explicar), nesse sentido, é inventar e aplicar quadros conceituais e criar justaposições que desestabilizem e/ou tornem historicamente contingentes práticas de conhecimento aceitas. É compor o discurso de investigação com justaposições críticas que desatem o que se presumiu ordinariamente com conectado e assim desafiem as formas institucionalizadas de reprodução e entendimento do fenômeno... *Pensar*, ao invés de reproduzir estruturas aceitas de conhecimento, é criar as condições de possibilidade para imaginar mundos alternativos (e assim ser capaz de reconhecer os compromissos políticos escondidos em todo imaginário político). (Shapiro, 2013: xv).

Certamente esse tipo de pensamento crítico esteve sempre presente no projeto da SPI, mas impulsionar ainda mais o projeto para a transdisciplinaridade nos capacitará a retomar o etos disruptivo de maneiras que tornarão as hierarquias disciplinares mais improváveis. Eu não estou sugerindo que essa forma de pensamento é fácil – longe disso. Aproximo-me muito mais do argumento de Charles Scott (1984) de que pensadores críticos devem fazer “o que for mais difícil”; isto é, deliberadamente “engajar nas questões que eles achem mais problemáticas, difíceis, e até mesmo irrespondíveis” (McWhorter, 2012: 39). Eu quero argumentar que mudar para uma estrutura mais transdisciplinar possibilitará que pensadores de SPI continuem perguntando essas perguntas difíceis e intratáveis, e que no processo ajudem a “reconfigurar e inventar novas possibilidades para ver e sentir e entender e imaginar” (McWhorter, 2012: 39).

## Enfrentando o horror: “Você deve seguir adiante, eu não posso ir adiante, eu vou adiante”

O que atrai tantos acadêmicos, estudantes, e pensadores ao terreno aberto da SPI é a maneira com que ele nos força a confrontar constantemente as condições horríveis do nosso mundo contemporâneo. Nós não podemos fugir: não podemos nos esconder atrás de explicações teóricas fáceis, fundações disciplinares incontestadas, ou soluções normativas confortáveis, não importa o quão tentador isso possa ser. Como Beckett, nós reconhecemos a atração dessas seduções, mas enxergamos em igual medida os problemas com a certeza e a resolução. Essa necessidade de se envolver com o horror se assemelha ao familiar dilema ver / não ver: não queremos ver, preferiríamos ser confortados por imagens prazerosas, mas não podemos evitar – uma vez que olhamos, não conseguimos desviar o olhar, nem desver o que acabamos de ver (Möller, 2009). Este dilema está nitidamente expresso nas famosas linhas finais do romance de Samuel Beckett (1955 [1994]) *O Inominável* [*The Unnamable*] — “Você deve seguir adiante, eu não posso ir adiante, eu vou adiante” [*You must go on, I can't go on, I'll go on*] – que por sua vez inspirou as brilhantemente aflitas primeiras linhas do artigo seminal de Michel Foucault (1981: 51) *A Ordem do Discurso* [*The Order of Discourse*]:

O desejo diz: “eu não queria ter de entrar nesta ordem arriscada do discurso; não queria ter de me haver com o que tem de categórico e decisivo; gostaria que fosse ao meu redor como uma transparência calma, profunda, infinitamente aberta, em que os outros respondessem às minhas expectativas, e de onde as verdades emergiriam uma a uma; eu não teria senão de me levantar, nela e por ela, como um destroço feliz”.

Certamente existem grandes ressonâncias entre Foucault e Beckett no que diz respeito à linguagem, fala e discurso (Uhlmann, 2006: 108-13), mas, no espírito de travessura Beckettiana, eu quero deliberadamente interpretar de modo equivocado as reivindicações de Foucault aqui para ver o que nos dizem sobre o dilema ver / não ver da SPI.

Primeiro, Foucault oferece uma lamentação do tipo Bartleby – “eu não deveria gostar de” – um sentido de decepção de que ele deve se inserir nas leis, ordens e estruturas de discurso. Esse longo e um tanto impertinente suspiro também é uma luta explícita com os dois primeiros imperativos de Beckett: a instrução autoritária de que “você deve seguir adiante” e sua recusa obstinada expressa em “eu não posso ir adiante.” Contido nessa troca encontra-se um lembrete claro dos poderes sedutores das leis, dos limites e da ordem: não podemos nos esquecer do quão confortante é ter ordem porque ela produz regras que, por sua vez, nos ajudam a realizar coisas. Segundo, Foucault é igualmente ciente da complacência que vem com oposição não crítica – como nossos esforços de contraconduta podem ser tão enganosos, implacáveis e excludentes como as leis que nós opomos. Novamente, ele esboça as seduções para nós: não seria satisfatório se outros – tanto aliados quanto inimigos – se conformassem às nossas expectativas prévias? Não seria confortante se nossas verdades fossem reveladas “uma por uma” e dispostas de acordo com nossa já configurada postura de oposição? Sermos “levados” por essas formas confortáveis e ordenadas de resistência simplesmente reforça a crueldade das leis a que nos opomos. Na verdade, Orwell deixou isso claro: os porcos revolucionários que depuseram o fazendeiro tirânico se mudaram em seguida para a fazenda e instalaram novas formas de opressão. Terceiro, Foucault nos dá a esperança de que podemos navegar as instruções polarizadoras de “você deve” e “eu não posso,” mas só na

medida em que nós reconhecemos o horror, a desgraça, e a miséria inescapáveis que se fortalecem entre esses dois imperativos. O que a invocação de Beckett por Foucault sugere é que a opção menos pior é ser um “destróço feliz” – uma figura comprometida que está sobrecarregada por um impulso de confrontar os horrores do mundo em um esforço de tentar tornar as coisas menos miseráveis, enquanto sabe que esses esforços muito provavelmente falharão e terminarão desencadeando ainda mais miséria. O ponto tanto para Beckett quanto para Foucault é que nós não podemos sucumbir ao niilismo (“eu não posso ir adiante”), ainda que tudo esteja nos empurrando nessa direção. Preferencialmente, devemos encontrar coragem em nossos esforços de ir em frente (“eu vou adiante”) e esperar que ao confrontar a tragédia e a miséria, nós também encontremos alguns momentos breves de descanso e contentamento (se não felicidade) que ajudem a fazer da vida “levemente menos horrível”.

Eu quero encorajar os pensadores de SPI a habitar a posição subjetiva do “destróço feliz” de maneira mais confiante porque ela é a que mais oferece esperança para contestar as poderosas fantasias liberais do nosso tempo. Essas fantasias são muito familiares: elas prometem resolução diante dos conflitos em andamento, certeza diante das fundações ausentes, ordem diante das escolhas de vida que se proliferam, e um futuro singular diante de possibilidades concorrentes. De fato, são precisamente essas fantasias que prometem libertação, autonomia, civilidade, soberania, liberdade, igualdade e tolerância que nos encorajam a *virar as costas* para os horrores da nossa condição contemporânea e rejeitar as dificuldades do “destróço feliz” com sua ambivalência agonizante, contingência escorregadia e o risco de niilismo. Essas promessas liberais são sedutoras porque elas operam por meio de uma combinação familiar de inclusão e negação: todo mundo é convidado a adentrar significantes vazios como

“liberdade,” “igualdade,” e “democracia,” e essas fantasias só podem ser sustentadas na medida em que elas distinguem preventivamente aqueles que estão incluídos daqueles que não estão. Ativar a posição do “destróço feliz” significa chamar atenção para a reprodução desses limites constitutivos, apontando para os horrores que estes possibilitam, e expondo as retóricas de apagamento e distração que objetivam neutralizar intervenções críticas.

Enquanto a SPI – especialmente na última década – tem sido exemplar em desfazer essas fantasias liberais e resistir suas promessas de resolver problemas globais intratáveis, eu acho que ainda há mais espaço para nos tornarmos tanto mais felizes quanto mais miseráveis nessas empreitadas. Cultivar disposições mais vigorosas de ambivalência requer que nos tornemos mais atentos às histórias indiretas e frequentemente escondidas por meio das quais os horrores contemporâneos são provocados; mais vigilantes em identificar novas formas de autoridade que mobiliza rapidamente em espaços globais esperados e não esperados; mais dolorosamente honestos sobre como e quando “nós” enquanto acadêmicos somos cúmplices na reprodução de formas de violência e exclusão: mais corajosos em admitir nossa própria cumplicidade; e mais criativos em opor nossas formas de fechamento iminente. Uma forma de se tornar mais feliz na nossa desgraça é considerar a reimaginação crítica de masoquismo de Claire Rasmussen. Ao invés de ver o amor masoquista por submissão como fatal, ela o reinterpreta como uma forma mais criativa de agência não autônoma: “Ao invés de simplesmente reiterar a lógica de controle, o masoquista negocia relações de poder novas, diferentes e dinâmicas... Assim como borra a linha entre prazer e dor, o masoquista desafia os próprios binarismos que sustentam a ideia de autonomia” (Rasmussen, 2011: 152-53). Para Rasmussen, a perversão ativa da norma dá aos masoquistas mais autonomia, libertação e escolha, ao invés de menos.

Isso é instrutivo para os “destroços felizes” da SPI porque nos mostra que nosso esforço teimoso em nos manter engajados com as condições horríveis do mundo – nossa determinação masoquista de não virar as costas – pode ser a única coisa que politiza nossa ambivalência e possibilita configurações mais criativas de esperança e desespero.

### A vida absurda de um “Destroço Feliz”: um guia para a vida no interstício

Como nós, pensadores de SPI, podemos começar a assumir nossa própria transdisciplinaridade intersticial com mais confiança? Como podemos continuar a confrontar os horrores do mundo (sem nos tornarmos sobrecarregados com depressão) mobilizando uma disposição mais ativa de ambivalência – nos tornando “destroços felizes”? Eu não vejo o interstício ou ambivalência como orientações passivas implicando desconexão com o mundo; ao contrário disso, eu os vejo como modos vivazes de engajamento que nos ajudarão a nos tornar mais felizes e mais miseráveis enquanto continuamos a intervir no mundo. Com isso em mente, estou muito interessada em explorar as implicações políticas do interstício e da ambivalência – para descobrir o que é possível quando os pensadores de SPI combinam esperança e desespero de maneira mais produtiva. Para tanto, eu ofereço quatro sugestões para como devemos nos reorientar como “destroços felizes” enquanto acompanhamos as mobilizações e distribuições de poder global.

#### *Lembre-se de rir*

No espaço produtivo que a SPI abriu, muitos acadêmicos têm contestado as visões dominantes de racionalidade ao chamar atenção para os registros emocionais e afetivos por meio dos quais o poder global circula (Ahmed, 2004; Moïsi, 2009; Bleiker e Hutchinson, 2014;

Hutchinson, 2016). Ainda que eu endosse esses *insights*, pretendo levar o argumento um pouco adiante refletindo sobre a gramática emocional na qual se apoiam, que embora seja compreensível, ainda é bem restritiva. Eu digo restritiva porque se foca só em um número pequeno de trajetórias emocionais que são ativadas quando confrontamos os horrores do mundo. Essas limitações são analisadas de forma bem útil em trabalhos sintonizados com a SPI sobre mídia, comunicação, e estudos culturais que examinam a forma como espectadores respondem a imagens de sofrimento distante. Para Boltanski (1999), raiva é uma das respostas dominantes ao sofrimento e é frequentemente provocada quando nós, enquanto espectadores, nos perguntamos por que coisas horríveis continuam acontecendo (ver também Chouliaraki, 2006, 2012; Razack, 2007). No entanto, frequentemente buscamos neutralizar a força afetiva desestabilizadora da raiva nos escondendo em esforços racionais de localizar, denunciar, e punir os perpetradores de violência. Tais denúncias são compreensíveis, mas acabam privilegiando uma relação binária entre acusadores (por exemplo, advogados, jornalistas e espectadores) e perpetradores distantes – o que invisibiliza aqueles que de fato têm sido vitimados pela violência. Por outro lado, quando respondemos ao sofrimento de formas muito sentimentais (por exemplo, com lágrimas, aflição e pena), há um foco narcisista na nossa própria capacidade de expressar emoção ao invés de um foco na vítima que está de fato sofrendo. Aqui, vítimas objetificadas se tornam motores silenciosos que movem “nossas” expressões de compaixão: o que realmente conta é que espectadores sintam profundamente e então transformem essa experiência em ação (por exemplo, organizando ajuda, doando para caridade). O problema é que essas ações são tomadas *em nome* de sofrendores distantes cuja agência é, novamente, apagada. Finalmente, nós também respondemos ao sofrimento por meio de uma forma conhecida de apreciação estética – uma postura ética entendida como

superior às reações demasiadamente racionais e/ou sentimentais. Aqui, reconhecemos nossa distância mediada dos sofrendores, e enquanto não nos envolvemos de fato, permanecemos engajados assistindo e então julgando a qualidade estética das imagens resultantes. Certamente há importantes críticas a serem feitas à estrutura moralizada na qual o espectador de Boltanski se insere, e não menos importante, à sua política de gênero e sua dependência do pragmatismo, mas acho a abordagem útil pela forma como exemplifica as consequências de basearmos somente em um repertório emocional limitado em resposta ao sofrimento. Podemos lidar com a raiva, podemos lidar com a pena, e podemos lidar com indiferença (...) mas temos dificuldade em oferecer qualquer coisa para além dessas respostas já bem trilhadas.

O que aconteceria se pensadores em SPI abordassem o “sério” tópico do nosso trabalho de forma menos séria do que atualmente se faz? Isso não quer dizer negar tais horrores, ou trivializar consequências. Ao contrário, como meus acenos frequentes ao Beckett sugerem, quer dizer reconhecer que tragédia nunca é isolada de seus absurdos subjacentes, e que por isso deve ser engajada por meio do repertório de emoções mais amplo e mais complexo disponível. Tragédia é dolorosa, é claro, mas essa dor não está necessariamente mapeada nos caminhos pré-configurados de raiva, tristeza ou desapego. Encobertos na experiência de tragédia estão um conjunto inteiro de respostas desregradadas, excessivas e estados emocionais intersticiais que devem, se seguidos, levar a respostas alternativas. O que acontece quando examinamos como miséria, horror, e sofrimento são traduzidos através de, por exemplo, absurdo, comédia, sátira, palhaçada, mímica e risada? Dada a minha invocação de Beckett, é de se esperar que eu veja um potencial enorme na exploração dos potenciais políticos do absurdo – de confrontar os horrores implacáveis do mundo com risada histórica, balbucio desordenado, e injúria não ensaiada. Enquanto

o machado de Beckett ainda não foi encontrado para esmagar as fundações de racionalidade, já houveram inúmeros esforços criativos para explorar como o internacional, o político, e o social estão ligados através da sátira e comédia. A maior parte desse trabalho opera no nível representacional, por exemplo, Jabri (2003) argumenta que as peças de Harold Pinter produzem uma forma radical de crítica que ecoa para muito além dos salões fechados do teatro, ou James Brassett (2015) afirma que comédia Inglesa “alternativa” dialoga diretamente com reivindicações mais amplas sobre justiça global. Outras intervenções exploram a natureza subversiva de comédia de modo mais geral. Louiza Odysseos (2001), por exemplo, argumenta que perturbação, transgressão e irreverência contestam a “resolução harmoniosa” normalmente associada às comédias gregas (ver também Critchley, 2002; Dodds e Kirby 2013). Mais recentemente, o riso tem sido analisado como uma contraconduta importante que desestabiliza práticas contraterroristas como a triagem em aeroportos (Salter, 2011; Basham e Vaughan-Williams, 2013; Leese e Koenigseder, 2015). Essas considerações iniciais de estados emocionais que não sejam raiva, tristeza, e desapego são importantes porque abrem um vasto panorama emocional que apoia, inspira, e rompe a infraestrutura racional de política global. Também oferecem pontos de partida produtivos para mais pesquisa sobre o quadro emocional do horror global, como, por exemplo, sobre se o humor pode construir solidariedade global, e como a sátira é extremamente arriscada em contextos repressivos (Hendawi, 2016).

### *Resistindo catarses*

O que faz o trabalho de Beckett tão importante politicamente é sua capacidade de revelar as dificuldades presentes em todas as soluções com base normativa – especialmente aquelas como paz, segurança, e

liberdade que não podemos evitar. O absurdo é diferente de disposições críticas que buscam revelar “a verdade” por trás de uma consciência falsa, ou defender emancipação como um bem universal e incontestável. Ao invés disso, o absurdo nos possibilita reconhecer totalmente nosso desejo por coisas como liberdade e igualdade enquanto reconhecemos simultaneamente que os custos de satisfazer esses desejos nunca são distribuídos igualmente e são raramente sentidos por aqueles que se beneficiam mais. O absurdo bloqueia a fuga para fantasias porque insiste na multiplicidade de futuros, prioriza temporalidades não teológicas e, mais importante, recusa o conforto da resolução. Não permite finais felizes em qualquer forma – nem a catarse produzida pela tragédia nem a ordem restaurada pela comédia. Enquanto essas destabilizações sempre moldaram as convenções teatrais formais de Beckett e outros roteiristas do absurdo (por exemplo, Harold Pinter, Eugene Ionescu, Caryl Churchill), também estão emergindo em versões mais populares de sátira. Por exemplo, Larry David, um dos cocriadores da famosa série *Seinfeld*, tinha uma regra de ouro para o show: “sem abraço, sem aprendizado” (Worth, 2008). Em um universo cultural dominado por resolução narrativa e realização dos personagens, *Seinfeld* – notoriamente promovido como um show sobre o nada – conquistou tanto a aclamação crítica quanto a popular por reordenar a premissa dominante de que comédia deve sempre produzir um final feliz. Esse reordenamento emerge em um idioma satírico mais direto na série animada *South Park*, onde o personagem central Cartman não só se recusa teimosamente a aprender alguma coisa, mas também debocha da ideia de que todos os humanos devam aprender com seus erros. Ele começa como um babaca e permanece um babaca ao longo da série: sem abraço, sem aprendizado. Enquanto *South Park* se tornou famoso pelo seu humor extremo e sátira ultrajante, acho que sua significância política está

mais no deboche implacável de todas as formas de conclusão moral e sua recusa comprometida em resolverem alguma coisa.<sup>2</sup>

Trabalhando por fora dessas contestações populares, como podemos fazer perguntas mais ambiciosas sobre os estados de sentimento que podem nos ajudar a resistir às seduções de catarse? De modo similar à releitura de Rasmussen do masoquismo, Ngai (2005) observa como “sentimentos feios” como a inveja, a vergonha, a paranoia e a aversão excedem os princípios de governo dominantes que buscam encorajar os sujeitos modernos ao longo de caminhos emocionais predeterminados. Mas ela também demonstra como esses sentimentos intensos são perturbados por estados emocionais mais ambíguos que não levam a formas esperadas de catarse:

Por não catártico eu me refiro aos sentimentos que não facilitam ação, que não levam a ou culminam em algum tipo de purificação ou libertação – irritação, por exemplo, ao contrário da raiva. Esses sentimentos são portanto politicamente ambíguos, mas bons para diagnosticar estados de agência suspensa, em parte devido ao seu caráter difuso e/ou falta de objetos definidos (Jasper e Ngai, 2011; ver também Ngai, 2005: 9).

Essa ideia de agência suspensa produzida por sentimentos ambivalentes é extremamente útil quando se pensa em como desestabilizar, contornar e resistir o desejo por resolução. Em seu trabalho

---

2 Arp (2006) sugere que a força moral de South Park reside em Kyle e Stan, que cuidadosamente perfuram valores sagrados de democracia, liberdade, igualdade, direitos humanos e o respeito pela diferença. Para mim, Cartman provê um conjunto mais difícil de possibilidades ético-políticas que são ao mesmo tempo sedutoras e assustadoras. Como “Senhor da Rebelião” absoluto, seu deboche vicioso, violência casual e narcisismo rampante atropelam tudo. Mas enquanto rimos da força destrutiva de Cartman, também devemos nos perguntar quem está sendo atropelado, e como os corpos desempoderados são frequentemente e involuntariamente incluídos ao alcance do alvo da sátira.

mais recente, Ngai (2012) investiga como a estética aparentemente “descartável” do simplório, do bonitinho e do interessante perturbam visões dominantes do bonito e do sublime e impedem os sujeitos de encontrarem conforto em formas esperadas de transcendência. Essa visão de agência suspensa expressa algo do que desenvolvo aqui com a figura do “destroço feliz” que intencionalmente recusa as resoluções tentadoras que vêm com catarse e ordem. O trabalho de Ngai é um convite para pararmos de viver nos conhecidos estados de raiva, sentimentalismos e desapego e, em vez disso, considerarmos o que acontece quando nós confrontamos as condições horríveis do mundo por meio de estados mais ambivalentes como ansiedade, ponderação, tédio, surpresa e distração. Essa provocação ressoa com o trabalho recente em SPI que critica a racionalidade linear do tempo soberano e politiza a direção progressiva de fantasias liberais (Hutchings, 2008; Kessler, 2012; Lundborg, 2012; Debrix, 2015). Aqui, estou particularmente interessada em ver os futuros múltiplos que devem ser imaginados quando acadêmicos de SPI confrontam as condições horríveis do nosso mundo contemporâneo por meio de disposições não catárticas.

### *Desaccelere*

Contestar o desejo por resolução é questionar o ritmo, o andamento e a duração das temporalidades dominantes, revelando momentos descontínuos e os eventos nelas contidos, e considerando os retornos temporais complexos expressos por alternativas (por exemplo, antecipação, projeção, memória, assombração). Essa desconfiguração do tempo é central para a pesquisa em SPI que critica a natureza instantânea de dados biométricos, algoritmos, e tecnologias de segurança atualmente usadas nas fronteiras para a melhor distinção entre viajantes seguros e perigosos (Marx, 2007; De Goede, 2008; Amore, 2013; Bellanova

e Fuster, 2013; Bourne, Johnson e Lisle, 2015; Muller et al., 2016). O que se tornou aparente nesse trabalho é que nossos entendimentos dominantes de duração são tão estruturados ao redor de ciclos da vida humana que nós temos dificuldade para compreender – e ainda mais para contestar – a velocidade, intensidade e amplificação de dados não humanos. Isso tem produzido ansiedade em relação à nossa inabilidade de administrar quantidades imensas de informação: não somos mais capazes de identificar com confiança as ameaças e de fazer todo o trabalho necessário para manter tais ameaças sob controle. Como resultado, nossa condição contemporânea é caracterizada por novas retóricas de crise, catástrofe e apocalipse que possibilitam que exclusões constitutivas da norma liberal sejam impostas com mais força, legitimidade e violência (Grove, 2015). Por exemplo, a ameaça de um apocalipse inevitável originada de um grande número de fontes (por exemplo, terrorismo, mudanças climáticas, recessão) é usada para disciplinar populações no presente: obedeça a essa forma de governança e o horror será aliviado (por soluções tecnológicas), administrado (cultivando resiliência), terceirizado (construindo fronteiras contra ele) ou adiado (assumindo que futuras gerações resolverão).

Estou interessada em como essa linguagem de crise perpétua obstrui os ritmos repetitivos, bem mais lentos, e mais familiares da vida cotidiana. Como Beckett bem sabia, o que mais importa não é a chegada eventual de Godot, mas todas as energias, hábitos, conexões, práticas, rotinas e movimentos que se desenvolvem *no esperar*. Essa ideia é parte do que anima o trabalho recente sobre vagarosidade que busca expor os *tempos* não familiares que se escondem por trás de retóricas de crise, emergência e apocalipse. Ao explorar os tipos de calamidades que “pacientemente espalham sua devastação” fora do olhar espetacular e instantâneo de governança mediada, Rob Nixon (2011) oferece uma perspectiva abrangente do que é deslocado pelos quadros dominantes

de crise. Violência lenta é aquilo que ocorre “gradualmente e fora da vista, uma violência de destruição atrasada distribuída ao longo do tempo e do espaço, uma violência desgastante que tipicamente não é nem vista como violência” (2011, 2). O trabalho de Nixon sugere que a disposição do “destroço feliz” é totalmente apropriada para a tarefa de capturar o “teatro invisível, mutagênico” de violência lenta precisamente porque sua ambivalência constitutiva é capaz de atender aos espetáculos que são “devagares e abertos, evitando o encerramento, a contenção, impostos pelas ortodoxias visuais de vitória e fracasso” (2011: 6). De modo similar, Lauren Berlant (2007: 758) caracteriza nossa condição atual dentro das estruturas capitalistas globais como uma morte lenta que se desenvolve em uma “zona de temporalidade” diferente das emergências, crises, e exceções dominantes que definem nossa idade moderna. Simplesmente seguir adiante em meio à morte lenta da vida moderna é uma forma vital de resistência às estratégias de administração de crise usualmente implantadas para disciplinar populações nas ordens prevaletentes de governança. Berlant (2007: 759) vê as narrativas de vida cotidiana que crescem e que se movem devagar – as rotinas familiares e ordinárias de “continuidade, de se virar, e seguir adiante” – em termos mais esperançosos porque os ritmos alternativos interrompem narrativas dominantes de urgência. Mais importante, ela explica que tempos de lentidão são sempre isolados, perdendo espaço para tudo que é tomado como urgente:

a retórica de crise desmente o ponto constitutivo de que morte lenta (...) não é nem um estado de exceção nem o oposto, mera banalidade, mas um domínio onde uma cena perturbadora da vida se revela afinal entrelaçada com a vida ordinária, como formigas que são descobertas correndo debaixo de uma pedra levantada por acaso. (Berlant, 2011: 102)

Sua explicação do entrelaçamento aqui é importante porque não permite que os horrores da vida contemporânea sejam evitados por perspectivas romantizadas do tempo anterior ou hipotecados aos nossos descendentes do futuro. Como Berlant sugere, cenas repetitivas “perturbadoras” de vida cotidiana continuam a se desenrolar – vagarosamente – não importa o tipo de crise em voga.

Acadêmicos afinados com a SPI também estão analisando a vagarosidade como uma contraconduta efetiva contra o gerencialismo neoliberal que atualmente governa as universidades modernas. A “pesquisa lenta” tem sido usada para “desafiar o tempo acelerado e o elitismo da universidade neoliberal,” onde todas as formas de produtividade incorporadas são crescentemente medidas e ranqueadas de acordo com métricas redutivas como fatores de impacto de revistas, pontuações em avaliações pedagógicas, e níveis de recebimento de bolsas de pesquisa (Mountz et al., 2015; ver também Dowling, 2008; Gill, 2009; Lorenz, 2012; O’Neill, 2014; Berg e Seeber, 2016). Essas contracondutas implicam em deliberadamente prolongar a duração de práticas cotidianas de conhecimento – pensar, ler, escrever, mapear, supervisionar, ensinar, editar, organizar, colaborar, e engajar – de modo a alinhá-las com os ritmos incorporados ao invés dos ritmos implacáveis e hiper-eficientes da instituição ou do mercado (Garey, Hertz e Nelson, 2014). Estratégias de lentidão que contestam os altos impossíveis impostos por administradores sêniores de cima para baixo podem evitar que trabalhos críticos e criativos sejam capturados e se *tornem produtivos* por uma instituição desumanizada (Giroux, 2013). Dentro desse espaço crescente de dissidência existem sinais hesitantes de uma consciência política Beckettiana quando atos persistentes de lentidão permitem que pensadores lidem com investidas neoliberais perniciosas à liberdade acadêmica com uma mistura de

humor subversivo (por exemplo, jogando “*bullshit bingo*”<sup>3</sup> para expor as falas dos administradores; ativamente cultivando a “inutilidade”) e atos criativos de protesto (por exemplo, bloqueios de comunicação; ocupações/performances de *flash-mob*). Certamente, os acadêmicos estão se arriscando quando eles escolhem resistir às normas institucionais impostas, independentemente se o fazem de forma discreta ou irônica. Mas essas ações precisam ser celebradas pelas energias criativas perigosas que elas liberam e pelas solidariedades inesperadas que emergem como resultado. Voltando aos trabalhos de Nixon e Berlant, gostaria de encorajar os acadêmicos de SPI a recalibrar ainda mais seus trabalhos acadêmicos de modo a tocar mais explicitamente nas diferentes camadas desses ritmos de uma catástrofe contínua e lenta – precisamente os ritmos que são eclipsados toda vez que administradores neoliberais tentam neutralizar pesquisa crítica por meio de métricas redutivas tais como “comercialização” e “impacto de pesquisa”.

### *Torne-se vulnerável*

O que eu venho circundando com minha defesa do absurdo, não catarse, e vagarosidade é um engajamento mais explícito com a vulnerabilidade – não somente vulnerabilidade individual e incorporada, mas também formas emergentes de exposição, contingência e risco que conectam populações e infraestruturas globais. A vulnerabilidade é certamente apreciada pelos agentes de governança neoliberal contemporânea que a veem como a própria condição que deve ser superada para que se conquiste o objetivo maior de resiliência. Nesse contexto, os custos emocionais brutais e os impactos afetivos da

---

3 Nota de tradução: *bullshit bingo* é uma brincadeira na qual se criam cartelas, usualmente de forma pejorativa, compostas por frases e/ou comportamentos esperados de uma pessoa ou um grupo.

vulnerabilidade são evacuados por um processo linear de objetificação: primeiro você identifica uma vulnerabilidade (por exemplo, fraqueza de caráter, “déficit de habilidades” profissionais, uma fraqueza infraestrutural, um “Estado falido”); então você a codifica como um risco (por exemplo, à prosperidade, ao avanço, à segurança, à liberdade); e em seguida você desenvolve um “plano estratégico” para aliviar o risco denominado (por exemplo, terapia cognitiva comportamental, desenvolvimento profissional, treinamento de simulação de desastre, intervenção humanitária). Mas como acadêmicos críticos têm corretamente argumentado, a vulnerabilidade não é inerente a corpos ou populações específicas – não está “lá” esperando para ser descoberta e corrigida. Ao contrário, é produzida pelos agentes de poder global de formas que sujeitam números crescentes de pessoas aos mais poderosos mecanismos de governança que nós já vimos (Joseph, 2013; Welsh, 2014; Howell, 2015). A extensão desses esforços de controlar, conter e administrar a vulnerabilidade nos dá alguma indicação de seu perigo e seu poder; de fato, reconhecer as ansiedades criadas pela vulnerabilidade é o primeiro passo para revelar sua capacidade de irromper, desfazer e reordenar racionalidades dominantes de governança global. Isso não significa ressuscitar assimetrias coloniais que fazem com que o “nosso” trabalho seja descobrir novas populações de sujeitos vulneráveis – novos *outros* – que devem ser salvos de sua própria adjeção pela nossa benevolência, magnanimidade e intervenções profissionais. Absolutamente – o papel constitutivo dos estudos Pós-coloniais e Decoloniais na SPI desaprova com razão tais mobilizações de nostalgia e privilégio. Ao contrário, o que estou defendendo aqui é uma perspectiva muito mais vibrante e polivocal de vulnerabilidade que possa nutrir maneiras múltiplas de saber, embasando modos empáticos de encontro, alimentar ceticismo em relação a afirmações confiantes sobre progresso, encorajar solidariedade e cultivar modéstia sobre suas próprias capacidades para intervenção política.

A releitura feminista de Sara Ahmed (2004: 68-70) de vulnerabilidade está particularmente afinada com os tipos de intervenção propostos aqui (ver também Shildrick, 2002). Ela não vê a vulnerabilidade como inerente a corpos particulares (por exemplo, corpos femininos, corpos *queer*) mas, em vez disso, como um efeito de poder social e espacial que opera limitando a mobilidade de corpos que são preventivamente codificados como vulneráveis. Nessa reinterpretação, ela articula algo importante sobre a forma como a vulnerabilidade é considerada perigosa por produzir respostas baseadas no medo:

Vulnerabilidade é uma relação corpórea com o mundo na qual a abertura em si é lida como uma fonte de perigo potencial que demanda ação evasiva. Emoções podem envolver interpretações de tal abertura como espaços onde os corpos e os mundos se encontram e se dissolvem um no outro. Medo envolve ler tal abertura como perigo; a abertura do corpo para o mundo envolve um senso de perigo que é antecipado como uma dor ou perda futuros. (Ahmed, 2004: 69)

Mapear a relação entre vulnerabilidade – medo – perigo é uma boa forma de começar a desvendar como sujeitos específicos e populações globais são produzidos preventivamente como vulneráveis, como discursos de medo correspondentes são mobilizados em resposta, e como isso resulta em intervenções que objetivam a neutralização do poder perturbador da vulnerabilidade. Mas se o medo nos encoraja a ler essas aberturas inerentes à vulnerabilidade como perigosas, que outras disposições não amedrontadoras poderiam nos inspirar a ler tais aberturas como receptivas, acolhedoras e instigantes? E se reformulássemos vulnerabilidade não em oposição à resiliência, mas como já sempre contida nesta? E se entendêssemos vulnerabilidade como algo que está constantemente se desdobrando em uma variedade de estados ambivalentes de sentimento como ansiedade, tédio

e distração? Que práticas de pesquisa tais enredamentos demandam, e que possibilidades políticas produzem? Um bom ponto de partida é a ideia de *vulnerabilidade mutuamente construída* articulada pela Pesquisa em Ação Participativa [*Participatory Action Research* – PAR], que exige que os pesquisadores trabalhem “em colaboração com e não somente sobre ou para povos subordinados” (Guishard, 2009: 85-88). Certamente esses imperativos éticos já moldam boa parte do trabalho feito pela SPI, mas reconhecer que os sujeitos que pré-codificamos como vulneráveis são na verdade cheios de agência, complexidade e vida nos aponta para duas questões metodológicas importantes. Primeiro, acadêmicos que situam a vulnerabilidade como objeto e processo de pesquisa ao mesmo tempo nos forçam a confrontar as limitações de modelos tradicionais de aquisição de conhecimento nos quais acadêmicos “especialistas” usam instrumentalmente narrativas, dados, e a vida de outros (Johnson, 2012; Baaz e Stern, 2015; Bulmer e Jackson, 2016). Segundo, acadêmicos que trazem suas próprias vulnerabilidades como pesquisadores de maneira mais central para sua pesquisa nos forçam a confrontar nosso privilégio frequentemente não reconhecido. Isso requer um grande cuidado, pois o reconhecimento da própria vulnerabilidade pode muito facilmente virar uma forma injustificada de narcisismo – “É tudo sobre mim!” – que silencia as formas mais arriscadas de vulnerabilidade ligadas a sujeitos marginalizados e oculta qualquer interesse comum que “nós” podemos compartilhar com “eles”.

Minha preocupação aqui é que nossa falta de atenção a formações mais heterogêneas de vulnerabilidade pode às vezes tornar o terreno metodológico da SPI mais puro do que ele realmente é. Por exemplo, a SPI tem sido central para uma mudança profunda na forma como a análise de discurso tem sido empregada por insistir, acertadamente, que discursos sempre excedem as limitações de linguagem, texto e documentos (isto é, as áreas onde os analistas tradicionais de discurso

se sentem mais confortáveis). Ao focar no caráter material, afetivo, atmosférico, corporificado e móvel de discursos, pensadores da SPI tiraram muitos de nós de nossas zonas de conforto textuais e visuais e nos jogaram – querendo ou não – no “campo.” Isso certamente tem sido energizante e inspirador para a comunidade de pesquisa em SPI; de fato, meu próprio pensamento foi enormemente beneficiado pelo trabalho desenvolvido ao lado de etnógrafos, entrevistadores, artistas criativos e observadores experientes. Em idade embarçosamente avançada, fui para o “campo” esperando aprender os “Grandes Segredos da Pesquisa Empírica” que haviam previamente me escapado, só para descobrir, e para minha grande surpresa, que eu havia de fato feito etnografias muitas vezes antes sem perceber (na África do Sul, Chipre, Bósnia e Belfast), e que meu treinamento em teoria social crítica foi central para essas experiências. Dito isso, estou preocupada com o fato de que nosso pêndulo metodológico tenha agora balançado muito longe nessa direção – que nossa mudança “para o campo” agora favoreça “evidência” empírica derivada do trabalho de campo etnográfico em detrimento das análises textuais, linguísticas e visuais detalhadas. Essa é, em parte, uma estratégia para mascarar as vulnerabilidades inerentes ao processo de pesquisa – aquelas questões incômodas e inescapáveis como: qual é o sentido dessa pesquisa teórica, quem se importa de verdade com esse trabalho, e estou realmente mudando o mundo ou só comentando sobre ele (Miller, 2005, x)? Demonstrações de intervenções por meio de pesquisa empírica “direta”, em vez de representações textuais “isoladas”, também são preferidas por financiadores de pesquisa que operam largamente por meio de um modelo de ciência social unidirecional que implica em “sair” pelo mundo, encontrar evidência, fazer “análise,” chegar a uma conclusão, e então ter um “impacto” mensurável na política. Enquanto estou mais do que disposta a enaltecer as virtudes do

trabalho de campo desenvolvidos criticamente, não estou feliz em jogar fora os insights conquistados arduamente pelo trabalho mais antigo da SPI em análise de discurso, desconstrução formal e leituras semióticas de imagens e textos. Nesse sentido, estou ansiosa para ver mais trabalho que mostrem como as habilidades interpretativas que aprendemos através de sucessivas “viradas” textuais, culturais, visuais e estéticas podem melhorar poderosamente, ao invés de prejudicar, a pesquisa de campo que agora tem sido feita (Johnson, 2011; Dyvik, 2014; Salter, 2015; 2016).

O meu argumento aqui é que a SPI deve ser um ponto de encontro desses desenvolvimentos metodológicos ao invés de um lugar para sua separação. Isso só se tornará possível na medida em que reconhecamos nossas experiências compartilhadas de vulnerabilidade – experiências que compromissos tanto com “o texto” quanto com “o campo” buscam aliviar. Aqui, a visão de John Law sobre desordem na pesquisa em ciência social é indispensável porque suas metodologias de incerteza defendem honestidade e abertura sobre as “formas imperfeitas de produção de conhecimento” (Law, 2004: 19). Law questiona a ideia de que nós possamos algum dia estar em paz com o processo do conhecimento quando o mundo para o qual estamos olhando é “escorregadio, indistinto, indescritível, complexo, difuso, bagunçado, texturizado, vago, inespecífico, confuso, desordeiro, emocional, doloroso, prazeroso, esperançoso, horroroso, perdido, resgatado, visionário, angelical, demoníaco, mundano, intuitivo, esquivo e imprevisível” (Law, 2004: 6). Sem surpresa alguma, estou satisfeita com os ecos de Beckett que ressoam nessas justaposições esperançosas/horríveis. Mas eu também me sinto estimulada pela forma como a descrição de Law sobre desordem/bagunça tem moldado debates recentes em Métodos de Segurança Crítica que não fogem das incertezas do saber, das rotas tortuosas da descoberta, e da realização

de que nossas idiossincrasias e vulnerabilidades como pesquisadores constituem os próprios mundos de segurança que nós pretendemos analisar “racionalmente” e “objetivamente” (Salter e Mutlu, 2012; Aradau e Huysmans, 2014; Aradau et al., 2014).

## Futuros falhos

Ao refletir sobre como nós podemos nos sintonizar melhor com os ritmos lentos e contínuos da vida cotidiana, Berlant é cuidadosa em não romantizar as resistentes possibilidades de um registro no qual a prática de alguém é “mais como um desesperado nado cachorrinho do que uma magnífica flutuação em direção ao horizonte” (Berlant, 2011: 117). Essa é uma metáfora formidável para as atividades estranhas, ansiosas e frequentemente angustiadas nas quais nos encontramos comprometidos em tentar costurar juntos o internacional, o político e o social. O desafio não é só aprender a viver com a ansiedade permanente de explorar três fundações disciplinares de uma vez, também é sobre encontrar alegria no meio das condições horríveis desencadeadas pela vida moderna. Certamente, o reconhecimento de que as coisas não vão necessariamente melhorar, mas que se tornarão diferentemente terríveis, em diferentes graus, para diferentes grupos de pessoas, é uma pílula difícil de engolir. Para sujeitos modernos impacientes, o ritmo muito longo, muito devagar e muito idiossincrático de “progresso” é difícil de identificar, e ainda mais de celebrar – especialmente quando o custo do “progresso” é tão desigualmente distribuído pelo mundo. Mas o tipo de trabalho que os “destroços felizes” da SPI faz é vital porque expõe como mobilizações inesperadas e formas não visíveis de poder global emergem; em outras palavras, nos mostra onde, quando, e em que novas formas o horror encontra seu caminho pelo mundo. Para isso, a SPI tem sido especialmente boa em expor as articulações

escondidas de poder em discursos supostamente empoderadores tais como aqueles sobre desenvolvimento e humanitarismo (Duffield, 2001; Ilcan e Lacey, 2011; Abdelnour e Saeed, 2014; Best, 2016), e em práticas de Estado que buscam “administrar” populações em risco mais eficientemente enquanto mascaram a violência inerente de tais empreitadas (Basaran, 2008; Buckel e Wissel, 2010; Muller, 2010; Chauvin e Garcés- Mascareñas, 2012; Methmann, 2014).

No melhor dos casos, a pesquisa em SPI combina uma habilidade de expor lógicas globais de poder com a atenção aguçada aos modos sempre presentes de resistência que perturbam, subvertem e reordenam tais lógicas. Nesse sentido, a SPI deu o primeiro passo ao criticar o poder e mantê-lo sob constante observação, e o segundo passo ao descobrir as forças alternativas que sempre residem nesses espaços desvendados. Voltando à metáfora de Berlant mencionada acima no texto, levantamos a pedra e expusemos as formigas que correm debaixo dela. Mas eu acho que a SPI precisa manter esse espaço aberto de maneira mais ativa para ver o que emerge na “zona de contato” ambivalente entre o velho e o novo. Esse espaço pode ser difícil de habitar e pode fechar rapidamente, mas sua presença – ainda que breve – deve ser vigiada e fortalecida. Eu argumentaria que em tal momento de suspensão, a pesquisa em SPI tem a capacidade de fazer algo um tanto surpreendente. Por termos experiência em navegar entre autoridades disciplinares múltiplas, e por termos aprendido a cultivar a disposição do “destroço feliz” em total reconhecimento dos horrores do mundo, nós temos a capacidade de desenvolver um tipo mais quieto de alegria que aceita totalmente sua própria contingência. Podem haver nadadores mais rápidos e elegantes cortando o horizonte, mas nosso nado cachorrinho coletivo vai chamar mais pessoas, vamos nadar por mais tempo, e certamente vamos desenvolver novas formas de nadar.

## Referências

- ABDELNOUR, Samer e SAEED, Akbar M. Technologizing Humanitarian Space: Darfur Advocacy and the Rape-Stove Panacea. *International Political Sociology*, v. 8, nº 2, p. 145-63, 2014.
- AHMED, Sara. *The Cultural Politics of Emotion*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2004.
- AMMOORE, Louise. *The Politics of Possibility: Risk and Security beyond Probability*. Durham, NC: Duke University Press, 2013.
- ARADAU, Claudia e HUYSMANS, Jef. Critical Methods in International Relations: The Politics of Tools, Devices and Acts. *European Journal of International Relations*, v. 20, nº 3, p. 596-619, 2014.
- ARADAU, Claudia, HUYSMANS, Jef, NEAL, Andrew e VOELKNER, Nadine (Ed.). *Critical Security Methods: New Frameworks for Analysis*. London: Routledge, 2014.
- ARP, Robert (Ed.). *South Park and Philosophy: You Know, I Learned Something Today*. Oxford: Blackwell, 2006.
- BAL, Mieke. *Travelling Concepts in the Humanities: A Rough Guide*. Toronto: University of Toronto Press, 2002.
- BASARAN, Tugba. Security, Law, Borders: Spaces of Exclusion. *International Political Sociology*, v. 2, nº 4, p. 339-54, 2008.
- BASHAM, Victoria e VAUGHAN-WILLIAMS, Nick. Gender, Race and Border Security Practices: A Profane Reading of ‘Muscular Liberalism’. *BJPIR*, v. 15, nº 4, p. 509-27, 2013.
- BECKETT, Samuel. *Samuel Beckett, Three Novels: Molloy, Malone Dies, The Unnameable*. London: Grove, (1955 [1994]).
- BECKETT, Samuel. *Waiting for Godot: A Tragicomedy in Two Acts*. London: Faber and Faber, (1954 [2006]).
- BELLANOVA, Rocco e GONZÁLEZ FUSTER, Gloria. Politics of Disappearance: Scanners and (Unobserved) Bodies as Mediators of Security Practices. *International Political Sociology*, v. 7, nº 2, p. 188-209, 2013.
- BERG, Maggie e SEEBER, Barbara. *The Slow Professor: Challenging the Culture of Speed in the Academy*. Toronto: University of Toronto Press, 2016.

- BERLANT, Lauren. Slow Death (Sovereignty, Obesity, Lateral Agency). *Critical Inquiry*, v. 33, nº 4, p. 754-80, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Cruel Optimism*. Durham, NC: Duke University Press, 2011.
- BEST, Jacqueline. *When Crises Are Failures: Contested Metrics in International Finance and Development*. *International Political Sociology*, v. 10, nº 1, p. 39-55, 2016.
- BIGO, Didier e WALKER, R. B. J. International, Political, Sociology. *International Political Sociology*, v. 1, nº 1, p. 1-5, 2007.
- BLEIKER, ROLAND, AND EMMA HUTCHINSON. Theorizing Emotions in World Politics. *International Theory*, v. 6, nº 3, p. 491-514, 2014.
- BOLTANSKI, Luc. *Distant Suffering: Morality, Media and Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- BOURNE, Michael; JOHNSON, Heather e LISLE, Debbie. Laboratizing the Border: The Production, Translation and Anticipation of Security Technologies. *Security Dialogue*, v. 46, nº 4, p. 307-25, 2015.
- BRASSETT, James. British Comedy, Global Resistance: Russell Brand, Charlie Brooker and Stewart Lee. *European Journal of International Relations*, v. 22, nº 1, p. 168-91, 2015.
- BUCKEL, Sonja e WISSEL, Jens. State Project Europe: The Transformation of the European Border Regime and the Production of Bare Life. *International Political Sociology*, v. 4, nº 1, p. 33-49, 2010.
- BULMER, Sarah e JACKSON, David. "You Do Not Live in My Skin": Embodiment, Voice and the Veteran. *Critical Military Studies*, v. 2, nº 1-2, p. 25-40, 2016.
- CHAUVIN, Sébastien e GARCÉS-MASCAREÑAS, Blanca. 2012. Beyond Informal Citizenship: The New Moral Economy of Migrant Illegality. *International Political Sociology*, v. 6, nº 3, p. 241-59.
- CHOULIARAKI, Lilie. *The Spectatorship of Suffering*. London: Sage, 2006.
- \_\_\_\_\_. *The Ironic Spectator: Solidarity in the Age of Post-Humanism*. Oxford: Polity Press, 2012.
- CRITCHLEY, Simon. *On Humour*. London: Routledge, 2002.
- DEBRIX, François. Katechontic Sovereignty: Security Politics and the Overcoming of Time. *International Political Sociology*, v. 9, nº 2, p. 143-57, 2015.

- DE GOEDE, Marieke. The Politics of Preemption and the War on Terror in Europe. *European Journal of International Relations*, v. 14, n° 1, p. 161-85, 2008.
- DODDS, Klaus e KIRBY, Philip. It's Not a Laughing Matter: Critical Geopolitics, Humour and Unlaughter. *Geopolitics*, v. 18, n° 1, p. 45-59, 2013.
- DOWLING, Robyn. Geographies of Identity: Labouring in the “Neoliberal” University. *Progress in Human Geography*, v. 32, n° 6, p. 812-20, 2008.
- DUFFIELD, Mark. Governing the Borderlands: Decoding the Power of Aid. *Disasters*, v. 25, n° 4, p. 308-20, 2001.
- DYVIK, Synne. Women as “Practitioners” and “Targets”: Gender and Counterinsurgency in Afghanistan. *International Feminist Journal of Politics*, v. 16, n° 3, p. 410-29, 2014.
- ERIKSSON BAAZ, Maria e STERN, Maria. Research in the Rape Capital of the World: Multiple Masquerades – A (Semi)Fictional Account. In: SYLVESTER, Christine (Ed.). *Masquerades of War*. London: Routledge, 2015, p. 197-205.
- FOUCAULT, Michel. The Order of Discourse. In: YOUNG, Robert. *Untying the Text: A Post-Structuralist Reader*. London: Routledge, 1981, p. 48-78.
- GAREY, Anita Iltta, HERTZ, Rosanna e NELSON, Margaret K. *Open to Disruption: Time and Craft in the Practice of Slow Sociology*. Nashville: Vanderbilt University Press, 2014.
- GILL, Rosalind. Breaking the Silence: The Hidden Injuries of Neoliberal Academia. In: RYAN-FLOOD, Roísín e GILL, Rosalind (Ed.). *Secrecy and Silence in the Research Process: Feminist Reflections*. London: Routledge, 2009.
- GIROUX, Henry A. Public Intellectuals Against the Neoliberal University. *Truthout*, 29 out. 2013. Disponível em <http://www.truth-out.org/opinion/item/19654-public-intellectuals-against-the-neoliberal-university>. Acesso em 22 abr. 2016.
- GROVE, Jairus Victor. Of an Apocalyptic Tone Recently Adopted in Everything: The Anthropocene or Peak Humanity? *Theory and Event*, v. 18, n° 3, 2015. Disponível em [https://muse.jhu.edu/journals/theory\\_and\\_event/v018/18.3.grove.html](https://muse.jhu.edu/journals/theory_and_event/v018/18.3.grove.html). Acesso em 22 abr. 2016.

- GUISHARD, Monica. “The False Paths, the Endless Labors, the Turns Now This Way Now That”: Participatory Action Research, Mutual Vulnerability, and the Politics of Inquiry. *Urban Review*, v. 41, nº 1, p. 85-105, 2009.
- HENDAWI, Hamza. Egypt Arrests 3 Members of a Street Satirical Group. *Salon*, 10 maio 2016. Disponível em [http://www.salon.com/2016/05/10/egyptarrests3membersofa\\_street\\_satirical\\_group/](http://www.salon.com/2016/05/10/egyptarrests3membersofa_street_satirical_group/). Acesso em 10 maio 2016.
- HOWELL, Alison. Resilience as Enhancement: Governmentality and Political Economy beyond “Responsibilisation”. *Politics*, v. 35, nº 1, p. 67-71, 2015.
- HUTCHINGS, Kimberly. *Time and World Politics: Thinking the Present*. Manchester: Manchester University Press, 2008.
- HUTCHINSON, Emma. *Affective Communities in World Politics: Collective Emotions after Trauma*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.
- HUYSMANS, Jef e NOGUIERA, Joao Pontes. International Political Sociology: Opening Spaces, Stretching Lines. *International Political Sociology*, v. 6, nº 1, p. 1-3, 2012.
- ILCAN, Susan e LACEY, Anita. *Governing the Poor: Exercises in Poverty Reduction, Practices of Global Aid*. Montreal: McGill–Queen’s University Press, 2011.
- JABRI, Vivienne. Pinter, Radical Critique and Politics. *Borderlands e-journal*, v. 2, nº 2, 2003. Disponível em <http://www.borderlands.net.au/Vol01004no22003/jabripinter.htm>. Aceso em 15 abr. 2016,
- JASPER, Adam e NGAI, Sianna. Our Aesthetic Categories: An Interview with Sianne Ngai. *Cabinet Magazine*, v. 43 (“Forensics”), 2011. Disponível em [http://www.cabinetmagazine.org/issues/43/jasper\\_ngai.php](http://www.cabinetmagazine.org/issues/43/jasper_ngai.php). Acesso em 11 nov. 2015.
- JOHNSON, Heather. Click to Donate: Visual Images, Constructing Victims and Imagining the Female Refugee. *Third World Quarterly*, v. 32, nº 6, p. 1015-37, 2011.
- \_\_\_\_\_. Listening to Refugees. In: SALTER, Mark B. e MUTLU, Can E. (Ed.). *Research Methods in Critical Security Studies: An Introduction*. London: Routledge, 2012, p. 67-71.

- JOSEPH, Jonathan. Resilience as Embedded Neoliberalism: A Governmentality Approach. *Resilience*, v. 1, n° 1, p. 38-52, 2013.
- KESSLER, Oliver. World Society, Social Differentiation and Time. *International Political Sociology*, v. 6, n° 1, p. 77-94, 2012.
- LAW, John. *After Method: Mess in Social Science Research*. London: Routledge, 2004.
- LEANDER, Anna. *The Promises, Problems and Potentials of a Bourdieu-Inspired Staging of International Relations*. *International Political Sociology*, v. 5, n° 3, p. 294-313, 2011.
- LEESE, Matthias e KOENIGSEDER, Anja. Humor at the Airport? Visualization, Exposure, and Laughter in the “War on Terror”. *International Political Sociology*, v. 9, n° 1, p. 37-52, 2015.
- LORENZ, Chris. If You’re So Smart, Why Are You Under Surveillance? Universities, Neoliberalism and New Public Management. *Critical Inquiry*, v. 38, n° 3, p. 599-629, 2012.
- LUNDBORG, Tom. *Politics of the Event: Time, Movement, Becoming*. London: Routledge, 2012.
- MARX, Gary T. Rocky Bottoms: Techno-Fallacies of an Age of Information. *International Political Sociology*, v. 1, n° 1, p. 83-110, 2007.
- MCWHORTER, Ladelle. Whatever Is Hardest: Charles Scott’s Practice of Thinking. *Epoche: A Journal for the History of Philosophy*, v. 17, n° 1, p. 39-54, 2012.
- METHMANN, Chris. Visualizing Climate-Refugees: Race, Vulnerability, and Resilience in Global Liberal Politics. *International Political Sociology*, v. 8, n° 4, p. 416-35, 2014.
- MILLER, Robert E. *Writing at the End of the World*. Pittsburgh, PA: University of Pittsburgh Press, 2005.
- MOÏSI, Dominique. *The Geopolitics of Emotion: How Cultures of Fear, Humiliation and Hope Are Reshaping the World*. New York: First Anchor Books, 2009.
- MÖLLER, Frank. The Looking/Not Looking Dilemma. *Review of International Studies*, v. 35, n° 4, p. 781-94, 2009.
- MOUNTZ, Alison; BONDS, Anne; MANSFIELD, Becky; LOYD, Jenna; HYNDMAN, Jennifer; WALTON-ROBERTS, Margaret; BASU,

- Ranu; WHITSON, Rita; HAWKINS, Roberta; HAMILTON, Trina e CURRAN, Winifred. For Slow Scholarship: A Feminist Politics of Resistance Through Collective Action in the Neoliberal University. *ACME: An International E-Journal for Critical Geographies*, v. 14, nº 4, p. 1235-59, 2015.
- MULLER, Benjamin J. *Security, Risk and the Biometric State: Governing Borders and Bodies*. London: Routledge and PRIO, 2010.
- MULLER, Benjamin; COOKE, Thomas N.; LARRINAGA, Miguel de; FROWD, Phillip M.; IOSSIFOVA, Deljana; JOHANNES, Daniela; MUTLU, Can E. e NOWEK, Adam. Collective Discussion: Ferocious Architecture: Sovereign Spaces/Places By Design. *International Political Sociology*, v. 10, nº 1, p. 75-96, 2016.
- NGAI, Sianne. *Ugly Feelings*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Our Aesthetic Categories: Zany, Cute, Interesting*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2012.
- NIXON, Rob. *Slow Violence and the Environmentalism of the Poor*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2011.
- O'NEILL, Maggie.. The Slow University: Work, Time and Well-Being. *Forum: Qualitative Social Research*, v. 15, nº 3, set. 2014. Disponível em <http://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/view/2226/3696>. Acesso em 22 abr. 2016.
- LOUIZA. Laughing Matters: Peace, Democracy and the Challenge of the Comic Narrative. *Millennium*, v. 30, nº 3, p. 709-32, 2001.
- RASMUSSEN, Claire. *The Autonomous Animal: Self-Governance and the Modern Subject*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2011.
- RAZACK, Sherene H. Stealing the Pain of Others: Reflections on Canadian Humanitarian Responses. *Review of Education, Pedagogy and Cultural Studies*, v. 29, nº 4, p. 375-94, 2007.
- SALTER, Mark B. No Joking. In: BAJC, Vida e LINT, Willem (Ed.). *Security and Everyday Life*. London: Routledge, 2011, p. 31-48.
- \_\_\_\_\_. *Making Things International I: Circuits and Motion*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2015.

- \_\_\_\_\_. *Making Things International II: Catalysts and Reactions*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2016.
- SALTER, Mark e MUTLU, Can E. (Ed.) *Research Methods in Critical Security Studies: An Introduction*. London: Routledge, 2012.
- SCOTT, Charles. Foucault's Practice of Thinking. *Epoche: A Journal for the History of Philosophy*, v. 1, nº 1, p. 13-40, 1984.
- SHEPHERD, Laura. Transdisciplinarity: The Politics and Practices of Knowledge Production. *The Disorder of Things*, 23 nov. 2012. Disponível em <https://thedisorderofthings.com/2012/11/23/transdisciplinarity-the-politics-and-practices-of-knowledge-production/>. Acesso em 5 ago. 2016.
- SHAPIRO, Michael J. *Studies in Trans-Disciplinary Method: After the Aesthetic Turn*. London: Routledge, 2013.
- SHILDRICK, Margrit. *Embodying the Monster: Encounters with the Vulnerable Self*. London: Sage, 2002.
- UHLMANN, Anthony. *Samuel Beckett and the Philosophical Image*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- WELSH, Marc. Resilience and Responsibility: Governing Uncertainty in a Complex World. *Geographical Journal*, v. 180, nº 1, p. 15-26, 2014.
- WORTH, David. The Secret of Seinfeld's Success. *The Guardian*, 13 maio 2008. Disponível em <http://www.theguardian.com/culture/tvandradio-blog/2008/may/13/tenyearsagotomorrow75>. Acesso em 9 nov. 2015.

# A crítica sem a ontologia: genealogia, sujeitos coletivos e os impasses da evidência\*

Martina Tazzioli

Daniele Lorenzini

Nos últimos anos, o número de mortes de migrantes no Mar Mediterrâneo aumentou dramaticamente devido ao fortalecimento do controle de fronteiras e a uma política deliberada de contenção migratória adotada pela União Europeia (EU) em cooperação com outros países. De acordo com as estimativas do ACNUR, dentre os migrantes que tentaram atravessar o Mediterrâneo partindo da Líbia, uma média de seis morreu no mar todos os dias só no ano de 2018 (ACNUR, 2018) – isso sem levar em conta os chamados “naufrágios fantasmas”, ou seja, naufrágios com vítimas fatais que não foram detectados pelas autoridades. No entanto, enquanto espaço de governamentalidade, o Mar Mediterrâneo foi objeto de múltiplos reajustes ao longo do tempo. Enquanto nos anos de 2013 e 2014, no contexto da operação humanitária-militar *Mare Nostrum*, os navios da marinha italiana costumavam patrulhar o Mediterrâneo perto das águas da Líbia, a partir de então, a UE acabou mudando para uma política de contenção mais difundida e flagrante. Assim, a “boa cena do resgate” (Tazzioli, 2015; ver também Stierl, 2017) foi sendo substituída pela retirada massiva de navios europeus do Mar Mediterrâneo. Desde março de 2017, ocasião da assinatura do *Memorando de Entendimento* entre a Itália e a Líbia, a guarda costeira

---

\* Tradução de Jessica da Silva C. de Oliveira.

da Líbia passou a ser a única encarregada de atuar no resgate, captura e envio de migrantes de volta ao seu território.

Diante dessa situação dramática, importantes mobilizações cívicas vêm sendo organizadas, incluindo ainda investigações jornalísticas com vistas a demonstrar e denunciar a responsabilidade dos Estados na constante violação do Direito Internacional. Da mesma forma, lança-se mão de números e estatísticas com o intuito de contestar as análises alarmistas que constantemente colocam os cidadãos da UE em estado de alerta contra uma suposta “invasão de migrantes” e uma “crise de refugiados”. Nessa mesma linha, pesquisadores também vêm demonstrando, de maneira convincente, que as ONGs que realizam operações de busca e salvamento no Mediterrâneo, ao contrário da narrativa dominante, não constituem um fator de atração para migrantes (Villa, 2018). De maneira mais ampla, esses estudiosos têm se engajado cada vez mais na produção de “verdades públicas” sobre as violações dos direitos humanos e do direito internacional por parte dos Estados (Weizman, 2014). Além disso, evidências desse número elevado de mortes no mar têm sido crescentemente trazidas à tona através da circulação midiática de fotos e vídeos de migrantes – seja de corpos já sem vida em terra, seja de indivíduos detidos e torturados nas prisões da Líbia. Até certo ponto, a pura exposição da violência perpetrada já reflete a violação flagrante do direito internacional e dos direitos humanos por parte dos Estados. No entanto, parece claro que esse *acúmulo de evidências*, tanto na mídia quanto em trabalhos acadêmicos, não limita nem interrompe o aumento constante do racismo e da xenofobia na Europa (Beneduce, 2010).

O objetivo deste artigo é abordar um impasse teórico e prático à luz do tema da migração na Europa e se engajar com as seguintes questões: Qual é o papel da crítica hoje? O que significa produzir conhecimento crítico – seja sobre a questão mencionada seja sobre

diversas outras? A literatura recente sobre pós-verdade e pós-crítica tem sido efetiva em seu compromisso de evitar encontrar em uma (nova) definição normativa de crítica à tão almejada resposta para essas e outras perguntas. No entanto, tal abordagem geralmente concebe o ato de trazer evidências não como algo a ser descoberto apenas, mas também no sentido construtivo de “criar” e “construir”, e enquanto fundamento principal na elaboração de práticas “críticas” eficazes. Em outras palavras, ao mesmo tempo em que o acúmulo de evidências enquanto objetivo teórico e político é posto em xeque, tem-se também a defesa de uma epistemologia cujo objetivo é ampliar a realidade e “compor” – ou “criar” –, de maneira a ir além de uma crítica puramente negativa ou desmistificadora.

Embora não seja nosso intuito negar a utilidade das evidências e dos movimentos epistêmicos voltados ao objetivo de trazer à tona essas evidências em determinados contextos, afirmamos que se trata de uma estratégia claramente baseada em uma ansiedade – ontológica e genealógica – decorrente de um mal-entendido fundamental acerca da função da crítica. Afirmamos ainda que, se adotada sozinha, tal estratégia é claramente insuficiente. Nesse sentido, a ideia de que (desmistificar) a crítica é inútil e que deve ser substituída pela tarefa de trazer evidências com a finalidade de descrever (e possivelmente denunciar) as coisas tal como elas são corre o risco de obscurecer o papel crucial que a crítica ainda pode desempenhar na sociedade contemporânea enquanto um movimento de contestação dos regimes da verdade que nos governam – e de transformação do nexo poder-verdade-sujeitos que serve de base a esses regimes. Para melhor definir esse papel, abordaremos, assim, três dimensões fundamentais do que chamamos de “crítica diligente”: história, de-subjugação e criação de novos sujeitos coletivos. Nosso argumento procede da seguinte maneira: inicialmente, enfatizamos a natureza problemática

da supressão da história daquilo que é produzido e apresentado como uma “verdade” ou um “fato” a fim de sustentar abordagens pós-críticas, bem como a importância de questionar a maneira pela qual certos fenômenos e sujeitos são transformados em “problemas” a serem “resolvidos”; em segundo lugar, afirmamos que longe de desvendar verdades ocultas, a crítica implica desvincular e recusar de maneira crucial os efeitos subjugadores do poder, decorrentes de um determinado regime de verdade – em outras palavras, afirmamos que a crítica deve ser concebida como uma “política de de-subjugação”; em terceiro lugar, argumentamos que a crítica deve ser abordada especificamente em relação à sua capacidade de criar novos sujeitos coletivos (novos “nós”), enquanto simultaneamente problematiza a produção de sujeitos categorizados como os “outros” da crítica. Por fim, concluímos apontando dois outros pontos para engajamento em pesquisas futuras: de um lado, a necessidade de esforços para sincronizar intervenções críticas e os movimentos de recusa coletiva atuais; e, de outro lado, a percepção de que a construção de alianças temporárias e transversais entre os cidadãos da UE e aqueles rotulados como “migrantes” pode se revelar crucial nos próximos anos.

## Ansiedade ontológica e crítica genealógica

Nos últimos anos, a crítica tem sido amplamente questionada por sua natureza puramente negativa, desmistificadora ou desconstrutiva. De fato, no lugar de desfazer e subtrair, o papel das humanidades e das ciências sociais deveria ser o de fornecer ferramentas para criar e construir, ou mesmo *compor* – ou ao menos assim nos é dito. Ao comentar o “Compositionist Manifesto” de Bruno Latour (2010), Rita Felski argumenta que “a ideia de composição (...) fala da possibilidade de tentar compor um mundo comum, mesmo que esse mundo só possa ser construído a partir da junção de muitas partes

diferentes” (Felski, 2016: 221). Focar a composição em vez da crítica significa abandonar “a desinteressante questão do que é construído ou não construído”, a fim de levantar “a questão mais central sobre se algo é bem feito ou mal feito” (221-2). Nessa mesma linha, Jonathan Luke Austin aponta para a composição como um movimento epistêmico e metodológico que permite reter a complexidade da realidade em detrimento da crítica concebida simplesmente como suspeita e subtração (Austin, 2019a). De maneira mais geral, vale a pena enfatizar que o debate acadêmico sobre a pós-crítica tem desafiado, e com razão, tanto um entendimento normativo da crítica quanto uma concepção neopositivista sobre o que é evidência – entendida como uma mudança do incógnito para a transparência ou como uma maneira de “desvendar” aquilo que está oculto.

Entretanto, esses ataques contra a crítica dependem de algo que poderíamos chamar de ‘ansiedade ontológica’: o medo de que a crítica, ao “desconstruir e desmistificar”, acabe tornando as coisas “menos reais, ressaltando excessivamente sua construção social” – e nos deixando sem um terreno sólido sobre o qual nos apoiar, “por mais temporário ou provisório que seja” (221). Essa ansiedade ontológica, argumentamos, é o correlato do que Amia Srinivasan (2019) chama de “ansiedade genealógica”. De fato, nas últimas três ou quatro décadas, a genealogia – derivada principalmente do pensamento de Nietzsche e Foucault – tem sido vista como base para a socialização e crítica política na medida em que estimula a ansiedade em relação à validade de nossas crenças e práticas compartilhadas (Geuss, 2002; Saar, 2007; Koopman, 2013). Nesse sentido, a genealogia tem sido utilizada para desmistificar objetivos críticos, uma vez que nos permite mostrar que, se uma dada crença ou prática emergiu de uma maneira contingente e histórica – e qual não o foi? – temos aí então justificativas suficientes para criticá-la ou mesmo abandoná-la imediatamente (Bevir, 2008; Hoy, 2008).

Em tempos em que tantos desejam se autodefinir como adeptos da “pós-verdade” (ver, por exemplo, Levitin, 2016; McIntyre, 2018), as ansiedades ontológica e genealógica acabam se autopromovendo e se reforçando mutuamente. Nesse sentido, pode-se dizer que o pós-modernismo fracassou miseravelmente – ou obteve brilhante êxito, dependendo do ponto de vista. A ideia de que não existe verdade objetiva, de que toda verdade ou fato pode (e deve) ser desmascarado e criticado, nos levou diretamente a uma situação na qual não é mais possível distinguir verdades de mentiras, dando espaço, portanto, para a ascensão do populismo, do nacionalismo e do racismo em todo o mundo (Mordacci, 2017). Assim, a afirmação de Latour de que “a crítica perdeu sua força” e seu argumento sobre os dilemas da teoria crítica (Latour, 2004) alimentaram uma agenda interdisciplinar ampla, incluindo desde a Antropologia, Sociologia, Filosofia da Ciência, Relações Internacionais aos Estudos Críticos de Segurança, para citar alguns. Seguindo esse argumento, a crítica tem sido concebida como um completo afastamento dos fatos e um perpétuo dismantelamento de verdades com o objetivo de enfatizar as condições históricas e epistemológicas que contribuíram para sua produção. No entanto, “a questão nunca foi se afastar dos fatos, mas sim aproximar-se deles” (231). Consequentemente, argumenta Latour, devemos agora voltar nossa atenção para “assuntos relevantes” e “transformar esse desejo crítico no *ethos* de alguém que acrescenta realidade a fatos – e não que subtrai” (232).

A maneira de sair desse círculo vicioso de ansiedades (ontológica e genealógica) e ser então capaz de intervir concretamente na realidade, as Humanidades e as Ciências Sociais, assim nos dizem, devem se concentrar (e se limitar) à tarefa de trazer evidências. De fato, essa necessidade de “aproximar-se” e “acrescentar realidade aos fatos” é geralmente entendida como uma afirmação de que a evidência é a única base sólida na qual podemos nos apoiar para a elaboração de

práticas sociopolíticas eficazes e no combate à proliferação do discurso retórico e das *fake news*. A política foi então definida como uma luta para “identificar a criação de novas convenções, ou buscar evidências empíricas para argumentos causais” (Felski, 2015: 171). Essa linha de argumento se tornou tão difundida que a “verificação de fatos” é frequentemente apresentada como a mais eficaz (e às vezes a única) intervenção crítica que acadêmicos e jornalistas devem aspirar fazer. Um exemplo nesse sentido pode ser encontrado na forma com que a “verdade dos números” e a “realidade dos fatos” foram amplamente mobilizadas para minar as alegações do ex-Ministro do Interior, Matteo Salvini, sobre uma suposta “invasão de migrantes” ocorrendo na Europa e para combater a percepção generalizada de uma “ameaça migrante” (Steinhilper e Gruijters, 2017).

### Problematizando a “pós-verdade” e a “pós-crítica”

É possível dizer, ao menos até certo ponto, que tudo o que foi abordado até aqui está correto. A crítica não deve se limitar a tarefas negativas, à desmistificação ou à desconstrução pela desconstrução. Se por um lado descompactar, desfazer e problematizar são os verbos daquilo que definimos aqui como as “operações de crítica”, por outro lado, enquanto prática, a crítica também deve ir em direção à encenação e à abertura ou expansão. Em outras palavras, a crítica também deve ser capaz de construir e produzir. A pergunta que fica então é: por que continuar então chamando isso de “crítica”? Parece que o século XXI será, sobretudo, o século da “pós-crítica” (ver, por exemplo, De Sutter, 2019): depois de uma crítica preocupada em definir os limites de nosso conhecimento, como Kant o fez em *Crítica da Razão Pura*, e uma crítica (genealógica) empenhada em operações de desmistificação, como na concepção de Nietzsche e Foucault, parece que agora é a hora de acabar de vez com a crítica e substituí-la pela ontologia. De

fato, embora se possa argumentar que “o objetivo da pós-crítica não é acabar com a crítica, mas tratá-la simplesmente como mais um dentre outros jogos de linguagem” (Aagaard, 2018: 32), nesta literatura, a atitude crítica é de fato descartada e reduzida a uma hermenêutica da suspeita e a uma série de atos de denúncia. Não queremos com isso afirmar, contudo, que o questionamento da crítica levantado por essa linha de pensamento não deva ser levado a sério, já que nos permite não só perceber as limitações de análises e intervenções críticas – como o contexto da migração no Mediterrâneo demonstra – como também recriar o próprio significado e função da crítica hoje. No entanto, argumentamos que os aspectos desmistificadores e produtivos da crítica nunca devem andar separados. Sugerimos, portanto, rejeitar a oposição binária “desmistificar” *versus* “adicionar realidade” – e, finalmente, a própria ideia de que devemos extinguir a crítica definitivamente. Em outras palavras, argumentamos que é possível (e até mesmo necessário) pensar crítica e produção – de subjetividade e novos espaços políticos – conjuntamente.

De fato, trazer evidências apenas não parece suficiente. Apesar dos esforços a que nos referimos nesse sentido, de acordo com as pesquisas, Salvini vem ganhando cada vez mais apoio no último ano e seu partido, a Liga, é agora o número 1 na Itália. De modo geral, um aumento de evidências parece não ser por si só capaz de contrapor o crescimento do populismo, do nacionalismo e do racismo na Europa e em todo o mundo. Não parece nem mesmo correto afirmar que o cerne do problema está no fato de (supostamente) vivermos na era da “pós-verdade”. Como Bernard Harcourt (2019) convincentemente argumenta, não há “evidências confiáveis, de uma maneira ou de outra, sobre se o uso estratégico de argumentos embasados em pós-verdade e em *fake news* são armas políticas eficazes”. Nesse âmbito, vale a pena recordarmos a pungente *History of the Lie* [“História da

mentira”, na tradução em Português] de Jacques Derrida. Ali, Derrida argumenta que o engajamento crítico com mentiras acaba nos levando a revisitar a própria noção de verdade como um objeto que não é dado antecipadamente, remodelando-a ao contrapor testemunho à prova: “A oposição veracidade / mentira é homogênea em relação a uma problemática envolvendo o testemunho que, de modo algum, toca a dimensão epistemológica do verdadeiro / falso ou da prova” (Derrida, 2002: 61, tradução livre).

Em outras palavras, nosso argumento aqui é o de que o problema não está em tentar restaurar uma situação utópica em que a verdade possa impor sua lei a todos unicamente por ser a verdade. Diferentemente do “regime de verdade” que caracteriza a lógica ou a ciência, o regime de verdade que caracteriza o contexto sociopolítico não funciona (e nunca funcionará), por exemplo, com base na ideia de que basta trazer evidências convincentes sobre uma dada conclusão para que todos a aceitem como verdadeira (Lorenzini, 2015). O problema é estar ciente, antes de tudo, de que há uma multiplicidade de regimes de verdade, ou seja, diversas maneiras pelas quais as relações entre a manifestação da verdade, o exercício do poder (primariamente na forma de “governo” sobre seres humanos) e a constituição dos sujeitos são organizadas em nossa sociedade (Foucault, 2012: 82, 93-4). Portanto, é crucial produzir um conhecimento crítico desses regimes de verdade – como do regime de verdade associado ao governo da migração, por exemplo –, isto é, um conhecimento que não apenas nos diz algo sobre seu funcionamento, mas também abre a possibilidade de transformação nonexo verdade-poder-sujeitos sobre o qual se baseiam. Essas três dimensões são somente separáveis na teoria, jamais na prática. Dessa forma, uma intervenção crítica que se limite a apenas uma delas – na esperança de que trazer fatos e verdades é suficiente para mudar relações de poder já colocadas

e as formas com que sujeitos são constituídos (e subjugados), para tomar como exemplo o caso discutido aqui – está inevitavelmente condenada ao fracasso.

Basear-se em Foucault e dizer que nenhuma verdade pode ser manifestada independentemente de um determinado regime de verdade e, portanto, de um determinado conjunto de relações de poder e formas de sujeição/subjetivação, não implica, contudo, a conclusão de que a verdade não existe. Pelo contrário, a verdade está em toda parte e desempenha um papel crucial em quase todos os aspectos da nossa vida. Logo, o que se entende por verdade é algo sempre situado – isto é, não tem “força” em si para se impor sobre todos os indivíduos ou sobre todas as circunstâncias possíveis (Foucault, 2012: 100-1). É nesse sentido que Donna Haraway (1988) notadamente aponta em direção a um relato feminista da objetividade pautada no situacionismo e na parcialidade, acrescentando, no entanto, que a parcialidade em si não é suficiente, devendo estar associada a uma investigação crítica constante. Reunir evidências, declarar os fatos, demonstrar a verdade – todos esses movimentos podem, e provavelmente deveriam, fazer parte de uma intervenção crítica, mas a ideia de que são suficientes por si só é uma ilusão. A verdade não é a verdade da crítica.

## O trabalho diligente da crítica

A crítica hoje é marcada por questionamentos de ordem teórica e política. Acrescente-se a isso a apropriação (e capitalização) da crítica pela academia – a qual, conforme argumentamos, apesar das aparências, contribui consideravelmente para tornar ainda mais difícil qualquer prática genuína de crítica. Ser crítico, produzir conhecimento crítico e elaborar análises críticas, longe de ser apresentadas e percebidas pelas universidades ocidentais como tarefas desconfortáveis e potencialmente ameaçadoras, acabaram se tornando uma

espécie de obrigação (neoliberal) ou mesmo uma propriedade ou marca da instituição acadêmica. Nessa perspectiva, a abordagem hoje dominante na academia – a saber, a da investigação cujo objetivo final é causar impacto – não está longe da busca por evidências e da neutralização da crítica resultante com vistas a alargar e intervir, ou mesmo impactar, a realidade. O impacto ou efeito aqui, segundo nos dizem, “continua sendo o derradeiro teste da utilidade da abordagem crítica” (Wyn Jones, 2012: 100). Isso significaria, então, que todo e qualquer espaço possível para a crítica, bem como para seus efeitos de-subjugadores e transformadores, foi irremediavelmente fechado?

Nesse ponto, fazemos eco então às considerações de Wendy Brown sobre o caráter supostamente anacrônico da crítica. Hoje, argumenta a autora, testemunhamos “uma rejeição moral e conservadora da crítica como prematura”: “Não é o momento” – é o que nos dizem (Brown, 2005: 4). Contudo, é precisamente essa falta de oportunidade que torna a crítica uma tarefa epistemológica e política crucial. De fato, a crítica não consiste em

fazer intervenções extravagantes ou organizar protestos irreverentes, mas [em] contestar os próprios sentidos de tempo usualmente invocados para declarar a crítica como prematura. Se a acusação de intempestividade acaba inevitavelmente também fixando o tempo, interromper essa fixidez é crucial para impedir que os tempos se encurtem. É uma maneira de recuperar o presente de sua apropriação conservadora que encontra suporte na acusação de intempestividade.

De maneira a defender a intempestividade da crítica contra as ameaças que surgem tanto daqueles que querem acabar com ela, ou concebê-la como um mero “jogo de linguagem” (Felski, 2015: 29), como daqueles que concebem a crítica como nada mais que uma propriedade ou marca, abordaremos, em contrapartida, as três

principais dimensões que estão no âmago do que chamamos de ‘trabalho diligente da crítica’: história, de-subjugação e criação de novos sujeitos coletivos. Nosso objetivo é mostrar que a crítica raramente deriva de um ato isolado ou do simples gesto de trazer evidências. Muito pelo contrário, tal esforço quase sempre requer certo trabalho por um período não especificado, bem como a aceitação da falta de bases epistemológicas e políticas estáveis. Nesse sentido em específico, argumentamos então que a crítica ainda não perdeu sua força.

Consideremos, mais uma vez então, a questão da migração. A partir do que argumentamos acima, pode-se dizer que é fundamental prestar atenção aos processos simultâneos de redefinição e recriação da violência e da violação da lei. Se, por um lado, ao deixarem migrantes morrerem no mar os Estados estavam violando abertamente e repetidamente o direito internacional marítimo, por outro lado, esses mesmos Estados lançaram mão de artifícios legais para não serem responsabilizados – vide, por exemplo, a situação em que, ao invés de exercerem pressão direta em alto mar, os Estados membros da UE optam por pagar à guarda costeira da Líbia para levar os migrantes de volta à margem africana. Nesse sentido, a existência de regimes legais conflitantes permite que os Estados “estendam seus privilégios soberanos no que podemos chamar de formas móveis de governo, ao mesmo tempo em que escapam das responsabilidades que os acompanham” (Heller e Pezzani 2016). Conseqüentemente, como Judith Butler (2017) convincentemente argumenta,

quando a lei se torna o instrumento da violência e o poder administrativo se torna sua própria forma de violência quase-jurídica ou extralegal, o problema não é apenas o poder do soberano sobre a vida e a morte. (...) No Mediterrâneo, é precisamente através da invocação da soberania que as obrigações internacionais são abandonadas e os pedidos de assistência recusados.

A flagrante exposição à violência e sua justificativa pela soberania e pelo direito não estão em contradição. Diferente disso, elas acontecem em conjunto e se retroalimentam. Assim, o reconhecimento da crítica hoje exige que se tenha em conta a natureza problemática do acúmulo indefinido de evidências diante de uma crescente exposição da violência na ausência de uma terceira parte imparcial e que possa trazer justiça. Que tipo de conhecimento crítico poderia interromper essa tendência de normalização e deslocar o limiar de aceitação das mortes de migrantes? Que práticas críticas contrariariam a saturação do espaço político e do discurso gerado pela proliferação de imagens retratando o sofrimento de migrantes? Embora não desejemos descartar e nem tampouco subestimar os impasses teóricos e políticos da crítica, queremos abraçar essa inquietação e refletir sobre ela. Nosso objetivo aqui não consiste em ‘resgatar’ a crítica enquanto tal, nem avançar uma definição normativa e definitiva. Diferente disso, nosso objetivo é chamar atenção para uma série de práticas críticas que se configuram em intervenções no presente e que são impulsionadas por movimentos de de-subjugação, resultando, assim, tanto na criação de novos sujeitos coletivos, como no questionamento de quadros conceituais já aceitos e que servem de base para criação de objetos e problemas (Butler, 2001).

## Pensando a história e a “problematização” para além da lógica dos efeitos

A primeira pergunta a ser feita nessa discussão sobre os impasses atuais da crítica é: o que queremos dizer com intervir no presente? Qual o significado de “intervenção” aqui? Diante disso, argumentamos que essas questões estão indissolúvelmente ligadas à primeira dimensão crucial da crítica diligente da qual falamos até aqui – a história –, mas seguem quase que completamente intocadas pelo debate acadêmico até então.

Nesse sentido, o trabalho da historiadora feminista Joan Scott nos ajuda a pensar nas armadilhas da evidência e do movimento de equiparar intervenção crítica ao simples ato de coletar evidências. Ao discutir abordagens históricas que defendem a experiência dos sujeitos como a base sólida para o desenvolvimento do conhecimento histórico, Scott (1991) critica as reivindicações de transparência e visibilidade que sustentam esse movimento metodológico: a “metáfora da visibilidade como transparência literal” (Scott, 1991: 776), argumenta a autora, falha em explicar a “natureza construída da experiência” e “impede o exame crítico do funcionamento do próprio sistema ideológico, suas categorias de representação (homossexual/heterossexual, homem/mulher, preto/branco como identidades imutáveis fixas), suas premissas sobre o significado dessas categorias e a forma como operam, bem como suas noções de sujeitos, origem e causa” (Scott, 1991: 777-8). De forma similar, o trabalho seminal de Carlo Ginzburg nos permite problematizar a busca por evidências, mostrando que a produção da verdade não pode ser separada dos obstáculos encontrados pelo historiador(a) no processo de pesquisa, nem da maneira pela qual ele(a) escolhe narrar “fatos” (Ginzburg, 2006).

Tomando como base os argumentos de Scott e de Ginzburg, podemos então enfatizar a supressão problemática da história daquilo que é produzido e apresentado como uma “verdade” ou um “fato” sobre a qual se sustentam abordagens pós-críticas focadas exclusivamente na busca por evidências. Por outro lado, trazer a história para o centro das práticas críticas nos permite evitar a “armadilha do presentismo” (Walters, 2011), que é o cerne das análises do tipo resolução de problemas [*problem-solving*] e que nos impõe uma temporalidade específica e monolítica – geralmente concebida em termos de “crise”. Como Janet Roitman acertadamente observa com base no pensamento de Reinhart Koselleck, a noção de crise “está sempre em articulação

com a noção de crítica” e “inversamente supõe que a própria crítica seja enquadrada de acordo com a gramática política da crise e dos momentos de crise” (Roitman, 2013: 3). De fato, se pensarmos no caso da migração, as práticas de crítica estão atualmente estruturadas em torno e de maneira relacionada ao cenário da chamada “crise de refugiados” – tida como fenômeno certo e inquestionável dos nossos tempos –, seja perguntando como “resolver” essa crise, seja denunciando a forma como os Estados lidam com ela. Em contrapartida, argumentamos que é de suma importância conceber exercícios de crítica que se coloquem à parte do script da crise. E, nesta mesma linha, deve-se evitar a reprodução da narrativa da crise no âmbito da produção crítica de conhecimento da qual fazemos parte, de forma a abrir nossas análises a temporalidades múltiplas e fragmentadas (Lowe, 2015). Isso também fará justiça à “história precária e frágil”, caracterizada por uma “confluência de encontros e acasos”, no decurso da qual “as coisas que nos parecem mais evidentes são (...) formadas” (Foucault, 1998: 450).

Assim, em vez de nos engajarmos em uma compreensão normativa da crítica e na busca por fornecer uma nova definição de crítica, sugerimos direcionar nossa atenção para um questionamento da maneira pela qual certos fenômenos e sujeitos são transformados em “problemas” a serem “resolvidos”. Tomando a elaboração da migração como objeto de governo como exemplo aqui, verifica-se que ela aparece necessariamente implicada em uma concepção muito específica – e problemática – de crítica até mesmo por parte daqueles que pretendem desafiar políticas estatais repressivas e o fechamento de fronteiras: as intervenções nesse sentido acabam confiando e tomando como dado o nexo entre migração e governamentalidade, em vez de questioná-lo em primeiro lugar. Portanto, trazer a história para o âmago das práticas críticas significa se lançar ao esforço de

problematizar não apenas o que é apresentado como uma “verdade” ou um “fato”, mas também (e antes de tudo) o que é apresentado como um “problema” de forma a ser enquadrado dentro de uma lógica voltada para a solução de problemas. Obviamente, isso implica desestabilizar e recusar os modos vigentes de definição e elaboração de “problemas”. Contudo, o trabalho da crítica não para por aqui. A crítica também deve se voltar ao esforço de elaborar estratégias novas e diversificadas para abordar fenômenos e eventos específicos, fazendo-os reverberar no domínio da política e, com isso, tornando possível a problematização de suas fronteiras, gramática e mecanismos de exclusão. Faz-se eco, portanto, à definição foucaultiana de “problematização” como

desenvolvimento de um domínio de atos, práticas e pensamentos que parecem (...) representar um problema para a política. Por exemplo, não acho que em relação à loucura e à doença mental exista alguma “política” que possa conter a solução justa e definitiva. Mas acho que na loucura, na perturbação, nos problemas de comportamento, há razões para questionar a política. (Foucault, 1984c: 384)

No entanto, como mencionamos acima, a problematização também deve ser estendida a um questionamento do que entendemos por “problemas” e utilizada para recusar a escolha automática por estratégias de solução de problemas (para um argumento semelhante, ver Aradau, 2019a). De fato, quando essas duas dimensões se sobrepõem, a crítica acaba sendo equiparada ao simples gesto de reunir evidências e transformada em uma abordagem neopositivista da questão. No entanto, e indo de encontro a esse entendimento, nossa concepção de problematização aqui consiste no constante questionamento da aceitação dos regimes de verdade vigentes e no envolvimento em práticas transformadoras – em detrimento de práticas voltadas para

a solução de problemas. Isso implica ainda a tarefa político-epistemológica de descompactar o que é considerado um “problema” ao mesmo tempo em que assuntos e eventos específicos são mobilizados de forma a questionar os mecanismos de subjugação operando em nossa sociedade. Assim, a crítica problematizadora da qual estamos falando rejeita todas aquelas abordagens que se concentram unicamente no ato de trazer evidências, deixando intocado o próprio ato de definir “problemas” – e a objetificação de fenômenos e sujeitos enquanto tais. De fato, sem um trabalho prévio de problematização, qualquer intensificação ou o alargamento da realidade corre o risco de simplesmente fortalecer as relações de poder existentes.

Em *Reassembling the Social* Latour defende a “implementação” contra a crítica (Latour, 2005: 136) ao afirmar que “aderir à descrição protege contra a mera transmissão de explicações” e que “implementar significa simplesmente que (...) o número de atores pode ser aumentado; a gama de agências estimulando esses atores pode ser ampliada; o número de objetos ativos em agências e grupos estabilizantes pode ser multiplicado” (Latour, 2005: 137-8). Assim, implementação e descrição são apresentadas por Latour como armas para combater o que ele chama de “déficit na realidade” (Latour, 2005: 92). No entanto, a ampliação da realidade e a multiplicação de conexões por si só não nos equipam com as ferramentas analíticas, políticas e éticas necessárias para a recusa e desvinculação dos mecanismos e formas de dominação e sujeição. Como Foucault acertadamente argumenta, uma intervenção crítica genuína no presente “não consiste em uma caracterização simples do que somos, mas sim – seguindo as linhas de fragilidade no presente – em conseguir entender por que e como aquilo que é pode talvez deixar de ser o que é” (Foucault, 1998: 449-50). Consequentemente, ele conclui, “qualquer descrição deve sempre ser feita de acordo com esses tipos de fraturas virtuais que

abrem o espaço de liberdade, que é entendido como um espaço de liberdade concreta, isto é, onde a transformação é possível” (Foucault, 1998: 450).

Como discutiremos a seguir, isso se torna ainda mais flagrante quando confrontado com fenômenos que trazem uma camada adicional à crítica e à problematização, a saber, o que chamamos de “outros” da crítica (no nosso caso, aqueles rotulados e racializados como “migrantes”), e que nos levam a outras concepções acerca dos sujeitos coletivos das intervenções críticas. Mais especificamente, as reivindicações em torno de uma “crítica aplicada” com o objetivo de “projetar, criar, construir e distribuir coisas concretas” (Austin, 2019b: 280) acabam correndo o risco de levar à uma abordagem do tipo solução de problemas, pois consideram o “déficit na realidade” como o principal obstáculo para superação ou desprezo da de-subjugação. Portanto, embora não possamos deixar de aceitar o fato de que a definição não normativa de crítica de Foucault é amplamente mobilizada nas atuais abordagens pós-críticas, argumentamos que seu movimento metodológico fundamental – reunir a crítica e as intervenções críticas como “ação” – acaba correndo o risco de despolitizar as análises resultantes, descartando o nexos fundamental entre crítica, de-subjugação e política da verdade.

## A política da de-subjugação

A notável “crítica da crítica” de Latour, ou melhor, como ele mesmo se corrige, sua reivindicação por uma “crítica adquirida em segunda mão – por assim dizer – e usada de maneira diferente” (Latour, 2010: 474), sugere uma concepção da crítica como um movimento de desvendar e tornar visível aquilo que está oculto. A crítica nos permitiria ver a verdadeira realidade ofuscada pela ideologia: “com a crítica, é permitido desmascarar, revelar, desvendar, mas apenas

enquanto fica estabelecido (...) um acesso privilegiado ao mundo da realidade por trás dos véus das aparências” (Latour, 2010: 475). Tal conceito de crítica está, de fato, muito distante da definição de Foucault de crítica, ou melhor, de “atitude crítica” como “a arte de não ser governado de tal forma e a tal custo, (...) a arte de não ser governado por completo” (Foucault, 2007: 45). Mais precisamente, para Foucault, a crítica nunca pode ser desvinculada de um movimento de de-subjugação – uma vez que se trata do “movimento pelo qual o sujeito se dá o direito de questionar a verdade em seus efeitos sobre o poder, e o poder em seus discursos de verdade”, tentando com isso então produzir sua própria de-subjugação “no contexto do que poderíamos chamar de (...) política da verdade” (Foucault, 2007: 47). Logo, longe de desvendar verdades ocultas, a atitude crítica implica desvincular e recusar os efeitos do poder em termos da sujeição decorrente de um determinado regime de verdade (Lorenzini, 2016). Esta constitui, portanto, a segunda dimensão principal daquilo que chamamos aqui de crítica diligente.

Nesse sentido, o que queremos enfatizar e colocar no centro de nossa análise é, precisamente, a conexão fundamental entre crítica e práticas de de-subjugação. Essa conexão não apenas informa a crítica em termos políticos, mas também qualifica a relevância política da crítica de situações específicas. Como recentemente observado e argumentado por Linda Zerilli (2019), a crítica concebida como uma “política de de-subjugação” não deve conceber esta última como um ato puramente individual da vontade, mas (também) como uma experiência coletiva. De fato, de-subjugação aqui não significa subtração negativa. Nesse âmbito, como é sabido, temos a literatura feminista mais recente colocando em primeiro plano a questão da de-subjugação enquanto um modo de recusa ativa que define e representa a crítica (Mohanty, 2003; Brown, 2005; Mahmood, 2011;

Butler, 2017). Nesta literatura, e tomando como base o pensamento de Foucault, a crítica em si já é concebida como uma atividade envolvida em práticas transformadoras: “a crítica do que somos é ao mesmo tempo a análise histórica dos limites que nos são impostos e um experimento em torno da possibilidade de ir além desses limites” (Foucault, 1984a: 50). Assim, se as práticas de de-subjugação definem a essência da crítica em si, os próprios sujeitos acabam sendo constantemente transformados através da atividade crítica.

Esse elemento de de-subjugação também é crucial para a crítica genealógica. De fato, tanto para Nietzsche quanto para Foucault, “desmistificar valores é, antes de tudo, uma desmistificação do eu [*self*]” (Prinz, 2018). Em outras palavras, a genealogia é relevante para a nossa abordagem sobre a crítica na medida em que se concentra na “emergência e transformação de formas de subjetividade relacionadas ao poder” com o objetivo de questionar esse último e abrir possibilidades para transformações futuras (Saar, 2008: 312). Por outro lado, ao se depararem com as limitações da crítica, as abordagens pós-críticas acabaram eliminando a questão do(s) sujeito(s) da crítica e expurgando da política da verdade os elementos de de-subjugação, recusa e resistência. Com isso, ainda que dificilmente questionem uma compreensão normativa da crítica fundamentada na revelação de verdades ocultas, essas abordagens acabam por propor uma concepção novamente a-histórica de subjetividade. Além disso, parecem mais interessadas em libertar “os fatos da sua redução a meras partes da ‘Natureza’” e em liberar “objetos e coisas de sua ‘explicação’ social” (Latour, 2005: 109) do que em criar novas possibilidades para as práticas de liberdade dos *sujeitos*.

Consequentemente, argumentamos que é crucial resistir a esse movimento e, no lugar de recusar o aspecto desmistificador da crítica (como sugerido por estudiosos pós-críticos), deve-se enfatizar – a

partir de Nietzsche e Foucault – que as operações de desmistificação devem interessar, acima de tudo, aos sujeitos em si mesmos. Nesse sentido, a crítica só pode ser eficaz se de fato conseguir, de alguma forma, tocar aqueles que são seus sujeitos-alvo. Longe de remover o terreno sólido de baixo dos pés de sujeitos predeterminados e fixos, essa crítica teria então lugar ao transformar os próprios sujeitos e seu modo de ser e pensar. Assim, o trabalho diligente da crítica não termina em momentos de pura desmistificação, simples de-subjugação e recusa. Como mencionamos acima, seus efeitos são transformadores em um sentido positivo: a crítica, conforme a concebemos aqui, é criadora de novos modos de subjetivação. Contudo, e indo para além de Foucault, defendemos que esses efeitos da crítica devem ser explorados mais especificamente em relação à sua capacidade de criar novos sujeitos coletivos.

### Os “nós” e os “outros” da crítica

Na concepção que avançamos aqui, a crítica é sempre situada e requer uma análise das especificidades do presente, ou seja, daquilo que a diferencia do passado. Logo, a situação social e política atual nos leva a questionar: como devemos, então, conceber o conhecimento crítico e as práticas a ele relacionadas a fim de corresponder às características e especificidades do presente? Para responder a essa pergunta, é necessário não apenas ter em conta os enigmas da crítica enfatizados no debate acadêmico discutido acima, mas também lidar com as novas dinâmicas de poder e formas de violência em jogo atualmente. Assim, ao mobilizar autores como Foucault, Scott, e Butler, não queremos sugerir que suas ideias possam ou devam ser diretamente “transpostas” para o presente de forma a legitimar e defender o uso da crítica. Pelo contrário, esses autores são úteis precisamente porque insistem na necessidade de um exercício constante de reconsideração da crítica à

luz das especificidades das configurações de relações de poder, novos modos de sujeição e, segundo afirmamos, diferentes sujeitos da crítica. Se pensarmos no contexto mediterrâneo, por exemplo, fica claro (embora seja raramente observado) que a produção de conhecimento crítico e a elaboração de práticas críticas não devem ser destacadas da questão do “nós” – ou dos sujeitos coletivos – desta crítica: quem são os sujeitos da crítica neste caso? E como os “nós” envolvidos em uma dada intervenção crítica se relacionam com o que chamamos aqui de “outros” da crítica – ou seja, os migrantes que são deixados para morrer no mar?

Como Butler aponta, a pergunta “‘o que devemos fazer?’ Pressupõe que o ‘nós’ tenha sido formado e que seja conhecido, que sua ação seja possível, e que o campo em que venha atuar esteja delimitado” (Butler, 2001). Por sua vez, o “nós”, ou melhor, os diversos “nós” que a crítica deve contribuir para criar não são predeterminados, estáveis ou completamente definidos, mas fluidos, heterogêneos, múltiplos e estruturalmente abertos. Como afirma Foucault, o principal problema (político) é “tornar possível a formação futura de um ‘nós’ (um ‘nós’ que ‘provavelmente formaria uma comunidade de ação’), já que “o ‘nós’ não deve ser anterior à questão; só podendo ser resultado – e um resultado necessariamente temporário – da questão já posta” (Foucault, 1984c: 385; ver também: Revel, 2015a: 53). Assim, longe de ser um empreendimento puramente negativo ou desmascarador, a crítica está necessariamente implicada em um processo criativo em torno desse “nós” (Lorenzini, 2019). Trata-se, portanto, da terceira dimensão principal situada no cerne da crítica diligente da qual temos falamos até aqui.

O foco no cenário de morte no Mediterrâneo nos leva, contudo, a problematizar ainda mais o nexos entre crítica, de-subjugação e produção do “nós”. Na realidade, nesse caso, os sujeitos da crítica,

ou seja, aqueles que elaboram intervenções críticas, não são os diretamente afetados pelas políticas mortais de contenção migratória. “Nós” – cidadãos da UE, acadêmicos, ativistas de direitos humanos e jornalistas – criticamos políticas estatais e medidas policiais, violações das leis internacionais, bem como as leis injustas pelas quais os indivíduos rotulados (e racializados) como “migrantes” são deixados para morrer no mar Mediterrâneo e em outras fronteiras da Europa (De Genova, 2018). Como argumentamos acima, a de-subjugação pode tanto ser concebida como uma recusa em atuar como cúmplice das políticas implementadas pelos Estados, como pode assumir a forma de um questionamento radical e definitiva não aceitação de narrativas sobre uma suposta “crise de refugiados” – ou mesmo da “biopolítica minimalista” (Redfield, 2012) centrada nos migrantes como corpos negros a serem resgatados. Entretanto, isso tudo não nos isenta da pergunta: e os “outros” da crítica? E aqueles em cujo nome “damos voz à nossa crítica às políticas da UE”?

Assim como em muitos outros casos, não se pode levantar a questão da crítica aqui sem abordar simultaneamente a questão da de-subjugação dos sujeitos e dos “outros” da crítica – ou seja, os migrantes. Em última instância, concordamos com Judith Revel ao argumentarmos que o “questionamento do estado atual das coisas com vistas a produzir uma interrupção diz respeito não apenas aos nossos conhecimentos e práticas; inclui-se aí também a questão da forma do sujeito em sua inflexão coletiva (‘nós’), ou seja, em sua dimensão política” (Revel, 2015b: 20). Contudo, o foco na questão da migração traz à tona o fato de que esta própria constituição de um “nós” como resultado das práticas da crítica torna fundamental o envolvimento com os “sujeitos-objetos” da crítica em questão – neste caso, como sabemos, sujeitos que não falam. Não pretendemos negar com isso a agência dos migrantes ou a realidade (e a importância estratégica)

das várias lutas que acabam constantemente forçando as autoridades estatais a inventar novas estratégias de captura. Porém, como estamos abordando aqui especificamente a produção de discursos e contestações críticas das políticas de migração, bem como as análises recentemente desenvolvidas acerca das mortes de migrantes no mar, achamos necessário e urgente questionar: é possível elaborar um “nós” (da crítica) sem com isso excluir outros potenciais “nós” e, ao mesmo tempo, sem transformar os migrantes em meros objetos do “nosso” discurso crítico sobre a violência das fronteiras (Hartman, 1997)?

Nossa resposta é que a problematização da crítica hoje já tão difundida deve também ser tomada como uma ocasião valiosa para avançar na problematização e na recriação dos diversos “nós” implicados na crítica. Nesse sentido, ao questionarmos essas políticas mortais de migração, por exemplo, o “nós” implicitamente assumido ecoa o “nós, cidadãos da Europa” (Balibar, 2003) e, assim, acaba corroborando uma abordagem eurocêntrica da migração – a qual também é frequentemente apresentada como uma “questão [estritamente] europeia” (De Genova, 2016). Argumentamos, em contraste com essa visão, que a crítica deve ser concebida e praticada como um terreno experimental para a criação de outros sujeitos coletivos, de outros múltiplos “nós” (Tazzioli, 2019).

A questão de como e para quais propósitos se deve produzir um discurso crítico sobre os mecanismos de dominação existentes e, ao mesmo tempo, de como conectar tal discurso a práticas políticas concretas, estava no cerne das atividades do *Groupe d'Information sur les Prisons* (GIP) no início da década de 1970. Nesse caso, a elaboração de uma intervenção crítica (questionando a instituição da prisão) estava intimamente ligada ao que Foucault chama de “o intolerável” e à vontade de se recusar a continuar a aceitá-lo. O intolerável fica na encruzilhada da ética e da política, e implica em um movimento

de recusa enquanto, ao mesmo tempo, enfatiza a inaceitabilidade dos mecanismos de dominação:

A prisão não deve mais ser deixada em paz, em nenhum lugar. (...) Deixe que aquilo que é intolerável – imposto pela força e pelo silêncio – passe a ser inaceitável. Não desenvolvemos nossa pesquisa para acumular conhecimento, mas para intensificar nossa intolerância e torná-la uma intolerância ativa. (Foucault, 1994a: 176, tradução nossa)

No entanto, é importante enfatizar aqui a dimensão coletiva do intolerável que Foucault e o GIP apontam, afirmando que “temos que transformar a experiência individual em conhecimento coletivo; ou seja, em conhecimento político” (Foucault, 1994b: 178). Portanto, a produção do intolerável e sua inaceitabilidade deve ser claramente distinguida de emoções (políticas), como o ressentimento ou a indignação. De fato, longe de ser puramente negativo, o intolerável está essencialmente ligado ao desencadeamento de práticas positivas de resistência. Nesse sentido, o surgimento de um “nós” temporário da crítica está sempre ligado à produção de um intolerável comum e à vontade de desafiar as assimetrias entre os sujeitos da crítica e os “outros” da crítica.

\*\*\*

Em *History-Writing as Critique*, Scott afirma que a crítica não deve ser confundida com “um aval à objetividade” (Scott, 2007: 23). Como argumentado pela autora, com base no pensamento de Foucault, a crítica implica na aceitação de normas desestabilizadas e na conversão das condições históricas e políticas pelas quais uma dinâmica de poder específica acabou naturalizada, de forma a perseguir o objetivo último de se engajar em práticas sociopolíticas

potencialmente transformadoras. De fato, de acordo com Scott, a crítica se baseia em um compromisso ético que, longe de definir antecipadamente os resultados políticos das ações de uma pessoa e as evidências que ela deve trazer, consiste em “permanecer aberta para o futuro” (Scott, 2007: 25). Argumentamos, contudo, que essa abertura estrutural deve ser combinada com práticas discursivas e não discursivas ativamente orientadas para a desobjetificação e a desracialização dos “outros” da crítica, bem como para criação de novos “nós” – evitando assim o movimento comum de tomar os sujeitos da crítica como já dados. Como Claudia Aradau corretamente afirma, a crítica “se baseia no entendimento daquilo que produz diferenças e desigualdades, assimetrias de poder, violência e injustiça” (Aradau, 2019b: 196). Nesse sentido, a crítica “pode ser um local de política” – desde que desafie ao menos a produção de graus e “categorias de ser humano e não humano” (Aradau, 2019b: 196), de sujeito e objeto.

Ao alertarmos contra a busca por evidências nas ciências humanas e sociais, e defendermos a necessidade de rearticulação da crítica, seus sujeitos e seus “outros”, acreditamos ter levado em conta os dilemas da crítica que vêm sendo enfatizados recentemente por outros estudos também atentos à questão. Contudo, no lugar de avançar uma nova definição normativa de crítica, insistimos no papel crucial que as práticas de de-subjugação desempenham em relação a qualquer intervenção crítica e dentro daquilo que Foucault chamou de política da verdade. Além disso, chamamos a atenção para as práticas atuais de produção de conhecimento e questionamos a maneira pela qual essas práticas elaboram discursos “críticos” ou se apresentam como “críticas”. Em uma época em que não parece haver “tribunais aos quais recorrer” (Butler, 2017) em relação à situação de pura violência nas fronteiras, a crítica certamente não pode ser uma prática intelectual anacrônica e destacada da realidade ou uma tarefa a ser confinada aos limites de uma abordagem do tipo solução de problemas [*problem-solving*].

Isso parece ficar particularmente evidente quando consideramos, de um lado, as violações ao direito internacional cometidas abertamente pelos Estados e, de outro lado, a habilidade dos Estados em “jogar” com o direito. Diante dessa situação, a fusão da crítica com o mero acúmulo de evidências gerou uma saturação do espaço político e uma inaptidão para produzir qualquer intolerável em comum. Dessa forma, não se pode substituir a crítica diligente, isto é, o trabalho de crítica voltado para o objetivo de desfazer os efeitos do poder associado a um regime de verdade, por uma série de reivindicações por mais realidade, mais fatos ou mais verdades.

Ao nos concentrarmos no contexto do Mediterrâneo e nas mortes de migrantes no mar, esperamos ter sido possível demonstrar a necessidade urgente de recusar os próprios termos em que este “problema” é definido atualmente, bem como de questionar o próprio movimento de pensar a migração como um “problema”. Em contraste, parece-nos fundamental desviar nossa atenção para a constante, embora muitas vezes invisível, racialização das vidas dos migrantes enquanto corpos negros a serem salvos. Nesse sentido, essa rotulação diferenciada e a racialização de vidas humanas que sustentam o controle sobre uma categoria de sujeitos denominada “migrantes” devem ser tomadas não apenas como alvo fundamental da crítica, mas também como ponto de partida para uma nova problematização dos sujeitos da crítica. Se a “crítica imanente” pode ser definida como um “tipo de crítica que não envolve a adoção de uma posição privilegiada em relação ao objeto de crítica” (Guay, 2011: 169), o conceito de crítica que defendemos aqui é duplamente imanente, já que também se esforça para problematizar sua própria posição em relação aos sujeitos da crítica.

Para concluir, gostaríamos de abordar mais dois pontos, ainda que de maneira superficial, com vistas a trilhar possíveis caminhos para investigações futuras.

Em primeiro lugar, temos que a conjuntura atual – tanto no sentido teórico como político – dos enigmas da crítica indica claramente a impossibilidade de separar intervenções críticas do “tecido das lutas sociais” (Mohanty, 2003; ver também Mezzadra, 2013), ficando evidente também a necessidade intelectual e prática de fundamentar a crítica nessas contestações. A resposta apropriada às práticas críticas que se revelam ineficazes não é, portanto, uma abordagem de impacto ou de solução de problemas. Pelo contrário, devemos nos esforçar para criar uma sintonia entre as intervenções críticas e os movimentos de recusa coletiva atualmente em vigor. Um dos principais princípios metodológicos que se pode extrair do trabalho de Foucault nesse âmbito é o reconhecimento de que “onde há poder, há resistência e, no entanto, ou mesmo consequentemente, essa resistência nunca é exterior ao poder” (Foucault, 1978: 95) Para ser consistente com esse princípio, ao revelar o papel das formações de poder / conhecimento historicamente constituídas nas nossas crenças, práticas, instituições e em nós mesmos, a crítica também deve revelar a multiplicidade de pontos de resistência que desempenharam “o papel de adversário, alvo, apoio ou ferramenta” para o surgimento e funcionamento concreto dessas formações (Foucault, 1978: 95). Assim, a crítica nunca pode vir separada dos movimentos concretos de de-subjugação e resistência. Em outras palavras, “a análise histórica e teórica das relações de poder, instituições e conhecimento” deve vir sempre associada aos “movimentos, críticas e experiências que os questionam diante da realidade” (Foucault, 1984b: 374).

Em segundo lugar, tendo em vista nossa análise do cenário trágico no Mediterrâneo, trazer à tona e problematizar a questão da crítica, de seus sujeitos e objetos, também implica questionar sua principal articulação: a (re)produção de mecanismos racializados de captura e diferenciação de vidas, assim como dos “outros” da crítica, pode

eventualmente nos levar a redirecionar a crítica para longe de um foco exclusivo na migração enquanto tal, ou de uma “containerização da crítica” (Tazzioli, 2019: 156). Esforçar-se para construir alianças temporárias e transversais entre os cidadãos da UE e aqueles rotulados como “migrantes” com vistas a combater as atuais estratégias de destituição de direitos e a política mortal de precarização é, então, um caminho profícuo a ser explorado.

## Referências

- AAGAARD, J. Stricing for Experiential Resonance: Critique, Post-Critique, and Phenomenology. *Qualitative Studies*, v. 5, nº 1, p. 29-38, 2018.
- ARADAU, C. Presentation delivered at the 44th Annual Conference of the British International Studies Association, London, 12-14 June 2019a.
- \_\_\_\_\_. Technology, Agency, Critique: An Interview with Claudia Aradau. In: HOIJTINK, M. e LEESE, M. (Ed.). *Technology and Agency in International Relations*. London: Routledge, 2019b, p. 188-203.
- AUSTIN, J. L. A Parasitic Critique for International Relations. *International Political Sociology*, v. 13, nº 2, p. 215-31, 2019a.
- \_\_\_\_\_. Towards an International Political Ergonomics. *European Journal of International Relations*, v. 25, nº 4, p. 979-1006, 2019b.
- BALIBAR, É. *We, the People of Europe? Reflections on Transnational Citizenship*, trans. J. Swenson. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2003.
- BENEDUCE, R. *Archeologie del trauma: Un'antropologia del sottosuolo*. Roma-Bari: Laterza, 2010.
- BEVIR, M. What Is Genealogy? *Journal of the Philosophy of History*, v. 2, nº 3, p. 263-75, 2008.
- BROWN, W. *Edgework: Critical Essays on Knowledge and Politics*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2005.
- BUTLER, J. What Is Critique? An Essay on Foucault's Virtue. *Transversal*, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Critique, Crisis, and Violence*. Lecture delivered at the University of Bologna, 2017.

- DE GENOVA, N. The European Question: Migration, Race, and Postcoloniality in Europe. *Social Text*, v. 34, n° 3, p. 75-102, 2016.
- \_\_\_\_\_. The “Migrant Crisis” as Racial Crisis: Do *Black Lives Matter* in Europe? *Ethnic and Racial Studies*, v. 41, n° 10, p. 1765-82, 2018.
- DE SUTTER, L. (Ed.). *Postcritique*. Paris: Presses universitaires de France, 2019.
- DERRIDA, J. History of the Lie: Prolegomena. Trad. P. Kamuf. In: KAMUF, P. (Ed.). *Without Alibi*. Stanford, CA: Stanford University Press, 2002, p. 28-70.
- Felski, R. 2015. *The Limits of Critique*. Chicago, IL: The University of Chicago Press.
- \_\_\_\_\_. “Introduction” to the special issue “Recomposing the Humanities – with Bruno Latour. *New Literary History*, v. 47, n° 2-3, p. 215-29, 2016.
- FOUCAULT, M. *The History of Sexuality, Volume 1: An Introduction*. Trad. R. Hurley. New York, NY: Pantheon Books, 1978.
- \_\_\_\_\_. What Is Enlightenment? Trad.. C. Porter. In: RABINOW, P. (Ed.). *The Foucault Reader*. New York, NY: Pantheon Books, 1984a, p. 32-50.
- \_\_\_\_\_. Politics and Ethics: An Interview. Trad. C. Porter. In: RABINOW, P. (Ed.). *The Foucault Reader*. New York, NY: Pantheon Books, 1984b, p. 373-80.
- \_\_\_\_\_. Polemics, Politics, and Problematizations: An Interview with Michel Foucault. Trad. L. Davis. In: RABINOW, P. (Ed.). *The Foucault Reader*. New York, NY: Pantheon Books. 1984c, p. 381-90.
- \_\_\_\_\_. (Sur les prisons). In: DEFERT, D. e EWALD, F. (Ed.). *Dits et écrits II, 1970–75*. Paris: Gallimard. 1994a, p. 175-6.
- \_\_\_\_\_. Enquête sur les prisons: brisons les barreaux du silence. In: DEFERT, D. e EWALD, F. (Ed.). *Dits et écrits II, 1970–75*. Paris: Gallimard, 1994b, p. 176-82.
- \_\_\_\_\_. Structuralism and Post-Structuralism. Trad. J. Harding. In: FAUBION, J. D. (Ed.). *Aesthetics, Method, and Epistemology*. New York: The New Press, 1998, p. 433-58.

- \_\_\_\_\_. What Is Critique? Trad. L. Hochroth. In: LOTRINGER, S. (Ed.). *The Politics of Truth*. Los Angeles, CA: Semiotext(e), 2007, p. 41-81.
- \_\_\_\_\_. *On the Government of the Living: Lectures at the Collège de France, 1979–80*. Ed. M. Senellart, Trad. G. Burchell. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2012.
- GEUSS, R. Genealogy as Critique. *European Journal of Philosophy*, v. 10, nº 2, p. 209-15, 2002.
- GINZBURG, C. *Il filo e le tracce: Vero, falso, finto*. Milano: Feltrinelli, 2006.
- GUAY, R. Genealogy as Immanent Critique: Working from the Inside. In: STONE, A. (Ed.). *The Edinburgh Critical History of Nineteenth-Century Philosophy*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2011, p. 168-86.
- HARAWAY, D. Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective. *Feminist Studies*, v. 14, nº 3, p. 575-99, 1988.
- HARCOURT, B. E. *The Last Refuge of Scoundrels: The Problem of Truth in the Twenty-First Century*. Unpublished manuscript, 2019.
- HARTMAN, S. V. *Scenes of Subjection: Terror, Slavery, and Self-Making in Nineteenth-Century America*. Oxford: Oxford University Press, 1997.
- HELLER, C. e PEZZANI, L. Ebbing and Flowing: The EU's Shifting Practices of (Non)Assistance and Bordering in a Time of Crisis. *Near Futures Online*, 2016.
- HOY, D. C. Genealogy, Phenomenology, Critical Theory. *Journal of the Philosophy of History*, v. 2, nº 3, p. 276-94, 2008.
- KOOPMAN, C. *Genealogy as Critique: Foucault and the Problems of Modernity*. Bloomington, IN: Indiana University Press, 2013.
- LATOUR, B. Why Has Critique Run out of Steam? From Matters of Fact to Matters of Concern. *Critical Inquiry*, v. 30, nº 2, p. 225-48, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Reassembling the Social: An Introduction to Actor-Network-Theory*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- \_\_\_\_\_. An Attempt at a "Compositionist Manifesto". *New Literary History*, v. 41, nº 3, p. 471-90, 2010.
- LEVITIN, D. J. *Weaponized Lies: How to Think Critically in the Post-Truth Era*. New York, NY: Penguin Random House, 2016.

- LORENZINI, D. What Is a “Regime of Truth”? *Le Foucauldien*, 2015.
- \_\_\_\_\_. From Counter-Conduct to Critical Attitude: Michel Foucault and the Art of Not Being Governed Quite So Much. *Foucault Studies*, v. 21, n° 7-21, 2016.
- \_\_\_\_\_. *On Possibilising Genealogy*. Unpublished manuscript, 2019.
- LOWE, L. *The Intimacies of Four Continents*. Durham, NC: Duke University Press, 2015.
- MAHMOOD, S. *Politics of Piety: The Islamic Revival and the Feminist Subject*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2011.
- MCINTYRE, L. *Post-Truth*. Cambridge, MA: The MIT Press, 2018.
- MEZZADRA, S. European Citizenship and the Place of Migrants’ Struggles in a New Radical Europe: An Interview with Sandro Mezzadra. *LeftEast*, 2013.
- MOHANTY, C. *Feminism without Borders: Decolonizing Theory, Practicing Solidarity*. Durham, NC: Duke University Press, 2003.
- MORDACCI, R. *La condizione neomoderna*. Torino: Einaudi, 2017.
- PRINZ, J. J. *History as Genealogy: Interrogating Liberalism Through Philosophy’s Past*. Unpublished manuscript, 2018.
- REDFIELD, P. Bioexpectations: Life Technologies as Humanitarian Goods. *Public Culture*, v. 24, n° 1, p. 157-84, 2012.
- REVEL, J. *Foucault avec Merleau-Ponty: Ontologie politique, présentisme et histoire*. Paris: Vrin, 2015a.
- \_\_\_\_\_. “What Are We at the Present Time?” Foucault and the Question of the Present. In: FUGGLE, S.; LANCI, Y. e TAZZIOLI, M. (Ed.). *Foucault and the History of Our Present*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2015b, p. 13-25.
- ROITMAN, J. *Anti-Crisis*. Durham, NC: Duke University Press, 2013.
- SAAR, M. *Genealogie als Kritik: Geschichte und Theorie des Subjekts nach Nietzsche und Foucault*. Frankfurt am Main: Campus, 2007.
- \_\_\_\_\_. Understanding Genealogy: History, Power, and the Self. *Journal of the Philosophy of History*, v. 2, n° 3, p. 295-314, 2008.
- SCOTT, J. W. The Evidence of Experience. *Critical Inquiry*, v. 17, n° 4, p. 773-97, 1991.

- \_\_\_\_\_. History-Writing as Critique. In: MORGAN, S.; JENKINS, K. e MUNSLOW, A. (Ed.). *Manifestos for History*. London: Routledge, 2007, p. 19-38.
- SRINIVASAN, A. Genealogy, Epistemology, and Worldmaking. *Proceedings of the Aristotelian Society*, v. 119, nº 2, p. 127-56, 2019.
- STEINHILPER, E. e GRUIJTERS, R. Border Deaths in the Mediterranean: What We Can Learn from the Latest Data. *Border Criminologies*, 2017.
- STIERL, M. 2018. "A Fleet of Mediterranean Border Humanitarians." *Antipode* 50 (3): 704–24.
- Tazzioli, M. 2015. "The Desultory Politics of Mobility and the Humanitarian-Military Border in the Mediterranean. *Mare Nostrum Beyond the Sea*." *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana* 23 (44): 61–82.
- \_\_\_\_\_. 2019. *The Making of Migration: Biopolitics of Mobility at Europe's Borders*. London: Sage.
- UNHCR. Desperate Journeys. 2018. Disponível em <https://www.unhcr.org/desperatejourneys/>. Acesso em 31 ago. 2019.
- VILLA, M. Sea Arrivals to Italy: The Cost of Deterrence Policies. *Italian Institute for International Political Studies*, 2018.
- WALTERS, W. Foucault and Frontiers: Notes on the Birth of the Humanitarian Border. In: BRÖCKLING, U.; KRASMANN, S. e LEMKE, T. (Ed.). *Governmentality: Current Issues and Future Challenges*. London: Routledge, 2011, p. 138-64.
- WEIZMAN, E. *Forensis: The Architecture of Public Truth*. Berlin: Sternberg Press, 2014.
- WYN JONES, R. The Test of Practice: An Interview with Richard Wyn Jones. In: BRINCAT, S.; LIMA, L. e NUNES, J. (Ed.), *Critical Theory in International Relations and Security Studies*. London: Routledge, 2012, p. 82-103.
- ZERILLI, L. M. G. Critique as a Political Practice of Freedom. In: FASSIN, D. e HARCOURT, B. E. (Ed.). *A Time for Critique...* New York, NY: Columbia University Press, 2019.



# Revertendo o intervencionismo na América do Sul no século XXI\*

Cristina Rojas

Gustavo Morales

O presente capítulo conecta o intervencionismo à formação de uma “consciência planetária” (Pratt, 1992) com pretensões imperiais / coloniais. Identificamos três momentos distintos na formação dessa consciência: um *desejo de conquistar* que vem para naturalizar uma “não ética da guerra” (Maldonato-Torres, 2008); um *desejo de civilizar* que investiu a Europa de poderes para policiar aquelas regiões percebidas como inferiores dentro dos padrões de civilização estabelecidos (Rojas, 2002); e um *desejo de desenvolver*, que emergiu no contexto pós-Segunda Guerra Mundial e conferiu a especialistas internacionais uma autoridade cuja base reside na reivindicação sobre a forma como os demais devem conduzir suas vidas (Escobar, 1995; Li, 2007). O intervencionismo encontra um desafio, contudo, na emergência do dissenso<sup>1</sup> em relação à consciência imperial. As expressões desse dissenso incluem os movimentos anticoloniais liderados por Tupak Amaru e Tupak Katari nos Andes no século XVIII – cujo objetivo era expulsar os invasores espanhóis e instaurar o autogoverno pela população nativa –; e as lutas pela soberania encabeçadas por líderes

---

\* Tradução de Jessica da Silva C. de Oliveira.

1 Optamos por seguir o significado oferecido por Rancière (2004: 304). Na visão desse autor, o dissenso é encenado no processo de um equívoco; não se trata de “um conflito de interesses, opiniões, ou valores; não é uma divisão colocada no ‘senso comum’: uma disputa sobre o que é dado, sobre o ponto de referência a partir do qual enxergamos algo como dado... Chamo de dissenso: colocar dois mundos em um único mundo”.

*criollos*,<sup>2</sup> que culminaram nas declarações de independência do início do século XIX. Ainda que essas lutas tenham obtido sucesso no desmantelamento da dominação político-administrativa pela Espanha, sabemos que a colonialidade do poder (Quijano, 2009) – distinções coloniais baseadas em raça, gênero e conhecimento – continua operando.

Diante disso, argumentamos que, no contexto atual, no século XXI, uma forma de dissenso contra o intervencionismo é precisamente o engajamento com a colonialidade do poder e a intervenção imperial. Tal dissenso é facilitado ainda pela coincidência de uma tripla crise – do capitalismo, da civilização e da reprodução – e tem sido encenado em âmbito planetário em dois cenários diferentes. A saber: um cenário regido pelos chefes de Estado, em sua maioria identificados com a “onda rosa”, e que têm construído alianças interestatais entre os países do Sul Global cujas bases se sustentam em relações de solidariedade mútua contra o colonialismo do Norte, bem como questionado a autoridade epistêmica do saber Ocidental; e um outro cenário, sob liderança de movimentos sociais e forte protagonismo por parte de povos indígenas, que tem tornado visível um mundo-vida suprimido pela modernidade (Escobar, 2010). Ambos os cenários estão interconectados e coincidem em momentos críticos, entretanto, há fortes divergências entre eles.

## A transformação histórica da consciência imperial planetária

Durante o encontro colonial, como argumenta Enrique Dussel (1995: 48), as relações entre colonizador e colonizado eram dominadas pela consciência de um ego conquistador que impunha sua “individualidade violenta” sobre os colonizados, culminando no tratamento destes últimos como coisas ou instrumentos. Tal experiência foi

---

2 Criollos são os descendentes de espanhóis nascidos nas Américas.

responsável por naturalizar uma ordem policial baseada na escravidão, servidão e no estupro. Como explica Maldonado-Torres (2008: 218), a colonialidade “coloca os povos de cor dentro do campo de visão assassino e esturador de um ego vigilante” cujo alvo principal são as mulheres; nessa lógica, homens “também são vistos através dessas lentes e feminizados de forma a se tornarem sujeitos fundamentalmente penetráveis para o *ego conquiro*”. Como acrescenta Maria Lugones (2010: 745), porque os colonizados são reduzidos a menos que seres primitivos, também são vistos como indivíduos “que necessitam de transformação”.

Para Dussel (1995), o ego conquistador precede e serve de alicerce para o *ego cogito* moderno. De maneira semelhante, é ele que estabelece as bases para o direito de intervir e de declarar guerra justa contra os índios, sancionado pelo direito internacional tal como indicado nos escritos de Francisco de Vitoria, no século XVI (Anghie, 1996). Ainda que Vitoria reconhecesse que os indígenas eram “governados por um sistema político próprio” e “dotados de razão”, o direito conferia legitimidade às incursões espanholas em seus territórios, bem como estabelecia que qualquer tentativa de resistência à essa penetração se configuraria como ato de guerra e justificaria, portanto, a retaliação por parte dos espanhóis (Anghie, 1996: 326). Logo, somente as normas espanholas eram consideradas universais; por isso, demandava-se que os povos indígenas as observassem seja nas suas relações com os conquistadores europeus, seja dentro das suas próprias comunidades, dando à Espanha “o poder do direito de intervenção” (Anghie, 1996: 327). Ademais, qualquer resistência por parte dos povos nativos era interpretada como uma confirmação de sua barbárie e como um ato de guerra contra os conquistadores espanhóis. Já as guerras iniciadas pela Espanha, por sua vez, eram caracterizadas como “defensivas” ou “justas” (Anghie, 2002: 394). A dupla construção dos indígenas

como pertencentes ao estado direito e, ao mesmo tempo, fora de sua proteção justificava, assim, a violência dos processos de conversão e transformação (Anghie, 1996: 333). Como acrescenta Dussel (1993: 74), é precisamente esse duplo status que encontra sustentáculo no mito da modernidade, no qual o indígena/bárbaro se encontra em um estado de culpa quando se opõe ao processo civilizador, ao passo que a inocência de sua contraparte, o colonizador, é reforçada enquanto este redime a vítima.

Ao longo do século XVIII, observa-se então a emergência de uma nova consciência planetária centrada na história natural e que tem como seus principais agentes não os *conquistadores*, mas literatos vindos do norte do continente europeu, em sua maioria homens, originários da baixa aristocracia e dos altos escalões da burguesia (Pratt, 1992: 38). Tal projeto avançava uma visão de autoridade ao mesmo tempo inocente e imperial, e estava intimamente conectado ao expansionismo político e econômico europeu. Uma consciência *anticonquista* veio então para deslocar os saberes indígena e campesino e, ao mesmo tempo, projetar sobre todo o planeta uma autoridade masculina largamente fundamentada na posse de terras e recursos (Pratt, 1992: 39). Uma ilustração possível aqui é a missão científica de Alexander Humboldt na América Latina no ano de 1799: sua narrativa sobre uma natureza exuberante vem para apagar a história dos nativos, apresentada como algo ainda “prestes a começar” (Pratt, 1992: 126). Como consequência disso, os povos indígenas foram então separados de seus territórios e desprovidos de agência.

Essa consciência naturalista facilitou a constante progressão em direção à consciência planetária civilizadora que prevaleceu durante todo o século XIX. Nesse sentido, Febvre (1993: 170) salienta que o conceito de “ordem natural” de Lamarck explica a facilidade na adoção do conceito de civilização como uma escala, com os selvagens

ocupando a parte inferior, os bárbaros no meio e a civilização no topo. Aqueles situados no topo são os mesmos que são “dotados de *civilité, politesse* e, finalmente, boa *polícia*”. A associação com o poder de *polícia* é o que confere à civilização a conotação daquilo que traz consigo uma ordem policial associada à propriedade privada, aos negócios e ao comércio (Neocleous, 2011: 151). Como Norbert Elias (1994: 509) explica, “civilização” se tornou a palavra de ordem para colonização. Uma vez que esse ideário passou a expressar “a autoconsciência do Ocidente”, os europeus se viram autorizados a levar a civilização aos outros, o que incluía o uso da violência em nome dessa civilização (Rojas, 2002: xiii).

Diferenças nos “padrões de civilização” (Gong, 1984: 14-15) dividiram o mundo entre, de um lado, um círculo de “membros civilizados” composto pelos Estados soberanos e, de outro, todo o resto, destinado a ser governado por “tutela” pelos primeiros, que estabeleceram protetorados sobre os “povos não civilizados” (Gong, 1984: 3). O direito internacional veio então para “apresentar como inevitável e natural o grande projeto de salvação destinado a trazer os marginalizados para o domínio da soberania, civilizar os incivilizados e desenvolver as técnicas jurídicas e as instituições necessárias para essa grandiosa missão” (Anghie, 1996: 333).

Por último, mas não menos importante, temos também o desenvolvimento como uma consciência planetária sendo “inventada” no contexto após a Segunda Guerra Mundial (Escobar, 1995: 41). Nesse momento, a intervenção não se legitimava pela escala de civilização ou em termos raciais, mas pela partição do mundo entre países desenvolvidos e países subdesenvolvidos. De acordo com essa lógica, a pobreza e o atraso tecnológico de uma região derivam de sua própria forma ineficiente de produzir e comercializar produtos e serviços. Assim, descartadas as desigualdades da ordem econômica

internacional como causa do subdesenvolvimento, as economias industrializadas emergem como o padrão de bem-estar, riqueza material, e como os portadores do conhecimento sobre o caminho a ser seguido pelos demais. Durante os séculos XIX e XX, seguindo os conselhos dos países industrializados, as sociedades latino-americanas foram sendo orientadas em direção aos centros do desenvolvimento, Inglaterra e Estados Unidos, respectivamente, sob a lógica da “busca por alcançar (...) o último modelo de organização aprovado nas regiões supostamente mais avançadas do mundo” (Whitehead, 2002: 29). De acordo com essa abordagem, a agência histórica reside nas economias mais avançadas, as quais estabeleceram não só os objetivos de desenvolvimento válidos para todos, como também os meios para atingir tais objetivos. Já as sociedades latino-americanas, em contraste, foram confinadas a um papel passivo caracterizado pela tentativa imitativa de corrigir e perceber suas deficiências em relação às economias desenvolvidas. Como Arkonada e Santillana (2012) colocam, o capitalismo situou o Sul apenas como um espaço de reprodução e transferência de valor – e, poderíamos acrescentar, jamais como um agente histórico ativo.

Essa lógica legitimava a intervenção econômica e política por parte dos Estados Unidos e de instituições financeiras, como o FMI e o Banco Mundial, durante as décadas de 1980 e 1990. Após a crise da dívida dos anos 1980 na América Latina, as economias da região embarcaram em um pacote de reformas estruturais que reduziu o Estado e desregulamentou a economia. Nesse contexto, instituições financeiras internacionais se tornaram cinturões de transmissão do paradigma neoliberal por meio das condicionalidades imposta a essas economias (Torre, 1998).

Sob o desenvolvimento da consciência planetária, a missão de especialistas (ou administradores) não era a de exercer domínio sobre

essas populações, mas intervir para otimizar suas vidas (Li, 2007: 5). A tarefa de trazer melhoria estava agora delegada aos próprios Estados onde vive essa população. Logo, assim como antes, os Estados estavam sujeitos a restrições externas compostas pelo caráter desigual da ordem internacional (Hindess, 2006: 41). Nesse contexto, o desenvolvimento trouxe então novas formas de intervenção, tais como a “boa governança”, onde a reforma estava representada como “uma escolha política e ética dos Estados-nação”, a qual o Banco Mundial resume como “apropriação nacional” (Lamer e Walters, 2002: 419). Ademais, os interesses dos mais pobres foram construídos de maneira compatível com a ordem política atual, deslocando a política e redefinindo a intervenção como participação, responsabilidade e autocontrole (Rojas e Kindornay, 2012).

## Consciência anti-imperial

A resistência à intervenção imperial e colonial começou no momento da chegada europeia na América em 1492 e continua até hoje. Durante os primeiros séculos, essa resistência foi localizada e dispersa. A situação mudou, contudo, no século XVIII, sob o reinado de Carlos III (1759-88), com a introdução de reformas nas regras para governar. Incluía-se aí a coleta mais eficiente de tributos dos nativos, bem como reformas fiscais, mercantis e militares. Em Nueva Granada, esforços de policiamento foram feitos para trazer escravos fugidos, índios e mulatos que viviam na floresta para assentamentos onde estariam sob vigilância religiosa e administrativa (Safford, Palacios, 2002: 60). Somente entre 1720 e 1790, os povos indígenas do Peru e da Bolívia desafiaram autoridades coloniais mais de 100 vezes (Stern, 1987: 34). É possível afirmar que uma “consciência anticolonial” foi desenvolvida em 1780, durante as mobilizações lideradas por Tupac Amaru em Cuzco e por Tupaj Katari e Bartolina Sisa em La

Paz – consideradas a “maior revolução anticolonial já vista nas Américas” (Hylton e Thomson, 2007: 39). Como conta a história, Katari e sua consorte, Bartolina Sisa, cercaram a cidade de La Paz. Quando Bartolina Sisa foi capturada e presa, Katari ofereceu uma trégua “na qual cada parte irá para o seu lugar” (citado em Thomson, 2002: 207). Recusando se render, Katari acaba sendo morto. Seus membros foram amarrados às caudas de quatro cavalos até que seu corpo se rasgasse; posteriormente, as partes decepadas de seu cadáver foram expostas como um alerta à população contra atos de insubordinação (Hylton e Thomson, 2007: 43). A insurgência foi derrotada em 1781, no entanto, o dissenso anticolonial ainda prevalece representado nas últimas palavras de Katari: “eu retornarei e serei milhões”.

Os *criollos* também se opuseram às reformas dos Bourbon. Em Nueva Granada, as disputas se centraram na substituição de *criollos* por espanhóis, bem como nos métodos de cobrança de receitas e no preço crescente dos monopólios reais (Safford, Palacios, 2002: 65). O movimento *Comunero*, por exemplo, encabeçou tumultos em algumas cidades do vice-reinado que acabaram assumindo grandes proporções entre 1776-81. A administração real capitulou diante do exército *comunero* (Fisher et al., 1990: 5). Logo após a independência, o movimento *comunero* foi aos poucos incitando o desejo por um governo *criollo*, como ficou claro na demanda para que “o governo real passasse a ter uma cara mais *criolla*” (Safford, Palacios, 2002: 69).

Com efeito, no início do século XIX e sob liderança *criolla*, os países latino-americanos ganharam a independência da Espanha. Apanhados em meio às contradições de suas reivindicações por uma identidade europeia e as reivindicações das comunidades indígenas locais, uma tendência geral na região era a de lideranças *criollas* privilegiar a soberania da nação enquanto seletivamente ignorava a colonialidade. Thurner (1997) chama essa contradição de “dilema

pós-colonial”, a qual aparece também na carta da Jamaica de Simon Bolívar (1815):

[Não somos] nem índios e nem europeus, mas uma espécie que está no meio do caminho entre os proprietários legítimos deste país e os usurpadores espanhóis. Em resumo, ainda que americanos de nascimento, nossos direitos são derivados da Europa, e temos que reivindicá-los contra os direitos dos nativos ao mesmo tempo em que devemos nos defender contra os invasores. Isso nos coloca em uma das situações mais extraordinárias e envolvidas possíveis. (Bolívar, 1815: 64)

Líderes *criollos* se engajavam com a consciência planetária civilizadora à medida em que ela se adequava à sua posição de governadores legítimos sobre a população indígena e afrodescendente (Rojas, 2002). Assim, atribuíram a si mesmos a tarefa de completar a missão civilizadora iniciada pela Espanha ao desenvolver a colonialidade europeia. Como sugerido por Florentine Gonzalez, um reformador liberal, apenas *criollos* eram identificados como sujeitos dotados de capacidade para governar:

Se existe alguma esperança de liberdade nesses países, ela tem que vir dos *criollos* (incluindo os mestiços com [uma] predominância de sangue europeu). Os *criollos* são os únicos que se manifestaram a favor da liberdade e da civilização; os únicos que possuem qualificações e que são um exemplo claro de aptidão para a esfera pública. (citado em Rojas, 2002: 52)

A tarefa de promover a civilização autorizou a violência contra as populações que eram vistas como menos civilizadas (Rojas, 2002). Ao limitarem a não intervenção a um imaginário da igualdade entre Estados (Weber, 2007), os *criollos* deixaram expressões intactas da colonialidade do saber e das práticas hierárquicas do racismo.

A negligência da colonialidade por parte das lideranças *criollas* não significava que estavam cegas aos perigos da intervenção. Após conquistarem a independência político-administrativa em relação à Espanha, América Latina e Caribe logo sentiram o peso do “destino imperial” dos Estados Unidos. Diferenças raciais, sexuais e de civilização também permeavam a lógica de intervenção dos Estados Unidos. Sua expressão mais antiga foi a doutrina do “Destino manifesto” de Monroe (1823). A doutrina veio à tona durante a Guerra Mexicano-Americana em 1848; e debates coloniais sobre diferenças raciais na capacidade de autogoverno experimentaram um ressurgimento nesse contexto. John Quincy Adams se referiu à independência das repúblicas hispânicas da seguinte forma:

Enquanto eles estavam disputando a independência, desejei o bem à sua causa; mas eu não tinha visto e ainda não vejo perspectiva alguma de que estabeleceriam instituições governamentais livres ou liberais. Pelo que foi visto até agora, não é provável que promovam o espírito de liberdade ou ordem. (Adams apud Gleijeses, 1992: 482)

As questões raciais também foram fundamentais para o senador Henry Clay em sua defesa do desejo dos EUA pelo Texas; em um debate em 1820, ele pleiteou, “por qual raça [o Texas] deve ser povoado? Se em nossas mãos, será povoado por homens livres (...) Nas mãos de outros, pode se tornar habitat de despotismos e de escravos” (Adams apud Gleijeses, 1992: 490). É diante disso que Gleijeses (1992: 482) afirma que o que se revela nos debates do Congresso dos EUA é o sentimento de que “os americanos hispânicos eram de uma brancura duvidosa (...) vieram de uma raça de gigantes – quando eram brancos –, mas de uma origem espanhola degradada”.

Uma consciência imperial inspirou também o chamado Corolário Roosevelt, de 1904, que posicionou os EUA como um detentor de

“poder de polícia internacional” sobre os países do Sul e justificou a intervenção sob o pretexto de que eram de natureza caótica e desordenada (Slater, 2010: 190).

É nesse contexto que as nações da América do Sul contribuíram para o desenvolvimento da doutrina da não intervenção. Tópicos adicionais foram introduzidos, tais como as preocupações com justiça internacional e autodeterminação econômica (Thomas, 1985: 156). A doutrina do argentino Carlos Calvo, de 1868, e a doutrina proposta por Luis Drago em 1902 condenaram especialmente as intervenções armadas europeias direcionadas a reivindicação de créditos pecuniários (Thomas, 1985: 23). Já no século XX, medidas foram tomadas com o intuito de moldar um sistema interamericano, culminando na assinatura da Carta da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1948, na cidade de Bogotá. O documento fez da não intervenção seu princípio fundamental (art. 15), incluindo em sua definição o repúdio ao uso de medidas coercitivas “para forçar a vontade soberana de outro Estado e obter dele vantagens de qualquer tipo” (apud Thomas, 1985: 31). A questão econômica foi central também para os esforços dos estudiosos da chamada teoria da dependência e da Comissão Econômica da América Latina e do Caribe, que defendiam o direito à autonomia dos Estados na escolha de seus sistemas econômicos.

Não obstante, o intervencionismo dos EUA continuou ao longo do século XX e só aumentou com a crise da dívida dos anos 1980 e, posteriormente, com a chamada Guerra ao Terror. No final do século, no entanto, essa situação começou a se reverter.

## Encenando o dissenso

No contexto do século XXI, a simultaneidade de uma crise do capitalismo com o projeto moderno de civilização e

reprodução abriu espaço para o dissenso. Como observa Escobar (2010), a crise não é apenas generalizada, mas também um fenômeno mais amplo. Porque toca a todos e afeta vários processos simultaneamente, essa crise está tornando visível a colonialidade do poder tanto em suas dimensões ontológicas como epistemológicas. As respostas à crise não são as mesmas em todos os países, como as diferenças entre Venezuela, Bolívia e Equador podem ilustrar.<sup>3</sup> Nesse âmbito, enquanto alguns países contestam a existência de uma crise neoliberal, outros se posicionam a favor de uma agenda decolonial.

Sem dúvida, o fracasso das reformas neoliberais em gerar altas taxas de crescimento econômico na região ao longo das décadas de 1980 e 90 teve importante papel ao causar descontentamento popular generalizado e mobilizações maciças (Leiva, 2008). O desencanto com este modelo teve dois grandes marcos, um deles foi a eleição de presidentes de esquerda e pró-indígenas, começando com Chávez, em 1998, e culminando com as eleições de Aymara Evo Morales, em 2005, e Rafael Correa, em 2007. Outro marco nesse âmbito foi a crise financeira argentina de 2001, que ameaçou se espalhar para o vizinho Brasil, provando que mesmo os países que mais fielmente seguiram as recomendações do FMI e do Banco Mundial não estavam isentos da possibilidade de falência. Logo em seguida, os fracos resultados econômicos trazidos pelo “consenso de Washington” levaram os países latino-americanos a buscar caminhos próprios para o desenvolvimento econômico.

De igual importância, nesse sentido, foi a crise financeira global de 2008, cujos maiores afetados foram os países do Norte.<sup>4</sup> A crise na

---

3 Não é objetivo deste capítulo descrever as repercussões internas da crise. Um excelente apanhado das diferenças entre os três países é apresentado em Escobar (2010).

4 A América Latina cresceu na margem de 4.3 por cento em 2011 (CEPAL, 2011).

Europa e nos Estados Unidos minou a autoridade dessas economias para continuar exercendo um papel de polícia sobre os países do Sul. Como se sabe, a crise financeira foi desencadeada pelo comportamento especulativo dentro do mercado desregulado dos Estados Unidos. Em vez de levar a uma alocação mais eficiente dos fatores produtivos, a política neoliberal abriu um espiral especulativo no qual houve uma convergência da “supervalorização do pacote de hipotecas subprime, práticas comerciais suspeitas e falta de reservas de capital adequadas por parte dos bancos e companhias de seguros para apoiar os compromissos financeiros que estavam assumindo” (Simkovic, 2009). De certa forma, a crise financeira global de 2008 refletiu o futuro que os governos da América Latina haviam previsto para si próprios caso tivessem seguido o caminho do FMI. Em poucas palavras, a atual crise capitalista no mundo desenvolvido acabou abrindo espaço para a América deixar de ser apenas um espaço de reprodução e transferência de valor e se tornar um agente do conhecimento.

No Sul, a crise do capitalismo estava relacionada ao sistema colonial de dominação, incluindo a colonialidade de gênero e a dominação sobre a natureza. Como afirma Quijano (2010: 2), o que está em jogo aqui é a sustentabilidade da vida no planeta e a possibilidade de transformar uma existência social baseada em construções coloniais de gênero e raça. Na visão do autor, não se trata de coincidência o fato de que a América Latina esteja produzindo a crítica mais devastadora do Eurocentrismo, subvertendo o sistema de autoridade que sustenta essas categorias e também buscando alternativas a esse sistema.

As alternativas que estão surgindo também diferem das do século XX – centradas na transição do capitalismo para o socialismo. Como Boaventura Santos (2010: 5) afirma, o debate de hoje se concentra na “transição do colonialismo para autodeterminação, o fim do racismo e a união de diferentes nacionalidades dentro de um Estado”. Dessa

forma, questões como visões de mundo, o significado de desenvolvimento e o Estado plurinacional compõem o novo diálogo.

Feministas, por sua vez, estão conectando as questões da divisão sexual do trabalho, da precariedade do emprego e da crise do bem-estar ao capitalismo, ao colonialismo e ao patriarcado. Magdalena Leon (2009), da “Rede de Mulheres Transformando a Economia”, argumenta que a crise atual não é propriamente uma crise do capitalismo, mas uma crise que emerge a partir do capitalismo. Enquanto a primeira situação apela a soluções como uma maior regulamentação do mercado ou um “esverdeamento da economia”, a última, em contraste, amplia o leque de soluções para incluir a consideração do bem-estar e do cuidado como parte da reprodução da vida e, portanto, da economia; alarga o conceito de trabalho para incluir o trabalho não remunerado das mulheres que torna possível a reprodução do capitalismo; e ainda, introduz a ideia de diversidade de racionalidades econômicas. Como sustenta Leon (2009: 26),

existem pequenas unidades de produção que não estão interessadas em crescer ou aumentar lucros; que querem produzir em pequenas lojas para fins econômicos e culturais. Existem outros tipos de economias e culturas, culturas que preservaram a biodiversidade e que usam a economia para esse fim, para cuidar do ciclo dos ecossistemas.

## Uma mudança de era na integração regional<sup>5</sup>

Os projetos de integração regional em andamento no século XXI têm como ponto em comum um processo de contestação – um dissenso – contra a ordem policial global, e vêm formando um escudo protetor contra as ameaças imperiais do intervencionismo (Jaramillo, 2012:

---

5 O título vem de Mora Ramirez (2012).

61). Esses projetos diferem do modelo de integração econômica que prevaleceu na década de 1980, como representado no sonho do presidente Bush de implementar uma Área de Livre Comércio das Américas. Diferente disso, a lógica do século XXI é a de reverter o intervencionismo questionando os pressupostos hegemônicos do Ocidente na região. Entretanto, há divergências entre os países da região sobre como isso deve ser alcançado. Para um grupo, a busca da igualdade e a afirmação do direito de ser diferente são orientados para a derrocada do que Quijano (2007) definiu como um domínio cultural e epistemológico do Ocidente sobre a América Latina. Um segundo grupo de governos, em contraste, representa uma posição mais moderada que recusa a hegemonia dos EUA na região, mas não necessariamente rejeita a modernidade ou a ordem internacional como um todo. Sua busca pela autonomia na arena internacional e pelo crescimento econômico somado à solidariedade social os levam à defesa de “reformas da ordem global, a qual concebem como altamente desigual” (Russell e Tokatlian, 2011: 132).

De um modo geral, podemos dizer que os chamados “governos cor-de-rosa” na região não compartilham entre si as mesmas opiniões sobre o intervencionismo ou têm os mesmos interesses em jogo com os EUA e o Ocidente. A despeito disso, fica claro que suas abordagens são complementares de várias maneiras. A principal convergência entre os dois grupos de governos reside no fato da integração regional ser vista como o ponto de partida para reverter o intervencionismo na região, seja porque aumenta a capacidade do subcontinente para enfrentar a hegemonia dos EUA e do Ocidente, seja porque aumenta o poder de barganha e os graus de autonomia da região em relação aos EUA e às instituições econômicas e financeiras internacionais. Esse é o caso desses três projetos de integração a seguir:

1. *Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA)*: criada oficialmente na Cúpula de Havana, em 14 de dezembro de 2004, trata-se de uma iniciativa liderada por Caracas. Este grupo se tornou um ator de primeira ordem na região não somente devido ao seu engajamento ideológico e político, mas também por causa de seu forte ativismo na arena internacional. Nesse âmbito, a ALBA é conhecida por pressionar por uma integração política mais profunda na região, sob a ideia bolivariana de uma “grande pátria” e, ao mesmo tempo, conferir apoio político e diplomático aos seus membros em meio às diversas crises internacionais que confrontam cada um desses países com os EUA ou seus parceiros na região.
2. *União de Nações Sul-Americanas (UNASUL)*: fundada em 8 de dezembro de 2004, trata-se de um projeto de integração liderado pelo Brasil, mas que abrange doze países da subregião. Em poucas palavras, é uma iniciativa que busca o desenvolvimento de um espaço integrado nos âmbitos político, social, cultural, econômico, financeiro, ambiental e de infraestrutura (UNASUL, 2012). Como iniciativa, a UNASUL tem um papel fundamental na política externa brasileira. Por um lado, configura-se como um lugar natural para o gigante sul-americano consolidar sua liderança na região diante de possíveis contrapesos regionais, tais como o México, ou hegemonias hemisféricas tais como os Estados Unidos. O Brasil emerge, então, como interlocutor central para impulsionar a agenda de integração e o diálogo político na América do Sul. Por outro lado, o país utiliza o processo de integração para aprimorar suas aspirações de ser reconhecido como uma potência emergente e um ator global (Dominguez, 2008). Como apontado por Russell e Tokatlian (2011), no primeiro caso, o Brasil precisa

manter os EUA longe; já no segundo caso, é crucial ter os EUA por perto para apoiar essa ascensão no cenário global.

3. Finalmente, nascida em 23 de fevereiro de 2010, a *Comunidade dos Estados Latino Americanos e Caribenhos* (CELAC) é uma organização inovadora que inclui todos os países da região, inclusive Cuba, com exceção apenas dos EUA e Canadá. A organização, que aspira substituir a OEA e deslocar Washington do centro do diálogo hemisférico, engloba o conjunto mais heterogêneo de lideranças do continente. Depois de crises diplomáticas sérias e recorrentes, os trinta e três países-membros estão reunidos sob o princípio da coexistência pacífica, dando ênfase ao princípio da não intervenção nas questões internas de outros países. A médio prazo, a CELAC se apresenta como um duplo golpe contra o intervencionismo: de um lado, abre um novo espaço para integração independente dos EUA e Canadá; de outro lado, priva os parceiros dos EUA na região do apoio diplomático vital vindo de Washington, forçando-os a negociar com dois blocos bem coordenados e politicamente ativos, a ALBA e a UNASUL.

### Um dissenso transnacional vindo de baixo (*from below*)

Um grande impulso ao dissenso contra o intervencionismo na região advém dos movimentos sociais cujas primeiras expressões podem ser encontradas no Fórum Social Mundial e na rebelião zapatista lançada logo após a entrada em vigor do Acordo de Livre Comércio da América do Norte. Nos dias atuais, movimentos transnacionais estão se multiplicando, especialmente com a crescente presença de grupos ativistas indígenas e afrodescendentes que estão revertendo “a colonização do imaginário” (Quijano, 2007). Esses movimentos estão sendo responsáveis pela criação de espaços de dissenso propícios a reverter o intervencionismo, o que inclui:

## *A descolonização do conhecimento*

Esses movimentos vindos de baixo estão questionando os espaços ocupados por intelectuais, agências de ajuda humanitária e Estados poderosos que falam a partir do Ocidente na definição do tipo de vida que os outros (não Ocidentais ou do Sul) devem viver (Escobar, 2010; Li, 2007). Como resultado, propostas anteriormente classificadas como “alternativas não credíveis ao que existe” (Santos, 2004: 238) têm emergido com força. Exemplos nesse sentido são os conceitos de *suma qamaña* (Aymara) e *sumak kawsay* (Kichwa), que podem ser traduzidos como “bem viver”. Tratam-se de conceitos que carregam consigo propostas inspiradoras destinadas a superar a racionalidade instrumental e a centralidade da lógica de acumulação, ao mesmo tempo em que buscam integrar as lógicas de produção e reprodução. Luis Macas (2010), político Kichwa e ex-presidente da Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador, alega que *sumak kawsay* é uma ruptura epistemológica com a visão ocidental de que existe apenas uma ciência, um modo de vida e um sistema econômico possível (Macas, 2010: 56). Além disso, na raiz dessa visão está o conceito de harmonia com a natureza e a concepção do território primariamente como um lugar que possibilita a vida; é dessa visão, por exemplo, que os povos indígenas retiram substância para resistir à invasão e colonização de seus territórios pelos Estados coloniais (Macas, 2010: 49). Tais conceitos foram incorporados na busca por formas alternativas de organização da economia (Acosta 2010a; Hinkelammert; Mora, 2009), reprodução da vida (Quiroga, 2008; Leon, 2010) e da natureza (Gudynas, 2010a). Como resumido pela economista feminista Leon (2010: 24), “o Bem-Viver não é apenas uma utopia para o futuro, mas também uma forma de dar nome à parte da nossa realidade atual; existem pequenos pedaços do Bem-Viver, aqui e agora, em nossa vida cotidiana, que tornam essa proposta possível”.

## *A descolonização do ser*

A emergência da indigeneidade no espaço transnacional interrompe as representações imperiais da natureza tradicionalmente avançadas por cientistas em suas visitas às Américas no século XVIII (Pratt, 1992). A política moderna está sendo interrompida pela aparição daquilo que Marisol de la Cadena (2010: 336) muito apropriadamente chama de “seres terrestres”. A presença desses seres está interferindo na suposta separação entre “natureza” e “humanidade” e entre “política” e “ciência” e, mais importante, vem “inaugura[ndo] formas diferentes de política, plurais, não porque promovidas por corpos marcados pela exigência de direitos que levem em conta gênero, raça, etnia ou sexualidade, mas sim porque trazem os seres da terra para o político e dão visibilidade ao antagonismo que tornou seu mundo proscrito” (Cadena, 2010: 346). Assim, a inocência imperial em relação aos recursos naturais é perdida.

A participação indígena na reforma constitucional no Equador levou ao reconhecimento dos direitos da natureza, uma situação sem precedentes nas constituições modernas. Acosta (2010a), ex-presidente da Assembleia Constitucional, alega que várias possibilidades emergem desse reconhecimento, incluindo a descomodificação da natureza, o fim da privatização da água e a promoção de estratégias que restauram ecossistemas degradados e apoiam a soberania alimentar e biodiversidade. O reconhecimento dos direitos da natureza é igualmente importante para substituir o “extrativismo” que domina a divisão mundial do trabalho, na qual a região se especializa na produção e comercialização de recursos naturais. De maneira contrastante, o pós-extrativismo (Acosta, 2010b: 54), por sua vez, exige uma estratégia progressiva de diminuição da dependência de recursos naturais, colocando em pauta a demanda por uma transição produtiva destinada a diminuir também a importância econômica

de atividades extrativistas, e a lançar mão de novas formas de contabilização econômica que incluam um índice de sustentabilidade, apoiado na participação social.

### *A descolonização da modernidade / civilização*

O dissenso está desafiando a ontologia moderna baseada nas distinções dicotômicas entre humano / natureza, ciência / política, civilizado / selvagem, e substituindo essas dicotomias por ontologias relacionais. Essas outras ontologias são “relacionais” precisamente porque estabelecem relações com seres humanos e entre eles e seres não humanos. Como Gudynas (2011b) explica, “são relacionais na medida em que a comunidade humana é integrada por outros seres vivos e não vivos, e até mesmo espíritos”. Nesse sentido, quando “a natureza se torna sujeito de valor”, há uma mudança na forma de valorização que converte tudo em mercadoria. Além disso, a desnaturalização da distinção natureza / cultura vem para questionar a consciência imperial, obscurecendo as distinções entre civilizados e índios, colonizador e colonizado, desenvolvido e subdesenvolvido (Escobar, 2010: 39). Isso ocorre porque não existe um conceito linear de desenvolvimento ou uma divisão entre produtivo / reprodutivo. Logo, uma ontologia relacional também se aproxima mais de uma economia feminista – especialmente de uma economia do cuidado no âmbito da economia de subsistência –, na qual as mulheres desempenham papéis importantes (Leon, 2010: 25).

As lutas dos povos indígenas produziram também legislações internacionais que são cruciais para a proteção de seu direito de participar em processos de tomada de decisão e de ser parte consultada acerca de políticas que afetam suas vidas, como expresso na Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas e na Convenção da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos

Indígenas e Tribais, nº 169. De igual importância são as cúpulas dos povos indígenas, com participação de grupos indígenas de diversas partes do mundo, tais como a ‘Conferência Internacional dos Povos Indígenas sobre Desenvolvimento Sustentável e Autodeterminação’, realizada no Brasil paralelamente a Rio+20, em 2012. A conferência clamou “ao mundo pelo retorno ao diálogo e harmonia com a Mãe Terra e pela adoção de um novo paradigma de civilização baseado no *Buen Vivir* – Bem-Viver”, bem como para a necessidade de defender “nossas economias e direitos às nossas terras, territórios e recursos contra indústrias extrativistas, investimentos predatórios, apropriação de terras, realocação forçada e projetos de desenvolvimento insustentáveis”.

A presença de megaprojetos no setor de mineração, por exemplo, tem levado a um diálogo e à ação concertada entre associações locais indígenas e não indígenas, ONGs, intelectuais e movimentos estudantis. A Confederação de Comunidades Afetadas por Projetos de Mineração, no Peru, as Assembleias da União dos Cidadãos, na Argentina, e a Assembleia Nacional dos Afetados pelo Meio Ambiente, no México, são exemplos importantes nesse sentido.

Não obstante, os conflitos são abundantes: existem 120 conflitos na região afetando 150 comunidades (Svampa, 2012: 6). A Anistia Internacional (2012) menciona alguns casos: os indígenas Wixárika do México estão demandando ao governo que cancele as concessões para atividades de mineração e exploração em Wirikuta; as comunidades Wiwa, na Colômbia, estão sofrendo constante intimidação, ataques e tendo suas casas destruídas em decorrência da construção da barragem El Cereado; os afrodescendentes de La Toma, em Cauca, foram ameaçados de morte em maio de 2010, quando se fizeram ouvir diante de um projeto de mineração proposto em sua área. Na Bolívia, a falta de consulta popular acerca de um projeto de construção

de uma estrada que cortaria o território indígena e parque nacional Isiboro Sécore provocaram protestos seguidos de ameaças por parte do governo. Nesse mesmo sentido, empresas multinacionais seguem com o não cumprimento do direito de consulta: um exemplo aqui é a Goldcorp Inc., com sede no Canadá, operando na Guatemala.

### Uma conclusão cautelosa?

Embora existam várias propostas nacionais no continente direcionadas contra o intervencionismo neoliberal, nenhuma delas foi capaz de apresentar uma alternativa adequada até o momento. De uma maneira ou de outra, os países ainda seguem o regime de acumulação de capital orientado para a exportação tal como foi estabelecido sob a égide do neoliberalismo (Leiva, 2008). Sabe-se que a pressão continuará, uma vez que a região tem a maior concentração mundial de reservas de mineração e recebe 25% do investimento global em exploração de mineração (Svampa, 2012: 5).

As comunidades indígenas estão enfrentando uma espécie de reação contra seus direitos (Martínez Novo, 2010). Na Bolívia, as áreas de exploração de petróleo e mineração estão aumentando e espera-se que continuem se expandindo em direção a áreas ecologicamente sensíveis, incluindo a Amazônia. Diante de tal ameaça, o governo de Evo Morales possui um programa de investimentos nessas indústrias e, de acordo com alguns analistas, a Bolívia pode vir a testemunhar resistência social semelhante à experienciada no território indígena de Isiboro (Gandarillas Gonzalez, 2012). No Peru, o governo usou repressão contra manifestantes nas províncias de Cusco e Cajamarca (Hoetmer, 2012; Oxfam, 2012).

Uma conclusão realista aqui, talvez, e tal como demarcado por Marisol de la Cadena (2010: 36), é a de que esse intervencionismo está “desacelerando” graças ao avanço de um dissenso transnacional,

nacional e global. Nesse sentido, a esperança é a de que isso nos dê tempo para apreender novos vocabulários, estratégias e alternativas para reverter o mau desenvolvimento produzido pela intervenção imperial.

## Referências

- ACOSTA, A. Hacia la Declaración Universal de los Derechos de la Naturaleza. *América Latina en Movimiento*, 454 [online], 2010a. Quito: ALAI.
- \_\_\_\_\_. Maldiciones que amenazan la Democracia. *Nueva Sociedad*, nº 229, p. 42-61, 2010b.
- AMNESTY INTERNATIONAL. Governments must stop imposing development projects on Indigenous peoples' territories [online], 2012. Disponível em [www.amnesty.org/es/librar>'/asset/AMR01/005/2012/en/d61c82aO-661c-4509-8ftf-d4a6ae763Idc/amrO\\_100520!2en.pdf](http://www.amnesty.org/es/librar>'/asset/AMR01/005/2012/en/d61c82aO-661c-4509-8ftf-d4a6ae763Idc/amrO_100520!2en.pdf). Acesso em 17 dez. 2012.
- ANGHIE, A. Francisco de Vitoria and the colonial origins of international law. *Social & Legal Studies*, v. 5, nº 3, p. 321-36, 1996.
- \_\_\_\_\_. On critique and the Other. In: ORFORD, A. (Ed.). *International Law and its Others*. Cambridge University Press, 2002, p. 389-400.
- ARKONADA, K. e SANTILLANA, A. La Izquierda y el Poder Constituyente. *Rebelión*, 2012.
- BOLIVAR, S. The Jamaica Letter. Kingston. In: PÉREZ VILLA, M. *Simon Bolívar: His Basic Thoughts*. Caracas: Academia Nacional de Historia, 1815.
- CEPAL. *Balance preliminar de las economías de América Latina y el Caribe 2011*. Santiago de Chile: Cepal, 2011.
- DE LA CADENA, M. Indigenous cosmopolitics in the Andes: conceptual reflections beyond “politics”. *Cultural Anthropology*, v. 25, nº 2, p. 334- 70, 2010.
- DOMINGUEZ, C. América Latina y la Recomposición Geopolítica Intra-regional en los Primeros Años del Siglo XXI. In: JARAMILLO, G. (Ed.) *Los Nuevos Enfoques de la Integración: Más allá del Nuevo Regionalismo* [e-book]. Quito: Flacso, 2008.

- DUSSEL, E. Eurocentrism and modernity (Introduction to the Frankfurt Lectures). In: BEVERLY, J. e OVIEDO, J. (Ed.). *The Postmodernism Debate in Latin America*. Durham: Duke University Press, 1993, p. 65-76.
- DUSSEL, E. *The Invention of the Americas: Eclipse of the Other'ami the Myth of Modernity*. New York: Continuum, 1995.
- ELIAS, N. *The Civilizing Process. The History of Manners and State Formation and Civilization*. Oxford and Cambridge: Blackwell, 1994.
- ESCOBAR, A. *Encountering Development*. Princeton: Princeton University Press, 1995.
- ESCOBAR, A. Latin America at a crossroads. Alternative modernizations, post-liberalism, or post-development? *Cultural Studies*, v. 24, n° 1, p. 1-65, 2010.
- FEBVRE, L. Civilization: evolution of a word and a group of ideas. In: BURKE, P. (Ed.). *A New Kind of History from the Writings of Febvre*. London: Routledge & Kegan, 1973, pp. 219-57.
- FISHER, J. R.; KEUTHE, A. J. e MCFARLANE, A. (Ed.). *Reform and Insurrection in Bourbon New Granada and Peru*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1990.
- GANDARILLAS GONZALEZ, M. A. LA Ampliación de las fronteras extractivas en Bolivia. *América Latina en Movimiento*, 473 [online]. Quito: ALAI, 2012.
- GLEIJESES, P. The limits of sympathy: The United States and the independence of Spanish America. *Journal of Latin American Studies*, v. 24, n° 3, p. 481-505, 1992.
- GONG, G. W. *The Standard of 'Civilization' in International Society*. Oxford: Clarendon Press, 1984.
- GUDYNAS, E. *Desarrollo, Derechos de la Naturaleza y Buen Vivir después de Montecristi* [pdf]. 2011a.
- \_\_\_\_\_. Good life: Germinating alternatives to development. In: *América Latina en Movimiento*, 462 [online]. Quito: ALAI, 2011b.
- HINDESS, B. Civilizing peoples through state citizenship and democracy. In: BOWDEN, B. e SEABROOKE, L. (Ed.). *Global Standards of Market Civilization*. London: Routledge, 2006, pp. 34-44.

- HINKELAMMERT, F. e MORA, H. Por una economía orientada hacia la reproducción de la vida. Iconos. *Revista de Ciencias Sociales* [online], v. 33, p. 39-49, 2009. Quito: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, 2009.
- HOETMER, R. Protests could derail Peru's Conga Mine [online]. 2012. Disponível em [www.cipamericas.org/archives/7741](http://www.cipamericas.org/archives/7741). Acesso em 18 jan. 2012.
- HYLTON, F. e THOMSON, S. *Revolutionary Horizons: Past and Present in Bolivian Politics*. London: Verso, 2007.
- JARAMILLO, G. El doble movimiento sudamericano: construcción regional y gobernanza global. In: ALTMANN, J. (Ed.). *América Latina: Caminos de la Integración regional*. Quito: Flacso-Caf, 2012, pp. 59-70.
- LARNER, W. e WALTERS, W. The political rationality of 'new regionalism': toward a genealogy of the region. *Theory and Society*, v. 31, p. 391-432, 2002.
- LEON, M. Repensar el Cambio Estructural Desde El Feminismo. *América Latina en Movimiento*, v. 441 [online]. Quito: ALAI, 2009.
- \_\_\_\_\_. Reactivación Económica para el Bien Vivir: Un Acercamiento. *América Latina en Movimiento*, v. 452 [online]. Quito: ALAI, 2010.
- LEIVA, F. I. Toward a critique of Latin American neostructuralism. *Latin American Politics and Society*, v. 50, nº 4, p. 1- 25, 2008.
- LI, T. M. *The Will to Improve: Governmentality, Development, and the Practice of Politics*. Durham: Duke University Press, 2007.
- LUGONES, M. Toward a decolonial feminism. *Hypatia*, v. 25, nº 4, p. 742-59, 2010.
- MACAS, L. Sumak Kawsay: La vida en plenitud. *América Latina en Movimiento*. Quito: ALAI, 2010, p. 452.
- MALDONADO-TORRES, N. *Against War: Views from the Underside of Modernity*. Durham: Duke University Press, 2008.
- MARTÍNEZ NOVO, C. Post-neoliberal multiculturalism? The backlash against indigenous rights in Ecuador's citizen's revolution. Paper delivered at the *XXIX Congress of the Latin American Studies Association*, Toronto, 2010.

- MORA RAMIREZ, A. Cambio de época e integración Regional (II). In América Latina en Movimiento [Online]. Quito: ALAI, 2012.
- NEOCLEOUS, M. The police of civilization: The War on Terror as civilizing offensive. *International Political Sociology*, v. 5, nº 2, p. 144-59, 2011.
- PRATT, M. L. *Imperial Eyes: Travel Writing and Transculturation*. London and New York: Routledge, 1992.
- OXFAM. Peruvian government urged to halt violence against citizens opposed to mining [online]. 2012. Disponível em <http://upsidedownworld.org/main/news-briefs-archives-68/3749-peruvian-government-urged-to-halt-violence-against-citizens-opposed-to-mining-projects>. Acesso em: 2 set. 2012.
- QUIJANO, A. Coloniality and modernity/ rationality. *Cultural Studies*, v. 21, nº 2, p. 168-78, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Colonialidad del Poder y Descolonialidad del Poder* [pdf]. 2009.
- \_\_\_\_\_. “*Bien Vivir*” para redistribuir el poder. Los pueblos indígenas y su propuesta alternativa en tiempos de dominación global [pdf]. 2010.
- \_\_\_\_\_. *América Latina: hacia un nuevo sentido histórico* [online]. Quito, Ecuador: Fedaeps, 2011.
- QUIROGA, N. Economías feminista, social y solidaria. Respuestas heterodoxas a la crisis de reproducción en América Latina. *Iconos. Revista de Ciências Sociais*, v. 33, p. 77-89, 2008.
- RANCIÈRE, J. Who is the subject of the rights of man? *South Atlantic Quarterly*, v. 103, nº 2/3, p. 297-310, 2004.
- ROJAS, C. *Civilization and Violence. Regimes of Representation in Nineteenth Century Colombia*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2002.
- ROJAS, C. e KINDORNAY, S. The politics of governing development. In: WEBER, H. (Ed.). *Politics of Development Encyclopedia*. London: Routledge, 2012.
- RUSSELL, R. e TOKATLIAN, J. G. Beyond orthodoxy: Asserting Latin America's new strategic options toward the United States. *Latin American Politics and Society*, v. 53, nº 4, p. 127-45, 2011.
- SAFFORD, F. e PALACIOS, M. *Colombia: País Fragmentado. Sociedad Dividida*. Bogotá: Editorial Norma, 2002.

- SANTOS, B. The World Social Forum: toward a counter-hegemonic globalisation. In: SEN, J.; ANAND, A.; ESCOBAR, A. e WATERMAN, P. (Ed.). *The World Social Forum: Challenging Empires*. New Delhi: The Viveka Foundation, 2004, pp. 235-45.
- \_\_\_\_\_. Hablamos del Socialismo del Buen Vivir. In: KAWSAY, S. (Ed.). *América Latina en Movimiento* [e-book]. Quito: ALAI, 2010.
- SIMKOVIC, M. Secret liens and the financial crisis of 2008. *American Bankruptcy Law Journal*, v. 83, 2009.
- SLATER, D. Rethinking the imperial difference: Towards an understanding of US-Latin American encounters. *Third World Quarterly*, v. 31, n° 2, p. 185-206, 2010.
- STERN, S. J. The age of Andean insurrection. 1742-1782: a reappraisal. In: STERN, S. J. (Ed.). *Resistance, Rebellion, and Consciousness in the Andean Peasant World: 18th to 20th Centuries*. Madison: University of Wisconsin Press, 1987, pp. 34-93.
- SVAMPA, M. S. *Consenso de los commodities and megaminería*. *América Latina en Movimiento*, v. 473 [online]. Quito: ALAI, 2012.
- THOMAS, C. *New States, Sovereignty and Intervention*. Aldershot: Gower Publishing Company, 1985.
- THOMSON, S. *We Alone Will Rule: Native Andean Politics in the Age of Insurgency*. Wisconsin: University of Wisconsin Press, 2002.
- THURNER, M. *From Two Republics to One Divided: Contradictions of Postcolonial Nation Making in Andean Peru*. Durham, London: Duke University Press, 1997.
- TORRE, J. C. *El Proceso Político de las Reformas Económicas en América Latina*. Buenos Aires: Paidós, 1998.
- UNASUR. Unión de Naciones Suramericanas. 2012. Disponível em [www.unasursg.org/](http://www.unasursg.org/). Acesso em 2 set. 2010.
- WEBER, H. A political analysis of the formal comparative method: Historicizing: the globalization and development debate. *Globalizations*, v. 4, n° 4, p. 559-72, 2007.
- WHITEHEAD, L. Latin America as a mausoleum of modernities. In: RONIGER, L. e WAISMAN, C. H. (Ed.). *Globality and Multiple Modernities. Comparative North American and Latin American Perspectives*. Brighton, Portland: Sussex Academic Press, 2002, pp. 29-65.



# Necro e Geopolítica: *O Passageiro*, de Antonioni\*

Michael J. Shapiro

## Ótica, humor e drama

Este capítulo começa com uma análise da cartografia imaginativa articulada no filme de Michelangelo Antonioni *O Passageiro – Profissão Repórter* (1975), contextualizado no Chade, e termina com uma análise do contraste entre este primeiro e outro tipo de trabalho de câmera: fotografias de sujeitos negros tiradas por Santu Mofenkeng em outro cenário Africano, a África do Sul. Para situar estas duas práticas artísticas, analiso um espaço geopolítico a partir do ponto de vista da experiência – em particular, na forma em que é explorada e concebida por dois escritores: Joseph Conrad e Sven Lindqvist. O filme de Antonioni, o principal foco do artigo, é um drama cartográfico e pessoal, resultado de uma combinação de codificação intensa de cores e explorações arquitetônicas e paisagísticas. O texto cinematográfico de Antonioni reflete simultaneamente sobre a micropolítica da subjetividade e sobre violência colonial. Para identificar essa abordagem, é preciso reconhecer como (assim como em todos os outros filmes de Antonioni) *O Passageiro* substitui o “drama tradicional por um tipo de drama ótico vivido pelos personagens” (Deleuze, 1989: 9). Contribuindo para uma interpretação de como a narrativa ótica funciona, um dos personagens do filme de Antonioni oferece uma metadecaração sobre a forma como o cinema desafia a experiência que nos é acessível.

---

\* Tradução de Francine Rossone.

Em um determinado momento do filme, o repórter encarregado de entrevistar líderes rebeldes no Chade, David Locke (Jack Nicholson), cuja história de doença e sua viagem derradeira em direção à morte é a principal narrativa, diz à “garota” (Maria Schneider) com que ele está viajando: “Nós traduzimos toda experiência nos mesmos códigos antigos”. O comentário reflete a trajetória da mudança identitária de Locke. Ao buscar “escapar da tirania das coordenadas de sua existência presente... reabrir sua vida para novas experiências” (Walsh, 1975), ele rouba a identidade de um homem falecido, Robertson, que se hospedava no mesmo hotel que ele no Chade, e finge assumir os negócios deste homem como traficante de armas. Quando a garota com quem ele acaba viajando pergunta: “Do que você está fugindo?”, Locke pede a ela que encontre a resposta colocando-a sentada de costas no assento da frente do carro alugado para que ela observe o que eles estão deixando pra trás ao invés de olhar para onde estão indo. Assim como ocorre em muitas das cenas, esta parte do drama pessoal reflete um drama geopolítico anterior; a experiência colonial do Chade assombra a história pessoal de Locke. O filme articula o passado no presente, tanto visualmente quanto com uma narrativa não linear, pontuada por flashbacks que expressam a forma como a África tem sido percebida pelos olhos e entendimentos do Ocidente por meio do jornalismo Europeu. De forma reveladora, Locke alerta o espectador para o modo como seu próprio desaparecimento gradual enquanto Locke é cinematicamente conquistado por referências sobre como as pessoas aparecem e desaparecem neste mundo, mas também por aparições e desaparecimentos conquistados por meio de técnicas cinematográficas. Em determinado momento na narrativa do filme, quando a garota que está com ele nos corredores do famoso Palau Güell de Antoni Gaudi diz: “Pessoas desaparecem todo dia,” Locke responde, “Sim, toda vez que deixam o recinto.”

A observação de Locke está de acordo com a identificação de Noël Burch de “dois tipos diferentes de espaço cinematográfico”. Como Burch expressa, “para entender espaço cinematográfico, pode ser útil considerá-lo como de fato consistindo de *dois tipos diferentes de espaço*: um incluído no quadro e outro fora no quadro”, no qual um segmento fora do quadro se envolve quando “um personagem o alcança ao sair por uma porta, ao virar uma esquina, ao desaparecer para trás de uma pilastra ou atrás de outra pessoa (...)” (Burch, 1981: 18). Este momento dentro e fora do quadro é pronunciado em duas cenas-chaves no filme, o primeiro durante o processo no qual Locke troca sua identidade com a de um homem chamado Robertson, a segunda quando o drama do desaparecimento da identidade de Locke é enfatizado por cenas nas quais ele e a garota passam por uma série de desaparecimentos cinematográficos. Enquanto conversam no Palau Güell, eles são mostrados se movendo para dentro e fora do campo de visão do espectador ao sumirem atrás de pilastras enquanto o diálogo sobre desaparecimento ocorre.

Ao invés de simplesmente preencher toda a narrativa do filme da forma descritiva usual (seguindo a trajetória de ação de Locke ao longo do filme), o propósito deste ensaio é elaborar sobre as temporalidades complexas do filme por meio de textos que oferecem recursos para localizar e conceitualizar seus dois níveis temporais identificados. A primeira camada, a camada mais superficial, consiste na história pessoal de Locke como repórter de televisão que, frustrado pela sua incapacidade de preparar com sucesso um documentário sobre uma guerrilha no país africano Chade, decide trocar sua vida pela de Robertson, que havia morrido em um quarto ao lado do seu no hotel onde ambos estavam hospedados. Durante o roubo de identidade de Locke, depois que ele descobre que Robertson havia morrido, a câmera de Antonioni continuava a se mover de um quarto para outro

no hotel onde estavam. Ele usa as partições arquiteturais, filmando um quarto a partir da fechadura de um outro quarto contíguo, ou através de sua janela, de modo que as partições do prédio efetivamente “dobrem os quadros registrados pela câmera” (Tawa, 2010: 151) nas sequências em que Locke rouba o passaporte e as roupas do cadáver e em seguida dá um jeito de convencer o recepcionista (que parece não conseguir distinguir entre os dois homens brancos) que “Locke” havia morrido e que ele, “Robertson,” está reportando o episódio. O resto do filme leva Locke, fingindo ser Robertson, em direção a sua própria morte em um hotel deserto, baleado por agentes contrarrevolucionários que pensaram que ele era o homem que fornecia armas para os rebeldes, Robertson.

Certamente, a famosa fala de Gladney, personagem do romance de Don DeLillo *White Noise*, “todos os enredos levam à morte” (DeLillo, 1985), se encaixa na trajetória narrativa da história de David Locke, assim como a caracterização de Ira Jaffe de tais “filmes lentos” no quais “o enredo e o diálogo (...) frequentemente gravitam para quietude e morte...” (Jaffe, 2014: 3). No entanto, devido à forma na qual a estrutura temporal da história de Locke se desenvolve, já que ele parece estar planejando sua própria morte, temos que nos voltar a uma concepção mais ampla da trama de morte, o que sugiro como sendo o caso em *Hamlet* de Shakespeare, particularmente a partir da interpretação oferecida por Jacques Lacan da obra. Outros autores, notando a insidiosidade de espelhos, tanto os verdadeiros como os sugeridos, veem o filme como suscetível a essa leitura Lacaniana – por exemplo, para Jack Turner: “O filme funciona como uma alegoria psicológica poderosa que se encaixa na estrutura da matriz primária de Lacan (Imaginária, Simbólica, Real).” Por Locke ter passado a desgostar da imagem de si mesmo que via no espelho, Turner sugere que, “De forma similar aos pacientes que Lacan discute, ‘ele chegou

ao seu limite' [e busca] 'justificar sua própria impotência' (...) [e do mesmo modo] Locke se sente incapaz de completar sua missão no deserto, impotente em se comunicar com os Africanos" etc. (Turner, 1999: 2).

Contudo, quero enfatizar que os momentos psicológicos do filme esvanecem em comparação com o campo de força dentro do qual os personagens têm seus encontros o que evita que o drama do filme seja reduzido a uma estrutura inteiramente psicológica, em parte porque Antonioni impõe uma economia da imagem (a sequência e as disposições de suas cenas possibilitam perspectivas ambíguas sobre a identidade que resistem a uma leitura da progressão narrativa centrada no psicológico) e, em parte, porque o filme fornece uma estrutura histórica elaborada que transcende o destino singular de Locke. De modo discreto, há uma outra temporalidade, uma histórico-geopolítica (que desenvolvo melhor logo abaixo), que é pronunciada através de uma variedade de momentos e objetos sujeitos a longas tomadas.

A começar pela história individual: ao invés de buscar psicanalisar Locke, meu foco em uma leitura Lacaniana de *Hamlet* me ajuda a mapear a temporalidade espacialmente pontuada e codificada por cores da marcha de Locke para a morte que, assim como Hamlet, "quer encher os pulmões com o ar sufocante do destino em uma só profunda inspirada" (Benjamin, 1998: 137). No entanto, mais do que fundamentar e alongar-se na psicologia do desejo de morte de Locke, o filme de Antonioni expõe a maneira como a subjetividade do personagem vai se formando a partir diferentes encontros. A leitura de Lacan do *Hamlet* de Shakespeare se destaca por duas razões principais. A primeira razão é que Antonioni cria a companhia de viagem para Locke mais como objeto do que sujeito – por isso não é de se estranhar que ela não tenha um nome, já que seu papel é servir como um objeto de encontro. A segunda razão está relacionada às

cenas em que Locke decide adotar a identidade de Robertson, nas quais ele se apropria e veste as cores de outro homem.

Em sua fala sobre *Hamlet*, Lacan faz referência a ambas as razões. Ele constrói a Ofélia como um objeto, a começar pelo título, “O objeto Ofélia” (Lacan, 1977: 11), e prossegue com a sugestão de que Ofélia “se torna um dos elementos mais íntimos no drama de Hamlet; o drama de Hamlet como o homem que perdeu o controle sobre seus desejos (...) [um] drama sobre a subjetividade individual” (Lacan, 1977: 12). Um outro encontro central na narrativa, o encontro com Robertson, evoca uma leitura lacaniana especialmente pertinente. Ao descrever “o ato final” no qual Hamlet entra no torneio ao lado do Rei, seu tio e padrasto, Lacan observa, “Ele então veste as cores de outro homem” (Lacan, 1977: 29). Além destes dois insights notáveis e pertinentes, a leitura de Lacan de Hamlet também nos ajuda a reconhecer as pontuações temporais em andamento na formação do sujeito emergente e ambíguo ao passo que a Odisseia geográfica impõe adiamentos ao seu objeto último de desejo, a morte.

No desenvolvimento de sua análise de Hamlet, Lacan constrói a relação de Hamlet com seu objeto de desejo como “uma relação do sujeito com o tempo,” observando que Hamlet se encontra constantemente “suspensão no tempo do Outro ao longo de toda a história até o final” (Lacan, 1977: 17). Refletindo a tendência de Antonioni de privilegiar o que ele chama de pausas – ou nas palavras de Michael Tawa, “suspensões radicais de tempo e movimento” (Tawa, 2010: 151), ao invés do suspense dramático, os adiamentos à lá Hamlet da jornada de Locke para a morte reproduzem a estrutura típica das tramas de Antonioni. Há uma pausa cinemática, que também afeta o personagem/sujeito, que é especialmente reveladora, no momento logo antes de Locke decidir “vestir as cores de outro homem”. Locke está de pé ao lado do telefone (visto através da porta do banheiro

do quarto de Robertson), hesitando antes de fazer a ligação que o colocaria numa estrada que o arrancará de seu passado e o lançará em sua última jornada como Robertson. Assim, em meio ao drama individual, a narrativa é ritmicamente regulada pela temporalidade de Locke, que assim como Hamlet, avança em direção “à hora de sua destruição”, depois de seguir seu “movimento implacável (...) em direção àquela hora” (Lacan, 1977: 25).

Além da narrativa de morte que define a história pessoal de Locke, existem as pontuações de cor que anunciam sua presença em lugares nos quais ele parece demasiadamente visível. Sua presença desconfortável na abertura no filme é expressa por uma dissonância cromática entre sua Land Rover azul clara e um garoto na rua vestindo uma blusa amarela. Ao longo do filme, cores vermelhas intensas marcam as cenas repetidamente – por exemplo, o momento no qual, depois de deixar o prédio de Gaudi, Locke entra em uma agência de aluguel de carros Avis pintada de vermelho vibrante que lembra uma cena anterior na qual uma funcionária da agência estava com broche onde estava escrito, “Nós nos esforçamos mais” [*We Try Harder*]. Em contraste com os vermelhos que acompanham seus vários encontros (por exemplo, ele trocou sua camisa xadrez vermelha e branca pela camisa azul clara de Robertson quando trocou as identidades), temos o deserto: o cenário onde suas frustrações iniciais vêm à tona quando sua Land Rover atola na areia. Nessa vasta paisagem monocromática de tonalidade rosada opaca, a transformação cromática de Locke ganha destaque.

A outra prática cinematográfica relevante que acompanha a história de Locke envolve o espaço. As cenas em que aparecem paisagens introduzem uma disjunção e com isso uma tensão entre espaços e personagens. E dada a frequência dessas cenas sem pessoas, tantos os personagens, frequentemente codificados por cores, quanto os prédios,

cujas cores contrastam com as paisagens monocromáticas, marcam o filme fazendo com que essa tensão seja especialmente visível. A ausência crescente de Locke de si mesmo é destacada dentro de espaços onde não o vemos, ou onde ele é visto a distância. Além do mais, ainda que haja ressonâncias emocionais fortes na narrativa pessoal, especialmente aquelas relacionadas a luta identitária de Locke, que resulta primeiro no roubo da identidade de outra pessoa e, depois, no distanciamento do relacionamento romântico que havia começado com a garota, a narrativa trabalha com ambas intensidades afetivas através de marcações cromáticas e da conexão com cenários espaciais ao invés de articuladas por meio de “imagens de afeto” – momentos nos quais o sujeito se percebe “registrado em primeiro plano” (Deleuze, 1987: 65). Como Leo Bersani e Ulysse Dutoit apontam em sua leitura de *O Desprezo* [*Comtempt*] (1963), de Jean Luc Godard, o filme está menos focado nas “origens psíquicas de desprezo,” do que “naquilo que o desprezo faz com o espaço cinemático” (Bersani e Dutoit, 2004: 21). De modo similar, ao invés de recorrer a um grande número de imagens dos rostos em primeiro plano para chamar atenção para as emoções dos personagens, Antonioni organiza o espaço para mostrar como os personagens estão sendo afetados. Um exemplo disso é encontrado nas cenas em que a câmera segue os movimentos hesitantes de Locke enquanto ele decide se tornar Robertson, com tomadas de outros quartos e criando distâncias espaciais extensas; ou ainda, nas cenas em que se dá protagonismo às barreiras arquiteturais entre Locke e a garota para mostrar como estavam se tornando cada vez mais distantes um do outro.

Até aqui, discorri sobre o desenrolar do drama pessoal, mas a temporalidade transcendente a que me referi anteriormente está relacionada com o cenário africano do filme. Trata-se de um espaço com uma história de violência colonial no qual a tecnologia armamentista

teve um papel crucial, onde as armas permitiram massacres e onde os discursos (eurocêntricos) legitimadores reivindicaram a violência para causas nobres. Para desenvolver sobre essas questões, minha interpretação das imagens mais relevantes se apoia no relato de Sven Lindqvist de uma jornada (a sua própria), na qual ele segue os passos de Joseph Conrad, uma jornada que como a de Locke começa com a descrição de uma cena de viagem por um deserto monótono na qual “[H]ora após hora o deserto branco derrama o passado: pedra e areia, pedra e cascalho, cascalho e areia resplandecentes como a neve” (Lindqvist, 1996: 3).

Para apreciar os resultados interpretativos da jornada de Conrad pela África que Lindqvist acompanha, precisamos explorar a perspectiva geográfica que Conrad herdou de sua experiência da colonização da África, o momento histórico que fornece o pano de fundo para seu famoso romance *O Coração das Trevas* [*The Heart of Darkness*] (1899). Conrad entendia bem a violência representacional inerente a alguns imaginários geográficos. Sob a rubrica geral de “geografia imperial,” propôs uma cronologia das perspectivas geográficas que acompanharam e legitimaram os vários estágios no processo da colonização europeia. Seus estágios vão da “geografia mítica,” baseada nos mitos do novo mundo, através da “geografia militante,” coincidindo com a era das invasões”, para uma “geografia triunfante”, expressa nas representações cartográficas subsequentes aos assentamentos europeus (Driver, 1994: 103-111). Como a discussão de Conrad torna claro, mapas refletem imaginários praticados, irremediavelmente entrelaçados com projetos morais e políticos. O circuito poder-conhecimento que a “geografia triunfante” de Conrad reflete estava associado com o estabelecimento do modelo dominante euro-americano de mundo geopolítico de Estados.

A estada de Conrad na África serve como um pretexto para a construção do relato da viagem em que *Lindqvist*, que segue a rota

de Conrad, *conta a história do extermínio de parte considerável da população nativa da África pelas mãos dos Europeus no século dezanove* (Lindqvist, 1992). Desenhando a si mesmo como um sujeito estético, Lindqvist articula uma “justiça literária” (Felman, 2002) ao visitar os locais de extermínio para refletir sobre a violência do encontro entre europeus e africanos no século dezanove, enquanto ao mesmo tempo inclui testemunhos de arquivos que relatam as racionalidades usadas para justificar os massacres. O trabalho de Lindqvist é um gênero entre muitos nos quais o passado tem sido arrastado para o presente com o objetivo de buscar justiça para as vítimas cujas experiências não haviam sido relatadas em arquivos oficiais e/ou processos judiciais. Com isso, ele se descreve como um personagem conceitual da justiça que se situa no drama histórico. Ele entra no drama histórico revivendo uma era de atrocidade e fundindo sua própria imaginação criativa com fragmentos de registro histórico. Ao moldar sua jornada como uma narrativa de um homem viajando de ônibus pelo deserto do Saara ao mesmo tempo em que pesquisa em seu computador a história do conceito de extermínio, seu texto é um ato de imaginação que ressoa bem com o filme de Antonioni.

Portanto, observamos que tanto Locke quando Lindqvist são homens “que transitam pelo deserto”, mas um deles, Locke, está em “uma missão emprestada” (Arrowsmith, 1995: 153) enquanto o outro, Lindqvist, está em sua própria. Enquanto a história de Locke o situa na violência do presente pós-colonial – sua tarefa incompleta consistia em documentar um movimento de guerrilha anti-governo no Chade, um Estado com grandes áreas desertas –, a história de Lindqvist tem um alcance histórico maior. Sua ambição é recuperar a violência do extermínio europeu durante a colonização da África. De modo similar a Joseph Conrad, cuja viagem acabou inspirando *O Coração das Trevas*, Lindqvist, imaginando-se como um personagem

fictício [como todos que escrevem “Eu”, mesmo quando alcança o “conhecimento,” “passo a passo, prova a prova” (Lindqvist, 1992: 104)], recupera a África como cenário da crueldade europeia, explicando detalhes como os dos efeitos da tecnologia armamentista europeia em massacres em larga escala. Aponta, por exemplo, para o efeito da invenção do rifle de carregamento pela culatra: “A arte de matar de uma distância se tornou uma especialidade europeia muito cedo” – assim, “Na batalha de Omdurman, todo o exército Sudanês foi aniquilado...” (Lindqvist, 1992: 46) sem que houvesse uma única fatalidade britânica.

Assim como Lindqvist, Locke se envolve primeiro com a cobertura midiática da violência no continente africano (a partir de sua vocação como jornalista) e subsequentemente com a chegada de armas na África por ter roubado a identidade do traficante de armas cujo carregamento tem o propósito de alimentar uma rebelião local ao invés de qualquer iniciativa colonial ou imperial. No entanto, ao construir o personagem de Robertson como traficante de armas, fica claro que Antonioni está inserindo seu drama em um cenário violento que transcende a história de Locke, garantindo a ela profundidade histórica. A história do Chade, um palco ativo do comércio de escravos, é uma história de atrocidades e dominação colonial. No entanto, ao invés de referências históricas explícitas, Antonioni fornece sugestões sutis através de imagens – marcações a partir de objetos que, segundo a explicação de Alain Robbe-Grillet, é uma forma de traduzir afirmações literárias em imagens (Mercken-Spaas, 1977: 653). Por exemplo, bem cedo na narrativa do filme aparecem imagens que servem de testemunhas da história de dominação colonial. Os africanos com os quais Locke entra em contato no início de sua jornada evitam reciprocidade. Em resposta ao seu pedido de direção para chegar a determinado lugar, os locais não dizem nada

ou dão direções enigmáticas que acabam não ajudando. Em dois momentos no filme, são os cigarros os objetos que ganham o valor de sinais que marcam a cena. Os homens, em silêncio, pedem cigarros a Locke fazendo gestos com os dedos, que estão levantados na posição em que se segura um cigarro, mas não expressam nenhum gesto de gratidão depois que os recebem. A mensagem implícita parece ser que sob a luz do violento passado de dominação extrativo-colonial pelo qual a Europa nunca os compensou, a eles se deve muito, e nada que os homens brancos lhes deem poderia aliviar o débito histórico acumulado por mais de séculos.

Além dessas sugestões sutis, o filme utiliza uma imagem-objeto que evoca uma violência mais contemporânea: a interferência ocidental nos processos de autodeterminação na África. Quando Locke está no quarto de hotel de Robertson, imerso no processo no qual ele assume sua identidade, uma tomada em primeiro plano mostra um livro sobre a mesa de cabeceira de Robertson cujo título se lê em parte, “*De Lumumba aux colonels*” [De Lumumba aos Coronéis], referente a Patrice Lumumba, o líder da independência anti-colonial no Congo, assassinado com a ajuda de agentes ocidentais em 1961. É significativo que posicionado em cima deste livro, parcialmente cobrindo seu título, há uma foto da esposa de Locke, Rachel, sugerindo que o drama pessoal de Locke é mais importante para ele do que o legado colonial de violência permanente que assola o continente africano e que ele está cobrindo em sua reportagem. Como prova de sua insensibilidade diante da atrocidade, o filme traz um flashback do momento em que Locke registra a execução de um líder rebelde pelo governo como sendo meramente “um noticiário voyeurístico (...) mostrando responsabilidade alguma, de qualquer tipo, analítica ou moral. Em outro momento, em uma entrevista com um curandeiro, a voz e a postura de Locke também insinuam a condescendência subjacente da atitude colonialista” (Chatman, 1985: 192).

Contudo a principal pontuação histórica/colonial ao longo do filme é a cor. Com respeito à temporalidade colonial, as cores significativas são o preto e o branco. Torna-se evidente que a branquitude é agora tão irrelevante no cenário africano majoritariamente negro do filme, que africanos não estão mais prestando atenção às faces brancas. Locke é capaz de se tornar Robertson no hotel com a mera mudança das cores de suas roupas. Em outros momentos – nos encontros principais da história pessoal de Locke – são os flashes de vermelho que se tornam as marcações chaves. Por exemplo, enquanto Locke está encaixando sua foto no passaporte de Robertson, o bocal vermelho de uma garrafa de cola separa os dois passaportes na cena. E no final do filme quando Locke está no hotel Gloria onde é morto, ele é mostrado usando uma blusa de cor vermelha intensa. Nestes dois momentos, “cores vermelhas vibrantes repetidamente marcam as cenas.” As pontuações cromáticas nos filmes de Antonioni, assim como aquelas nas telas de Vermeer, podem ser entendidos como “flashes perturbadores” com “implicações para o pensamento político”. Georges Didi Huberman nos ajuda a apreciar tais flashes quando ele se refere aos remendos de cor nas pinturas de Vermeer como “intensidades parciais nas quais os relacionamentos usuais entre os elementos locais e globais são derrubados” (Didi-Huberman, 1989: 156).

O tema das “intensidades” no contexto cartográfico foi tratado em trabalho anterior, no qual eu falava de “intensidades afetivas” do mapa global em referência àqueles exilados de suas terras de origem (Shapiro, 2009: 119). O contexto para aquela análise era o cenário europeu do romance de Milan Kundera *A Ignorância* [*Ignorance*] (2002), cujos protagonistas são exilados tchecos residentes em Paris e em Copenhague e cujas estruturas de sentimento revelam uma cartografia que, como afirmei, é tão vertical quanto horizontal. Isto é, os espaços que habitam se distinguem tanto por sua intensidade afetiva

quanto por sua extensão. Aqui eu me volto ao cenário africano, em particular à África do Sul, para tratar da forma como as intensidades afetivas das populações negras são visualmente expressas por meio das fotografias de Santu Mofokeng. O trabalho de Mofokeng ilustra bem a relevância de oferecer um lócus de enunciação africano a partir do qual é possível contestar a forma como “narrativas sobre a África [tem sido] o meio que possibilita o Ocidente consentir com sua consciência e construir um relato público de sua própria subjetividade” (Mbembe, 2001: 3). Enquanto *O passageiro* de Antonioni, apesar de se mostrar sensível para com a forma como o jornalismo comodifica as questões africanas contemporâneas, ainda representa a África a partir de uma ótica europeia, as imagens de Mofokeng expressam visivelmente a intenção de tratar das emotividades africanas por si mesmas.

### “Vitória nas Sombras”

Uma mudança de perspectiva da riqueza e clareza cromática de Antonioni para as sombras e borrões de Mofokeng oferece um contraste dramático, tanto no tom quanto no tratamento da imagem. Sobre as imagens de Mofokeng, Teju Cole afirma que:

De uma massa escura de formas inacabadas, uma única mão emerge e repousa entre as duas janelas. Há um braço que a coloca ali e uma luva escura cobre este braço. Olhando de perto, outras mãos e braços se tornam aparentes, alguns deles tentando alcançar uma prateleira acima das janelas. É perceptível a presença de corpos humanos, mas são só insinuados. Essa é uma cena de profunda escuridão e borrões... O fotógrafo é Santu Mofokeng, e a captura da imagem criam um mundo: “*The Drumming*, Linha Johannesburg-Soweto, Fotografia do Trem Igreja, 1986” (Cole, 2017).

O trabalho fotográfico de Mofokeng também se distingue pela composição espacial não usual. Por exemplo, em uma imagem de um

funeral registrada de uma grande distância, o espaço entre o fotógrafo e seu sujeito criam a sensação de “espaço aparentemente estéril”. Como Cole sugere, os detalhes da procissão funeral – “um carro funerário e um grupo de pessoas andando” junto com “um ônibus que está próximo, atrás do qual há duas mulheres que podem estar andando mais devagar ou tentando alcançar o grupo principal...” – parece ter menos significância do que o que está em volta deles: “(...) a vastidão da paisagem [para que] a foto pareça menos uma imagem de um funeral do que uma imagem desse espaço” (Cole, 2017). Ele então identifica a “habilidade de Mofokeng de evocar um espaço” no qual “o evento principal é quase muito pequeno para ser visto”. O que é expresso pelas “mãos” de Mofokeng – que cria imagens com contornos difusos ao “tirar a foto a uma velocidade baixa, sem flash ou tripe” e compõe uma “vastidão” que torna os detalhes difíceis de apreender – é uma “intimidade com este...mundo... um mundo que não é insubstancial, mas que é elusivo para os não iniciados ou para os estranhos a ele” (Cole, 2017).

Como Cole observa, a prática fotográfica de Mofokeng tem ressonâncias políticas. No contexto do Apartheid no qual a arte está inserida: “(...) a luz áspera que interroga uma realidade política injusta”, o “efeito... de sonho” das composições fotográficas de Mofokeng... oferece... conhecimento de um tipo mais secreto (Cole, 2017). Contrastando sombras e contornos difusos com essa “luz áspera interrogativa”, Mofokeng conquista seu efeito político, e torna as coisas difíceis de compreender – suas “mãos” continuam a ter seu papel intervencionista no quarto escuro, moldando atmosferas e afetos depois que as imagens são registradas. Sigo discutindo a proposta de Mofokeng – sua intervenção fotográfica afinada politicamente com a “historiografia da África do Sul” (Thompson, 2015) – mais um pouco porque ela fornece um marco para o restante da análise.

O método fotográfico de Mofokeng está fortemente conectado com seu ímpeto político. Como Patricia Hayes aponta, enquanto seus colegas da Afrapix [um coletivo de fotografia documental anti-Apartheid] estavam correndo da polícia e trabalhando para documentar protestos e produzir imagens realistas nítidas de uma clareza indiscutível para consumo local e internacional, Santu Mofokeng estava, de acordo com o próprio, “perseguindo os efeitos das sombras [experimentando com elas] de um ponto de vista fragmentado, crescente especialmente na África a fim de oferecer algumas possibilidades para a reflexão sobre fotografia” (Hayes, 2009: 34-35). O efeito político de tal mudança metodológica, “abre incertezas e acentua diferentes coisas (Ibid), e é capturado em parte pela sugestão de Kaja Silverman de que “trabalho estético”, que tem o efeito de nos deslocar do ponto geométrico (isto é, do centro) nos permite “ver de formas não ditadas anteriormente pela ficção dominante” (Silverman, 1986: 184). E, em relação a preocupação política que inspira o método de Mofokeng, nos alerta às “memórias de outras pessoas” (Silverman, 1986: 186).

Para lançar tal alerta, Mofokeng precisou resistir aos “dados figurativos” e “clichés psíquicos” da economia global da imagem (Deleuze, 2005: 71-72). Depois de explorar e rejeitar o que ele chamou de uma “política da representação” (Weinand, 2014: 309), que retratava a população negra da África do Sul só em termos de sua vitimização, ele lutou por uma “representação alternativa da vida negra” mostrando cenas cotidianas da vida “normal”, a partir de uma “contra-narrativa das imagens dominantes dos assentamentos urbanos habitados por negros que os mostra como lugares de luta violenta” (Weinand, 2014: 309). E decisivamente, ao invés de bajular uma audiência global de espectadores da violência associada à luta do Apartheid na África do Sul, os espectadores ideias de Mofokeng são os residentes desses assentamentos urbanos (*townships*); ele constrói cenas projetadas para serem entendidas pela população negra sul africana, ao passo

que essa constitui uma comunidade afetiva. Astutamente, alguns autores (entre outros, Cole) têm observado que a forma escolhida por Mofokeng constitui a sensibilidade política que suas imagens expressam. Ao construir cenas que são borradas e ocasionalmente cobertas em fumaça ou névoa, Mofokeng deliberadamente buscou “ocultar ao invés de expor” a vida negra sul africana porque para ele a violência do Apartheid existiu não no que imediatamente se apresenta aos olhos. Ao contrário, como ele afirma, “A violência está no saber” daqueles que foram oprimidos; estes são os espectadores a quem ele se dirige (Hayes, 2009: 42).

Para concluir, quero enfatizar o aspecto político do deslocamento para um lócus de enunciação africana, articulado em imagens – as fotografias de cunho fortemente político de Santu Mofokeng, cujos detalhes são interpretados no comentário de Teju Cole citado anteriormente. Destaca-se a palavra intimidade: “O vazio e as manchas das fotos de Mofokeng vêm em última instância dessa intimidade com este mundo ‘tênuê’”, onde “tênuê” é a palavra usada por Mofokeng para falar da espiritualidade imanente no mundo dos negros sul africanos, manifesta em serviços religiosos. Em um nível mais teórico, a “intimidade” a que Cole se refere – e que elabora observando que é um mundo “que é elusivo para os não iniciados ou estranhos a ele” – pode ser capturada com o conceito de assemblagem, que Deleuze e Guattari usam para conceber a maneira como corpos formam conexões coletivas por meio de sua capacidade de afetar uns aos outros (Deleuze e Guattari, 1987). Mofokeng faz referência a essa capacidade e seus efeitos no auto-reconhecimento dos sul-africanos negros quando destaca que seus espectadores potenciais são os sul africanos negros capazes de reconhecer a violência do Apartheid nas fotografias. Repetindo uma citação anterior, cabe aqui lembrar o que ele diz: “a violência está no saber”.

## Referências

- ARROWSMITH, W. *Antonioni: The Poet of Images*. New York: Oxford University Press, 1995.
- BENJAMIN, W. *The Origin of German Tragic Drama*. Trad. John Osborne. New York: Verso, 1998.
- BERSANI, L; DUTOIT, L. *Forms of Being: Cinema, Aesthetics, Subjectivity*. London: bfi, 2004.
- BURCH, N. *Theory of Film Practice*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1981.
- CHATMAN, S. *Antonioni, or, The Surface of the World*. Berkeley: University of California Press, 1985.
- COLE, T. Victory in the Shadows. *The New York Times Magazine*, 10 ago. 2017.
- DELEUZE, G. *Cinema 1: The Movement Image*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Cinema 2: The Time Image*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1989.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *A Thousand Plateaus*. Trad. Brian Massumi. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1987.
- DELILLO, D. *White Noise*. New York: Penguin, 1985.
- DIDI-HUBERMAN, G. The Art of Not Describing: Vermeer – the Detail and the Patch. *History of the Human Sciences*, v. 2, nº 2, jun. 1989.
- DRIVER, F. Geography triumphant? Joseph Conrad and the Imperial Adventure: A Review Essay. *The Conradian*, v. 18, nº 2, Autumn, 1994.
- FELMAN, S. *The Juridical Unconscious*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2002.
- HAYES, P. Santu Mofokeng, photographs: “the violence is in the knowing”. *History and Theory*, v. 48, nº 4, dez. 2009.
- LACAN, J. Desire and the Interpretation of Desire in *Hamlet*. *Yale French Studies*, nº 55/56, 1977.
- LINDQVIST, S. *Exterminate All The Brutes*. Trad. Joan Tate. New York: The New Press, 1992.

- MERCKEN-SPAAS. An Interview with Alain Robbe-Grillet and Lillian Dumont. *The French Review*, v. 50, n° 4, mar. 1977.
- SHAPIRO, M. *Cinematic Geopolitics*. New York: Routledge, 2009.
- SILVERMAN, K. *The Threshold of the Visible World*. New York: Routledge, 1986.
- TAWA, M. *Agencies of the Frame: Tectonic Strategies in Cinema and Architecture*. Newcastle, UK: Cambridge Scholars, 2010.
- THOMPSON, D. *Ruminations? Or, Ruinations? In the work of Santu Mofokeng*. 2015.
- TURNER, J. Antonioni's *The Passenger* as Lacanian Text. *Other Voices*, v. 1, n° 3, jan. 1999.
- WEINAND, A. Santu Mofokeng: Alternative Ways of Seeing (1996-2013). *Safundi: The Journal of South African and American Studies*, v. 15, n° 2-3, dez. 2014.
- WALSH, M. Antonioni's Narrative Design. *Jump Cut*, n. 8, 1975.



# O internacional moderno: uma política de escalas e subjetividades divididas\*

R. B. J. Walker

## Internacional, global

Falar sobre a teorização da ordem global apresenta uma oportunidade para examinarmos algumas dimensões daquilo que está em jogo quando fazemos escolhas acadêmicas em meio a um amplo campo de antagonismos acadêmicos e políticos, especialmente quando questões de autoridade são trazidas à tona – e eu considero autoridade como um dos denominadores comuns mais importantes, se não o mais importante, expressos em cada um dos três termos – teorizar, ordem e global.

Assim, antes de tudo, gostaria de começar dizendo algo bem geral sobre cada um deles antes de abordá-los mais detalhadamente. Espero, com isso, conseguir explicar o que imagino estar em jogo quando exponho argumentos sobre a teorização da ordem global, a saber: a possibilidade de se pensar diferente as formas de subjetividade histórica e culturalmente específicas que se encontram divididas entre, de um lado, a questão da cidadania e, de outro, a questão da humanidade no âmbito de um ordenamento escalar de universalidades, particularidades e autoridades que nos possibilita falar da política enquanto promessa de liberdade, igualdade e segurança. Obviamente,

---

\* Tradução de Jessica de Oliveira.

tal constatação requer maior elaboração, o que pretendo fazer ao destacar um número de proposições que considero centrais aqui:

(i) Para teorizar sobre a ordem global é desejável, ou mesmo necessário, começar pensando sobre aquilo que a ordem global não é. O caso para comparação mais óbvio aqui é o que geralmente chamamos de sistema internacional, mas que tendo a chamar de internacional moderno, entendido como o duplo, o progenitor e a prole do Estado moderno. Eu insistiria, contudo, que ambos os termos, Estado e internacional, também trazem à tona algumas das dificuldades do emprego do termo “moderno” em todo e qualquer contexto.

(ii) Da mesma forma, para compreendermos o internacional moderno, também não deixa de ser útil pensar sobre aquilo que ele não é, ou ao menos sobre aquilo que não deveria ser, o que nos traz de volta ao instigante conceito de modernidade e, principalmente, sua relação com as formas de ordem política que supostamente o precederam.

(iii) As teorias de relações internacionais anglo-americanas convencionais oferecem recursos insuficientes para uma compreensão do internacional moderno, principalmente devido ao fato de se apoiarem em uma série de distinções duras que acabam separando concepções sobre o sistema internacional de outras formas mais amplas de ordenamento do internacional moderno das quais o sistema internacional tradicional é meramente uma parte.

(iv) O que principalmente está em jogo no pensamento sobre o internacional moderno – discussão essa já muito familiar em muitas tradições intelectuais para além da teoria das relações internacionais – é o status das formas modernas de subjetividade humana e do entendimento específico que traz do homem, especialmente do sujeito que está fundamentalmente dividido entre reivindicações por cidadania política e outras reivindicações mais

amplas vinculadas à uma noção de humanidade. Por meio das concepções equivocadas avançadas pelo realismo ou pelo idealismo político, a teoria convencional das Relações Internacionais afirma tanto os aspectos positivos como os negativos de um modo específico de conciliar esse antagonismo. Em conjunto com outras premissas relacionadas sobre a anarquia internacional, tais concepções se engajam somente com algumas poucas consequências dessa divisão e, quando muito, o fazem de maneira reducionista e radicalmente dualística. É assim, portanto, que um problema muito mais complexo vive reaparecendo com considerável força nos debates contemporâneos sobre o status de algo mais global.

(v) Paradoxalmente, o internacional moderno também afirma uma estrutura hierárquica dentro da qual tal reconciliação se afirmou: uma ordem escalar que vai de cima para baixo, do grande para o pequeno – ainda que, de maneira crucial, essa seja uma articulação de ordem escalar que em parte se assemelha e em parte nega o tipo de ordem à qual o internacional moderno convencionalmente se opõe: o império.

(vi) Mesmo quando sugere estar se movendo em direção a algo novo, o pensamento sobre a ordem global acaba frequentemente afirmando os princípios básicos de uma ordem internacional. Isso ocorre devido à falha generalizada em apreciar aquilo que está em questão nas reivindicações (absolutamente convincentes) de que a ordem internacional está fadada a trazer cada vez mais desordem quando sob condições inegavelmente globais. O fato é que a distinção entre o internacional e o global suscita confusões analíticas e retóricas consideráveis.

Antes de prosseguir com esses e outros temas relacionados, permitam-me, contudo, antecipar alguns dos possíveis mal-entendidos que podem vir a surgir. Para tanto, gostaria de chamar atenção para os quatro pontos a seguir:

(i) Embora muito do que eu direi remeta a algo que normalmente nos referimos como internacional, compreendo bem a força daqueles argumentos que defendem a necessidade de pensarmos em termos de algo a que possamos nos referir como global. De fato, reconheço que a força desses argumentos tem sido óbvia para mim desde quando recorro ter começado a pensar sobre política; ou seja, há mais de meio século. A dificuldade aqui claramente reside não numa falta de evidências sobre aquilo que se pode conceber em alguma medida como global, o que, como sabemos, é vasto e heterogêneo, mas no caráter (in)adequado e profundamente determinante dos conceitos disponíveis para a interpretação e avaliação da importância dessas evidências. Soma-se a isso a força de tradições teóricas já enraizadas, que seguem abertamente confortáveis com conceitos que primeiramente afirmam a necessidade de uma ordem internacional para só então cogitar a alternativa talvez impossível, porém necessária, de uma ordem global. Apenas para recorrer a um breve exemplo, o pequeno livro de Manfred Steger, *Globalization: a Very Short Introduction* (Steger, 2003), não é nem o primeiro e nem será o último a evocar a velha parábola dos homens cegos tentando identificar um elefante tateando diferentes partes do mesmo animal. A meu ver, quanto mais persuasivos os argumentos empíricos sobre tendências específicas se tornam, menos persuasiva fica a interpretação geral da importância dessas tendências, e mais incoerente fica a nossa compreensão das implicações políticas dessas interpretações. Tomemos cuidado – eu diria – com qualquer conceitualização prematura que nos faça cair na tentação de seguir muitos atalhos na tentativa de conferir sentido às diversas dinâmicas confusas e tendências preocupantes à nossa volta.

(ii) Ainda que grande parte da literatura esteja bem confortável em oferecer diversas caracterizações daquilo a que nos referimos

como as dinâmicas mais importantes moldando a ordem global, dificilmente ficam muito claras para mim quais as perguntas, ou que tipo de perguntas, estão sendo colocadas quando esses termos são evocados. Os tipos de exercício de teorização que me interessam, portanto, são aqueles que procuram identificar uma pergunta de fato provocativa, ou seja, que não leva à uma resposta previsível. Nesse e em muitos outros contextos, respostas fáceis são comuns e numerosas, e não é preciso ir muito longe para identificar as consequências drásticas disso na vida política contemporânea. É por isso que as teorizações que me interessam tendem a ir de encontro aos princípios articulados nos textos que ganharam status canônico nas teorias política, social, cultural e econômica modernas; ou seja, textos que trazem alguma percepção inovadora sobre as questões que têm levado às visões hoje convencionais em torno das possibilidades conceituais e práticas que tanto permitem como limitam o pensamento sobre a ação política. Nesse sentido, tendo a questionar o quanto as perguntas que vêm estimulando as teorizações convencionais até então continuam ou não sendo suficientemente provocativas diante das condições atuais. Muito me impressiona como tais textos inovadores tendem a receber um tratamento surpreendentemente superficial quando aparecem entre os esforços de teorização sobre a ordem internacional e global: tendência essa que já é em si interessante devido ao fato de acabar reificando em diversos sentidos um repertório muito específico e limitado de respostas aceitáveis para perguntas que vêm sendo banalizadas sob o rótulo de reivindicações sobre história, e mesmo esvaziadas enquanto tentativas de articulação frente a condições muito específicas que talvez somente agora sejam relevantes.

(iii) Para articular esses dois pontos de forma mais concisa agora, eu diria que é preciso se engajar muito seriamente com o *problema*

da ordem internacional para então termos ideia do que está em jogo, ao menos politicamente, nas especulações sobre uma ordem global; ou seja, faz-se necessário um engajamento com a matriz de questionamentos historicamente e culturalmente específicos para os quais a ordem internacional aparece como um pacote de respostas aceitáveis ou mesmo necessárias, ao menos em retrospecto. No entanto, é preciso ter cautela diante de análises sobre a ordem internacional derivadas das formas dominantes de teorização das relações internacionais, incluindo aquelas que se pretendem críticas ou direcionadas a falar de uma ordem global. Do meu ponto de vista, as teorias que predominam no campo das Relações Internacionais são, de fato, sintomas de um problema muito mais sério, no entanto, pouco têm a oferecer para uma compreensão desse problema – e é justamente por isso que tendo a admirar quando alguns estudiosos, a despeito disso, conseguem dizer coisas interessantes com base em recursos tão escassos e comprometidos. Nesse ponto, também devo reconhecer que se considerarmos a forma com que as tradições teóricas mais contemporâneas têm avançado, as teorias de relações internacionais certamente não estão sozinhas nesse aspecto. Grande parte das ciências sociais e humanas pode ser lida através das categorias e classificações produzidas pelo internacional moderno. Nesse sentido, o internacionalismo metodológico talvez seja ainda mais disseminado e determinante que o nacionalismo metodológico.

(iv) Muito do que eu disse até aqui talvez soe inquietantemente ahistórico, ou ainda pior, uma reafirmação de diversas formas caricaturadas de história. Isto é intencional. Um dos temas centrais que precisam ser explorados quando refletimos sobre o que significa teorizar sobre a ordem global e, talvez, sobre qualquer tipo de ordem (um termo que tende muito mais a suscitar

recursos estruturais e espaciais do que históricos ou temporais) é precisamente o tipo de história – ou histórias –, que pretendemos mobilizar em relação a qualquer um desses três termos. No entanto, buscarei me contentar aqui em trabalhar somente com argumentos sobre o que *deve* ter acontecido historicamente, tendo em vista os termos a partir dos quais tendemos a pensar tanto a ordem internacional como a ordem global hoje. Ao invés de um relato histórico convincente qualquer sobre o que pode ter acontecido de fato, nosso entendimento sobre ordem internacional – e, conseqüentemente, sobre ordem global – é produto tanto de afirmações sobre o que devem ter sido estes acontecimentos como de uma filosofia específica da história, ou uma história do presente. É fruto, portanto, especialmente de afirmações sobre uma ruptura histórica, uma grande divisão entre uma era que antecede e uma era que sucede a criação da ordem internacional.

## Ordem, global, teorização

Em primeiro lugar, e já indo direto ao ponto no que diz respeito ao significado de afirmações sobre onde e como se deve começar: a questão da ordem. Ainda que seja possível ampliar o significado do termo em muitas direções, a questão se apresenta principalmente de duas formas. Uma delas é ontológica, já que nos convida a empregar os termos internacional e global – os quais remetem a afirmações de universalidade, humanidade, e ao mundo enquanto tal. Podemos dizer que são termos amplos, talvez tão amplos quanto podem ser quando descrevem a vida política na contemporaneidade.

É evidente que qualquer tentativa de identificar os fenômenos aos quais tais termos se referem acaba gerando uma gama de possíveis respostas. Da mesma forma, é bastante óbvio que a suposição comum de que os termos global e internacional se referem a mais ou menos o

mesmo fenômeno obscurece algumas das desavenças mais profundas entre aqueles que abraçaram a tarefa de entender a política e as possibilidades de engajamento político na contemporaneidade. Devemos, portanto, nos questionar: o quão universal e o quão amplo é aquilo que chamamos de internacional? Aquilo que chamamos de global se refere a algo maior, mais universal e mais alto numa escala qualquer de magnitude e inclusão? E em qualquer um desses dois casos, o que queremos dizer quando nos referimos à humanidade, ao mundo, ou à relação entre ambos? Essas são questões que ganharam algumas das formulações sistemáticas e influentes de Immanuel Kant na Europa do século XVIII, mas que também podem ser encontradas muito antes no tempo ou mesmo em outros lugares. Decididamente, engajar-se com a questão da ordem não é para os fracos de coração. Os tolos correm para lugares onde os anjos temem pisar, poderíamos dizer; mas mais do que isso, eu diria que isto se dá porque afirmações sobre a presença ou ausência de anjos enquanto marcadores de algumas das distinções entre ordens – e entre ordem(ns) e desordem(ns) – têm um papel fundamental na gênese das concepções modernas sobre ordem e suas ausências constitutivas.

A outra forma é normativa ou axiológica e diz respeito ao quanto uma determinada ordem pode ser aceitável e em que termos:

- (a) Se a ordem em questão deve ser entendida por meio de uma análise sistemática, positivista ou pragmática do seu funcionamento *vis-à-vis* às expectativas normalizadas sobre seu desempenho. Um exemplo aqui seria talvez a forma com que a teoria microeconômica é normativa (ou seja, em termos de ser pacífica ao invés de belicosa; ordenada ao invés de anárquica; ordenada, mas não sob risco de gerar injustiças que podem culminar em desordem; sistematicamente organizada ao invés de sistematicamente disfuncional).

(b) Se tal ordem é aceitável em outros termos, dos quais podem derivar ou de dentro dessa própria ordem ou de algum lugar externo a ela. No caso específico de uma ordem internacional e dos Estados que a compõem, esses termos envolvem antagonismos constitutivos entre abordagens que privilegiam a dimensão interna e abordagens que privilegiam a dimensão externa do compromisso e do julgamento normativo.

Alguns dos significados das inúmeras ressonâncias do termo “ordem” acabam combinando aspirações ontológicas e axiológicas, lançando por vezes até mesmo ressonâncias estéticas nessa mistura. Consideremos, por exemplo, apenas alguns dos conceitos/tradições intelectuais de formulação inglesa que se vincularam ao termo internacional de forma a dar um sentido àquilo que chamavam de ordem: estrutura, sistema (sistemático e sistêmico), forma e formação, arquitetura, constituição, ideal regulador. Já de antemão é possível ter alguma intuição sobre as linhas gerais das trajetórias que nos levam tanto da ordem para o global e, em seguida, para a teorização, como de qualquer ponto nessa sequência para o que chamamos de política. Particularmente, trata-se de uma trajetória onde a teorização deve ser entendida em termos ontológicos, axiológicos e, portanto, políticos antes de qualquer consideração em termos mais estritamente empíricos. O movimento é, portanto, o de adotar uma posição de resistência frente à tendência comum em disciplinas que se debruçaram sobre a questão da ordem internacional e global de privilegiar concepções epistemológicas ou mesmo metodológicas de teorização. Trata-se também de afirmar o que hoje parecem ser formas já bastante tradicionais de engajamento intelectual – a despeito das muitas tentativas de retratar tais engajamentos como não convencionais ou mesmo radicais. Não obstante, diria ainda que se trata de uma afirmação de que aquilo que conta como radical, crítico, ou mesmo emancipatório, ainda é uma questão em aberto frente às condições contemporâneas.

Em outras palavras, é possível dizer que questões sobre a ordem nos levam não apenas em direção a muitas das contradições que insistentemente marcam as dimensões política, ontológica, axiológica, epistemológica e metodológica do termo teorização, mas também – e já avançando muito rapidamente para muito do que está em jogo nas distinções entre ordem internacional e ordem global – em direção a questionamentos sobre a relação entre afirmações da necessidade de se identificar uma melhor ontologia/axiologia como condição para se alcançar uma forma melhor de política, e sobre como julgamentos sobre o que conta como uma melhor ontologia / axiologia são em si mesmos políticos. Isso nos aproxima particularmente das controvérsias associadas a alguns dos pensadores canônicos que são considerados arquitetos de uma ordem internacional a qual jamais poderá se tornar global. Thomas Hobbes é especialmente notável nesse aspecto, com seu modo muito específico de representar as condições (soberanas) sob as quais teria sido possível reformular o significado de soberania em termos seculares (mesmo que ainda marcadamente teológicos).

Em segundo lugar, temos o status das afirmações de uma entidade global, e mesmo ainda da relação desse global com aquilo que chamamos de ordem internacional – ou relações internacionais. Aqui, novamente podemos identificar dois grupos bem amplos de questões:

- (i) Uma diz respeito à ordem denominada internacional, uma forma de existência humana estruturada a partir de uma gama de inclusões e exclusões sistemáticas em meio a uma diversidade de Estados mais ou menos distintos. Os Estados, por sua vez, são uma forma de unidade dentro da diversidade e diversidade *dentro* da unidade, que atrai uma vasta gama de definições. Essas definições podem ser mais facilmente categorizadas em uma escala que vai desde indícios de uma unidade mínima e, portanto, marcada por incoerência, desordem, anarquia e assim

por diante, a celebrações sobre as potencialidades de uma ordem política composta por comunidades autodeterminadas de cidadãos enquanto expressão institucionalizada de uma humanidade comum. Ou seja, trata-se, afinal, de uma ordem que talvez não possa ser compreendida por meio de termos como anarquia ou comunidade/sociedade, nos quais o antagonismo constitutivo é elevado à polarização extrema. Nesse âmbito, de fato, não é de surpreender que *A Sociedade Anárquica* de Hedley Bull, como seu próprio título destaca, continua sendo um dos poucos guias úteis sobre o significado de se falar em uma ordem internacional, a despeito de suas muitas e graves limitações (Bull, 1977).

(ii) Já a segunda questão aparece no que toca a qualquer ordem plausivelmente identificável como global e, da mesma forma, se refere a:

- (a) Os limites gerais dentro dos quais qualquer dita ordem pode vir a operar.
- (b) Os limites temporais e espaciais específicos dentro dos quais uma dita ordem internacional pode operar no tocante ao que convençamos chamar de humanidade – entendida como os agentes legítimos de um suposto mundo compartilhado.
- (c) Os limites cada vez mais contestáveis da nossa capacidade de imaginar uma ordem na qual aquilo que chamamos de humanidade possa ser entendido como parte de um planeta ou mundo mais amplo, dada a forma com que nossas perspectivas dominantes sobre humanidade vêm sendo moldadas por culturas baseadas numa distinção radical entre homem e mundo, e em várias tentativas malsucedidas de conciliar afirmações sobre liberdade/autonomia humana com afirmações sobre as necessidades naturais e planetárias. Notadamente, é um problema que assombra muitas das especulações mais recentes sobre:

- uma multiplicação de atores e as relações entre esses atores;
- uma multiplicação e complexificação das fronteiras e a relação sempre mutante entre as discriminações e as conexões que elas representam;
- o fluxo das relações entre estas e mobilidades, espacialidades e temporalidades;
- a simultânea generalização e especificação de processos que trabalham para se apropriar do mundo e transformá-lo em práticas humanas de consumo, acumulação, distribuição e intercâmbio;
- novas formas de governança ou governamentalidade que levam alguns tanto a acreditarem que a cabeça do soberano foi cortada, como, assim como eu, a suspeitarem que soberanias (no plural) estão na realidade erguendo suas muitas cabeças e rapidamente adaptando suas narrativas sobre origens e limites, deixando filósofos, juristas e historiadores perplexos;
- as formas em que a política tem sido redefinida através de tradições culturais antes marginalizadas, e que possivelmente têm alguma capacidade de remodelar as formas de autorização e delimitação soberana existentes – ao invés de simplesmente reproduzirem narrativas sobre uma pluralidade substantiva dentro de uma ordem formal de universalidade e pluralidade.

(d) Os limites do nosso entendimento sobre o que significa lidar com a política, dadas essas diversas especificações e suas implicações para o significado de se falar de humanidade, Humanidades, e dos mundos que cada uma ou ambas habitam simultaneamente.

Já tentei em uma outra ocasião (Walker, 2010) identificar os riscos envolvidos nesse movimento, chamando atenção à maneira com que

os termos “relações internacionais” e “política mundial” vêm sendo empregados tanto como sinônimos como antônimos:

(i) por um lado, afirma-se que a ordem internacional, enquanto a maior formação estrutural sob a qual a humanidade é organizada (mesmo que muito frouxamente), já é, por definição, global. E por global aqui normalmente se entende algo compatível com as tradições analíticas que dão primazia às dinâmicas de um capitalismo universalizante, ou modernidade totalizante, sob rubricas como a de um sistema-mundo;

(ii) por outro lado, reivindica-se que, porque a ordem internacional privilegia os princípios da cidadania em detrimento dos princípios vinculados à humanidade – uma vez que os Estados insistem na dimensão da autonomia em detrimento das obrigações frente ao sistema que permite sua própria existência enquanto tal –, não há esperanças de que o internacional possa vir a se somar ao global, exceto, talvez, no primeiro sentido dos limites amplos dentro dos quais o sistema internacional pode funcionar.

Diante de uma vasta gama de fenômenos empíricos, não é difícil chegar à conclusão de que essas duas formas complementares de pensamento sobre as questões colocadas já parecem historicamente esgotadas. Contudo, seria muito precipitado da nossa parte dar um salto dessa simples constatação para a conclusão geral de que é possível se falar com total coerência de uma ordem que é global sem ser internacional – da mesma forma que tem sido muito fácil para alguns pensar que já fomos capazes de superar nossa fixação dual na cidadania como marcador político de um lado, e nas ideias (políticas ou, quem sabe, extrapolíticas) de humanidade, espécie humana, globo, planeta, ou mesmo mundo, de outro.

Muitos dos grandes teóricos lutaram sem grande sucesso para nos mostrar uma saída para essa delimitação historicamente específica das

necessidades e possibilidades políticas. Nesse sentido, a orientação básica que seguirei para o que chamamos aqui de “teorização” é guiada por um senso de responsabilidade em se levar em conta as limitações comuns com as quais muitos pensadores brilhantes se depararam toda vez que se debruçaram sobre a questão da política em sua relação com o mundo e toda vez que tentaram falar sobre as possibilidades humanas em termos “globais”.

Em terceiro lugar, portanto, a pergunta: como conduzir uma reflexão teórica sobre tudo isso? Sobre esse ponto, há quem defenda que teorização é, de fato, o termo que deve vir primeiro. Isso ocorre especialmente em situações em que a análise política é movida pela concepção de que a autoridade acadêmica deve advir dos procedimentos epistemológicos e metodológicos. Existem muitas boas razões para tais demandas, especialmente se levarmos em conta (i) a primazia dada às tradições epistemológicas nas afirmações mais influentes acerca da ciência moderna; (ii) as compensações institucionais disponíveis para a pesquisa que tem fortes raízes na divisão entre o que é conhecimento replicável e o que é qualquer outra coisa. Contudo, existem razões ainda mais convincentes para nos levar a pensar que a epistemologia se tornou o rabo que abana o cachorro, e que decisões sobre quais tipos de fenômenos estão sendo examinados e sua importância têm grandes consequências sobre as decisões acerca de quais tipos de epistemologia são apropriadas em cada caso. Além disso, temos boas razões para suspeitar que afirmações sobre o que conta como conhecimento aceitável são frutos dos mesmos processos históricos que moldaram afirmações sobre o que deve ser posto em destaque quando falamos do internacional ou do global em termos políticos. A perspectiva de Hobbes sobre as condições ontológicas e axiológicas necessárias para que a autoridade soberana fosse possível tanto em termos políticos como epistemológicos continua esclarecedora nesse

aspecto. No entanto, como muitos vêm insistindo, essa talvez seja uma ortodoxia a ser desafiada.

Contudo, permanecerei com a ortodoxia ao menos por enquanto. Antes de estarmos numa posição de fazermos afirmações sobre a melhor forma de analisar o que está posto, bem como sobre os tipos de respostas que queremos oferecer, precisamos estar atentos para aquilo que pensamos estar tratando, bem como sermos devidamente precisos quanto aos tipos de questões que queremos levantar. Talvez isso seja suficiente para reconhecermos que os três termos que aparecem no nosso subtítulo não só têm o potencial de explodirem em campos muito amplos de definição, classificação e disputa, como as diferenças e as relações entre esses termos oferecem um espaço considerável para questionamento e debate com potencial de nos levar para longe das rotinas e lugares comuns das disciplinas e campos do conhecimento já consolidados. Ainda que grande parte da literatura predominante nas teorias das Relações Internacionais seja consideravelmente vulnerável nesse aspecto, o desconforto é claramente sentido bem além desse aquário particular.

## Ordem internacional

De um jeito ou de outro, a vida política tal qual a conhecemos se tornou em larga medida organizada dentro da estrutura historicamente rara, mas aparentemente inevitável, de um sistema de Estados: o internacional moderno. Questões históricas de curto-prazo podem ser levantadas em torno da natureza precisa da conexão entre formações estatais e formações nacionais, e sobre os diferentes tipos de ordem e desordem produzidas a partir delas. Neste sentido, o termo hifenizado “Estado-nação” é um veículo para atalhos demais. As diferenças separando as ruminções sobre ordem política associadas a pensadores que viveram na Europa do século XVII das reflexões

associadas a nomes do século XIX como Clausewitz – que pensaram sobre as possibilidades criadas pela Revolução Francesa e pela industrialização –, sugerem que é necessário ter precaução em qualquer tentativa de se falar de ordem internacional. Da mesma forma, é preciso ter grande cautela em qualquer reflexão sobre as dinâmicas do último século e meio, especialmente porque as formas capitalistas de vida econômica e as formas instrumentais de racionalidade não só transformaram as formações estatais e a ordem internacional, como, para muitos analistas, também se tornaram ainda mais importantes enquanto facilitadoras ou desestabilizadoras fundamentais da própria vida humana. Sem sombra de dúvida, é aceitável a percepção de que já existem limitações consideráveis em qualquer discussão sobre ordem internacional que deixe de levar em conta a dualidade das relações (inter)estatais e (inter)capitalistas, entretanto, imagino que isso não chega ao ponto de enfraquecer meu argumento básico aqui. Já no que tange às afirmações sobre ordem global, essas limitações parecem assumir uma magnitude ainda maior. Em uma narrativa histórica mais longa, porém, uma certa convergência duradoura é mais facilmente distinguível quando em contraste com o grande Outro do internacional moderno, a saber, a muito menos rara ordem imperial.

Apesar de sua heterogeneidade, impérios são geralmente associados a subordinações hierárquicas diversas. O internacional moderno certamente não é isento de subordinações hierárquicas, ou mesmo de impérios (no plural), mas uma das formas mais simples de se entender o que estava em jogo na emergência do internacional moderno é concebê-lo como expressão de uma resistência generalizada às formas imperiais de ordem. Tal resistência, vale dizer, é característica de todas as práticas políticas que atraem para si o rótulo de modernas. É nesse contexto, por exemplo, que os conceitos de liberdade e igualdade aparecem inevitavelmente atrelados a conceitos de modernidade, mesmo

que uma definição mais específica de liberalismo seja necessária para sustentar tal afirmação. Todas afirmações “pré-modernas” de que há algo acima ou abaixo – a concepção medieval padrão de uma “grande cadeia do ser” talvez seja aqui o exemplar mais conhecido – foram efetivamente capturadas por um meio termo articulado em uma espacialidade horizontal e plana. Algumas coisas foram dispostas mais abaixo, outras foram elevadas, mas todas foram absorvidas por algum meio termo que então se expandiu interna e externamente nos planos retos da territorialidade, da propriedade e da jurisdição legal. Nesse sentido, as referências a 1648 como um momento histórico simbólico de transição só conseguem captar alguns dos aspectos do que estava em jogo ali.

É certamente estranho, mas também uma consequência, o fato de que este novo mundo plano do homem moderno coincide com repetidas afirmações sobre a vida em um planeta esférico. Não obstante, assim como o indivíduo moderno e o Estado moderno, o internacional moderno afirma precisamente a idealização normativa de conceitos como homem e humanidade – seja de forma mais geral, seja em versões politicamente qualificadas dessa humanidade – ao mesmo tempo em que, ao menos em princípio, espaços de liberdade ou mesmo igualdade destoem dos princípios da ordem imperial hierárquica. Consequentemente, há muito mais coisas em jogo na ideia de uma ordem internacional do que uma potencial desordem anárquica. Não menos importante aqui é a concepção de homem (e de humanidade) que é afirmada em contraposição a toda e qualquer outra perspectiva sobre o que significa ser humano, ou mesmo a visão dominante sobre a relação entre o ser humano e o mundo, ou os mundos, que ele ou ela habita. Thomas Hobbes teria pouco a dizer sobre qualquer uma das concepções de anarquia internacional que geralmente são atreladas ao seu nome, mas certamente teria muito

a acrescentar sobre o significado de se pensar politicamente em uma era de subjetividades reconhecidamente modernas e movidas pelos desejos, liberdades, igualdades e necessidades seculares operando na ausência de verdades essenciais, autoridades superiores e do direito natural.

Uma vez colocada a distinção radical entre o homem moderno e tudo o mais, quer seja lido como Deus, deuses, a natureza, ou outros homens, a grande praga dos dualismos modernos inevitavelmente se espalharia – ou assim pareceria ser, se olharmos em retrospecto. Da mesma forma, humanismos deveriam trabalhar seus ideais de auto-criação – ou assim também se acreditava. O princípio da autodeterminação foi a grande força legitimadora do internacional moderno no século XX, tendo sido parte precisamente da grande rejeição às ordens universalizantes e imperiais que vinham operando, em determinados lugares, por mais de meio milênio. Como se sabe, o problema com o princípio da autodeterminação nacional diz respeito à relação entre as nações independentes, o que não difere tanto do problema básico da relação entre indivíduos supostamente autodeterminados frente sua expressão coletiva, seja em comunidades, sociedades ou nações. Quando chegamos à imagem primordial do homem moderno, é preciso, portanto, ter em mente se se está falando da humanidade em geral ou do homem em particular, bem como, uma vez esclarecida essa dimensão, refletir sobre como se dá a relação entre ambos. De fato, é difícil lembrar de muitos pensadores políticos europeus importantes desde os tempos de Maquiavel que não estivessem de algum modo lutando para controlar esse problema ou para ignorar sua presença contundente nos padrões contemporâneos de movimentos populacionais e nacionalismo chauvinista.

Assim como o Estado moderno, o internacional moderno funciona precisamente como uma orquestração complexa de tentativas

de controlar esse problema. Seu grau de sucesso nesse âmbito é a chave para reivindicar seu status enquanto expressão de uma ordem dotada de algum tipo de legitimidade ou autoridade. Em princípio, ele oferece uma forma classicamente elegante de orquestração expressa em uma estrutura que diferencia espacialmente o que é interno do que é externo, e dentro da qual serão distribuídas, congregadas e separadas diferentes reivindicações tanto de humanidade em geral como de cidadania politicamente qualificadas. Ou seja, busca-se (eventualmente) conciliar todas as afirmações de universalidade e particularidade da humanidade dentro de um espaço plano, porém intrinsecamente demarcado, de maneira a garantir oportunidades seguras para o florescimento das liberdades e das igualdades – oportunidades essas que não poderiam existir dentro de um império. Assim, temos um sistema internacional e muitos Estados, uma humanidade e muitos sítios de cidadania, uma humanidade e muitos cidadãos. Dentro de qualquer um desses sítios de cidadania, qualquer cidadão deve ter a possibilidade de se tornar um ser humano propriamente dito, assim como de expressar essa qualidade de humano na forma culturalmente específica apropriada a um sítio de cidadania específico qualquer. Expresso como um arranjo formalmente abstrato e universal de um sistema (vagamente) soberano de Estados (um tanto menos vagamente) soberanos, o internacional moderno torna possível a articulação de reivindicações mais substantivas sobre a sociedade e a nação de forma a preencher os espaços subdivididos de um mundo achatado. De maneira semelhante ao piano, o internacional moderno ainda canta as escalas, mas em um teclado engenhosamente achatado.<sup>1</sup>

Visto por essa ótica, ficam claras tanto as vantagens como as desvantagens do internacional moderno. Nossa atenção recai precisamente

---

1 Recorro a essa metáfora de maneira um pouco mais detalhada em Walker (2016).

sobre a ambição por princípios que afirmem a autodeterminação do “homem” moderno. Kant talvez seja aqui a figura mais investida na luta heroica por desvendar a lógica a partir da qual tal ambição pode ser atingida, por meio de uma mobilização teleológica da história entendida como força da natureza. Nesse sentido, é também o pensador mais consciente de que os prós são indissociáveis dos contras e, mais especificamente, da necessidade da guerra. Abordagens liberais raramente têm obtido sucesso em lidar com as contradições reproduzidas e legitimadas nesse âmbito. Se, de um lado, a abertura de uma fissura entre o Homem e a Natureza/Deus necessariamente envolve a crítica das formas hierárquicas de autoridade, de outro lado, a articulação de formas modernas de subjetividade envolve a formulação de novas formas de hierarquia. Trata-se de uma questão especialmente complexa e negligenciada, mas alguns de seus aspectos podem ser rapidamente notados.

Assim, enquanto abordagens clássicas e medievais sobre hierarquia – onde justiça era saber a posição e o status social que se ocupava na Grande Cadeia do Ser, por exemplo – costumavam ser entendidas em termos tanto de quantidade como de qualidade (sendo as qualidades aumentadas e as quantidades diminuídas à medida em que se ascendia nessa cadeia), as versões modernas cada vez mais privilegiavam quantidade, uma escala matemática única entre pequeno e grande, micro e macro, orientada em direção ao infinito em ambas extremidades. Com efeito, essa é a escala com a qual parece trabalhar a política da finitude engenhosamente negociada por Kant. Contudo, enquanto impérios e concepções medievais de hierarquia expressam uma enorme quantidade de gradações, uma multiplicidade de ordens dentro da ordem, em Kant se tem muito menos. E onde a multiplicidade encoraja uma visão de que a diferença entre um nível e outro é relativamente pequena, com Kant essa diferença é muito maior e se

configura ainda mais obviamente em um sítio de potencial conflito, de guerras interestatais ao invés de disputas por status. A leitura de Kant do problema da ordem internacional permanece, portanto, notável. Ao tomar o problema da liberdade humana como dado, Kant foi então capaz de ler o sujeito moderno como indivíduo, como cidadão republicano e como internacional/cosmopolita, com a possibilidade de ser humano ou vir a se tornar humano distribuída com dificuldade entre essas três possibilidades. Não existe, porém, movimento fácil do pequeno para o grande ou do indivíduo para a humanidade ao longo dessa escala, mas sim três momentos de potencial antagonismo na medida em que indivíduos lutam por liberdade dentro das repúblicas/Estados e repúblicas/Estados lutam por liberdade dentro do sistema de Estados, ainda que enquanto isso a humanidade, por assim dizer, esteja lutando para atingir sua liberdade às custas dos antagonismos infundáveis dos indivíduos e das repúblicas/Estados.

Não é de surpreender que Kant tenha sido por vezes tentado a recorrer a uma solução imperial e clamar por uma ordem subsidiária totalizante. O problema é que tal ordem seria imediatamente oposta à sua principal reivindicação a favor da liberdade de ação interna, da história como instrumento para qualquer um agir a partir de seu juízo próprio, sem a interferência de ninguém acima, nem mesmo Deus ou o padre. A nossa tendência é colocar isso sob a alcunha do desenvolvimento, já que sua forma de articulação espacial acaba sendo precisamente a visão de História expressa pelo internacional moderno. E é assim que o internacional moderno acaba sendo capaz de assumir a aparência de uma arquitetura supostamente eterna ao mesmo tempo em que expressa um dinamismo temporal cujos primeiros diagnósticos há muito já retornaram ao pó. Da mesma forma, é assim que consegue recorrer simultaneamente à uma concepção espacial dessa arquitetura (ou seja, a soberania e, em alguma medida, o Estado) e

à uma visão temporal da mudança substantiva (ou seja, a nação e a concretização histórica da liberdade humana). Além disso, se por um lado Kant é a figura que busca entender tanto os aspectos positivos como os aspectos negativos do internacional moderno – um status que o torna fonte rara e ainda útil nesse âmbito –, por outro, provavelmente não é ele a figura a qual devemos recorrer para resolver os questionamentos em torno de algo que é, de certa forma, mais global.

Quatro questões cruciais ainda não foram abordadas dentro do que falei até aqui sobre ordem internacional. Isso se deve à minha insistência em afirmar que o internacional moderno deve ser entendido como a afirmação de alguns princípios muito básicos advindos da rejeição, em diversos sentidos, de outros modos de ordem política mais ou menos imperiais. Não que os impérios tenham desaparecido por completo, mas hoje operam informalmente nas sombras de uma ordem internacional instituída. As quatro questões que tenho em mente são, possivelmente, consequências da existência do ideal regulador do homem moderno seja como humano, seja como cidadão politicamente qualificado. A primeira é o princípio da soberania, tanto do Estado como do sistema internacional, aqui melhor entendida a partir de Hobbes do que da teoria weberiana do Estado – ou mesmo das muitas tradições do direito que insistem em focalizar na autoridade centralizada –, enquanto uma afirmação sustentada em uma narrativa sobre as origens e os limites da autoridade do homem moderno dentro de uma espaçotemporalidade muito específica. A segunda é a centralidade de fronteiras muito bem demarcadas, expressas tanto em termos geográficos como legais, e dentro das quais devem ser contidas as diferenciações entre os espaços distribuídos de cidadania. A terceira é o caráter profundamente contraditório da própria estruturação, como insistia Kant. Com efeito, o internacional moderno normalmente não permite uma escolha binária entre o direito

nacional e o direito internacional, ou, digamos, entre Carl Schmitt e Hans Kelsen, mas sempre uma negociação entre ambos – ao menos até que as exceções apareçam. A quarta, finalmente, é o fato de eu ter me apoiado inteiramente na narrativa europeia comum sobre aquilo que o internacional moderno supostamente deve ser. Nesse âmbito, obviamente não faria muito sentido antes de meados do século XX se falar empiricamente da existência de um internacional moderno voltado para o objetivo de englobar toda (ou a maior parte) da humanidade – se é que, mesmo a partir daí, isto seja de fato possível.

Afirmações sobre as formas emergentes de ordem global certamente têm muito a dizer sobre cada um desses quatro temas. Eu diria apenas que a maioria dos problemas intratáveis virá à tona quando for reconhecido que um movimento do internacional para o global implica numa renegociação do nosso próprio entendimento sobre como se dá a relação entre a humanidade e os cidadãos políticos. Nesse sentido, muitos dos conceitos de ordem global parecem contemplar um retorno a formas de subordinação hierárquica que talvez lembrem formas mais antigas de império, ou mesmo a possível emergência de um campo indeterminado de forças que talvez passemos a reconhecer como sociais, econômicas ou tecnológicas – mas dificilmente políticas em qualquer sentido que expresse ambições por um internacional moderno.

## Pensando como um internacional

Que tipo de questões devemos levantar para compreendermos o significado de falarmos de uma ordem internacional? Inúmeras possibilidades vêm à mente. Podemos perguntar, por exemplo, de onde, em relação a que tempo, e a partir de qual espaçotemporalidade se deve começar a levantar questões sobre ordem. Ou sobre ontologia, axiologia, epistemologia, política... Sem qualquer sombra de dúvida,

poderíamos ficar anos argumentando em torno dessas questões. A complexidade que as circunda é o que explica tanto a grande relutância em mobilizar tais questões, como a aquiescência diante de inúmeras afirmações duvidosas sobre origens e premissas razoáveis, deixando claros alguns aspectos daquilo que está em jogo quando certos momentos, histórias e premissas fundacionais são legitimados em detrimento de outros.

De maneira talvez um pouco menos grandiosa, poderíamos redirecionar nosso foco e questionar a real importância, ou ainda, as “realidades” fundamentais por trás do que quer que seja que estamos tentando explicar aqui. Mais uma vez, são muitas as possibilidades de resposta, especialmente no tocante àquilo que entendemos por matéria, materialidade e poder em termos de força física: o já bem conhecido leque de afirmações sobre necessidade política e, por conseguinte, sobre as possibilidades e limites da liberdade, da autonomia e da autodeterminação e, da constituição da autoridade. A gama de respostas possíveis não é menos desafiadora. Muitas dessas respostas são formuladas em termos muito gerais: poder, luta por recursos, controle sobre o território, natureza humana etc. Outras muitas levam em conta um entendimento mais específico sobre as características dos Estados modernos em um sistema internacional, por vezes lançando maior foco sobre os Estados em si – como em tradições inspiradas em figuras como Hobbes, Weber e Morgenthau –, e por outras focando mais nos efeitos estruturais do sistema, das distribuições dentro de uma matriz pluralista de forças, ou dos cálculos geopolíticos e estratégicos de acesso ou vantagem de permanência – ou mesmo conferindo atenção a essas duas dimensões simultaneamente. Algumas dessas formulações se centram ainda em estabelecer se o Estado ou o sistema de Estados estão subordinados à autoridade máxima da “política” ou da “economia”, ou seja, se as soberanias do Estado/

internacional são melhor expressas no direito ou na riqueza. Tem-se aí, então, as várias vertentes da economia política internacional, indo desde abordagens estatistas (ex. Mercantilismo, Weber, Morgenthau, Gilpin) a abordagens em larga medida Marxistas ou Neomarxistas sobre as determinações do capitalismo, reunindo inúmeras tentativas de compreender a relação entre duas lógicas determinantes, no mesmo espírito de “Keynes”, da “socialdemocracia” e de várias outras formas de “modernização vinda de cima” que acabaram se tornando símbolos da necessidade de mediação entre processos políticos e econômicos em determinados momentos do século XX.

Embora existam incontáveis formas de descrever e classificar a vasta gama de teorias das relações internacionais, economia política internacional e mesmo de sociologia política internacional que exploram esse terreno, é possível identificar alguns nichos persistentes de interesse teórico. Considero os quatro abaixo como sendo os mais importantes:

- (i) A relação entre o todo e as partes, pluralidade e universalidade, soberania estatal e soberania sistêmica, a humanidade em geral e os cidadãos em particular.
- (ii) As relações entre as partes, entre Estados, entre Estados soberanos, e entre cidadãos e cidadãos com ou sem pretensões em direção a uma humanidade compartilhada.
- (iii) A relação entre as igualdades e desigualdades existentes entre as partes, as hegemonias e as grandes potências no contexto de uma ordem baseada em liberdade, autonomia, autodeterminação ou na soberania de qualquer uma das partes.
- (iv) A relação entre a lógica/estrutura de um sistema internacional espacializado e a dinâmica estrutural de um sistema econômico (capitalista); a prioridade relativa daí advinda seja da política, seja da economia, enquanto nomes para formas concorrentes do que

é tido como valor último quando sob condições “seculares”; e, portanto, a interpretação daquilo que chamamos de “sociedade” – tanto em relação ao cidadão como em relação ao ser humano.

Essa relação demarca o espectro amplo a partir do qual a maior parte dos estudiosos tenta articular o significado de se falar em uma ordem internacional. As segunda e terceira dimensões disso são as que tendem a chamar mais atenção dentro do estudo institucionalizado das relações internacionais – ou seja, das RI enquanto disciplina normalizada. A quarta dimensão, por sua vez, é mais evidente fora das versões estadunidenses dessa disciplina, aparecendo mais claramente nas mais diversas tentativas de caracterizar os desdobramentos contemporâneos como algo muito além das relações internacionais, tais como na economia política internacional, na sociologia política internacional, geografia política, história mundial, e assim por diante. Já a primeira é aquela que atrai a atenção de teóricos políticos como eu, e se concentra em perguntas mais básicas como “do que” – e especialmente “de quem” – estamos falando quando falamos da política moderna – seja qual for o tipo de política moderna em questão. É a partir deste lugar em especial que estou tentando avançar uma reflexão sobre o significado de teorizarmos uma ordem internacional e, portanto, global.

Contudo, para compreendermos em alguma medida o que está em jogo, como já venho sugerindo até aqui, é preferível explorar uma outra forma de questionamento mais atenta àquilo que essa ordem internacional não é do que às necessidades que levaram ao seu surgimento. Tal como antropólogos, historiadores e muitos outros especialistas insistiriam em dizer, há muitas coisas que o internacional moderno, assim como o Estado moderno, não é – como, por exemplo, um conjunto de famílias ou tribos. A primeira negação nesse âmbito, ao menos a princípio, está contida na categoria do império,

entendida como uma matriz contraditória de princípios estruturais e como uma forma contra a qual as narrativas comuns sobre as origens do internacional moderno são tipicamente elaboradas.

No caso histórico específico das origens europeias do internacional moderno, que sustentam versões prevalentes sobre princípios, o conceito de império também se relaciona às formas de autoridade cujas raízes estão tanto na natureza (direito natural) quanto na teologia. Ao falarmos de origens do internacional moderno, podemos afirmar que, seja lá o que ele for, não é um império. De fato, o internacional moderno pode ser entendido, antes de tudo, como uma negação profunda do império, que é uma forma singular (mesmo quando heterogênea) de autoridade hierárquica; como algo que não é regido pelo direito natural (e, mais especificamente, como não subordinado a nenhuma afirmação universalizante de lei natural); e como não teocrático (necessitando, portanto, de substitutos seculares para reivindicações de autoridade soberana baseadas em necessidades transcendentais).

São estas as três negações capturadas pelas caricaturas estereotipadas da história. Entretanto, não é um contraste tão simples de ser feito em termos históricos. Logo, temos:

- (a) Diferentes entendimentos sobre o surgimento do sistema internacional (podendo ter ocorrido a qualquer tempo entre o mundo das cidades-estados italianas e a afirmação dos princípios da autodeterminação dos povos no início do século XX, ou mesmo no fim do colonialismo formal já na década de 1960, e tendo os tratados assinados em Vestfália no século XVII e o Congresso de Viena como marcadores do meio-termo convencional de uma espaçotemporalidade indeterminada).
- (b) Diferentes entendimentos sobre política, especialmente sobre governo, sendo então articulados em narrativas que privilegiam

o Estado soberano como a principal invenção da política moderna. Assim, ainda que historicamente obscura, a distinção é clara. Qualquer que seja a dificuldade (considerável, diga-se de passagem) de fazer sentido da ordem internacional em termos históricos, sabemos que deve haver alguma ruptura histórica entre império e uma ordem moderna (inter)estatal, ruptura esta que ecoou na distinção (igualmente duvidosa em termos históricos) entre moderno e pré/não moderno. É, em larga medida, por isso que Maquiavel e Hobbes são as figuras exemplares das origens da disciplina. É também por isso que tem sido possível empurrar a história oficial da emergência de uma ordem internacional até alguns séculos anteriores ao momento em que estruturas claramente sistêmicas pudessem ser identificadas. Além de tudo, é por isso que tem sido possível insistir, mesmo para além do pequenino mundo da experiência europeia, que o internacional moderno é o remédio perfeito para todos os problemas que possam ser englobados dentro da categoria “império”.

Obviamente, isto não significa dizer que o internacional moderno não tenha seus próprios impérios, ou mesmo suas próprias reivindicações de autoridade de fundo natural ou teológico. Muito pelo contrário. Contudo:

(i) São essas as reivindicações permitidas internamente:

- Impérios são permitidos dentro da ordem desde que no plural, e nunca como um princípio ordenador singular; hierarquias e desigualdades sim, mas uma hierarquia singular, ou desigualdade formalizada numa Grande Cadeia do Ser, não.
- A natureza é internalizada, formalizada nos códigos da ciência moderna, da epistemologia e de uma cultura da representação.
- A teologia é internalizada, formalizada tanto no individualismo protestante como em concepções seculares de consciência e sociedade civil.

- As fronteiras do mundo moderno (ou do internacional moderno) estão sempre duplicadas entre uma externalidade tal qual é conhecida pelo sujeito moderno e uma externalidade que está além do mundo interior desse sujeito moderno e dos objetos ou fenômenos que ele acha poder conhecer. Muitos filósofos e cientistas devem imaginar que foram capazes de dismantelar essa forma kantiana de ceticismo, contudo, à medida em que ainda vivemos em algo semelhante à uma ordem internacional moderna, é difícil evitar essa consequência fundamental da grande ruptura entre “homem” e “mundo”.

(ii) Dificuldades com a experiência de internalização acabam gerando desejos de retorno às abordagens universalistas do direito natural ou teológico, ou mesmo ao império, ainda que entendido de maneira consideravelmente distinta, normalmente fazendo referências ao mundo enquanto tal, à humanidade ou, no vocabulário mais contemporâneo, a algo global.

Em outras palavras, estamos lidando aqui com um problema muito familiar. O internacional moderno se alicerça em um conjunto de afirmações sobre o sujeito moderno. O sujeito moderno é aquilo que existe. O sujeito moderno é aquilo que deve existir/ser. O sujeito moderno é capaz de conhecer tanto aquilo que existe/é, como aquilo que deve ser e, com base nisso, é capaz de conceber uma condição de autonomia e autodeterminação dentro da ordem por ele constituída. Contudo, o sujeito moderno é um ser problemático em muitos aspectos. Dois deles nos interessam aqui: ele depende essencialmente daquela ruptura constitutiva inicial entre “homem” e “mundo” que é convencionalmente atribuída aos primeiros momentos da chamada “era moderna”, num período entendido como renascença já que é quando o homem passa a pensar sistematicamente sobre a possibilidade de suas criações serem ao menos tão interessantes quanto as criações de Deus ou da Natureza. Este é mais ou menos o momento tanto

celebrado como duramente criticado através do nome de Maquiavel, e depois largamente celebrado enquanto condição de possibilidade e ambição da razão moderna – ao menos até que as promessas da razão humana começassem a passar por grandes dificuldades nos fins do século XIX.

Em suma, são esses os principais problemas teóricos colocados pelas afirmações em torno de uma ordem global. Qualquer forma de articulação desse conceito eventualmente será forçada de volta às questões que marcam a relação entre essa concepção particular de “homem” e o “mundo” do qual ele celebra sua libertação, que passa a ser então entendida como a condição da liberdade que é propriamente humana. Pode-se afirmar que isso é basicamente o que está acontecendo com relação aos três grandes sítios de potencial transformação que têm levado estudiosos a aspirarem por algo mais global: o momento ecológico ou antrópico que concerne as consequências da ação de contrapor o “homem” à natureza; os movimentos de pessoas e povos que vêm para perturbar o ordenamento internacional do “homem” e dos cidadãos dentro dos contêineres espaço-temporais do Estado e da nação; e o surgimento de acomodações entre Estado/soberania internacional e a soberania do capital que ameaçam substituir o antagonismo político principal de uma lógica de amigos e inimigos por uma lógica de vencedores e perdedores encenada em uma configuração espaço-temporal completamente diferente.

Essa ruptura foi quase completamente expressa em uma série de divisões polarizantes dentro deste sujeito moderno, especialmente em relação aos questionamentos sobre se esse novo humanismo envolveria a participação em uma humanidade comum ou apenas em uma comunidade política particular; ou talvez em ambas. Todos têm esperanças de que sejam ambas, claro, mas não é algo tão simples assim. Mais uma vez, e em poucas palavras, esse é o problema em torno do qual se mobilizam as abordagens sobre uma ordem moderna estatista

e internacional: seres humanos são politicamente qualificados desde que sejam cidadãos de Estados qualificados; somente dessa forma podem aspirar a se tornar propriamente humanos; e também é somente assim que podem presumir que seu próprio Estado, em conjunto com outros Estados, poderá se somar a uma ordem interestatal que seja, de certa forma, uma expressão da humanidade enquanto tal. No entanto, como se sabe, nunca funciona exatamente desta forma, seja dentro dos Estados ou nas relações entre Estados, uma vez que a premissa inicial afirma a prioridade de cidadãos sobre a humanidade, e a cidadania como condição necessária, mas não garantia de que alguém atingirá uma humanidade em comum. Portanto, enquanto, de um lado, a afirmação de uma humanidade ou de um direito internacional é tênue mesmo quando se apresenta como condição de possibilidade para a cidadania, reivindicações de cidadania, por outro lado, são muito fortes uma vez que carregam em si a promessa de uma eventual reconciliação com a humanidade – promessa esta que, diga-se de passagem, é sempre adiada para evitar que a promessa de liberdades pluralistas acabe sendo suplantada por reivindicações de humanidade que de alguma forma remetam a um império universal.

Penso que é necessário começar a partir daqui para só então nos engajarmos em reflexões em torno da ordem internacional e das possibilidades de uma ordem global. Mas isso é apenas um começo. Prosseguirei com uma sequência final de movimentos, ainda que breves, nesta direção.

## Ordem de quem? Global para quem?

Como deve ter ficado evidente, caminhei gradualmente em direção a uma forma de pensamento que é mais comumente encontrada quando se está falando sobre modernidade do que sobre ordem internacional ou global. E foi intencional. Com isso, parte do meu

objetivo aqui é insistir que a ordem internacional não diz respeito apenas às relações entre Estados, e que falar sobre uma ordem global qualquer implica em se deparar com os limites da nossa capacidade de falar sobre a política em termos modernos – mesmo que se admita que o termo “moderno” pode ser expandido de forma a abarcar uma gama de possibilidades.

Contudo, a maneira com que tenho exposto o problema até aqui não é inteiramente inconsistente com algumas formas bastante tradicionais dentro do pensamento sobre as relações internacionais. Alguns podem até mesmo alegar que o que fiz não foi nada mais que lustrar uma argumentação, já batida, sobre o significado de se falar que o internacional moderno funciona segundo os princípios da soberania. Eu diria que isto é aceitável, mas até um certo ponto – ou, melhor dizendo, até dois pontos: primeiro, o ponto onde eu gostaria de dizer que soberania envolve muito mais do que a soberania do Estado moderno; segundo, e mais além, o ponto onde mesmo a soberania do Estado moderno envolve muito mais do que a definição trazida por Max Weber, ou seja, o Estado enquanto monopólio do uso legítimo da violência em um território específico. Em ambos os casos, o que normalmente fica faltando é o contexto mais amplo que permite o aparecimento de uma autoridade centralizada e de um sítio autônomo e singular da soberania. A definição de Weber é largamente guiada por imperativos nacionalistas e, como se sabe, reivindicações sobre o Estado soberano tendem a ser moldadas por preocupações com formas internas de autoridade, geralmente nos moldes Hobbesianos. Embora ambas as figuras também façam menção a fenômenos externos, nenhum dos dois presta a devida atenção àquilo que chamaríamos de uma ordem internacional. Algumas das disciplinas dedicadas ao estudo das relações internacionais seguiram diretamente a linha de Hobbes e Weber nesse aspecto. Outras vertentes,

no entanto, seguiram um curso alternativo ao examinarem a estrutura do sistema internacional e ignorarem a dimensão doméstica. Trata-se de exceções, é claro, mas o ideal regulador para a disciplina reside na divisão analítica entre diversos níveis de análise, com o nível do indivíduo completando a trindade junto ao Estado (seguindo Hobbes e Weber) e o sistema (talvez a preocupação dominante da disciplina e a base para muitas abordagens concorrentes sobre uma forma mais ou menos desordenada de ordem).

Muitas coisas podem ser ditas sobre esse esquema analítico – do meu ponto de vista, mais negativas que positivas. Para o propósito do momento, basta apontar que ele funciona principalmente para ocultar quase que por completo o caráter profundamente contraditório da ordem internacional. Onde a política moderna trabalha com base nos dois principais antagonismos em torno das reivindicações de soberania – ou seja, entre um povo soberano (uma soberania popular, termo agora já quase esquecido) e um Estado soberano, e entre um Estado soberano e um sistema soberano de Estados (ou, nos termos que remetem aos persistentes legados de Carl Schmitt e Hans Kelsen, entre o estado de direito e o direito internacional) –, as categorias analíticas predominantes simplesmente separam as afirmações antagônicas nos pontos de convergência.

Isso nos oferece algumas opções em relação aos debates contemporâneos sobre teorização. Uma é simplesmente aceitar a cirurgia radical que Kenneth Waltz e outros realizaram no mundo da política moderna. Ou seja, conceber a existência de uma divisão radical entre o que é interno e o que é externo, entre uma teoria política propriamente dita e uma teoria da política internacional, ou mesmo vislumbrar traços de um trabalho missionário capaz de trazer um pouco mais de comunidade às terras baldias do internacional. Pode-se ainda aceitar a evacuação da maior parte daqueles fenômenos

normalmente amalgamados em conceitos como economia, sociedade, cultura e colonização, concebendo-os então como subsidiários a algo mais importante. Ou mesmo tentar multiplicar os níveis, tornar as distinções turvas, adicionar alguns atores não estatais e formas novas de governança. Trata-se de uma posição que traz consigo muitas vantagens, algumas na forma clara de uma mesa cirúrgica destinada ao aperfeiçoamento de métodos e técnicas já aceitos, algumas na forma de uma base rígida sobre a qual é possível articular ambições normativas. Ou, ainda, pode-se pensar mais cuidadosamente sobre o destino contemporâneo destas contradições, antagonismos e aporias através dos quais o internacional moderno tem sido construído não como uma cadeia de níveis, mas uma acomodação desajeitada entre afirmações concorrentes de soberania, distinções constitutivas entre indivíduos no sentido geral do termo, indivíduos enquanto cidadãos políticos, bem como entre povos que estão preparados para aceitar e viver com essa distinção e aqueles que não o estão.

Não sou particularmente contra a maior parte do que tem sido feito e dito com base nessa separação radical – na verdade, penso que essa cirurgia pode funcionar tanto como uma forma útil de instrumentalismo metodológico, como também uma miopia sistemática e limite político –, mas estou claramente mais interessado na segunda possibilidade. Penso também que esta opção é muito mais urgente e, portanto, demanda muita atenção a todos aqueles sítios nos quais a cirurgia radical foi feita, ou seja, as fronteiras, limites e linhas divisórias onde contradições são ou não negociáveis. É a opção que demanda muita atenção a todos aqueles movimentos sombrios através dos quais o internacional moderno foi sendo construído num mundo cercado por distinções entre o político e o teológico, e entre o político e o natural. É a expressão de uma visão particular sobre o homem moderno.

Esse homem moderno foi colocado em uma espacialidade que veio para substituir uma versão de hierarquia escalar. Entretanto, esta espacialidade ainda funciona nos moldes de uma hierarquia de escalas, das mais inferiores para as superiores, de baixo para cima, mas dentro de um conjunto característico de limites espaço-temporais dentro de uma política de finitude. Da mesma maneira, muitos gostariam de ler a ordem global também como uma hierarquia escalar, com o objetivo semelhante de preservar o futuro para algo ou alguém como o homem moderno, ou o sujeito moderno. Meu palpite é que se existe de fato uma boa razão para se falar de uma ordem global nos tempos atuais, ainda há um longo caminho no qual se deve repensar o significado daquilo a que nos referimos como humanidade, cidadania, natureza, mundo, e mesmo política. Trata-se agora de um projeto de teorização, o qual deve ser iniciado com certa humildade diante da nossa habilidade ainda limitada de imaginar um futuro para essa ambivalência entre sujeito humano/sujeito cidadão inerente ao internacional moderno, isso tudo, claro, caso uma ordem global implique, de fato, em um outro entendimento acerca das relações entre humanos e o mundo no qual vivem; tal como deve ser.

## Referências

- BULL, Hedley. *The Anarchical Society: A Study of Order in World Politics*. Basingstoke: Macmillan, 1977.
- STEGER, Manfred. *Globalization: A Very Short Introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- WALKER, R. B. J. *After the Globe, Before the World*. London; New York: Routledge, 2010.
- \_\_\_\_\_. Despite all Critique. Chapter 1 of Walker. *Out of Line: Essays on the Politics of Boundaries and the Limits of Modern Politics*. London; New York: Routledge, 2016.



## Sobre os autores

**Cristina Rojas** é distinta (*distinguished*) professora pesquisadora do Departamento de Ciência Política e foi diretora do Instituto de Economia Política da Carleton University, no Canadá. Sua pesquisa acadêmica inclui ontologia política, indigeneidade, paz e estudos de cidadania. Atualmente, ela está realizando o projeto de pesquisa intitulado, em inglês, “*Territory Making as World Making: a Participatory Comparison of Indigenous-state Conflicts in Bolivia and Paraguay*”. Seus artigos mais recentes foram publicados nas revistas acadêmicas *Third World Thematics*, *International Political Sociology* e *Citizenship Studies*. Ela é autora de *Civilization and Violence. Regimes of Representation in Nineteenth Century Colombia* (University of Minnesota Press, 2002); e co-editora de *Narratives and Imaginaries of Citizenship in Latin America* (Routledge, 2014).

**Daniele Lorenzini** é professor de filosofia do Departamento de Filosofia da Universidade da Pensilvânia desde 2022. Antes disso, foi professor de filosofia e co-diretor do Centro de Pesquisa em Filosofia Europeia Pós-Kantiana na Universidade de Warwick. Atualmente, está desenvolvendo pesquisa para seu novo livro, sobre a filosofia social crítica de Frantz Fanon, na Universidade Livre de Berlim. Dentre inúmeras outras produções acadêmicas, ele editou, em conjunto com Martina Tazzioli, Laura Cremonesi e Orazio Irrera, o livro *Foucault and the Making of Subjects* (Rowman & Littlefield, 2016); e, mais recentemente, publicou o livro autoral *The Force of Truth: Critique, Genealogy, and Truth-Telling in Michel Foucault* (The University of Chicago Press, 2023).

**Debbie Lisle** é professora de Política e Relações Internacionais da Queen's University Belfast, na Irlanda do Norte. Foi editora-chefe da *International Political Sociology* (IPS), revista acadêmica da *International Studies Association* (ISA), de 2017 a 2022. Sua pesquisa envolve vários debates contemporâneos em Relações Internacionais e Sociologia Política Internacional, incluindo questões de diferença, mobilidade, segurança, viagens, visualidade, governamentalidade, biopolítica, materialidade, tecnologia, prática e poder. Em 2018, seu livro, *Holidays in the Danger Zone: Entanglements of War and Tourism* (University of Minnesota Press, 2016), recebeu o prêmio de melhor livro da seção de IPS da ISA, o *IPS Best Book Award*. Reconhecida internacionalmente pelo seu trabalho inovador, recebeu o prestigioso prêmio da seção de IPS da ISA, o *IPS Distinguished Scholar Award*, em 2020.

**Gustavo Morales** é professor do Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidad Del Norte, onde também coordena o Mestrado em Relações Internacionais. Suas áreas de pesquisa incluem a polarização política, redes sociais e realidade virtual, estudos críticos sobre a ordem internacional liberal e a construção da realidade. Em coautoria com a Prof<sup>a</sup>. Cristina Rojas, também publicou *Private contributions to the public sphere: Corporate foundations in Colombia* (David Rockefeller Center for Latin American Studies, 2005) e *Contribuciones privadas a la esfera pública: las fundaciones empresariales en Colombia* (Filantropía y cambio social en América Latina, 2008).

**Jef Huysmans** é professor de política internacional da Escola de Política e Relações Internacionais de Queen Mary, Universidade de Londres, e coordenador da rede internacional de pesquisa “*Doing International Political Sociology*”. Em conjunto com João Pontes Nogueira, foi co-editor-chefe da *International Political Sociology* (IPS), revista acadêmica da *International Studies Association* (ISA), de 2012 a 2016. Internacionalmente reconhecido pelo seu trabalho sobre sociologia política internacional, a política de insegurança, a securitização da migração e métodos críticos em estudos de segurança e em Relações Internacionais (RI), ele atualmente desenvolve pesquisas sobre uma sociologia política internacional pós-crítica de mundos fragmentados, segurança e democracia e movimento em estudos de segurança e RI. Dentre inúmeras produções acadêmicas, é o autor de *Security Unbound. Enacting Democratic Limits* (Routledge, 2014) e de *The Politics of Insecurity. Fear, Migration and Asylum in the EU* (Routledge, 2006).

**João Pontes Nogueira** é professor do Instituto de Relações Internacionais (IRI) da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Em conjunto com Roberto Vilchez Yamato, coordena a Escola de Inverno de Sociologia Política Internacional no IRI/PUC-Rio desde 2015 e a Série Sociologia Política Internacional na Editora PUC-Rio desde 2024. Coordenador da Rede IPS Brasil desde sua criação, em 2019, foi também co-editor-chefe, junto com o Prof. Jef Huysmans, da *International Political Sociology* (IPS), revista acadêmica da *International Studies Association* (ISA), de 2012 a 2016. Sua pesquisa inclui temas como a desigualdade internacional; cidades na política mundial; a sociologia política internacional da resistência; e insurreições urbanas. Suas publicações recentes incluem artigos em revistas como *European Journal of International Relations*; *International Political Sociology* e *Journal of International Relations and Development*.

**Martina Tazzioli** é professora de geografia do Departamento de História e Culturas da Universidade de Bolonha, na Itália, desde 2023. Antes disso, foi professora de política e tecnologia em Goldsmiths, Universidade de Londres. Sua pesquisa está situada nas interseções entre Geografia Política, Estudos Críticos de Migração e Fronteira e Filosofia Política. Atualmente, está desenvolvendo três projetos: um sobre a memória dos controles de fronteira e as lutas dos migrantes; um sobre contra-mapeamento e geografias legais da violência na fronteira na rota do Mediterrâneo central; e outro sobre atividades de reprodução social em acampamentos, com foco na Grécia. Dentre inúmeras outras produções acadêmicas, ela é a autora de *Border Abolitionism. Migrants' containment and the genealogies of struggles and rescue* (Manchester University Press, 2023), de *The Making of Migration: The Biopolitics of Mobility at Europe's Borders* (Sage Publications, 2019) e de *Spaces of Governmentality: Autonomous Migration and the Arab Uprisings* (Rowman & Littlefield, 2014).

**Michael J. Shapiro** é professor emérito do Departamento de Ciência Política da Universidade do Hawai'i, Mānoa. Autor de centenas de artigos acadêmicos, livros e capítulos de livros, é um dos principais pensadores críticos internacionais atuando nas grandes áreas de Humanidades e Ciências Sociais. Seus principais interesses de pesquisa e ensino incluem teoria e filosofia política, teoria social crítica, política global, política da mídia, política da estética, política da cultura e política indígena. Co-editou, com James Der Derian, a consagrada antologia *International/Intertextual Relations: Postmodern Readings of World Politics* (Lexington Books, 1989), além de inúmeros outros importantes volumes co-editados, como *Challenging Boundaries: Global Flows, Territorial Identities*, com Hayward R. Alker (University of Minnesota Press, 1996), e *The New Violent Cartography: Geo-analysis after the aesthetic turn*, com Sam Okoth Opondo (Routledge,

2012). Autor de inúmeros livros consagrados internacionalmente, publicou, dentre outros, *Language and Political Understanding: The Politics of Discursive Practices* (Yale University Press, 1981), *Violent Cartographies: Mapping Cultures of War* (University of Minnesota Press, 1997), *Studies in Trans-Disciplinary Method: After the aesthetic turn* (Routledge, 2013), *The Political Sublime* (Duke University Press, 2018) e *Aesthetics of Equality* (Oxford University Press, 2023).

**R. B. J. Walker** é professor emérito do Departamento de Ciência Política da *University of Victoria*, no Canadá, e professor colaborador do Programa de Pós-Graduação Acadêmico do Instituto de Relações Internacionais (IRI) da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Em conjunto com Didier Bigo, foi co-editor-chefe fundador da *International Political Sociology* (IPS), revista acadêmica da *International Studies Association* (ISA), de 2006 a 2011. Um dos principais responsáveis pela chamada “virada crítica” na Teoria de Relações Internacionais, foi também uma das principais figuras no desenvolvimento e criação de inovadores campos acadêmicos, como a Sociologia Política Internacional, o Pensamento Político Internacional, Estudos Críticos de Segurança e Estudos de Fronteira. Autor de inúmeros artigos acadêmicos, livros e capítulos de livros que impactaram a área de Relações Internacionais ao longo das últimas décadas, co-editou, com Richard K. Ashley, a antológica edição especial, intitulada “*Speaking the Language of Exile: Dissidence in International Studies*”, publicada na prestigiosa revista *International Studies Quarterly* (ISQ) em 1990 (vol. 34, nº. 3). Autor de um dos mais influentes livros da “virada crítica” na Teoria de Relações Internacionais, *Inside/Outside: International Relations as Political Theory* (Cambridge University Press, 1993), publicou também, dentre outros, *After the Globe/Before the World* (Routledge, 2010) e *Out of Line: Boundaries, Borders, Limits* (Routledge, 2016).

**Roberto Vilchez Yamato** é professor do Instituto de Relações Internacionais (IRI) da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Em conjunto com o Prof. João Pontes Nogueira, coordena a Escola de Inverno de Sociologia Política Internacional no IRI/PUC-Rio desde 2015 e a Série Sociologia Política Internacional na Editora PUC-Rio desde 2024. Além disso, é membro do conselho consultivo da Rede IPS Brasil, co-editor-chefe da revista *Contexto Internacional: journal of global connections* e co-coordenador da Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVM)/ACNUR da PUC-Rio. Possui doutorado em Relações Internacionais pelo IRI/PUC-Rio, doutorado (PhD) em Direito por Birkbeck, University of London, e pós-doutorado em Teoria e Filosofia do Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Atualmente, está desenvolvendo pesquisas sobre a sociologia política internacional de fronteiras e a proteção de crianças refugiadas no Rio de Janeiro e escrevendo um livro, intitulado *Deconstructing the Interdisciplinary Study of International Law and International Relations*, para a série Global Political Sociology da editora Palgrave Macmillan.